

**RANKING DE
COMPETITIVIDADE**

**EDIÇÃO
2021**



UMA FERRAMENTA PARA PAUTAR A AÇÃO DE LÍDERES PÚBLICOS POR UM BRASIL MAIS SUSTENTÁVEL

Fundado em 2008, o Centro de Liderança Pública - CLP desenvolve líderes públicos empenhados em promover transformações sociais por meio da eficácia da gestão e da melhoria da qualidade das políticas públicas.

A necessidade de mais líderes no setor público é notável em todas as hierarquias. A difícil mobilidade do setor público, mergulhado em burocracias, exige ações enérgicas que, por sua vez, só podem ser tomadas por verdadeiros líderes públicos.

As marcas dessa crise de liderança se fazem presentes na falta de uma agenda nacional de desenvolvimento, em ciclos de paralisia decisória e nos projetos sem fim, que tanto marcam a política de infraestrutura nacional.

A atuação contínua de líderes públicos é o passo inicial para destravar as agruras da gestão pública nacional. Pessoas com poder de tomar decisões e que consigam mobilizar a sociedade em prol de uma agenda positiva para o País.

O Ranking de Competitividade dos Estados foi concebido pelo CLP em 2011, com o desenvolvimento técnico a cargo da Economist Intelligence Unit, com o intuito de gerar diagnósticos e direcionamentos para a atuação dos líderes públicos estaduais. Em 2015, em sua quarta edição, o trabalho passou a contar também com a contribuição técnica da Tendências Consultoria Integrada. A partir da edição de 2021, o Ranking passou a ser concebido integralmente pela Tendências.

Em sua concepção atual, o ranking possibilita identificar, dentro de cada um de seus 10 pilares temáticos, quais são os pontos fortes e fracos que influenciaram a classificação final do Estado em cada um dos indicadores contemplados.

Aliado à vontade política, o Ranking de Competitividade dos Estados é uma poderosa ferramenta para balizar as ações dos governos estaduais e apoiar a elaboração de políticas baseadas em evidências. Com ele, o desafio da construção de um Estado com elevados padrões socioeconômicos se torna mais factível.

A competitividade de um Estado está diretamente ligada à capacidade de ação dos seus líderes públicos. O ranking veio oferecer as bases para a construção do legado de competitividade para aqueles governos que assim desejam fazer.

Tadeu Barros

Diretor Executivo do CLP – Liderança Pública



AGRADECIMENTOS

A elaboração do *Ranking de Competitividade dos Estados* contou com a dedicação e contribuição de diversas pessoas e organizações. Gostaríamos de agradecer ao Conselho e a toda a equipe do CLP – Centro de Liderança Pública pelo engajamento em todas as etapas do estudo, assim como aos nossos parceiros: Tendências Consultoria Integrada. Agradecemos também à B3 pelo apoio na divulgação e realização do evento de lançamento.

Agradecemos igualmente aos notórios especialistas nas diferentes áreas de abrangência do ranking, que promoveram valiosas contribuições para a concepção geral do ranking, aqui citados em ordem alfabética: Ana Maria Malik, Carlos Arruda, Célia Carvalho, Dênis Mizne, Fábio de Almeida, Felipe Salto, Fiona Mackie, Guilherme Casarões, Hélcio Tokeshi, Humberto Dantas, Humberto Falcão, Januário Montone, Leandro Piquet, Luciana Yeung, Lutiano Silva, Mateus Bandeira, Oliver Stuenkel, Paulo Fleury, Pedro Bianchi, Renato Sérgio de Lima, Reynaldo Fernandes. Agradecemos também aos especialistas da Secretaria do Tesouro Nacional que fizeram ricas contribuições aos indicadores e discussões dentro do pilar de Solidez Fiscal.

ÍNDICE

Introdução.....	5
Ranking de Competitividade dos Estados.....	8
Pilares.....	23
Infraestrutura.....	23
Sustentabilidade Social.....	32
Segurança Pública.....	44
Educação.....	53
Solidez Fiscal.....	60
Eficiência da Máquina Pública.....	68
Capital Humano.....	78
Sustentabilidade Ambiental.....	84
Potencial de Mercado.....	93
Inovação.....	99
Benchmarking Internacional.....	107
Perfil dos Estados.....	122
Anexos.....	177
Anexo 1: Análise teórica sobre sistemas de rankings.....	177
Anexo 2: Estrutura e Metodologia.....	181



INTRODUÇÃO

Em um ambiente onde existe a competição saudável entre pessoas, equipes e organizações, é natural que ocorram maiores incentivos para a excelência de resultados, bem como para a inovação em instrumentos e métodos que possibilitem a superação de desafios.

O setor privado é uma esfera social competitiva por natureza. Já o setor público seria, para alguns, um ambiente não competitivo. Sob essa perspectiva, justamente por não ser regido por leis de mercado, o setor público deveria ser guiado por critérios como justiça e equidade, princípios que não são objetos-fins do setor privado. Aliás, estaria aí justamente uma das principais justificativas para a atuação estatal: sendo o mercado orientado muito mais para objetivos individuais, em detrimento de objetivos coletivos, ocorreriam as chamadas “falhas de mercado”, que seriam corrigidas pela ação do Estado.

O *Ranking de Competitividade dos Estados* surge a partir de uma visão diferente: a competição saudável no setor público, além de possível, é desejável. A competição no setor público é um elemento complementar à promoção da justiça, equidade e desenvolvimento econômico e social.

O elemento competitivo é compatível com a ideia de uma república federativa como a brasileira. A competição saudável faz com que Estados e Municípios busquem melhorar seus serviços públicos, atraindo empresas, trabalhadores e estudantes para ali viverem e se desenvolverem social e economicamente.

Como mostra a literatura especializada, ao possibilitar uma comparação direta, entre as unidades da federação, de uma série de atributos econômicos e sociais que são comumente de difícil mensuração e avaliação, sistemas de *ranking* proporcionam aos cidadãos uma eficiente ferramenta de avaliação e cobrança de resultados dos gestores públicos. Desse modo, os rankings têm potencial para operar como um poderoso sistema de incentivo e de *enforcement* aos agentes públicos. Também funcionam como um mecanismo de *accountability* e promoção das melhores práticas na gestão pública.

Em suma, sistemas de rankings possuem grande potencial para alavancar a eficácia e a eficiência das políticas públicas, fornecendo um mapeamento dos fatores de competitividade e de fragilidade das políticas públicas em cada Estado.



INTRODUÇÃO

O *Ranking de Competitividade dos Estados* tem como objetivo principal alcançar um entendimento mais profundo e abrangente das 27 unidades da federação, trazendo para o público uma ferramenta simples e objetiva para pautar a atuação dos líderes públicos brasileiros na melhoria da competitividade e da gestão pública dos seus Estados.

Ao mesmo tempo, o *Ranking de Competitividade dos Estados* pode representar também uma ferramenta bastante útil para o setor privado balizar decisões de investimentos produtivos, ao estabelecer critérios de atratividade em bases relativas entre os Estados, de acordo com as especificidades de cada projeto de investimento.

Para definir a estrutura, composição e a metodologia de cálculo do *Ranking de Competitividade dos Estados*, foi empreendido um amplo estudo da literatura acadêmica especializada, bem como da experiência nacional e internacional na confecção de rankings de competitividade.

Como resultado final, foram selecionados os indicadores considerados fundamentais para a promoção da competitividade e melhoria da gestão pública dos Estados brasileiros, distribuídos em 10 pilares temáticos: Infraestrutura, Sustentabilidade Social, Segurança Pública, Educação, Solidez Fiscal, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Sustentabilidade Ambiental, Potencial de Mercado e Inovação.

Na seção abaixo é apresentado o ranking propriamente dito, incluindo o seu detalhamento por pilar e por indicador.

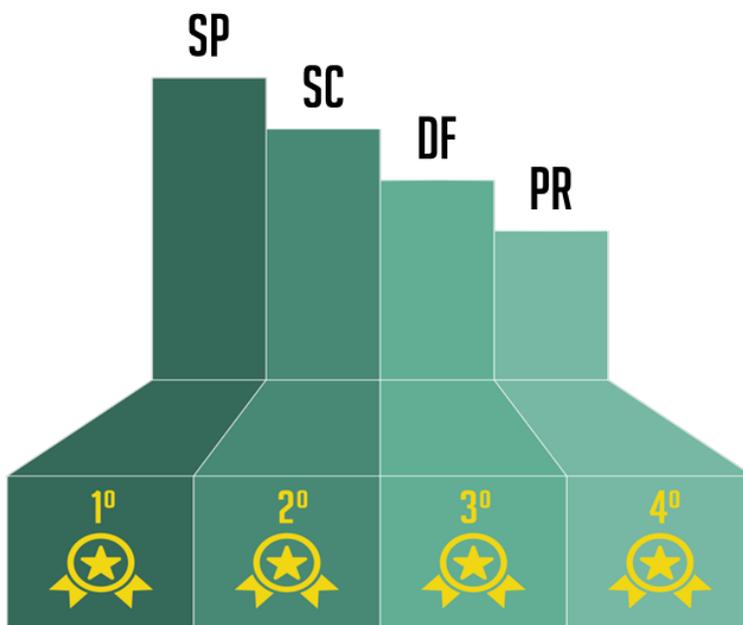
Um resumo da análise teórica sobre rankings é deixado para o anexo 1, ao passo que a metodologia de construção do ranking é descrita no anexo 2.

10 PILARES





RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS



Os Estados mais bem posicionados no *Ranking de Competitividade dos Estados de 2021* estão reportados na figura acima.

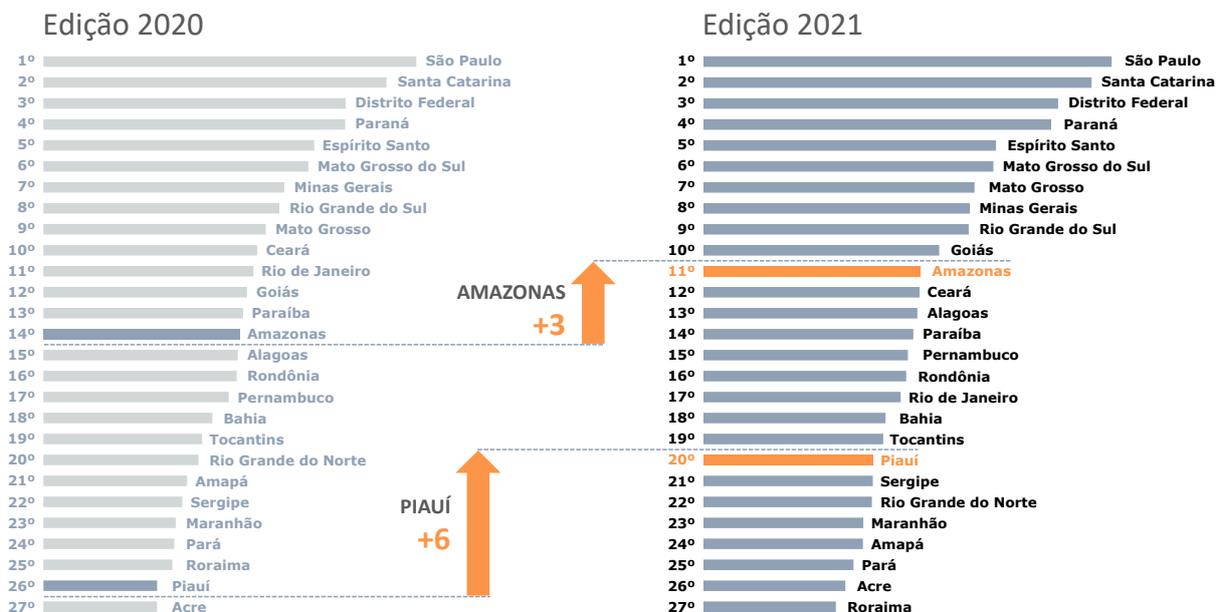
Assim como nas demais edições, **São Paulo** segue na primeira colocação no Ranking de Competitividade dos Estados. Analogamente, **Santa Catarina** permanece na segunda posição, **Distrito Federal**, na terceira e **Paraná**, quarta.

Enquanto os Estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste concentram-se na metade superior do Ranking, os do Norte e Nordeste ocupam as últimas posições. **Amazonas** segue o representante do Norte mais bem colocado (11ª posição), ultrapassando o **Ceará**, ainda o mais bem posicionado do Nordeste (12ª posição).

Os três últimos colocados foram **Pará**, **Acre** e **Roraima**. Nesta edição, **Piauí** saiu da 26ª colocação para 20ª.

DESTAQUES DE 2021

Nesta edição do *Ranking de Competitividade dos Estados*, merecem destaque positivo **Piauí** e **Amazonas**, por terem sido os que mais ganharam posições em relação à edição de 2020.



O **Piauí** ganhou 6 posições no Ranking Geral, passando da 26ª para 20ª colocação. O Estado subiu 14 posições no pilar de Solidez Fiscal, 10 posições no de Capital Humano e 6 no de Potencial de Mercado. Houve, ainda, ganho de 3 colocações no pilar de Sustentabilidade Social, e 1 posição nos de Segurança Pública, Educação e Sustentabilidade Ambiental.

No pilar de Solidez Fiscal, o PI subiu 14 posições, passando da 23ª para 9ª colocação, com melhoras relativas nos indicadores de Resultado Primário (+25 posições), Gasto com Pessoal (+22), Poupança Corrente (+20), Solvência Fiscal (+5), Índice de Liquidez (+2) e Taxa de Investimentos (+1). No pilar de Capital Humano, o Estado subiu 10 posições em relação à edição de 2020, passando da 24ª para 14ª colocação, com destaque para o desempenho no indicador de Produtividade do Trabalho (+4 posições). No pilar de Potencial de Mercado, o Piauí subiu 6 posições, passando da 21ª para 15ª colocação, com melhora relativa no indicador de Taxa de Crescimento (+2 posições).

O **Amazonas** ganhou 3 posições, passando da 14ª para 11ª colocação. O Estado subiu 7 posições no pilar de Sustentabilidade Ambiental, e 3 posições nos de Eficiência da Máquina Pública e Potencial de Mercado. Houve, ainda, ganho de 1 colocação no pilar de Inovação.

No pilar de Sustentabilidade Ambiental, o AM subiu 7 posições, passando da 19ª para 12ª colocação, com melhoras relativas nos indicadores de Emissões de CO₂ (+2

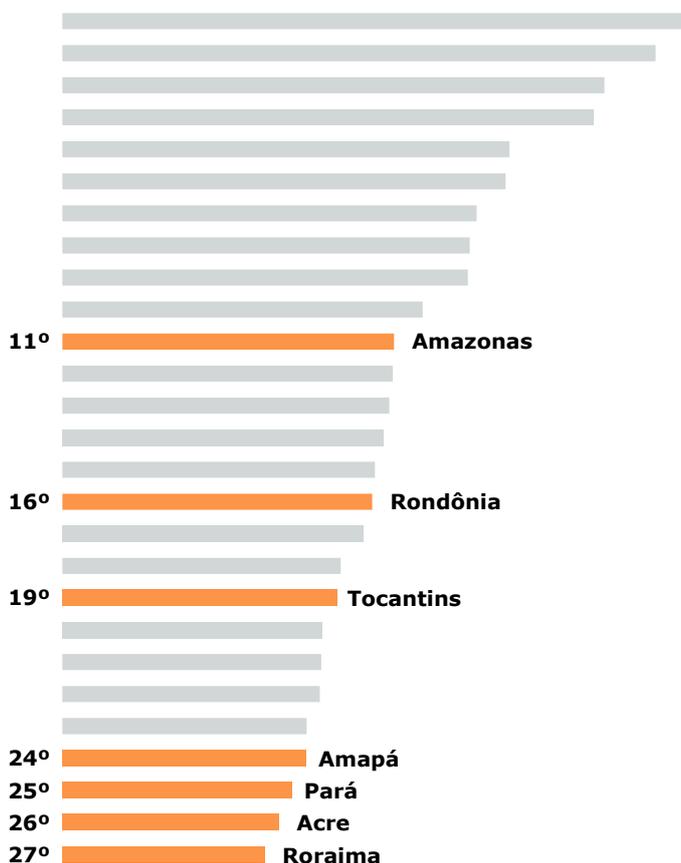
posições) e Tratamento de Esgoto (+1). No pilar de Eficiência da Máquina Pública, o Estado subiu 3 posições em relação à edição de 2020, passando da 8ª para 5ª colocação, com destaque para o desempenho nos indicadores de Custo do Executivo/PIB e Oferta de Serviços Públicos Digitais (+4 posições cada), Custo do Legislativo/PIB (+2), e Custo do Judiciário/PIB e Índice de Transparência (+1 cada). No pilar de Potencial de Mercado, o Amazonas também subiu 3 posições, passando da 4ª para 1ª colocação, com melhora relativa no indicador de Taxa de Crescimento (+4 posições).



RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

DESTAQUES REGIONAIS

REGIÃO NORTE



Amazonas

Ganho de 3 posições no ranking geral, alcançando a 11ª posição

- ↑ 7 em Sustentabilidade Ambiental (12ª colocação)
- ↑ 3 em Potencial de Mercado (1ª colocação)
- ↑ 3 em Eficiência da Máquina Pública (5ª colocação)

Acre

Ganho de 1 posição no ranking geral, alcançando a 26ª posição

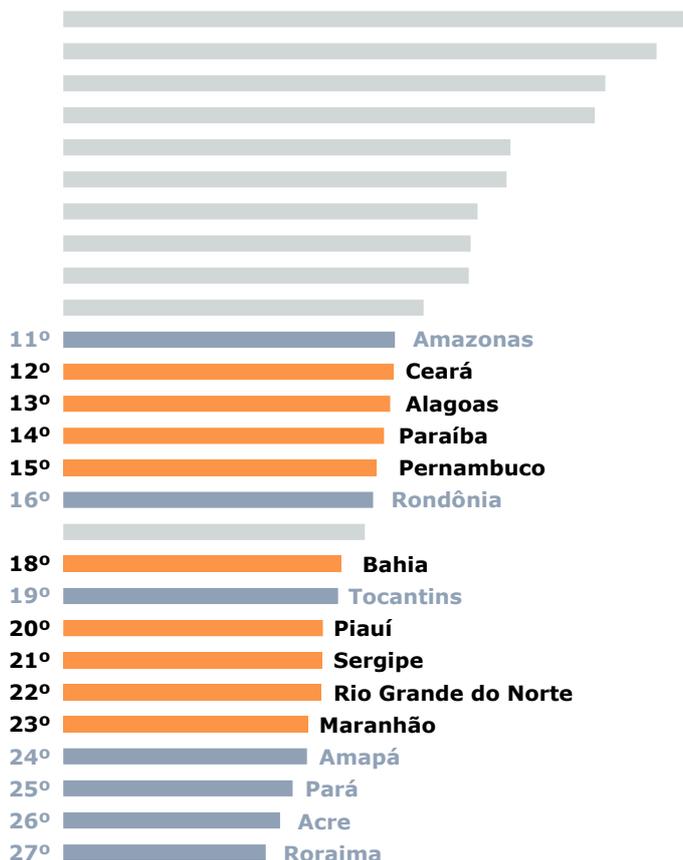
- ↑ 9 em Segurança Pública (10ª colocação)



RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

DESTAQUES REGIONAIS

REGIÃO NORDESTE



Alagoas

Ganho de 2 posições no ranking geral, alcançando a 13ª posição

- ↑ 16 em Capital Humano (5ª colocação)
- ↑ 3 em Segurança Pública (11ª colocação)

Piauí

Ganho de 6 posições no ranking geral, alcançando a 20ª posição

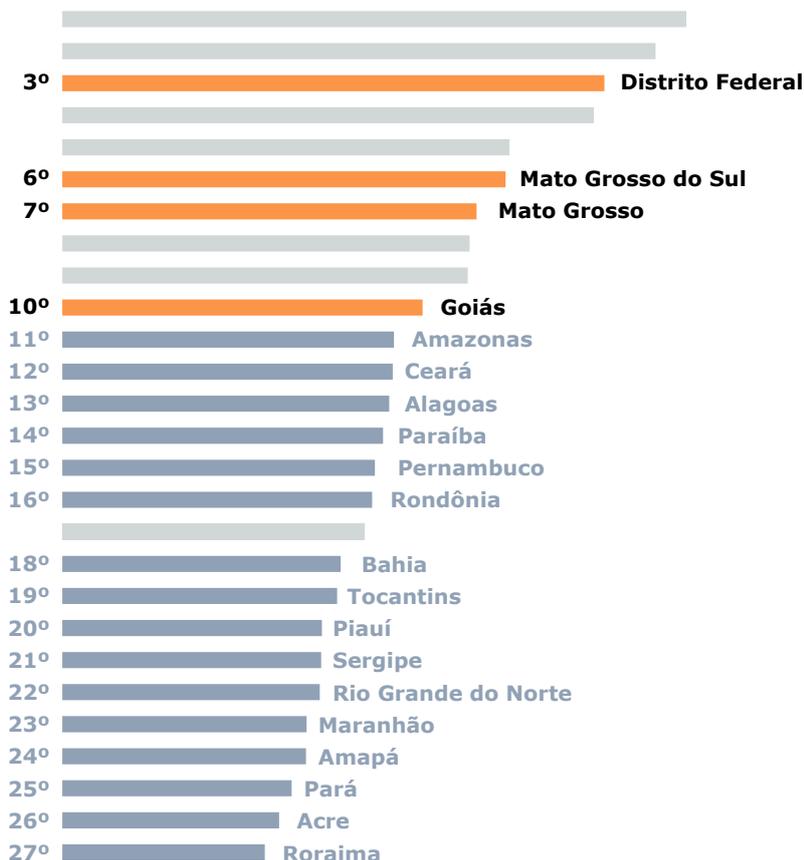
- ↑ 14 em Solidez Fiscal (9ª colocação)
- ↑ 10 em Capital Humano (14ª colocação)
- ↑ 6 em Potencial de Mercado (15ª colocação)



RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

DESTAQUES REGIONAIS

REGIÃO CENTRO-OESTE



Mato Grosso

Ganho de 2 posições no ranking geral, alcançando a 7ª posição

- ↑ 16 em Solidez Fiscal (2ª colocação)
- ↑ 7 em Segurança Pública (9ª colocação)
- ↑ 6 em Eficiência da Máquina Pública (11ª colocação)

Goiás

Ganho de 2 posições no ranking geral, alcançando a 10ª posição

- ↑ 5 em Segurança Pública (12ª colocação)
- ↑ 5 em Inovação (15ª colocação)



RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

DESTAQUES REGIONAIS

REGIÕES SUL E SUDESTE



Santa Catarina

Mantém-se na **2ª colocação** do Ranking de Competitividade dos Estados

↑ **4** em Sustentabilidade Ambiental (4ª colocação)

Paraná

Mantém-se na **4ª colocação** do Ranking de Competitividade dos Estados

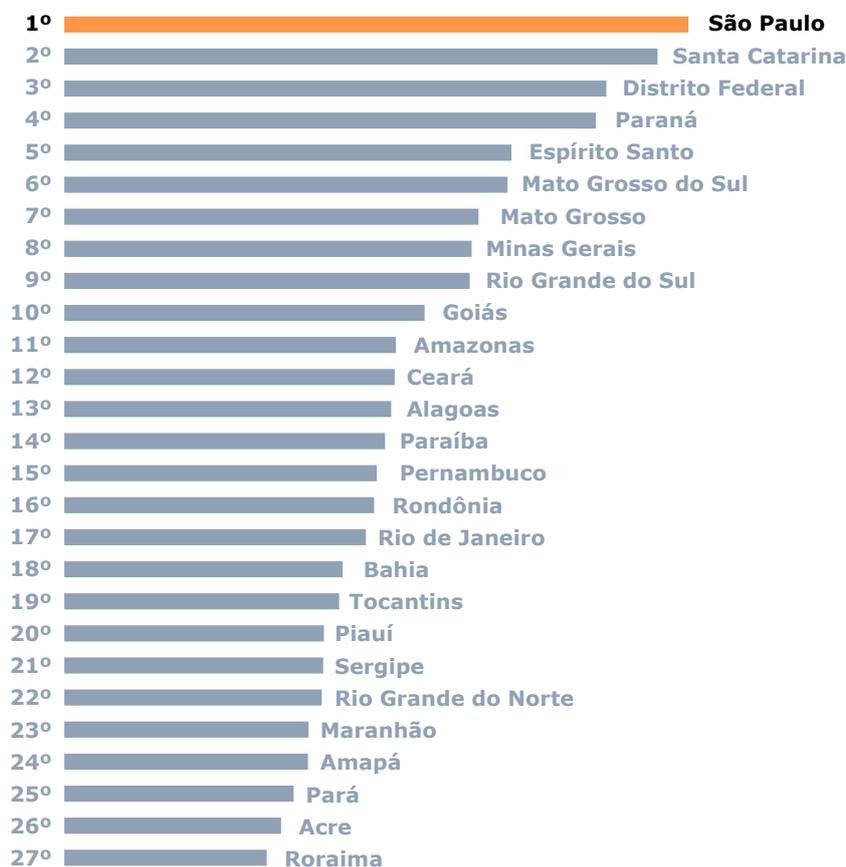
↑ **3** em Segurança Pública (5ª colocação)



RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

DESTAQUES REGIONAIS

1º COLOCADO: São Paulo



São Paulo

Mantém-se na 1ª colocação do Ranking de Competitividade dos Estados

↑ **2** em Eficiência da Máquina Pública (12ª colocação)

1ª colocação em Infraestrutura e Educação

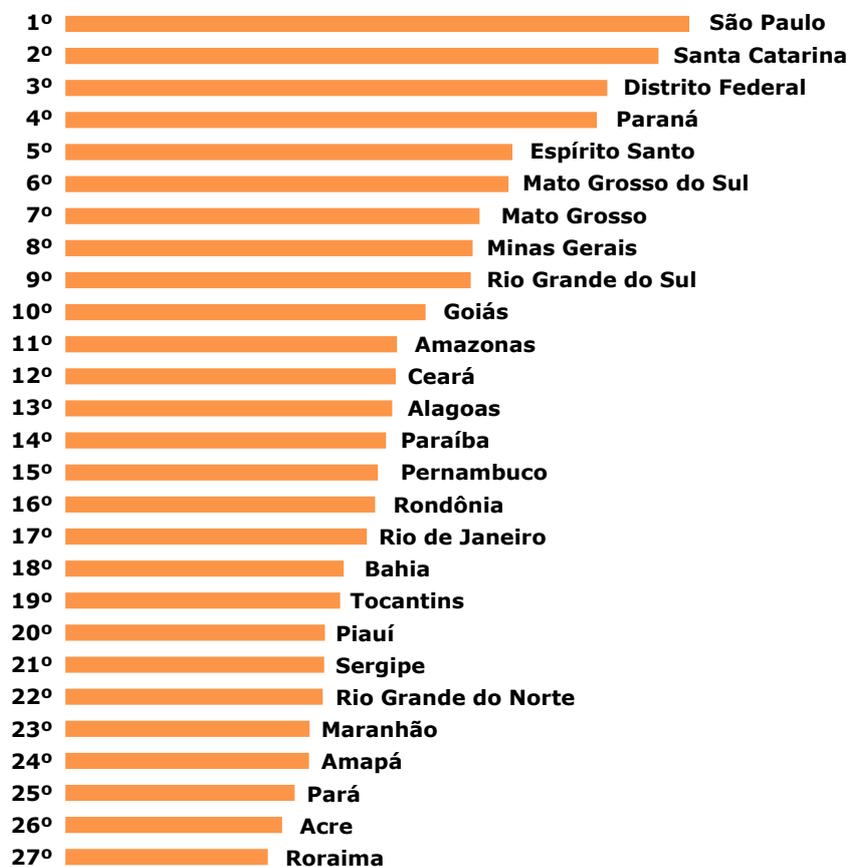
2ª colocação em Sustentabilidade Ambiental, Inovação e Segurança Pública

3ª colocação em Eficiência da Máquina Pública e Sustentabilidade Social



RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

2021



São Paulo segue líder no Ranking Geral, ocupando a 1ª colocação nos pilares de Infraestrutura e Educação, bem como a 2ª posição nos de Segurança Pública, Sustentabilidade Ambiental e Inovação. Nesta edição, o Estado exibiu melhora relativa no pilar de Eficiência da Máquina Pública (+2 posições). Contudo, houve piora nos pilares de Sustentabilidade Social e Inovação (-1 posição cada), Solidez Fiscal (-6), Capital Humano (-7) e Potencial de Mercado (-2).

Santa Catarina permanece na 2ª posição do Ranking Geral, ocupando a 1ª colocação nos pilares de Sustentabilidade Social e Segurança Pública, bem como a 2ª colocação nos de Educação e Eficiência da Máquina Pública. O Estado ganhou posições no pilar de Sustentabilidade Ambiental (+4), porém perdeu colocações nos pilares de Infraestrutura e Eficiência da Máquina Pública (-1 posição cada), Solidez Fiscal (-3), Capital Humano (-10) e Potencial de Mercado (-2).

O **Distrito Federal** segue na 3ª colocação do Ranking Geral, ocupando a 1ª posição no pilar de Capital Humano, e a 2ª nos de Infraestrutura e Sustentabilidade Social. O DF exibiu melhora relativa nos pilares de Infraestrutura e Sustentabilidade Social (+1 posição cada), e Solidez Fiscal (+3). Todavia, houve piora nos pilares de

Eficiência da Máquina Pública (-3), Sustentabilidade Ambiental (-2), Potencial de Mercado (-4) e Inovação (-1).

Na extremidade oposta, **Roraima** atingiu a última colocação do Ranking Geral, ao reduzir 2 posições em comparação à edição de 2020. O Estado exibiu piora relativa nos pilares de Infraestrutura, Solidez Fiscal, Capital Humano e Inovação (-2 posições cada), Educação e Potencial de Mercado (-1 cada), e Sustentabilidade Ambiental (-13). Contudo, houve melhora no pilar de Sustentabilidade Social (+3 posições).

O **Acre** saiu da última colocação no Ranking de 2020 para a penúltima colocação nesta edição, após três anos consecutivos na 27ª posição. O Estado perdeu colocações nos pilares de Sustentabilidade Social e Educação (-2 posições), Solidez Fiscal (-6) e Potencial de Mercado (-3). Entretanto, o Acre ganhou colocações nos pilares de Segurança Pública (+9), Capital Humano (+1), Eficiência da Máquina Pública, Sustentabilidade Ambiental e Inovação (+2 cada).

O **Pará** caiu da 24ª colocação no Ranking de 2020 para a 25ª colocação nesta edição. O Estado exibiu piora relativa nos pilares de Segurança Pública e Eficiência da Máquina Pública (-2 posições cada). Todavia, houve melhora nos pilares de Educação (+1), e Sustentabilidade Ambiental e Potencial de Mercado (+3 cada).

Os desempenhos dos Estados em cada pilar estão nas próximas duas tabelas:

Desempenhos das UFs em cada pilar – I

	Infraestrutura		Sustentabilidade Social		Segurança Pública		Educação		Solidez Fiscal	
	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição
SP	100,0	1	88,6	3	88,2	2	100,0	1	61,4	18
SC	73,4	3	100,0	1	100,0	1	86,7	2	75,5	13
DF	82,2	2	99,8	2	85,5	3	65,7	6	63,0	17
PR	66,7	5	82,2	5	72,4	5	80,8	4	71,1	15
ES	67,9	4	66,6	8	44,3	14	59,9	8	100,0	1
MS	59,8	7	72,8	7	73,6	4	42,8	13	79,7	10
MT	58,3	8	60,1	9	56,4	9	45,4	12	94,0	2
MG	46,1	17	78,9	6	58,1	8	83,8	3	21,3	24
RS	47,8	16	88,3	4	67,5	7	54,0	9	10,7	26
GO	45,9	18	56,5	10	47,7	12	60,8	7	42,1	22
AM	0,0	27	13,1	24	31,6	20	13,6	24	85,4	7
CE	55,6	11	37,9	14	9,4	25	71,9	5	84,2	8
AL	56,1	10	18,5	22	47,8	11	33,4	17	89,4	5
PB	61,3	6	37,8	15	69,4	6	31,1	18	65,4	16
PE	56,9	9	29,0	17	16,2	23	47,0	11	55,7	21
RO	49,0	15	45,2	13	37,2	16	29,1	19	91,0	4
RJ	54,4	14	53,6	11	7,9	26	51,8	10	0,0	27
BA	44,5	19	22,6	19	15,1	24	23,1	20	77,5	12
TO	38,1	21	47,1	12	31,8	19	38,6	15	36,7	23
PI	29,6	24	23,8	18	37,0	17	41,4	14	82,4	9
SE	55,0	12	19,1	20	21,9	21	16,1	23	71,4	14
RN	54,6	13	33,4	16	34,2	18	38,3	16	15,6	25
MA	39,2	20	0,0	27	45,8	13	20,3	21	60,8	19
AP	32,2	22	13,4	23	16,8	22	0,0	27	88,4	6
PA	14,1	25	5,5	26	39,9	15	6,1	25	91,7	3
AC	6,9	26	12,9	25	48,4	10	18,6	22	58,9	20
RR	30,5	23	19,0	21	0,0	27	5,6	26	79,6	11

Desempenhos das UFs em cada pilar – II

	Eficiência da Máquina Pública		Capital Humano		Sustentabilidade Ambiental		Potencial de Mercado		Inovação	
	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição
SP	98,5	3	40,3	11	96,2	2	72,7	4	97,0	2
SC	99,2	2	37,9	15	72,6	4	51,9	7	92,9	3
DF	47,5	17	100,0	1	92,2	3	26,4	17	50,1	10
PR	83,4	6	38,1	13	100,0	1	34,8	14	88,7	4
ES	100,0	1	34,8	18	64,6	7	0,0	27	53,1	9
MS	73,0	10	31,8	19	53,2	10	51,5	9	46,6	13
MT	70,6	11	18,4	24	40,1	16	83,0	3	19,7	21
MG	81,7	7	31,0	20	66,8	5	22,3	19	59,1	6
RS	94,6	4	23,8	21	65,8	6	2,5	26	100,0	1
GO	69,6	12	18,6	23	60,3	9	51,1	10	33,3	15
AM	83,9	5	56,7	3	43,0	12	100,0	1	75,6	5
CE	41,9	19	37,7	16	44,8	11	19,2	21	38,2	14
AL	50,2	16	50,7	5	38,5	18	22,0	20	21,9	20
PB	32,2	23	17,3	25	39,2	17	4,4	25	47,8	12
PE	57,0	15	44,2	9	41,1	14	32,6	16	55,6	7
RO	80,7	8	0,0	27	0,0	27	42,7	12	28,4	19
RJ	59,9	14	62,2	2	63,4	8	24,6	18	55,3	8
BA	77,8	9	35,3	17	42,5	13	12,0	23	33,2	16
TO	20,4	25	49,6	7	40,3	15	51,8	8	15,6	24
PI	2,3	26	38,0	14	17,8	22	32,9	15	32,4	18
SE	69,2	13	23,1	22	33,5	19	5,8	24	32,5	17
RN	45,0	18	49,8	6	15,5	23	14,0	22	48,9	11
MA	40,7	20	46,6	8	12,2	26	48,8	11	13,8	25
AP	29,5	24	56,0	4	33,4	20	65,5	5	3,2	26
PA	39,1	21	14,1	26	21,0	21	63,5	6	16,7	23
AC	33,6	22	39,2	12	14,0	24	42,1	13	18,9	22
RR	0,0	27	43,6	10	13,7	25	90,6	2	0,0	27

Posição das UFs em cada pilar e mudanças em relação à Edição de 2020 – I

Ranking Geral										
UF	Nota Geral		Infraestrutura		Sustentabilidade Social		Segurança Pública		Educação	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		1		3	-1 ▼	2		1	
SC	2		3	-1 ▼	1		1		2	
DF	3		2	1 ▲	2	1 ▲	3		6	
PR	4		5	-1 ▼	5		5	3 ▲	4	
ES	5		4	1 ▲	8		14	1 ▲	8	-1 ▼
MS	6		7	-1 ▼	7		4	2 ▲	13	-1 ▼
MT	7	2 ▲	8	5 ▲	9	1 ▲	9	7 ▲	12	-1 ▼
MG	8	-1 ▼	17	1 ▲	6		8	-1 ▼	3	
RS	9	-1 ▼	16	3 ▲	4		7	2 ▲	9	1 ▲
GO	10	2 ▲	18	-1 ▼	10	1 ▲	12	5 ▲	7	1 ▲
AM	11	3 ▲	27		24	-2 ▼	20	-8 ▼	24	
CE	12	-2 ▼	11		14	1 ▲	25	-5 ▼	5	
AL	13	2 ▲	10	-2 ▼	22	-3 ▼	11	3 ▲	17	2 ▲
PB	14	-1 ▼	6	6 ▲	15	-1 ▼	6	-1 ▼	18	
PE	15	2 ▲	9	-2 ▼	17		23	1 ▲	11	2 ▲
RO	16		15	1 ▲	13		16	-5 ▼	19	-2 ▼
RJ	17	-6 ▼	14	-5 ▼	11	-2 ▼	26	-3 ▼	10	-1 ▼
BA	18		19	-4 ▼	19	-1 ▼	24	1 ▲	20	3 ▲
TO	19		21	-1 ▼	12		19	3 ▲	15	-1 ▼
PI	20	6 ▲	24		18	3 ▲	17	1 ▲	14	1 ▲
SE	21	1 ▲	12	2 ▲	20		21	5 ▲	23	-1 ▼
RN	22	-2 ▼	13	-3 ▼	16		18	3 ▲	16	
MA	23		20	3 ▲	27	-2 ▼	13	-9 ▼	21	
AP	24	-3 ▼	22		23	4 ▲	22	-12 ▼	27	
PA	25	-1 ▼	25		26		15	-2 ▼	25	1 ▲
AC	26	1 ▲	26		25	-2 ▼	10	9 ▲	22	-2 ▼
RR	27	-2 ▼	23	-2 ▼	21	3 ▲	27		26	-1 ▼

Posição das UFs em cada pilar e mudanças em relação à Edição de 2020 – II

Ranking Geral								
UF	Nota Geral		Solidez Fiscal		Eficiência da Máquina Pública		Capital Humano	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		18	-6 ▼	3	2 ▲	11	-7 ▼
SC	2		13	-3 ▼	2	-1 ▼	15	-10 ▼
DF	3		17	3 ▲	17	-3 ▼	1	
PR	4		15	-4 ▼	6	-2 ▼	13	-4 ▼
ES	5		1		1	2 ▲	18	-4 ▼
MS	6		10	5 ▲	10	1 ▲	19	-9 ▼
MT	7	2 ▲	2	16 ▲	11	6 ▲	24	-9 ▼
MG	8	-1 ▼	24		7	-1 ▼	20	-4 ▼
RS	9	-1 ▼	26	1 ▲	4	-2 ▼	21	-4 ▼
GO	10	2 ▲	22	-1 ▼	12	3 ▲	23	-5 ▼
AM	11	3 ▲	7		5	3 ▲	3	
CE	12	-2 ▼	8	-4 ▼	19	-1 ▼	16	6 ▲
AL	13	2 ▲	5	1 ▲	16	-3 ▼	5	16 ▲
PB	14	-1 ▼	16	-3 ▼	23		25	-2 ▼
PE	15	2 ▲	21	-2 ▼	15	1 ▲	9	-2 ▼
RO	16		4	1 ▲	8	2 ▲	27	
RJ	17	-6 ▼	27	-1 ▼	14	-5 ▼	2	
BA	18		12	-4 ▼	9	-2 ▼	17	2 ▲
TO	19		23	-1 ▼	25	-5 ▼	7	-1 ▼
PI	20	6 ▲	9	14 ▲	26		14	10 ▲
SE	21	1 ▲	14	2 ▲	13	-1 ▼	22	3 ▲
RN	22	-2 ▼	25		18	3 ▲	6	5 ▲
MA	23		19	-2 ▼	20	2 ▲	8	12 ▲
AP	24	-3 ▼	6	-4 ▼	24	1 ▲	4	8 ▲
PA	25	-1 ▼	3		21	-2 ▼	26	
AC	26	1 ▲	20	-6 ▼	22	2 ▲	12	1 ▲
RR	27	-2 ▼	11	-2 ▼	27		10	-2 ▼

Posição das UFs em cada pilar e mudanças em relação à Edição de 2020 – III

Ranking Geral								
UF	Nota Geral		Sustentabilidade Ambiental		Potencial de Mercado		Inovação	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		2		4	-2 ▼	2	-1 ▼
SC	2		4	4 ▲	7	-2 ▼	3	
DF	3		3	-2 ▼	17	-4 ▼	10	-1 ▼
PR	4		1	2 ▲	14	-2 ▼	4	
ES	5		7	-3 ▼	27	-4 ▼	9	4 ▲
MS	6		10	-1 ▼	9	-1 ▼	13	-8 ▼
MT	7	2 ▲	16	4 ▲	3		21	-6 ▼
MG	8	-1 ▼	5	2 ▲	19	-1 ▼	6	4 ▲
RS	9	-1 ▼	6	7 ▲	26	-9 ▼	1	1 ▲
GO	10	2 ▲	9	-4 ▼	10	1 ▲	15	5 ▲
AM	11	3 ▲	12	7 ▲	1	3 ▲	5	1 ▲
CE	12	-2 ▼	11	3 ▲	21	-2 ▼	14	4 ▲
AL	13	2 ▲	18	-3 ▼	20		20	1 ▲
PB	14	-1 ▼	17	-7 ▼	25	-1 ▼	12	-5 ▼
PE	15	2 ▲	14	4 ▲	16		7	4 ▲
RO	16		27		12	-6 ▼	19	
RJ	17	-6 ▼	8	-2 ▼	18	4 ▲	8	
BA	18		13	-2 ▼	23	4 ▲	16	
TO	19		15	6 ▲	8	-1 ▼	24	3 ▲
PI	20	6 ▲	22	1 ▲	15	6 ▲	18	-1 ▼
SE	21	1 ▲	19	3 ▲	24	1 ▲	17	-3 ▼
RN	22	-2 ▼	23	-7 ▼	22	4 ▲	11	1 ▲
MA	23		26	-1 ▼	11	3 ▲	25	-3 ▼
AP	24	-3 ▼	20	-3 ▼	5	10 ▲	26	
PA	25	-1 ▼	21	3 ▲	6	3 ▲	23	
AC	26	1 ▲	24	2 ▲	13	-3 ▼	22	2 ▲
RR	27	-2 ▼	25	-13 ▼	2	-1 ▼	27	-2 ▼



INFRAESTRUTURA

A crônica deficiência de infraestrutura é, sem dúvida, um dos principais desafios para a melhora da competitividade do País, juntamente com a deficiência na educação. De acordo com a edição de 2019 do *Global Competitiveness Report*, publicação do Fórum Econômico Mundial, o Brasil está apenas na 78ª colocação dos 141 países avaliados no pilar de infraestrutura.

Este quadro ruim é reflexo direto do baixo nível de investimento em infraestrutura no País. Enquanto o Brasil investia mais de 5% do PIB em infraestrutura na década de 1970, nos últimos anos essa taxa recuou para pouco mais de 2% do PIB.

Além do baixo nível de investimentos, a explicação para as carências da infraestrutura pode ser encontrada também na má alocação dos recursos públicos, bem como na deficiência das políticas regulatórias para os diferentes segmentos de infraestrutura.

Por conta do atual nível de carência de infraestrutura dos Estados, bem como por sua importância decisiva para a competitividade, este pilar apresenta o segundo maior peso entre os 10 pilares que compõem o *Ranking de Competitividade dos Estados* (12,6% do cômputo geral).

Neste pilar, buscou-se compilar indicadores para os principais segmentos de infraestrutura, como rodovias, energia e telecomunicações — embora, assim como ocorre em outros pilares, nem todos os atributos dispusessem de estatísticas para a sua mensuração e inclusão no ranking.

Ao incluir indicadores de acesso, custo e qualidade dos serviços ligados à infraestrutura, o pilar também buscou contemplar as diferentes dimensões do problema (situações de *trade-off*) e que afetam a competitividade dos Estados. Em alguns casos, o problema maior está na ausência pura e simples da infraestrutura; em outros casos a infraestrutura existe, porém é de má qualidade; finalmente, pode haver casos ainda em que há disponibilidade de infraestrutura de boa qualidade, mas com tarifas muito elevadas.

Na composição do pilar, pesos maiores foram dados aos indicadores de Qualidade da Energia Elétrica, Qualidade do Serviço de Telecomunicações e Qualidade das Rodovias, considerados os indicadores mais críticos deste pilar (ver sobre critérios de ponderação no anexo 2). Já o indicador de Disponibilidade de Voos Diretos recebeu menor peso.

Nesta edição, alterações metodológicas foram feitas em 3 indicadores:

1. Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações: alteração da fonte primária do denominador (População) a partir da substituição dos dados da PNAD Contínua

Anual pelo produto “Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade: 2010-2060”, também do IBGE.

2. Acesso à Energia Elétrica: a despeito de não ter havido divulgação de novos dados, a fonte de energia elétrica foi alterada de apenas “Rede geral” para “Rede geral ou fonte alternativa”.
3. Custo da Energia Elétrica: inclusão do segmento Rural no cálculo ponderado da média das tarifas, de modo que Consumo Total = Industrial + Comercial + Residencial + Rural.

Em comparação à edição de 2020, não houve atualização de 2 indicadores:

1. Acesso à Energia Elétrica: o IBGE informa que a divulgação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2020 foi adiada para 2022. Devido à pandemia e o decorrente baixo aproveitamento da amostra de domicílios em entrevistas de primeira visita ao longo de 2020, foram necessários estudos metodológicos e mudanças em procedimentos operacionais.
2. Qualidade das Rodovias: a CNT informa que a próxima atualização do Pesquisa CNT de Rodovias deve ser divulgada entre outubro e novembro deste ano.

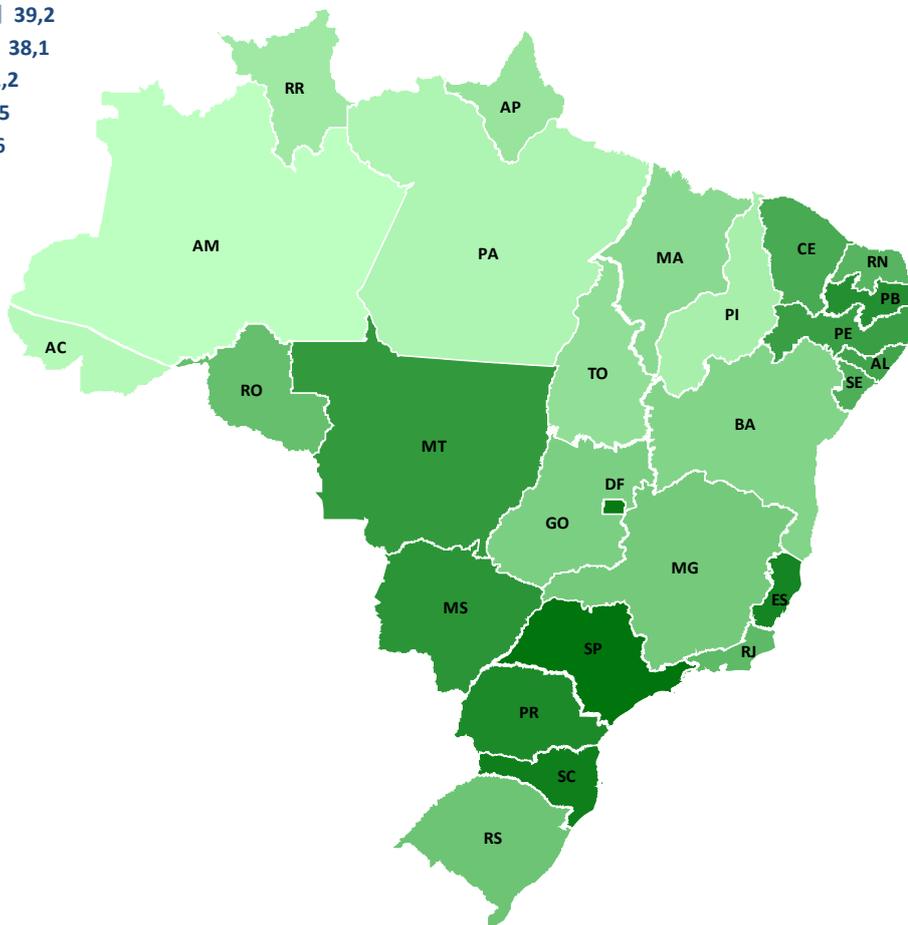
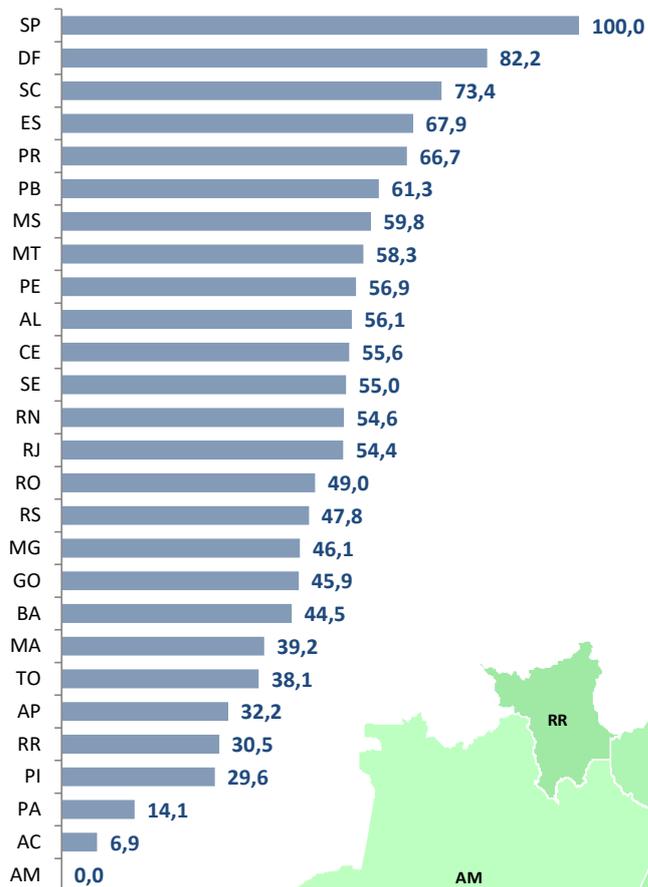
As UFs mais bem colocadas foram SP, DF e SC, nessa ordem. Em relação à edição passada, São Paulo segue como o primeiro colocado e o Distrito Federal passou da 3ª para 2ª posição, ocupando o lugar de Santa Catarina. O Estado paulista ocupa a 1ª colocação nos indicadores de Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações e Disponibilidade de Voos Diretos; bem como a 2ª posição nos de Custo de Combustíveis, Acesso à Energia Elétrica e Qualidade das Rodovias.

A Paraíba exibiu o maior avanço de posição no pilar, com salto de 6 colocações, atingindo o 6º lugar. O Estado paraibano apresentou melhora relativa nos indicadores de Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações, Custo de Combustíveis, Custo da Energia Elétrica e Backhaul de Fibra Óptica. Analogamente, o Mato Grosso também apresentou ganho relevante de posição no pilar, com avanço de 5 colocações, para o 8º lugar.



INFRAESTRUTURA

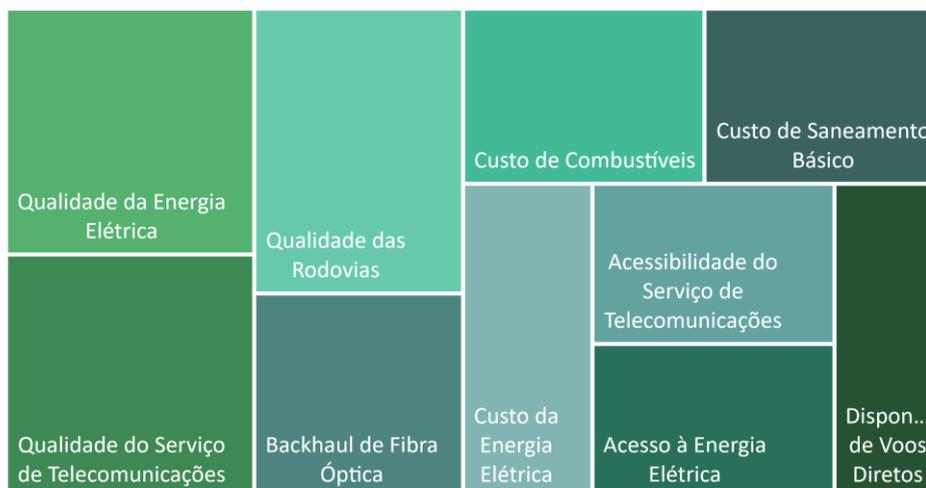
Ranking – Infraestrutura



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações	Densidade de acessos de telefonia móvel e banda larga fixa por 100 habitantes.	ANATEL e IBGE	2020
Qualidade do Serviço de Telecomunicações	Média simples entre o percentual de cumprimento de metas com banda larga fixa e telefonia móvel.	ANATEL	2020
Custo de Combustíveis	Preço médio pago em reais por consumidores finais (Etanol Hidratado, Gasolina Comum e Óleo Diesel), ponderado pela participação dos combustíveis no consumo total.	ANP	2020
Custo de Saneamento Básico	Tarifa média praticada pelo serviço de tratamento e distribuição.	SNIS	2019
Disponibilidade de Voos Diretos	Número de voos diretos domésticos regulares.	ANAC	2020
Acesso à Energia Elétrica	Percentual de domicílios com energia elétrica (rede geral ou fonte alternativa).	IBGE	2019
Custo da Energia Elétrica	Tarifa média (com impostos) praticada para o consumo comercial, residencial, industrial e rural, ponderada pela participação das classes no consumo total de energia.	ANEEL	2020
Qualidade da Energia Elétrica	O indicador aponta o Desempenho Global de Continuidade, ao considerar a duração e frequência de interrupções no serviço de energia.	ANEEL	2020
Qualidade das Rodovias	Avaliação das condições das vias rodoviárias: nota entre 1 (ruim) a 5 (ótimo), ponderada pela extensão pesquisada.	CNT	2019
Backhaul de Fibra Óptica	Percentual de municípios com backhaul de fibra óptica.	ANATEL	2020

Distribuição dos Indicadores no Pilar

Infraestrutura



Desempenhos das UFs em cada indicador – I

Infraestrutura - I						
UF	Pilar Nota: 0-100	Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações	Qualidade do Serviço de Telecomunicações	Custo de Combustíveis	Custo de Saneamento Básico	Disponibilidade de Voos Diretos
SP	100,0	177,1	77,1%	R\$ 3,47	R\$ 3,69	210.427
DF	82,2	147,4	85,4%	R\$ 3,67	R\$ 5,09	55.766
SC	73,4	132,5	84,1%	R\$ 3,67	R\$ 4,98	19.769
ES	67,9	117,0	81,1%	R\$ 3,64	R\$ 3,41	10.521
PR	66,7	129,6	80,2%	R\$ 3,42	R\$ 5,11	31.157
PB	61,3	104,7	83,8%	R\$ 3,55	R\$ 4,22	4.596
MS	59,8	116,9	83,2%	R\$ 3,72	R\$ 5,19	5.697
MT	58,3	116,6	81,3%	R\$ 3,73	R\$ 3,00	11.479
PE	56,9	101,4	80,8%	R\$ 3,77	R\$ 3,74	23.549
AL	56,1	88,4	83,2%	R\$ 3,83	R\$ 5,09	5.863
CE	55,6	104,4	81,7%	R\$ 3,87	R\$ 3,72	19.621
SE	55,0	106,0	84,6%	R\$ 3,80	R\$ 5,09	3.254
RN	54,6	102,4	83,0%	R\$ 3,84	R\$ 4,10	6.430
RJ	54,4	128,0	81,2%	R\$ 3,96	R\$ 5,54	54.500
RO	49,0	103,2	80,4%	R\$ 3,89	R\$ 3,58	2.638
RS	47,8	139,8	82,4%	R\$ 3,84	R\$ 6,54	22.588
MG	46,1	122,0	80,6%	R\$ 3,70	R\$ 3,92	36.597
GO	45,9	124,7	81,4%	R\$ 3,69	R\$ 5,30	10.276
BA	44,5	97,4	79,0%	R\$ 3,69	R\$ 5,01	30.439
MA	39,2	80,7	77,2%	R\$ 3,70	R\$ 3,66	7.268
TO	38,1	99,2	83,8%	R\$ 3,82	R\$ 4,82	3.025
AP	32,2	102,4	73,9%	R\$ 3,65	R\$ 2,91	1.916
RR	30,5	95,6	81,5%	R\$ 3,73	R\$ 3,17	1.165
PI	29,6	102,3	79,6%	R\$ 3,78	R\$ 3,87	3.674
PA	14,1	89,0	74,0%	R\$ 4,01	R\$ 2,81	18.094
AC	6,9	96,5	78,6%	R\$ 4,50	R\$ 2,66	1.639
AM	0,0	105,3	70,9%	R\$ 3,72	R\$ 4,63	14.136

Desempenhos das UFs em cada indicador – II

Infraestrutura - II						
UF	Pilar Nota: 0-100	Acesso à Energia Elétrica	Custo da Energia Elétrica	Qualidade da Energia Elétrica	Qualidade das Rodovias	Backhaul de Fibra Óptica
SP	100,0	99,9%	R\$ 652,88	0,83	4,3	94,3%
DF	82,2	99,7%	R\$ 649,70	1,00	3,7	100,0%
SC	73,4	99,9%	R\$ 635,59	0,81	3,2	100,0%
ES	67,9	99,9%	R\$ 715,98	0,70	3,5	85,9%
PR	66,7	99,9%	R\$ 734,17	0,78	3,3	100,0%
PB	61,3	99,8%	R\$ 700,79	0,67	3,3	65,5%
MS	59,8	99,9%	R\$ 768,26	0,70	3,4	91,1%
MT	58,3	99,7%	R\$ 823,62	0,63	3,1	82,3%
PE	56,9	99,8%	R\$ 688,58	0,82	3,2	79,5%
AL	56,1	99,6%	R\$ 703,68	1,51	4,4	80,4%
CE	55,6	99,8%	R\$ 682,62	1,24	3,0	94,6%
SE	55,0	99,2%	R\$ 670,84	0,74	2,9	82,7%
RN	54,6	99,6%	R\$ 642,54	0,62	3,0	65,3%
RJ	54,4	100,0%	R\$ 907,90	0,90	3,9	100,0%
RO	49,0	99,3%	R\$ 694,31	1,39	3,2	86,5%
RS	47,8	99,9%	R\$ 792,01	1,11	3,2	89,7%
MG	46,1	99,9%	R\$ 849,03	0,81	3,0	65,3%
GO	45,9	99,5%	R\$ 770,12	1,13	3,4	67,9%
BA	44,5	99,0%	R\$ 734,76	0,79	3,2	77,0%
MA	39,2	99,3%	R\$ 719,81	0,70	2,7	74,2%
TO	38,1	98,9%	R\$ 795,05	0,63	2,8	58,3%
AP	32,2	97,3%	R\$ 600,34	1,27	2,9	56,3%
RR	30,5	99,3%	R\$ 699,57	3,15	3,6	53,3%
PI	29,6	98,5%	R\$ 754,23	1,16	3,1	40,2%
PA	14,1	94,7%	R\$ 835,31	0,61	2,7	71,5%
AC	6,9	94,8%	R\$ 718,98	1,63	2,1	77,3%
AM	0,0	95,8%	R\$ 758,09	0,70	2,1	45,2%

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2020 – I

Infraestrutura										
UF	Ranking do Pilar		Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações		Qualidade do Serviço de Telecomunicação		Custo de Combustíveis		Custo de Saneamento Básico	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		1		24	-4 ▼	2		9	1 ▲
DF	2	1 ▲	2		1	17 ▲	7	1 ▲	20	2 ▲
SC	3	-1 ▼	4		3	2 ▲	6	-3 ▼	18	-2 ▼
ES	4	1 ▲	9	2 ▲	15	-7 ▼	4	9 ▲	6	-1 ▼
PR	5	-1 ▼	5	1 ▲	19		1		23	-4 ▼
PB	6	6 ▲	14	3 ▲	4	-1 ▼	3	1 ▲	15	
MS	7	-1 ▼	10	-2 ▼	6		13	-8 ▼	24	
MT	8	5 ▲	11	-2 ▼	13	-1 ▼	14	2 ▲	4	
PE	9	-2 ▼	20	-6 ▼	16	-3 ▼	16	-5 ▼	11	2 ▲
AL	10	-2 ▼	26		7	-5 ▼	20	1 ▲	20	3 ▲
CE	11		15	8 ▲	10	1 ▲	23		10	-1 ▼
SE	12	2 ▲	12	4 ▲	2	2 ▲	18	-8 ▼	20	1 ▲
RN	13	-3 ▼	17	5 ▲	8	-7 ▼	22	-4 ▼	14	
RJ	14	-5 ▼	6	-1 ▼	14	1 ▲	25	-1 ▼	26	-8 ▼
RO	15	1 ▲	16	-1 ▼	18	-4 ▼	24	1 ▲	7	4 ▲
RS	16	3 ▲	3		9	8 ▲	21	-2 ▼	27	
MG	17	1 ▲	8	2 ▲	17	-1 ▼	11	3 ▲	13	-1 ▼
GO	18	-1 ▼	7		12	-3 ▼	9	-2 ▼	25	1 ▲
BA	19	-4 ▼	22	-1 ▼	21		8	7 ▲	19	1 ▲
MA	20	3 ▲	27		23		10	2 ▲	8	-1 ▼
TO	21	-1 ▼	21	-9 ▼	5	2 ▲	19	1 ▲	17	8 ▲
AP	22		18	2 ▲	26	-1 ▼	5	17 ▲	3	-2 ▼
RR	23	-2 ▼	24	-11 ▼	11	11 ▲	15	-6 ▼	5	1 ▲
PI	24		19	5 ▲	20	-10 ▼	17		12	-4 ▼
PA	25		25		25	2 ▲	26		2	
AC	26		23	-4 ▼	22	2 ▲	27		1	2 ▲
AM	27		13	5 ▲	27	-1 ▼	12	-6 ▼	16	1 ▲

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2020 – II

Infraestrutura								
UF	Ranking do Pilar		Disponibilidade de Voos Diretos		Acesso à Energia Elétrica		Custo da Energia Elétrica	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		1		2		5	-1 ▼
DF	2	1 ▲	2	2 ▲	13		4	4 ▲
SC	3	-1 ▼	9		4		2	1 ▲
ES	4	1 ▲	14		8		13	3 ▲
PR	5	-1 ▼	5		3		16	1 ▲
PB	6	6 ▲	20		9		11	2 ▲
MS	7	-1 ▼	19	-2 ▼	6		20	-6 ▼
MT	8	5 ▲	13	-1 ▼	12		24	-1 ▼
PE	9	-2 ▼	7		10		8	-2 ▼
AL	10	-2 ▼	18	1 ▲	14		12	-2 ▼
CE	11		10		11		7	-2 ▼
SE	12	2 ▲	22	-1 ▼	20		6	1 ▲
RN	13	-3 ▼	17	-1 ▼	15		3	-2 ▼
RJ	14	-5 ▼	3	-1 ▼	1		27	-1 ▼
RO	15	1 ▲	24	-1 ▼	18		9	2 ▲
RS	16	3 ▲	8		5		22	
MG	17	1 ▲	4	-1 ▼	7		26	-1 ▼
GO	18	-1 ▼	15	-2 ▼	16		21	
BA	19	-4 ▼	6		21		17	-8 ▼
MA	20	3 ▲	16	2 ▲	19		15	4 ▲
TO	21	-1 ▼	23	1 ▲	22		23	-5 ▼
AP	22		25		24		1	1 ▲
RR	23	-2 ▼	27		17		10	2 ▲
PI	24		21	1 ▲	23		18	6 ▲
PA	25		11		27		25	2 ▲
AC	26		26		26		14	1 ▲
AM	27		12	3 ▲	25		19	1 ▲

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2020 – III

Infraestrutura								
UF	Ranking do Pilar		Qualidade da Energia Elétrica		Qualidade das Rodovias		Backhaul de Fibra Óptica	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		16	-3 ▼	2		6	-1 ▼
DF	2	1 ▲	18		4		1	
SC	3	-1 ▼	13	3 ▲	15		1	
ES	4	1 ▲	6	5 ▲	6		10	-1 ▼
PR	5	-1 ▼	11	4 ▲	10		1	
PB	6	6 ▲	5	-4 ▼	9		20	4 ▲
MS	7	-1 ▼	7	2 ▲	8		7	3 ▲
MT	8	5 ▲	3		16		12	7 ▲
PE	9	-2 ▼	15	-5 ▼	14		14	-1 ▼
AL	10	-2 ▼	25		1		13	-2 ▼
CE	11		22	-3 ▼	19		5	1 ▲
SE	12	2 ▲	10	-5 ▼	21		11	-4 ▼
RN	13	-3 ▼	2	4 ▲	18		22	-5 ▼
RJ	14	-5 ▼	17		3		1	
RO	15	1 ▲	24	-1 ▼	13		9	9 ▲
RS	16	3 ▲	19	2 ▲	12		8	
MG	17	1 ▲	14		20		21	4 ▲
GO	18	-1 ▼	20	4 ▲	7		19	-4 ▼
BA	19	-4 ▼	12		11		16	-2 ▼
MA	20	3 ▲	7	-1 ▼	24		17	4 ▲
TO	21	-1 ▼	3		23		23	-1 ▼
AP	22		23	-1 ▼	22		24	-4 ▼
RR	23	-2 ▼	27		5		25	-2 ▼
PI	24		21	-1 ▼	17		27	
PA	25		1	1 ▲	25		18	-2 ▼
AC	26		26		26		15	-3 ▼
AM	27		7	-1 ▼	27		26	



SUSTENTABILIDADE SOCIAL

O pilar da sustentabilidade social foi construído a partir de uma visão multidimensional para o tema da vulnerabilidade. Grosso modo, o pilar foi incorporado como ferramenta para mensurar o grau de eficiência da atuação governamental para minimizar a vulnerabilidade do indivíduo em diferentes estágios da vida. A ideia subjacente ao pilar é superar abordagens que centram atenção apenas na dimensão da renda quando avaliam o bem-estar social.

Nessa concepção, a qualidade de vida é resultado de uma combinação de ações governamentais que permitem o acesso aos direitos fundamentais e sociais para o conjunto da população. Naturalmente, porém, há um foco especial nos grupos socialmente mais vulneráveis e que não conseguem se incorporar na economia de mercado.

Esta visão mais holística da questão social está em linha com os princípios institucionais que fundamentam a existência do Estado brasileiro. O primeiro artigo da carta constitucional coloca a dignidade humana como fundamento do pacto político criado em 1988. O pilar da sustentabilidade social, em boa medida, traz indicadores para verificar a taxa do sucesso dos entes estaduais em contribuir para diminuir as vulnerabilidades.

O pilar da sustentabilidade social é, em boa medida, uma síntese do princípio orientador do *Ranking de Competitividade dos Estados* como um todo. É um dos três pilares com maior peso no cômputo geral do ranking (12,0%), juntamente com os de infraestrutura e segurança pública. Além disso, juntamente com o pilar de educação, o pilar de sustentabilidade social é o que mostra a maior aderência com o ranking geral, marcando também um completo contraste regional, com os Estados das regiões Sul e Sudeste, acrescidos do DF, dominando as primeiras posições do ranking, ao passo que os Estados do Norte e Nordeste ocupam, no geral, as últimas posições.

O pressuposto do conceito de sustentabilidade social, contudo, não se limita a ações de correção de distorções, mas é composto por indicadores que medem a capacidade do governo em tomar ações que evitem a vulnerabilidade dos indivíduos. A ideia é que o Estado deve fornecer ferramentas para potencializar a capacidade dos

membros da sua comunidade política, no limite, reforçando a autonomia em relação aos governos.

A conexão do pilar com a competitividade é absoluta, pois não há melhor definição de um Estado competitivo do que aquele que é capaz de maximizar o bem-estar social de seus habitantes.

Mas há também uma conexão com um conceito “mais privado” de competitividade. Muito embora o ranking contemple pilares específicos para educação e capital humano, o pilar de sustentabilidade social também tem importância crucial para o reforço da qualidade do capital humano.

A proteção contra as vulnerabilidades sociais favorece também as chances de inserção dos indivíduos na economia do mercado, reforçando a quantidade de trabalho na economia — o que potencializa as taxas de crescimento, bem como o reforço ao tamanho do mercado consumidor. A face multidimensional do pilar caminha na direção de reforçarmos um movimento que equaliza a igualdade de oportunidades e respeita as escolhas individuais dos membros dessa comunidade. Assim, foram compilados neste pilar indicadores de saúde, pobreza, condições de moradia, saneamento básico e outros ligados à inserção econômica das famílias.

Além dos indicadores previamente utilizados no Ranking 2020, o pilar de Sustentabilidade Social ganhou 4 indicadores a partir da edição de 2021. São eles:

1. **Cobertura Vacinal:** taxa de cobertura vacinal, i.e., o número de doses aplicadas do imunizante indicado (1ª, 2ª, 3ª dose ou dose única, conforme a vacina) dividida pela população-alvo, multiplicado por 100. A importância do indicador decorre da reconhecida eficácia da imunização para a eliminação e controle de enfermidades imunopreveníveis, além dos relevantes custos-benefícios associados à prevenção de doenças.
2. **Desnutrição na Infância:** percentual de crianças (de 0 a 5 anos) com magreza acentuada. O indicador é importante pelas consequências irreversíveis resultantes da absorção inadequada de nutrientes nesta etapa da vida, como a redução do crescimento físico e o menor desempenho intelectual no futuro.
3. **Equilíbrio Racial:** o Índice Folha de Equilíbrio Racial (Ifer) mede a distância entre a realidade e o cenário de equilíbrio, em que a presença dos negros entre os 20% mais ricos, considerando renda (salários mais outros rendimentos), refletisse seu peso na população de 30 anos ou mais. Os dados referem-se à média dos últimos 3 anos disponíveis e incluem apenas os habitantes que se declaram brancos e negros. Sua escala vai de -1 (pior cenário possível para os negros) a 1 (pior situação possível para os brancos). Números entre -0,2 e 0,2 indicam equilíbrio racial. A mensuração do equilíbrio racial é relevante para incentivar e colaborar com a responsabilidade social e a promoção da diversidade, como também, para dar luz às desigualdades históricas presentes na sociedade brasileira.
4. **Obesidade na Infância:** percentual de crianças (de 0 a 5 anos) com obesidade. A importância do indicador decorre das relevantes consequências à saúde pública

e individual, uma vez que a obesidade é um fator de risco e de propensão ao desenvolvimento de diversas comorbidades, tal como a diabetes e hipertensão.

Vale frisar que, os novos indicadores de Desnutrição na Infância e Obesidade na Infância são dados autorreportados pelos governos estaduais e podem, em alguns casos, estarem subnotificados.

Além disso, nesta edição, alterações metodológicas foram feitas em 3 indicadores:

1. Formalidade do Mercado de Trabalho: alteração na fonte primária dos dados do IBGE, tendo em vista a substituição dos microdados da PNAD Contínua pelas tabelas da PNAD Contínua Trimestral disponíveis para cada Unidade da Federação no site do IBGE.
2. Inserção Econômica dos Jovens: a despeito de não ter havido divulgação de novos dados, houve alteração da faixa etária de 15-22 anos para 15-29 anos, de modo a compatibilizar com o conceito “jovem” do indicador de Mortalidade Precoce.
3. Inserção Econômica: alteração da referência temporal do indicador do 4º trimestre para a média dos quatro trimestres do ano, removendo qualquer efeito sazonal.

Em comparação à edição de 2020, não houve atualização de 7 indicadores:

1. IDH: o IPEA informa que, em função de ajustes orçamentários, não há previsão de lançamento do novo Radar IDHM.
2. Inadequação de Moradia, Famílias Abaixo da Linha da Pobreza, Desigualdade de Renda, Acesso ao Saneamento Básico - Água, Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto e Inserção Econômica dos Jovens: o IBGE informa que a divulgação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2020 foi adiada para 2022. Devido à pandemia e o decorrente baixo aproveitamento da amostra de domicílios em entrevistas de primeira visita ao longo de 2020, foram necessários estudos metodológicos e mudanças em procedimentos operacionais.

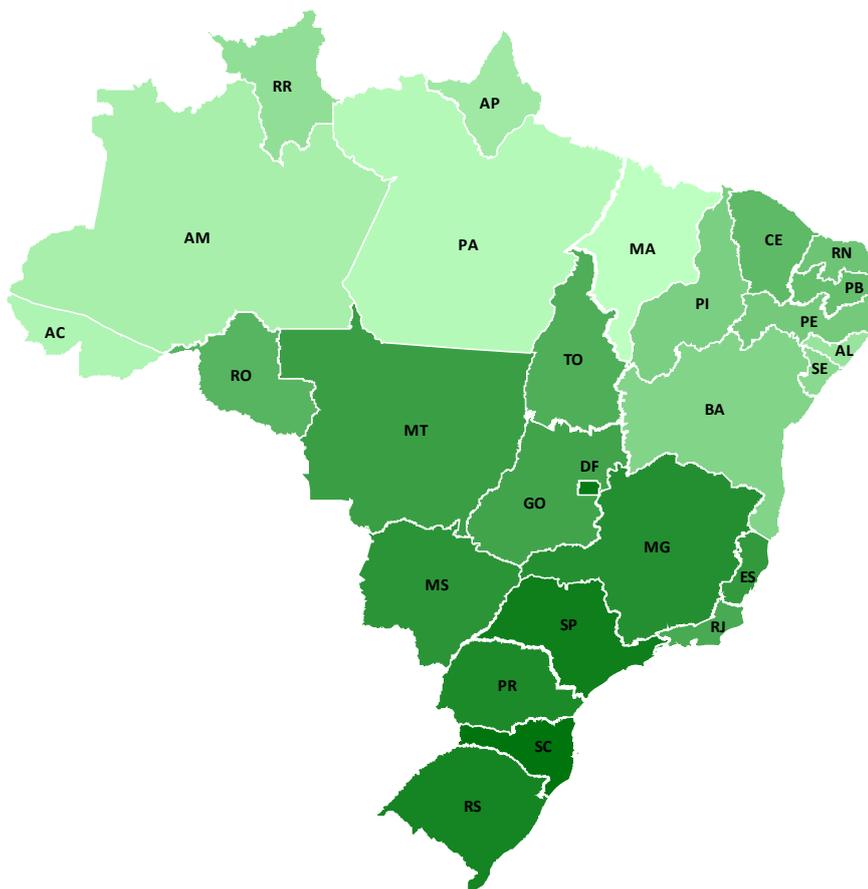
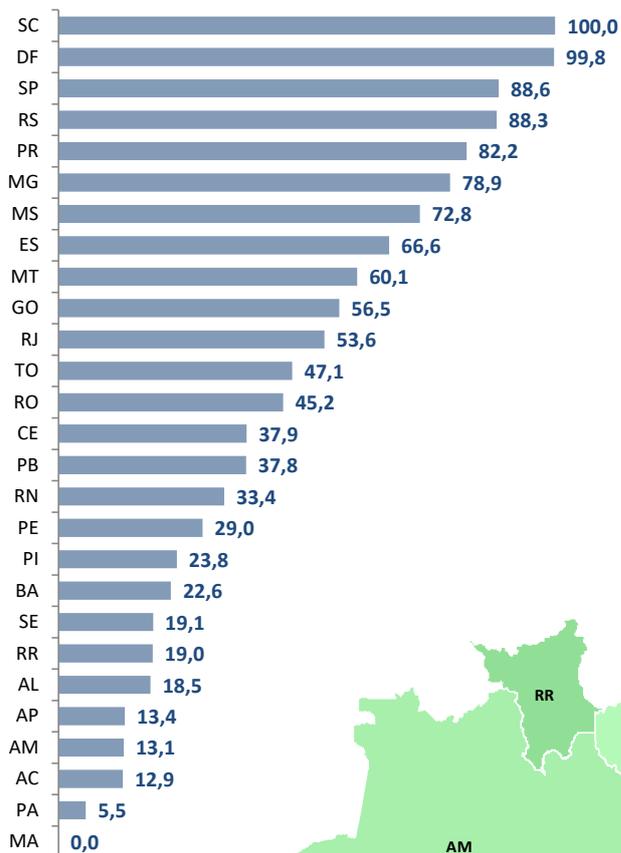
As UFs mais bem colocadas foram SC, DF e SP, nessa ordem. Em relação à edição passada, Santa Catarina segue como o primeiro colocado e o Distrito Federal passou da 3ª para 2ª posição, ocupando o lugar de São Paulo. O Estado catarinense ocupa a 1ª colocação nos indicadores de Desigualdade de Renda, Formalidade do Mercado de Trabalho, Inserção Econômica, Inserção Econômica dos Jovens, Mortalidade na Infância e Cobertura Vacinal.

O Amapá exibiu o maior avanço de posição no pilar, com salto de 4 colocações, atingindo o 23º lugar. O Estado amapaense apresentou melhora relativa nos indicadores de Formalidade do Mercado de Trabalho, Inserção Econômica e Mortalidade Materna. Piauí e Roraima também apresentaram ganhos de posição no pilar, com avanço de 3 colocações cada.



SUSTENTABILIDADE SOCIAL

Ranking – Sustentabilidade Social



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Inadequação de Moradia	% de domicílios urbanos que apresentam pelo menos 1 dos critérios de inadequação: carência de infraestrutura, adensamento excessivo de moradores em domicílios próprios, problemas de natureza fundiária, cobertura inadequada, ausência de unidade sanitária domiciliar exclusiva.	IBGE	2019
Famílias Abaixo da Linha da Pobreza	% de domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza.	IBGE	2019
Desigualdade de Renda	Índice de Gini do rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade, em todos os trabalhos, a preços médios do ano	IBGE	2019
Acesso ao Saneamento Básico - Água	% de domicílios com acesso à água canalizada de rede geral de distribuição.	IBGE	2019
Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto	% de domicílios com acesso à rede coletora de esgoto.	IBGE	2019
Anos Potenciais de Vida Perdidos	Média ponderada pela quantidade de óbitos dos anos potenciais de vida perdidos (anos faltantes para atingir 70 anos) por faixa etária.	Datusus	2019
Formalidade do Mercado de Trabalho	Proporção de ocupados de 14 anos ou mais de idade nas seguintes ocupações: 1) empregado com carteira de trabalho assinada (empregado do setor privado, trabalhador doméstico e empregado do setor público); 2) 'conta-própria', empregadores com CNPJ; e 3) 'militar e servidor estatutário'. Em relação ao total de ocupados.	IBGE	2020
Inserção Econômica	Proporção de Ocupados em relação à População Economicamente Ativa.	IBGE	2020
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano estadual.	PNUD, FJP e Ipea	2017
Inserção Econômica dos Jovens	Proporção dos jovens (entre 15 e 29 anos de idade) que estudam ou trabalham em relação ao total de jovens.	IBGE	2019
Mortalidade Materna	Óbitos maternos em relação à população feminina em idade fértil (15-49 anos).	Datusus e IBGE	2019
Mortalidade Precoce	Mortalidade de Jovens (15-29 anos) por causas externas.	Datusus e IBGE	2019
Mortalidade na Infância	Óbitos de menores de 5 anos por grupo de 1.000 nascidos vivos.	Datusus	2019
Desnutrição na Infância	Percentual de crianças (de 0 a 5 anos) com magreza acentuada.	Sisvan	2020
Obesidade na Infância	Percentual de crianças (de 0 a 5 anos) com obesidade.	Sisvan	2020
Cobertura Vacinal	Taxa de cobertura vacinal: número de doses aplicadas do imunizante indicado (1ª, 2ª, 3ª dose ou dose única, conforme a vacina) dividida pela população-alvo, multiplicado por 100.	Datusus	2020
Equilíbrio Racial	Distância entre a realidade e o cenário de equilíbrio, em que a presença dos negros entre os 20% mais ricos, considerando renda (salários mais outros rendimentos), refletisse seu peso na população de 30 anos ou mais.	Índice Folha de Equilíbrio Racial (Ifer)	2019

Distribuição dos Indicadores no Pilar

Sustentabilidade Social



Desempenhos das UFs em cada indicador – I

Sustentabilidade Social - I							
UF	Pilar Nota: 0-100	Inadequação de Moradia	Famílias abaixo da linha da pobreza	Desigualdade de renda	Acesso ao Saneamento Básico - Água	Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto	Anos Potenciais de Vida Perdidos
SC	100,0	19,1%	1,6%	0,41	83,1%	61,1%	5,8
DF	99,8	8,0%	1,4%	0,55	95,1%	88,0%	8,9
SP	88,6	11,0%	2,0%	0,51	96,0%	92,6%	4,9
RS	88,3	20,3%	1,7%	0,47	88,1%	70,5%	3,8
PR	82,2	14,5%	2,5%	0,46	89,6%	71,4%	6,0
MG	78,9	11,1%	2,8%	0,47	88,8%	81,7%	5,4
MS	72,8	14,7%	2,0%	0,47	87,7%	51,2%	7,7
ES	66,6	17,6%	2,3%	0,49	85,2%	78,5%	7,1
MT	60,1	20,9%	2,2%	0,43	79,6%	38,8%	11,3
GO	56,5	22,9%	3,1%	0,43	86,8%	61,5%	8,6
RJ	53,6	23,8%	3,4%	0,50	87,8%	90,3%	5,7
TO	47,1	31,4%	4,9%	0,50	82,4%	35,9%	9,8
RO	45,2	57,5%	3,0%	0,45	46,0%	15,2%	10,4
CE	37,9	22,5%	6,4%	0,55	78,8%	48,1%	6,8
PB	37,8	24,1%	7,5%	0,54	76,1%	49,8%	6,1
RN	33,4	51,5%	6,0%	0,52	86,9%	26,1%	7,2
PE	29,0	32,8%	7,7%	0,53	74,8%	61,8%	7,6
PI	23,8	18,3%	7,3%	0,55	85,0%	7,9%	7,7
BA	22,6	26,5%	8,0%	0,53	85,0%	56,6%	8,9
SE	19,1	25,7%	6,5%	0,55	84,8%	47,9%	10,0
RR	19,0	29,5%	5,9%	0,53	84,6%	36,6%	20,2
AL	18,5	35,4%	9,2%	0,45	78,7%	44,8%	9,3
AP	13,4	69,2%	4,5%	0,48	54,8%	18,6%	18,7
AM	13,1	43,4%	6,5%	0,51	73,8%	46,7%	15,8
AC	12,9	52,3%	9,1%	0,50	54,5%	39,0%	14,5
PA	5,5	60,0%	5,5%	0,51	49,2%	18,4%	13,4
MA	0,0	39,2%	12,9%	0,50	70,0%	21,7%	10,7

Desempenhos das UFs em cada indicador – II

Sustentabilidade Social - II							
UF	Pilar Nota: 0-100	Formalidade do Mercado de Trabalho	Inserção Econômica	IDH	Inserção Econômica dos Jovens	Mortalidade Materna	Mortalidade Precoce
SC	100,0	73,2%	93,9%	0,81	86,9%	1,6	67,1
DF	99,8	71,8%	85,3%	0,85	81,9%	1,0	56,5
SP	88,6	70,4%	86,2%	0,83	76,4%	2,3	46,2
RS	88,3	68,5%	90,9%	0,79	82,9%	1,7	73,6
PR	82,2	69,2%	90,6%	0,79	79,8%	2,2	86,9
MG	78,9	62,4%	87,5%	0,79	78,1%	2,0	64,3
MS	72,8	62,5%	90,1%	0,77	80,9%	3,0	81,1
ES	66,6	60,8%	87,3%	0,77	74,3%	2,7	103,6
MT	60,1	60,2%	90,3%	0,77	80,6%	4,0	102,9
GO	56,5	60,9%	87,6%	0,77	77,7%	3,4	113,0
RJ	53,6	65,0%	82,7%	0,80	75,3%	3,4	122,5
TO	47,1	56,1%	88,4%	0,74	75,3%	3,4	101,9
RO	45,2	51,7%	89,6%	0,73	76,8%	2,6	76,0
CE	37,9	48,0%	86,9%	0,74	71,3%	2,9	92,6
PB	37,8	51,4%	85,4%	0,72	70,2%	3,2	79,8
RN	33,4	56,9%	84,2%	0,73	74,5%	3,2	117,8
PE	29,0	51,9%	83,2%	0,73	69,3%	2,4	114,9
PI	23,8	43,1%	87,2%	0,70	71,4%	4,5	84,1
BA	22,6	48,7%	80,2%	0,71	73,7%	2,5	137,7
SE	19,1	48,5%	81,7%	0,70	73,1%	1,8	123,5
RR	19,0	54,5%	83,7%	0,75	72,8%	6,5	119,6
AL	18,5	54,5%	81,4%	0,68	64,9%	3,0	105,6
AP	13,4	52,2%	85,0%	0,74	71,4%	2,0	139,3
AM	13,1	42,7%	84,3%	0,73	72,1%	5,2	121,3
AC	12,9	51,8%	84,9%	0,72	68,5%	3,3	101,7
PA	5,5	40,4%	89,6%	0,70	71,2%	5,0	111,3
MA	0,0	41,0%	84,1%	0,69	64,4%	4,3	74,6

Desempenhos das UFs em cada indicador – III

Sustentabilidade Social - III						
UF	Pilar Nota: 0-100	Mortalidade na infância	Cobertura Vacinal	Equilíbrio Racial	Desnutrição na Infância	Obesidade na Infância
SC	100,0	10,6	81,7%	-0,32	1,4%	5,5%
DF	99,8	11,6	75,9%	-0,26	1,5%	2,8%
SP	88,6	13,1	70,1%	-0,36	1,6%	7,1%
RS	88,3	12,1	76,9%	-0,36	1,3%	6,4%
PR	82,2	12,3	77,2%	-0,33	1,9%	7,3%
MG	78,9	13,2	76,9%	-0,28	3,1%	6,5%
MS	72,8	12,9	72,9%	-0,25	1,9%	7,4%
ES	66,6	12,6	74,5%	-0,28	3,1%	6,6%
MT	60,1	14,7	74,4%	-0,23	3,5%	5,8%
GO	56,5	15,5	69,8%	-0,21	4,0%	7,4%
RJ	53,6	15,3	46,7%	-0,36	3,0%	6,4%
TO	47,1	12,6	77,4%	-0,29	3,4%	6,8%
RO	45,2	13,3	74,2%	-0,17	3,2%	5,6%
CE	37,9	14,3	70,8%	-0,33	2,9%	10,6%
PB	37,8	14,8	60,6%	-0,20	2,6%	8,5%
RN	33,4	14,2	61,6%	-0,22	2,6%	9,4%
PE	29,0	15,1	61,0%	-0,29	3,4%	9,1%
PI	23,8	17,1	63,9%	-0,30	3,2%	7,3%
BA	22,6	16,5	60,0%	-0,29	4,0%	7,2%
SE	19,1	19,1	58,5%	-0,27	4,0%	10,6%
RR	19,0	22,4	64,3%	-0,26	1,7%	4,9%
AL	18,5	15,5	59,2%	-0,34	3,6%	9,4%
AP	13,4	21,4	43,0%	-0,17	2,6%	6,7%
AM	13,1	18,9	65,1%	-0,38	3,0%	7,0%
AC	12,9	18,9	56,6%	-0,23	3,1%	7,1%
PA	5,5	18,0	54,4%	-0,28	3,8%	6,9%
MA	0,0	16,6	50,3%	-0,27	4,9%	8,3%

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2020 – I

Sustentabilidade Social										
UF	Ranking do Pilar		Inadequação de Moradia		Famílias Abaixo da Linha da Pobreza		Desigualdade de Renda		Acesso ao Saneamento Básico - Água	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SC	1		8		2		1		15	
DF	2	1 ▲	1		1		25		2	
SP	3	-1 ▼	2		4		16		1	
RS	4		9		3		7		5	
PR	5		4		8		6		3	
MG	6		3		9		7		4	
MS	7		5		5		7		7	
ES	8		6		7		11		10	
MT	9	1 ▲	10		6		2		17	
GO	10	1 ▲	12		11		3		9	
RJ	11	-2 ▼	13		12		15		6	
TO	12		18		14		14		16	
RO	13		25		10		4		27	
CE	14	1 ▲	11		18		24		18	
PB	15	-1 ▼	14		22		23		20	
RN	16		23		17		19		8	
PE	17		19		23		22		21	
PI	18	3 ▲	7		21		25		11	
BA	19	-1 ▼	16		24		21		12	
SE	20		15		20		27		13	
RR	21	3 ▲	17		16		20		14	
AL	22	-3 ▼	20		26		5		19	
AP	23	4 ▲	27		13		10		24	
AM	24	-2 ▼	22		19		18		22	
AC	25	-2 ▼	24		25		12		25	
PA	26		26		15		17		26	
MA	27	-2 ▼	21		27		12		23	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2020 – II

Sustentabilidade Social										
UF	Ranking do Pilar		Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto		Anos Potenciais de Vida Perdidos		Formalidade do Mercado de Trabalho		Inserção Econômica	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SC	1		10		5	-1 ▼	1		1	
DF	2	1 ▲	3		16		2		16	
SP	3	-1 ▼	1		2		3		14	-1 ▼
RS	4		7		1		5		2	2 ▲
PR	5		6		6		4		3	2 ▲
MG	6		4		3		8	1 ▲	10	-1 ▼
MS	7		12		13	-4 ▼	7	1 ▲	5	-2 ▼
ES	8		5		9	-1 ▼	10	1 ▲	11	
MT	9	1 ▲	19		22	-1 ▼	11	-4 ▼	4	-2 ▼
GO	10	1 ▲	9		14		9	1 ▲	9	3 ▲
RJ	11	-2 ▼	2		4	1 ▲	6		24	-2 ▼
TO	12		21		18	1 ▲	13	1 ▲	8	-1 ▼
RO	13		26		20	-2 ▼	19	-3 ▼	7	-1 ▼
CE	14	1 ▲	14		8	5 ▲	23	-4 ▼	13	-3 ▼
PB	15	-1 ▼	13		7		20	1 ▲	15	-1 ▼
RN	16		22		10		12	1 ▲	20	-3 ▼
PE	17		8		11	1 ▲	17	1 ▲	23	
PI	18	3 ▲	27		12	-1 ▼	24	2 ▲	12	7 ▲
BA	19	-1 ▼	11		15		21	2 ▲	27	
SE	20		15		19	1 ▲	22		25	
RR	21	3 ▲	20		27		14	3 ▲	22	2 ▲
AL	22	-3 ▼	17		17		15	-3 ▼	26	-6 ▼
AP	23	4 ▲	24		26		16	4 ▲	17	9 ▲
AM	24	-2 ▼	16		25		25	-1 ▼	19	-1 ▼
AC	25	-2 ▼	18		24		18	-3 ▼	18	3 ▲
PA	26		25		23		27		6	2 ▲
MA	27	-2 ▼	23		21	1 ▲	26	-1 ▼	21	-6 ▼

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2020 – III

Sustentabilidade Social										
UF	Ranking do Pilar		IDH		Inserção Econômica dos Jovens		Mortalidade Materna		Mortalidade Precoce	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SC	1		3		1		2		4	
DF	2	1 ▲	1		3		1	8 ▲	2	
SP	3	-1 ▼	2		10		8	-1 ▼	1	
RS	4		6		2		3	-2 ▼	5	1 ▲
PR	5		5		6		7	-3 ▼	11	-3 ▼
MG	6		6		7		5	1 ▲	3	
MS	7		11		4		14	7 ▲	9	-2 ▼
ES	8		9		14		12	2 ▲	16	-4 ▼
MT	9	1 ▲	8		5		22	-3 ▼	15	-2 ▼
GO	10	1 ▲	10		8		21	-4 ▼	19	-3 ▼
RJ	11	-2 ▼	4		11		19	-6 ▼	24	-4 ▼
TO	12		13		12		20	-17 ▼	14	1 ▲
RO	13		19		9		11	-6 ▼	7	-2 ▼
CE	14	1 ▲	15		21		13	5 ▲	12	14 ▲
PB	15	-1 ▼	20		23		17	-5 ▼	8	3 ▲
RN	16		17		13		16	-8 ▼	21	4 ▲
PE	17		18		24		9	6 ▲	20	-1 ▼
PI	18	3 ▲	25		19		24	-1 ▼	10	
BA	19	-1 ▼	22		15		10	1 ▲	26	-2 ▼
SE	20		23		16		4	12 ▲	25	-3 ▼
RR	21	3 ▲	12		17		27	-1 ▼	22	5 ▲
AL	22	-3 ▼	27		26		15	-5 ▼	17	1 ▲
AP	23	4 ▲	14		20		6	19 ▲	27	-4 ▼
AM	24	-2 ▼	16		18		26	1 ▲	23	-9 ▼
AC	25	-2 ▼	21		25		18	2 ▲	13	4 ▲
PA	26		24		22		25	-3 ▼	18	3 ▲
MA	27	-2 ▼	26		27		23	1 ▲	6	3 ▲

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2020 – IV

Sustentabilidade Social

UF	Ranking do Pilar		Mortalidade na Infância		Desnutrição na Infância		Obesidade na Infância		Cobertura Vacinal		Equilíbrio Racial	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SC	1		1		2		3		1		20	
DF	2	1▲	2	5▲	3		1		6		10	
SP	3	-1▼	8	-2▼	4		14		12		26	
RS	4		3	-1▼	1		6		5		25	
PR	5		4	-1▼	6		18		3		22	
MG	6		9	-4▼	16		8		4		14	
MS	7		7	1▲	7		19		10		8	
ES	8		5	-1▼	14		9		7		15	
MT	9	1▲	13		21		5		8		7	
GO	10	1▲	18	-3▼	26		20		13		4	
RJ	11	-2▼	16	1▲	13		7		26		24	
TO	12		6	10▲	20		11		2		17	
RO	13		10	1▲	17		4		9		1	
CE	14	1▲	12		11		26		11		21	
PB	15	-1▼	14	-5▼	8		22		19		3	
RN	16		11	-1▼	10		24		17		5	
PE	17		15	3▲	19		23		18		16	
PI	18	3▲	21	1▲	18		17		16		19	
BA	19	-1▼	19		24		16		20		17	
SE	20		25	-2▼	25		27		22		12	
RR	21	3▲	27		5		2		15		9	
AL	22	-3▼	17	-3▼	22		25		21		23	
AP	23	4▲	26		9		10		27		2	
AM	24	-2▼	23	1▲	12		13		14		27	
AC	25	-2▼	24	1▲	14		15		23		6	
PA	26		22	-1▼	23		12		24		13	
MA	27	-2▼	20		27		21		25		11	



SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública é o serviço público que melhor expressa o funcionamento das instituições do Estado, visto que a construção da ordem e a proteção aos direitos individuais ao longo de toda história se mostraram essenciais para a construção de um ordenamento virtuoso para o desenvolvimento.

O Estado moderno nasceu fundamentalmente para criar estabilidade interna e proteção externa para sua comunidade. A segurança pública, no limite, é a dimensão que separa os países com equilíbrio virtuoso para o desenvolvimento dos chamados “Estados falidos”. A preservação dos direitos individuais, aliada à preservação do primado da lei e à construção de mecanismos de institucionalização dos conflitos, é condição fundamental para o bem-estar social e a competitividade dos Estados.

A inclusão de um pilar específico de Segurança Pública no *Ranking de Competitividade dos Estados* é justificada por razões de duas ordens: i) constitucional: responsabilidade central da esfera estadual na garantia de segurança aos cidadãos; e ii) prática: a segurança pública no Brasil é uma das maiores preocupações dos cidadãos, diante dos índices de violência urbana alarmantes e ainda sem sinais de reversão.

O pilar de segurança pública recebe o maior peso (13,5%) entre 10 pilares temáticos que constituem o *Ranking de Competitividade dos Estados* nesta edição de 2021.

O pilar de segurança pública é composto por 9 indicadores, listados na tabela abaixo. Por representar o crime que gera os maiores danos à sociedade, por seus índices alarmantes e por dispor das medições mais confiáveis, o indicador de *Segurança Pessoal* é o que possui a maior importância relativa (ver quadro no final desta seção).

Nesta edição, alterações metodológicas foram feitas em 5 indicadores:

1. Mortes a Esclarecer, Mortalidade no Trânsito e Morbidade no Trânsito: alteração da fonte primária do denominador (População) a partir da substituição dos dados da PNAD Contínua Anual pelo produto “Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade: 2010-2060”, também do IBGE.
2. Segurança Pessoal e Segurança Patrimonial: após utilizarmos as informações da Secretaria Nacional de Segurança Pública (disponibilizadas no Sinesp) em 2020, retomamos a atualização com os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

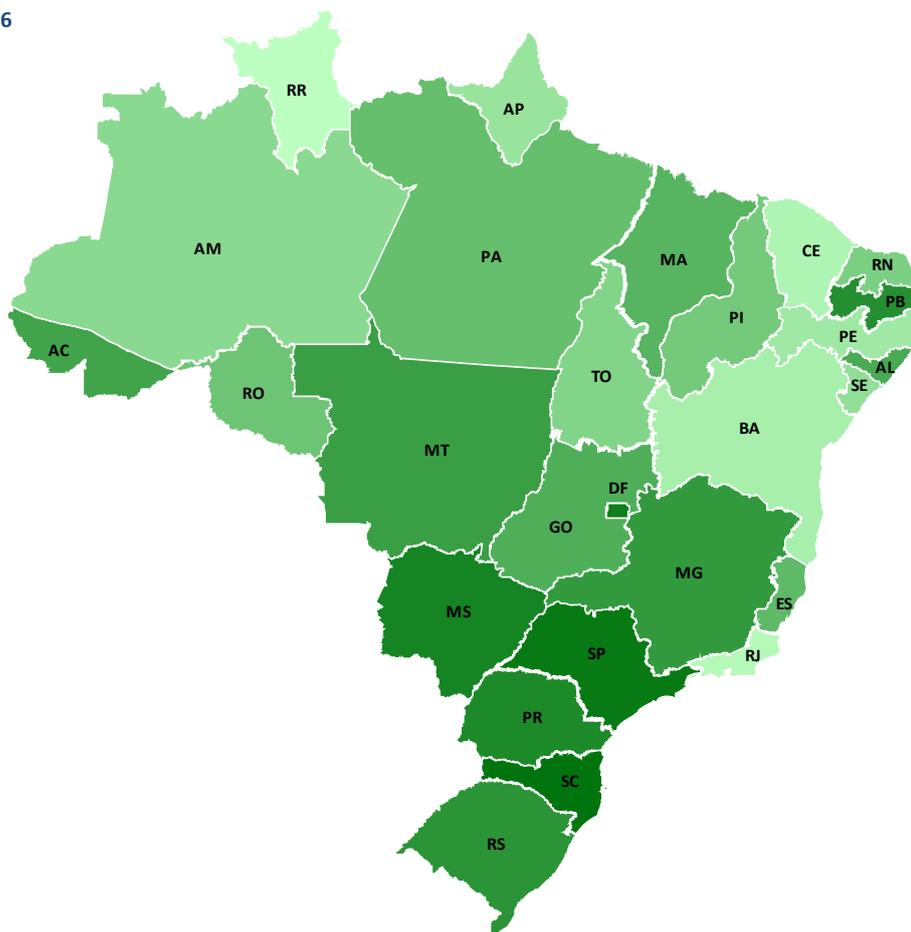
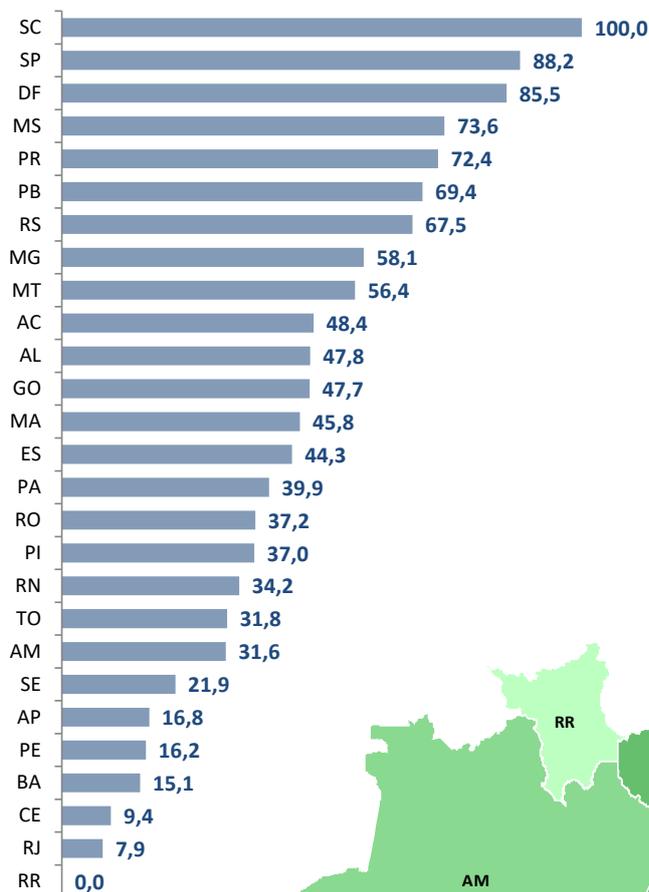
Santa Catarina, São Paulo e Distrito Federal seguem ocupando, nessa ordem, as primeiras posições no pilar de Segurança Pública. Considerando os indicadores de maior peso, os Estados de Santa Catarina e São Paulo exibiram melhora relativa em Segurança Patrimonial, com alta de 13 e 14 posições, respectivamente; e em Segurança Pessoal, ocupando a 2ª e 1ª colocação, respectivamente.

O Acre exibiu o maior avanço de posição no pilar, com salto de 9 colocações, atingindo o 10º lugar. O Estado acriano apresentou melhora relativa nos indicadores de Atuação do Sistema de Justiça Criminal, Déficit Carcerário, Segurança Pessoal e Segurança Patrimonial. Analogamente, o Mato Grosso também apresentou ganhos de posição no pilar, com avanço de 7 colocações, para o 9º lugar.



SEGURANÇA PÚBLICA

Ranking – Segurança Pública



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Atuação do Sistema de Justiça Criminal	População prisional acusada de homicídio em relação ao número de homicídios.	DEPEN e FBSP	2020
Presos sem Condenação	Proporção de presos sem condenação em relação ao total de presos.	DEPEN	2020
Déficit Carcerário	Relação população prisional pelo total de vagas.	DEPEN	2020
Mortes a Esclarecer	Óbitos por causas externas a partir de "Eventos cuja intenção é indeterminada" por 100 mil habitantes.	Datasus e IBGE	2019
Mortalidade no Trânsito	Óbitos por acidentes em transporte terrestre em relação a 100 mil habitantes.	Datasus e IBGE	2019
Morbidade no Trânsito	Número de internações provocadas por acidente de transporte terrestre em relação a 100 mil habitantes.	Datasus e IBGE	2020
Segurança Pessoal	Taxa de Mortes Violentas Intencionais - MVI (corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora) em relação a população total.	FBSP	2020
Segurança Patrimonial	Roubos totais por 100 mil habitantes.	FBSP	2020
Qualidade da Informação de Criminalidade	Qualidade estimada dos registros estatísticos oficiais de Mortes Violentas Intencionais.	FBSP	2020

Distribuição dos Indicadores no Pilar

Segurança Pública



Desempenhos das UFs em cada indicador - I

Segurança Pública - I						
UF	Pilar Nota: 0-100	Atuação do Sistema de Justiça Criminal	Presos sem Condenação	Déficit Carcerário	Mortes a esclarecer	Mortalidade no Trânsito
SC	100,0	3,5%	24,5%	1,2%	2,3	20,0
SP	88,2	4,2%	20,5%	1,4%	9,0	10,9
DF	85,5	5,0%	16,8%	1,5%	1,4	11,2
MS	73,6	4,5%	22,0%	1,8%	3,5	22,6
PR	72,4	2,5%	12,9%	2,1%	4,0	21,2
PB	69,4	1,8%	28,0%	1,2%	1,1	19,2
RS	67,5	0,4%	31,7%	1,2%	1,8	14,4
MG	58,1	#VALOR!	41,4%	1,4%	7,2	15,2
MT	56,4	2,7%	39,9%	1,2%	2,8	29,2
AC	48,4	5,2%	30,3%	1,0%	1,6	12,7
AL	47,8	1,9%	38,0%	2,0%	0,8	18,2
GO	47,7	1,8%	37,2%	1,4%	2,8	20,9
MA	45,8	1,1%	40,5%	1,1%	1,0	17,9
ES	44,3	3,8%	31,8%	1,6%	6,5	18,8
PA	39,9	0,8%	26,1%	1,5%	3,2	15,8
RO	37,2	4,4%	16,0%	1,4%	3,7	21,3
PI	37,0	1,0%	54,3%	1,1%	3,1	28,0
RN	34,2	1,2%	27,2%	1,4%	5,1	12,9
TO	31,8	1,4%	38,4%	1,4%	4,4	30,0
AM	31,6	0,9%	35,2%	1,5%	0,7	9,6
SE	21,9	0,9%	56,7%	1,3%	5,7	17,3
AP	16,8	1,4%	32,9%	0,9%	2,1	9,9
PE	16,2	1,7%	44,4%	2,5%	10,2	15,7
BA	15,1	0,4%	48,2%	1,1%	10,9	15,5
CE	9,4	1,3%	44,4%	1,7%	10,9	14,8
RJ	7,9	1,4%	39,8%	1,5%	27,8	8,8
RR	0,0	2,8%	25,2%	3,1%	10,6	20,3

Desempenhos das UFs em cada indicador - II

Segurança Pública - II					
UF	Pilar Nota: 0-100	Morbidade no Trânsito	Segurança Pessoal	Segurança Patrimonial	Qualidade da Informação de Criminalidade
SC	100,0	90,0	11,2	126,5	81,7
SP	88,2	92,4	9,0	472,8	77,9
DF	85,5	89,2	14,2	859,2	84,3
MS	73,6	174,3	17,5	182,4	68,8
PR	72,4	98,3	21,6	288,4	88,0
PB	69,4	113,9	28,9	202,7	86,7
RS	67,5	36,6	17,6	473,6	78,4
MG	58,1	98,4	12,6	161,9	64,7
MT	56,4	94,8	28,1	281,8	80,6
AC	48,4	140,1	32,9	653,2	51,7
AL	47,8	58,2	37,3	258,2	91,3
GO	47,7	117,5	30,5	373,0	81,3
MA	45,8	63,3	28,7	633,5	80,2
ES	44,3	121,5	29,7	791,6	87,2
PA	39,9	80,3	32,5	774,2	88,7
RO	37,2	158,9	23,0	1063,1	51,3
PI	37,0	185,1	21,5	681,0	91,3
RN	34,2	123,8	38,0	523,3	74,3
TO	31,8	153,9	28,5	250,8	61,2
AM	31,6	29,5	26,5	838,6	54,7
SE	21,9	81,3	42,6	493,6	89,1
AP	16,8	62,7	41,7	951,1	54,4
PE	16,2	62,5	38,3	551,3	89,2
BA	15,1	77,5	44,9	383,3	75,2
CE	9,4	118,3	45,2	587,3	84,5
RJ	7,9	49,4	28,3	713,5	64,0
RR	0,0	301,3	29,2	404,2	48,7

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2020 – I

Segurança Pública									
UF	Ranking do Pilar		Atuação do Sistema de Justiça Criminal		Presos sem Condenação		Déficit Carcerário		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
SC	1		7	4 ▲	6	-1 ▼	7	-6 ▼	
SP	2		5	-3 ▼	4	-1 ▼	16	-8 ▼	
DF	3		2	4 ▲	3	-1 ▼	17	5 ▲	
MS	4	2 ▲	3	-2 ▼	5	-1 ▼	23	-3 ▼	
PR	5	3 ▲	10	-1 ▼	1	11 ▲	25	-20 ▼	
PB	6	-1 ▼	12	-4 ▼	10	4 ▲	8	2 ▲	
RS	7	2 ▲	25	1 ▲	12	1 ▲	9	-2 ▼	
MG	8	-1 ▼	27	-22 ▼	22	-1 ▼	14	-1 ▼	
MT	9	7 ▲	9	1 ▲	20	4 ▲	6		
AC	10	9 ▲	1	16 ▲	11	-4 ▼	2	17 ▲	
AL	11	3 ▲	11	9 ▲	17	-2 ▼	24	-1 ▼	
GO	12	5 ▲	13		16	6 ▲	13	1 ▲	
MA	13	-9 ▼	20	7 ▲	21	-3 ▼	5	-2 ▼	
ES	14	1 ▲	6	1 ▲	13	3 ▲	21	-10 ▼	
PA	15	-2 ▼	24		8	1 ▲	19	-1 ▼	
RO	16	-5 ▼	4	-1 ▼	2	-1 ▼	11	5 ▲	
PI	17	1 ▲	21	-5 ▼	26	-3 ▼	4	11 ▲	
RN	18	3 ▲	19	3 ▲	9	1 ▲	12	-8 ▼	
TO	19	3 ▲	16	-2 ▼	18	-1 ▼	15	6 ▲	
AM	20	-8 ▼	23	-5 ▼	15	-4 ▼	18	8 ▲	
SE	21	5 ▲	22	1 ▲	27	-2 ▼	10	7 ▲	
AP	22	-12 ▼	15	-11 ▼	14	-8 ▼	1	11 ▲	
PE	23	1 ▲	14	-2 ▼	23	-4 ▼	26	-2 ▼	
BA	24	1 ▲	26	-1 ▼	25	2 ▲	3	-1 ▼	
CE	25	-5 ▼	18	1 ▲	24	2 ▲	22	3 ▲	
RJ	26	-3 ▼	17	4 ▲	19	1 ▲	20	-11 ▼	
RR	27		8	7 ▲	7	1 ▲	27		

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2020 – II

Segurança Pública								
UF	Ranking do Pilar		Mortes a Esclarecer		Mortalidade no Trânsito		Morbidade no Trânsito	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SC	1		9		19	-1 ▼	12	1 ▲
SP	2		22	3 ▲	4	-2 ▼	13	-1 ▼
DF	3		5	3 ▲	5	1 ▲	11	-4 ▼
MS	4	2 ▲	14	1 ▲	24	-4 ▼	25	
PR	5	3 ▲	16		22	-1 ▼	15	-4 ▼
PB	6	-1 ▼	4	3 ▲	18	4 ▲	17	1 ▲
RS	7	2 ▲	7	3 ▲	8	1 ▲	2	
MG	8	-1 ▼	21	-1 ▼	10		16	-2 ▼
MT	9	7 ▲	11	3 ▲	26	1 ▲	14	10 ▲
AC	10	9 ▲	6	-3 ▼	6	-2 ▼	22	-6 ▼
AL	11	3 ▲	2		16	-1 ▼	4	
GO	12	5 ▲	10	1 ▲	21	3 ▲	18	4 ▲
MA	13	-9 ▼	3	1 ▲	15	2 ▲	7	3 ▲
ES	14	1 ▲	20	2 ▲	17	2 ▲	20	-3 ▼
PA	15	-2 ▼	13		13	-2 ▼	9	
RO	16	-5 ▼	15	-9 ▼	23		24	-3 ▼
PI	17	1 ▲	12	5 ▲	25		26	
RN	18	3 ▲	18	3 ▲	7	1 ▲	21	-2 ▼
TO	19	3 ▲	17	-5 ▼	27	-1 ▼	23	
AM	20	-8 ▼	1		2	1 ▲	1	
SE	21	5 ▲	19	-1 ▼	14		10	5 ▲
AP	22	-12 ▼	8	-3 ▼	3	-2 ▼	6	
PE	23	1 ▲	23	1 ▲	12		5	
BA	24	1 ▲	25	1 ▲	11	-4 ▼	8	
CE	25	-5 ▼	26	-7 ▼	9	4 ▲	19	1 ▲
RJ	26	-3 ▼	27	-4 ▼	1	4 ▲	3	
RR	27		24	3 ▲	20	-4 ▼	27	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2020 – III

Segurança Pública									
UF	Ranking do Pilar		Segurança Pessoal		Segurança Patrimonial		Qualidade da Informação de Criminalidade		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
SC	1		2		1	13 ▲	11	2 ▲	
SP	2		1		12	14 ▲	16	2 ▲	
DF	3		4		25		10	4 ▲	
MS	4	2 ▲	5	1 ▲	3	9 ▲	19	4 ▲	
PR	5	3 ▲	8	-3 ▼	8	11 ▲	6	15 ▲	
PB	6	-1 ▼	15	-4 ▼	4	-3 ▼	8	2 ▲	
RS	7	2 ▲	6	2 ▲	13	7 ▲	15		
MG	8	-1 ▼	3		2	8 ▲	20	-4 ▼	
MT	9	7 ▲	11	4 ▲	7	2 ▲	13	-2 ▼	
AC	10	9 ▲	20	4 ▲	19	3 ▲	25	-8 ▼	
AL	11	3 ▲	21	-2 ▼	6	1 ▲	1		
GO	12	5 ▲	18	-2 ▼	9	9 ▲	12		
MA	13	-9 ▼	14	-5 ▼	18	-16 ▼	14	-8 ▼	
ES	14	1 ▲	17		23	-6 ▼	7		
PA	15	-2 ▼	19	2 ▲	22	-19 ▼	5	-3 ▼	
RO	16	-5 ▼	9	1 ▲	27	-3 ▼	26	-1 ▼	
PI	17	1 ▲	7		20	3 ▲	2		
RN	18	3 ▲	22	5 ▲	15		18	-13 ▼	
TO	19	3 ▲	13		5	8 ▲	22	4 ▲	
AM	20	-8 ▼	10	8 ▲	24	-18 ▼	23	-4 ▼	
SE	21	5 ▲	25		14	-3 ▼	4	20 ▲	
AP	22	-12 ▼	24	-4 ▼	26	-18 ▼	24	-2 ▼	
PE	23	1 ▲	23	3 ▲	16	5 ▲	3	1 ▲	
BA	24	1 ▲	26	-3 ▼	10	-5 ▼	17	3 ▲	
CE	25	-5 ▼	27	-13 ▼	17	-13 ▼	9		
RJ	26	-3 ▼	12		21	6 ▲	21	-13 ▼	
RR	27		16	6 ▲	11	5 ▲	27	-1 ▼	



EDUCAÇÃO

As graves deficiências na educação do País, juntamente com a crônica deficiência de infraestrutura, estão indubitavelmente entre os principais desafios para a melhora da competitividade nacional, minando tanto o potencial de desenvolvimento econômico quanto social.

Segundo especialistas da área, há um amplo conjunto de medidas que precisam ser tomadas para reverter a situação e que vão muito além da melhora da qualificação e remuneração dos docentes, sendo que a melhoria da gestão das unidades educacionais deveria estar no centro das prioridades.

No pilar educação, foram contemplados indicadores de taxa de frequência líquida e qualidade nos ensinos fundamental e médio, além do IOEB (Índice de Oportunidades da Educação Brasileira).

Além de indicadores que medem a qualidade da educação e de universalização do atendimento, este pilar também inclui o indicador de 'avaliação da educação', premiando os Estados que possuam um programa estadual de avaliação da educação básica. Este indicador premia as UFs que possuam uma avaliação estadual e que o façam de forma frequente. Assim, a pontuação varia de acordo com os últimos anos em que a prova de avaliação foi aplicada no Estado. Para a construção deste indicador, utilizamos informações dos portais de cada programa de avaliação estadual, que são checadas com as secretarias estaduais de educação.

Em razão da sua importância econômica e social, e considerando as graves carências existentes nos Estados, o pilar educação possui um dos maiores pesos do ranking (11,2% do total), sendo complementado ainda pelo pilar capital humano, com 8,2% do peso total. Enquanto o primeiro pilar avalia as condições atuais da educação no País, o segundo examina o nível educacional dos indivíduos que já estão no mercado de trabalho e seu impacto sobre a produtividade da economia.

Em comparação à edição de 2020, não houve atualização de 4 indicadores:

1. **ENEM**: o INEP informa que os microdados do ENEM 2020 estariam disponíveis para download no portal até o final de julho de 2021, mas não foram publicados até o dia 25/08 (data final de atualização dos dados do Ranking 2021).
2. **Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental, Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio, Taxa de Atendimento do Ensino Infantil**: o IBGE informa que a divulgação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2020 foi adiada para 2022. Devido à pandemia e o decorrente baixo aproveitamento da amostra de domicílios em entrevistas de primeira visita ao longo de 2020,

foram necessários estudos metodológicos e mudanças em procedimentos operacionais.

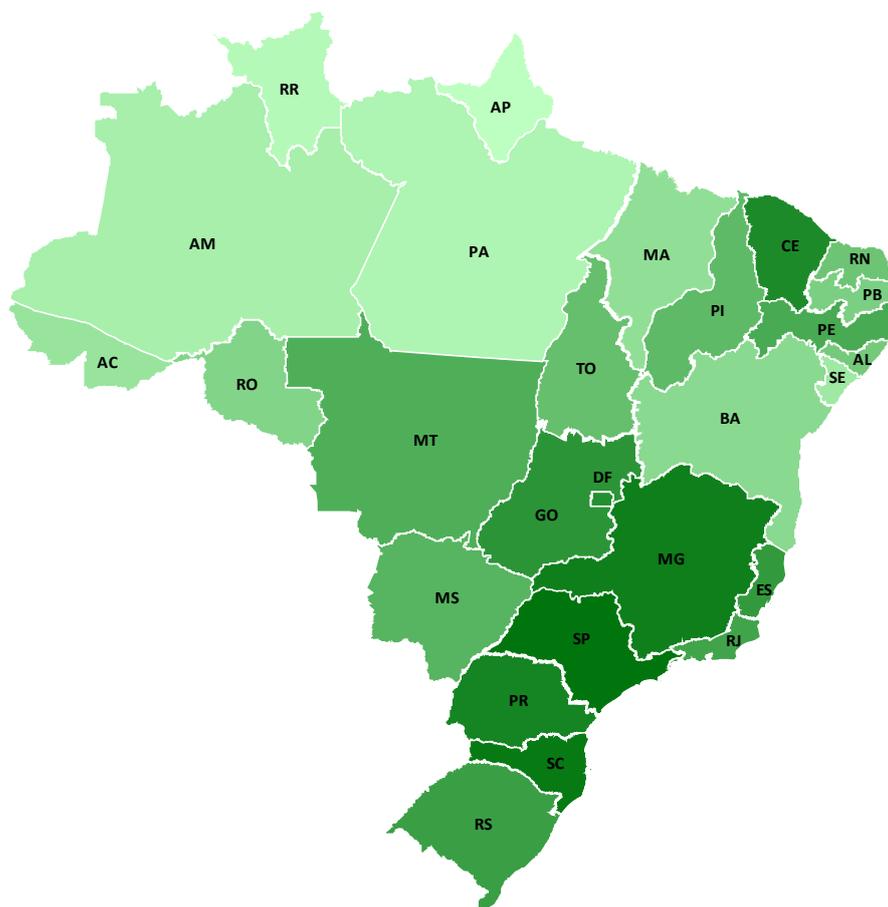
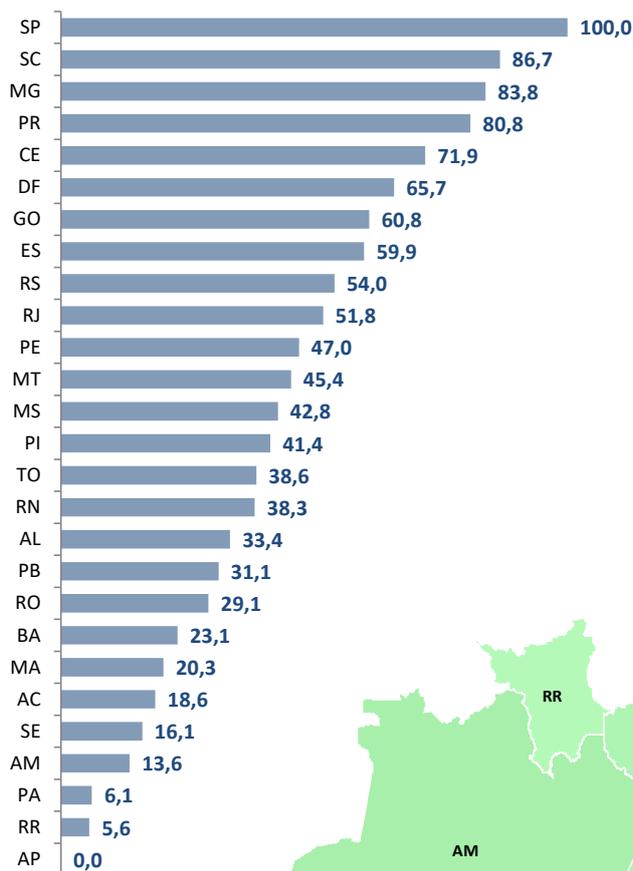
São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais seguem ocupando, nessa ordem, as primeiras posições no pilar de Educação. São Paulo é o primeiro colocado nos indicadores de Avaliação da Educação, IDEB, ENEM, Índice de Oportunidade da Educação e Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio.

A Bahia exibiu o maior avanço de posição no pilar, com salto de 3 colocações. O Estado baiano apresentou melhora relativa nos indicadores de Avaliação da Educação, IDEB e Índice de Oportunidade da Educação. Pernambuco e Alagoas também apresentaram ganhos de posição no pilar, com avanço de 2 colocações cada — ambos os Estados exibiram melhora relativa nos indicadores de IDEB e Índice de Oportunidade da Educação; além de Alagoas ter avançado 1 posição em Avaliação da Educação.



EDUCAÇÃO

Ranking – Educação



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Avaliação da Educação	Status dos programas estaduais de avaliação da educação básica.	Secretarias Estaduais de Educação	2021
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica ponderado pelo número de matrículas de todos os níveis de Ensino e de toda a rede (Pública e Privada).	INEP	2019
ENEM	Desempenho dos alunos do Ensino Médio para acesso ao Ensino Superior e a programas de financiamento em instituições privadas.	INEP	2019
Índice de Oportunidade da Educação	Mede a qualidade das oportunidades educacionais oferecidas por municípios e estados.	Comunidade Educativa CEDAC	2021
Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental	Razão entre o número de pessoas na faixa etária de 6 a 14 anos frequentando o Ensino Fundamental.	IBGE	2019
Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio	Razão entre o número de pessoas na faixa etária de 15 a 17 anos frequentando o Ensino Médio.	IBGE	2019
Taxa de Atendimento do Ensino Infantil	Proporção de crianças na faixa etária de 0 e 5 anos frequentando a creche/escola.	IBGE	2019

Distribuição dos Indicadores no Pilar

Educação



Desempenhos das UFs em cada indicador

Educação								
UF	Pilar Nota: 0-100	Avaliação da Educação	IDEB	ENEM	Índice de Oportunidade da Educação	Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental	Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio	Taxa de Atendimento do Ensino Infantil
SP	100,0	100	5,82	540,7	5,67	97,6%	84,1%	65,1%
SC	86,7	100	5,50	536,5	5,42	97,4%	75,4%	67,2%
MG	83,8	100	5,40	537,6	5,46	98,8%	78,2%	55,7%
PR	80,8	100	5,68	531,4	5,35	97,9%	76,1%	58,6%
CE	71,9	100	5,58	512,3	5,47	97,8%	74,2%	53,2%
DF	65,7	80	5,56	534,7	5,36	97,5%	76,1%	45,3%
GO	60,8	100	5,58	520,8	5,13	97,8%	75,1%	45,7%
ES	59,9	100	5,46	532,6	5,07	96,5%	65,2%	57,0%
RS	54,0	30	5,20	532,4	5,02	96,8%	68,1%	57,0%
RJ	51,8	50	5,12	537,7	4,91	96,6%	71,6%	53,5%
PE	47,0	80	5,05	512,6	4,81	97,3%	68,5%	53,7%
MT	45,4	20	4,99	502,3	5,01	96,3%	76,7%	54,4%
MS	42,8	20	5,09	510,5	4,81	97,5%	66,8%	54,3%
PI	41,4	80	5,10	501,7	4,79	96,9%	63,7%	54,7%
TO	38,6	100	4,95	496,9	4,64	97,1%	69,8%	51,1%
RN	38,3	80	4,45	518,7	4,53	97,3%	62,4%	59,3%
AL	33,4	70	4,95	500,4	4,72	97,2%	58,7%	52,1%
PB	31,1	30	4,73	511,6	4,72	97,5%	56,3%	53,1%
RO	29,1	0	5,09	493,9	4,87	98,1%	65,9%	40,9%
BA	23,1	70	4,49	504,9	4,43	96,8%	57,2%	53,8%
MA	20,3	70	4,47	488,4	4,14	97,1%	67,5%	53,2%
AC	18,6	0	5,17	489,5	4,65	96,1%	66,4%	43,0%
SE	16,1	20	4,47	514,1	4,48	96,9%	48,0%	52,7%
AM	13,6	50	4,77	484,3	4,54	96,8%	65,1%	38,7%
PA	6,1	100	4,33	495,9	4,15	96,5%	57,4%	43,6%
RR	5,6	0	4,88	497,1	4,38	94,3%	70,9%	40,7%
AP	0,0	50	4,31	486,1	4,12	96,5%	68,0%	37,0%

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2020 – I

Educação								
UF	Ranking do Pilar		Avaliação da Educação		IDEB		ENEM	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		1		1		1	
SC	2		1	11 ▲	6	-4 ▼	4	
MG	3		1		8	-1 ▼	3	
PR	4		1		2	2 ▲	8	
CE	5		1		3	2 ▲	13	
DF	6		10	-9 ▼	5	1 ▲	5	
GO	7	1 ▲	1		4	-1 ▼	9	
ES	8	-1 ▼	1		7	1 ▲	6	
RS	9	1 ▲	20	-5 ▼	9	5 ▲	7	
RJ	10	-1 ▼	17	2 ▲	11	1 ▲	2	
PE	11	2 ▲	10	-9 ▼	15	1 ▲	12	
MT	12	-1 ▼	22	-5 ▼	16	-3 ▼	17	
MS	13	-1 ▼	22	-5 ▼	14	-3 ▼	15	
PI	14	1 ▲	10	-9 ▼	12	6 ▲	18	
TO	15	-1 ▼	1	11 ▲	18	-3 ▼	21	
RN	16		10	-9 ▼	25	-1 ▼	10	
AL	17	2 ▲	14	1 ▲	17	3 ▲	19	
PB	18		20	-9 ▼	21		14	
RO	19	-2 ▼	25		13	-4 ▼	23	
BA	20	3 ▲	14	5 ▲	22	3 ▲	16	
MA	21		14	5 ▲	24	-1 ▼	25	
AC	22	-2 ▼	25		10		24	
SE	23	-1 ▼	22	2 ▲	23	-1 ▼	11	
AM	24		17	2 ▲	20	-3 ▼	27	
PA	25	1 ▲	1	11 ▲	26		22	
RR	26	-1 ▼	25		19		20	
AP	27		17	2 ▲	27		26	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2020 – II

Educação											
UF	Ranking do Pilar		Índice de Oportunidade da Educação		Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental		Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio		Taxa de Atendimento do Ensino Infantil		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
SP	1		1		6		1		2		
SC	2		4	2 ▲	10		6		1		
MG	3		3	-1 ▼	1		2		7		
PR	4		6	-2 ▼	3		4		4		
CE	5		2	3 ▲	4		8		15		
DF	6		5	-2 ▼	7		4		21		
GO	7	1 ▲	7	1 ▲	4		7		20		
ES	8	-1 ▼	8	-1 ▼	22		19		5		
RS	9	1 ▲	9	5 ▲	18		13		6		
RJ	10	-1 ▼	11	-1 ▼	21		9		13		
PE	11	2 ▲	14	1 ▲	11		12		12		
MT	12	-1 ▼	10	-1 ▼	25		3		9		
MS	13	-1 ▼	13		7		16		10		
PI	14	1 ▲	15	2 ▲	16		21		8		
TO	15	-1 ▼	19	-3 ▼	14		11		19		
RN	16		21	1 ▲	11		22		3		
AL	17	2 ▲	16	3 ▲	13		23		18		
PB	18		17	1 ▲	7		26		16		
RO	19	-2 ▼	12	-1 ▼	2		18		24		
BA	20	3 ▲	23	1 ▲	18		25		11		
MA	21		26		14		15		14		
AC	22	-2 ▼	18	-6 ▼	26		17		23		
SE	23	-1 ▼	22	-1 ▼	16		27		17		
AM	24		20		18		20		26		
PA	25	1 ▲	25	2 ▲	22		24		22		
RR	26	-1 ▼	24	-1 ▼	27		10		25		
AP	27		27	-2 ▼	22		14		27		



SOLIDEZ FISCAL

A solidez fiscal de qualquer governo é condição fundamental para o crescimento sustentado de longo prazo de um determinado País, Estado ou Município. Se as receitas governamentais ficam continuamente abaixo das suas despesas, o governo incorre em resultados fiscais negativos (déficits), resultando em aumento de seu endividamento e, conseqüentemente, em baixa capacidade para investir na ampliação e manutenção dos serviços públicos. A baixa oferta e qualidade dos serviços públicos geram prejuízos econômicos e sociais aos seus cidadãos. Um governo que não consegue “fechar suas contas” perde credibilidade e confiança por parte dos contribuintes, empresas e investidores nacionais e internacionais. Um governo sem credibilidade fiscal e financeira promove retração dos investimentos e dos negócios privados, ocasionando queda na produção de produtos e serviços, além de aumento da inflação e do desemprego.

Para capturarmos o grau de solidez fiscal dos Estados, foram utilizados indicadores que levam em conta dimensões distintas, mas inter-relacionadas, de sustentabilidade fiscal. São eles: Taxa de Investimentos, Regra de Ouro, Solvência Fiscal, Sucesso do Planejamento Orçamentário, Dependência Fiscal, Resultado Primário, Gasto com Pessoal, Índice de Liquidez e Poupança Corrente.

Os resultados para o pilar de solidez fiscal na edição de 2021 do *Ranking* refletem os dados fiscais dos Estados para o ano de 2020.

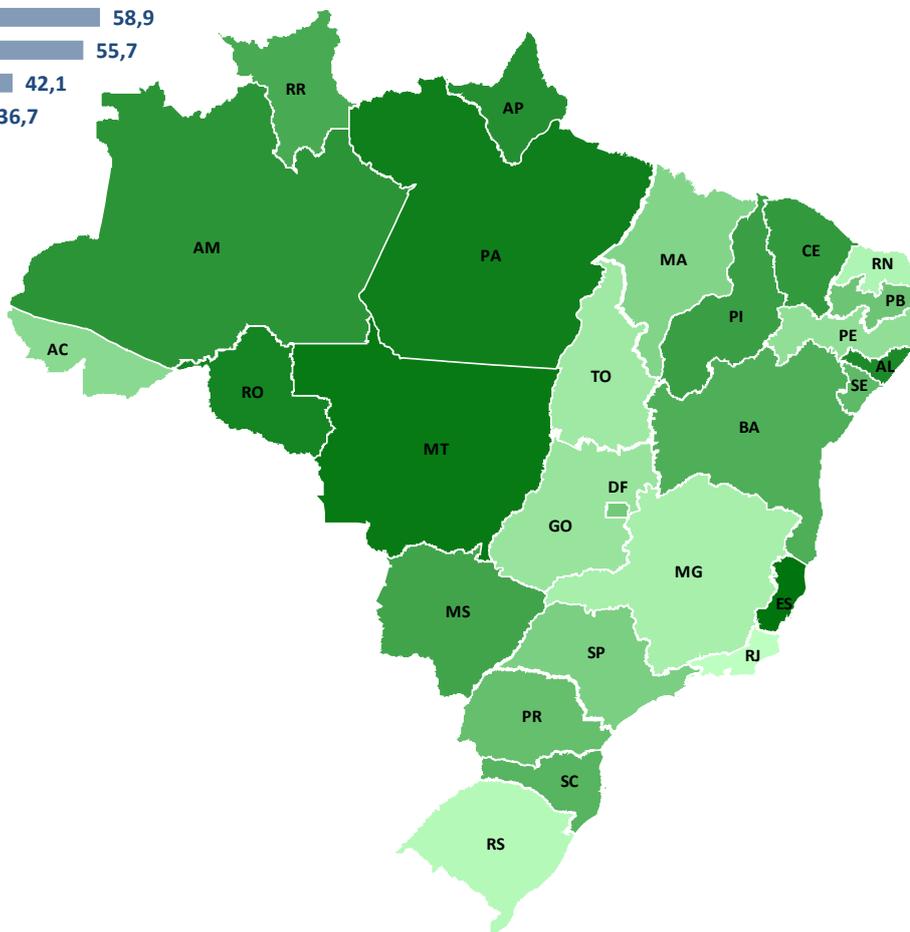
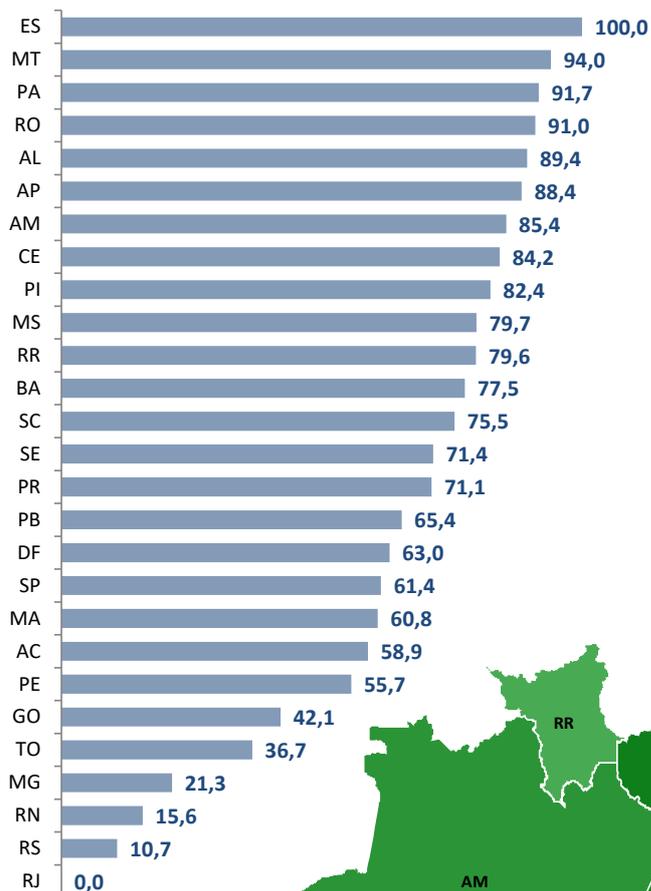
O Espírito Santo permanece sendo a UF mais bem colocada no pilar de Solidez Fiscal, enquanto o Mato Grosso avançou 16 posições, para a 2ª colocação, à frente do Pará (em 3º lugar). O Estado mato-grossense exibiu melhora relativa nos indicadores de Taxa de Investimentos, Solvência Fiscal, Sucesso do Planejamento Orçamentário, Resultado Primário, Gasto com Pessoal, Índice de Liquidez e Poupança Corrente.

Além do Mato Grosso, o Estado do Piauí exibiu avanço relevante de posição (+14), ao saltar da 23ª para 9ª colocação, haja vista o crescimento nas posições de Taxa de Investimentos, Solvência Fiscal, Resultado Primário, Gasto com Pessoal, Índice de Liquidez e Poupança Corrente.



SOLIDEZ FISCAL

Ranking – Solidez Fiscal



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Taxa de Investimentos	Investimento liquidado / receita corrente líquida	Siconfi	2020
Regra de Ouro	Diferença entre as despesas de capital empenhadas e a receita de operações de crédito, dividida pela receita corrente líquida.	Siconfi	2020
Solvência Fiscal	Dívida consolidada líquida / receita corrente líquida	Siconfi	2020
Sucesso do Planejamento Orçamentário	Despesa liquidada pela despesa total atualizada (dotação orçamentária).	Siconfi	2020
Dependência Fiscal	Grau de dependência financeira do Estado: transferências correntes/receita corrente total	Siconfi	2020
Resultado Primário	O resultado primário é dado pela diferença entre receita primária realizada e a despesa primária empenhada no ano. A diferença é dividida pelo PIB nominal de cada Estado.	Siconfi e Tendências	2020
Gasto com Pessoal	Gasto Empenhado com Pessoal (%RCL)	Siconfi	2020
Índice de Liquidez	Índice de Liquidez = obrigações financeiras / caixa bruto. Assim, quanto maior o indicador, pior.	Siconfi	2020
Poupança Corrente	Poupança Corrente (receitas correntes - despesas correntes / receitas correntes)	Siconfi	2020

Distribuição dos Indicadores no Pilar

Solidez Fiscal



Desempenhos das UFs em cada indicador - I

Solidez Fiscal - I						
UF	Pilar Nota: 0-100	Taxa de Investimentos	Regra de Ouro	Solvência Fiscal	Sucesso do Planejamento Orçamentário	Dependência Fiscal
ES	100,0	7,2%	13,3%	9,0%	77,2%	37,1%
MT	94,0	4,5%	8,1%	4,3%	83,0%	29,5%
PA	91,7	9,2%	9,3%	2,2%	90,6%	38,2%
RO	91,0	3,8%	10,5%	20,4%	71,1%	48,2%
AL	89,4	8,1%	9,6%	57,8%	85,9%	49,6%
AP	88,4	1,8%	5,4%	-19,1%	69,6%	67,5%
AM	85,4	4,4%	6,5%	17,2%	87,8%	31,4%
CE	84,2	8,2%	10,3%	54,4%	81,8%	38,6%
PI	82,4	6,3%	8,5%	37,1%	81,7%	60,3%
MS	79,7	6,4%	7,9%	40,8%	84,6%	33,9%
RR	79,6	2,0%	6,4%	6,2%	64,1%	70,3%
BA	77,5	5,9%	8,9%	56,8%	87,5%	33,9%
SC	75,5	4,6%	8,0%	70,8%	80,8%	25,0%
SE	71,4	3,2%	6,8%	38,6%	97,4%	55,9%
PR	71,1	4,7%	11,0%	37,1%	78,8%	28,3%
PB	65,4	3,2%	4,3%	10,9%	80,7%	53,0%
DF	63,0	2,4%	3,7%	32,7%	82,5%	15,9%
SP	61,4	4,0%	8,3%	166,4%	88,4%	10,1%
MA	60,8	6,2%	9,7%	41,8%	78,5%	54,9%
AC	58,9	3,4%	9,3%	58,5%	84,2%	67,6%
PE	55,7	2,5%	6,2%	48,0%	91,3%	35,6%
GO	42,1	2,5%	7,9%	72,4%	84,7%	24,8%
TO	36,7	4,4%	9,5%	39,6%	84,5%	57,1%
MG	21,3	1,9%	9,2%	188,5%	87,2%	21,5%
RN	15,6	3,7%	6,4%	39,2%	84,7%	49,6%
RS	10,7	1,0%	6,4%	221,7%	91,6%	24,3%
RJ	0,0	1,4%	2,5%	319,0%	71,3%	14,9%

Desempenhos das UFs em cada indicador - II

Solidez Fiscal - II					
UF	Pilar Nota: 0-100	Resultado Primário	Gasto com Pessoal	Índice de Liquidez	Poupança Corrente
ES	100,0	0,8%	52,1%	3,5%	16,7%
MT	94,0	3,0%	59,7%	20,6%	23,1%
PA	91,7	0,5%	55,6%	21,6%	11,1%
RO	91,0	2,4%	52,7%	6,1%	21,8%
AL	89,4	2,4%	58,5%	18,9%	19,3%
AP	88,4	2,8%	55,0%	0,0%	30,6%
AM	85,4	1,1%	52,8%	3,5%	10,1%
CE	84,2	0,9%	54,1%	26,5%	12,5%
PI	82,4	3,7%	51,8%	51,9%	17,2%
MS	79,7	2,1%	61,1%	44,5%	17,6%
RR	79,6	7,1%	52,8%	29,1%	21,6%
BA	77,5	1,0%	60,7%	9,4%	9,3%
SC	75,5	0,9%	60,6%	6,6%	12,9%
SE	71,4	1,6%	62,6%	11,4%	9,0%
PR	71,1	0,0%	67,0%	11,5%	10,1%
PB	65,4	2,3%	65,4%	22,9%	14,9%
DF	63,0	0,5%	53,2%	59,7%	8,3%
SP	61,4	0,6%	58,4%	41,7%	7,6%
MA	60,8	0,7%	56,3%	75,1%	8,4%
AC	58,9	2,5%	68,6%	20,0%	8,7%
PE	55,7	1,1%	60,6%	73,8%	6,1%
GO	42,1	1,3%	62,5%	279,9%	8,3%
TO	36,7	1,9%	72,4%	140,9%	8,7%
MG	21,3	1,0%	70,3%	976,2%	3,1%
RN	15,6	0,1%	83,8%	1373,6%	4,3%
RS	10,7	0,8%	72,5%	-665,7%	1,7%
RJ	0,0	0,4%	68,9%	110,0%	5,9%

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2020 – I

Solidez Fiscal									
UF	Ranking do Pilar		Taxa de Investimentos		Regra de Ouro		Solvência Fiscal		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
ES	1		4	4 ▲	1	6 ▲	5	-2 ▼	
MT	2	16 ▲	11	2 ▲	14	-1 ▼	3	1 ▲	
PA	3		1	5 ▲	8	10 ▲	2		
RO	4	1 ▲	15	1 ▲	3	7 ▲	8	-2 ▼	
AL	5	1 ▲	3	-1 ▼	6	-4 ▼	20	1 ▲	
AP	6	-4 ▼	25	-3 ▼	24	-4 ▼	1		
AM	7		13	-3 ▼	19	3 ▲	7		
CE	8	-4 ▼	2	-1 ▼	4	4 ▲	18	-3 ▼	
PI	9	14 ▲	6	1 ▲	12		11	5 ▲	
MS	10	5 ▲	5	-2 ▼	16	-13 ▼	15	4 ▲	
RR	11	-2 ▼	23	4 ▲	22	2 ▲	4	9 ▲	
BA	12	-4 ▼	8	-4 ▼	11	-2 ▼	19	1 ▲	
SC	13	-3 ▼	10	4 ▲	15	-4 ▼	22	1 ▲	
SE	14	2 ▲	18	1 ▲	18	7 ▲	12		
PR	15	-4 ▼	9	6 ▲	2	2 ▲	10	1 ▲	
PB	16	-3 ▼	19	-7 ▼	25	-9 ▼	6	-1 ▼	
DF	17	3 ▲	22	-5 ▼	26		9		
SP	18	-6 ▼	14	-3 ▼	13	-7 ▼	24		
MA	19	-2 ▼	7	-2 ▼	5	-4 ▼	16	-6 ▼	
AC	20	-6 ▼	17	4 ▲	9	6 ▲	21	-3 ▼	
PE	21	-2 ▼	20		23	-4 ▼	17	-3 ▼	
GO	22	-1 ▼	21	4 ▲	17		23	-1 ▼	
TO	23	-1 ▼	12	6 ▲	7	14 ▲	14	3 ▲	
MG	24		24	-1 ▼	10	-5 ▼	25		
RN	25		16	-7 ▼	21	-7 ▼	13	-5 ▼	
RS	26	1 ▲	27	-1 ▼	20	3 ▲	26		
RJ	27	-1 ▼	26	-2 ▼	27		27		

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2020 – II

Solidez Fiscal									
UF	Ranking do Pilar		Sucesso do Planejamento Orçamentário		Dependência Fiscal		Resultado Primário		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
ES	1		23	-10 ▼	14		19	-14 ▼	
MT	2	16 ▲	15	6 ▲	9		3	5 ▲	
PA	3		4	1 ▲	15	1 ▲	24	-9 ▼	
RO	4	1 ▲	25	-3 ▼	17		7	-3 ▼	
AL	5	1 ▲	9	9 ▲	19	1 ▲	6		
AP	6	-4 ▼	26	1 ▲	25		4	-2 ▼	
AM	7		6	1 ▲	10		14	-3 ▼	
CE	8	-4 ▼	17	-2 ▼	16	-1 ▼	18	-4 ▼	
PI	9	14 ▲	18	-8 ▼	24	-3 ▼	2	25 ▲	
MS	10	5 ▲	12	-1 ▼	11	2 ▲	9	4 ▲	
RR	11	-2 ▼	27	-3 ▼	27	-1 ▼	1		
BA	12	-4 ▼	7	-1 ▼	12	-1 ▼	16	3 ▲	
SC	13	-3 ▼	19	-3 ▼	7		17	-1 ▼	
SE	14	2 ▲	1		22	1 ▲	11	9 ▲	
PR	15	-4 ▼	21	-1 ▼	8	-2 ▼	27	-2 ▼	
PB	16	-3 ▼	20	-8 ▼	20	-1 ▼	8	1 ▲	
DF	17	3 ▲	16	3 ▲	3	-1 ▼	23		
SP	18	-6 ▼	5	-1 ▼	1		22	-10 ▼	
MA	19	-2 ▼	22	4 ▲	21	1 ▲	21	3 ▲	
AC	20	-6 ▼	14	-6 ▼	26	1 ▲	5	-2 ▼	
PE	21	-2 ▼	3	-1 ▼	13	-1 ▼	13	-3 ▼	
GO	22	-1 ▼	10	4 ▲	6	2 ▲	12	-5 ▼	
TO	23	-1 ▼	13	4 ▲	23	1 ▲	10	7 ▲	
MG	24		8	1 ▲	4	1 ▲	15	6 ▲	
RN	25		11	12 ▲	18		26		
RS	26	1 ▲	2	1 ▲	5	-1 ▼	20	2 ▲	
RJ	27	-1 ▼	24	1 ▲	2	1 ▲	25	-7 ▼	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2020 – III

Solidez Fiscal									
UF	Ranking do Pilar		Gasto com Pessoal		Índice de Liquidez		Poupança Corrente		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
ES	1		2	-1 ▼	2	-1 ▼	8	-4 ▼	
MT	2	16 ▲	13	7 ▲	11	9 ▲	2	5 ▲	
PA	3		9		12	-5 ▼	12	-6 ▼	
RO	4	1 ▲	3	3 ▲	4	-1 ▼	3		
AL	5	1 ▲	12	-2 ▼	9	3 ▲	5		
AP	6	-4 ▼	8	-6 ▼	1	3 ▲	1		
AM	7		4		3	5 ▲	14	-1 ▼	
CE	8	-4 ▼	7	-2 ▼	14	-3 ▼	11	-3 ▼	
PI	9	14 ▲	1	22 ▲	18	2 ▲	7	20 ▲	
MS	10	5 ▲	17	1 ▲	17	-1 ▼	6	4 ▲	
RR	11	-2 ▼	5	-2 ▼	15		4	-2 ▼	
BA	12	-4 ▼	16	-1 ▼	6		15	2 ▲	
SC	13	-3 ▼	14	-2 ▼	5		10	2 ▲	
SE	14	2 ▲	19	-3 ▼	7	6 ▲	16	6 ▲	
PR	15	-4 ▼	21	-4 ▼	8	2 ▲	13	-2 ▼	
PB	16	-3 ▼	20	-6 ▼	13	-4 ▼	9		
DF	17	3 ▲	6	2 ▲	19	1 ▲	21		
SP	18	-6 ▼	11	-4 ▼	16	-2 ▼	22	-2 ▼	
MA	19	-2 ▼	10	1 ▲	21	-3 ▼	19	-3 ▼	
AC	20	-6 ▼	22	-3 ▼	10	-8 ▼	18	-4 ▼	
PE	21	-2 ▼	15	-2 ▼	20	-1 ▼	23	-4 ▼	
GO	22	-1 ▼	18	4 ▲	23	-3 ▼	20	3 ▲	
TO	23	-1 ▼	25	-1 ▼	23	-3 ▼	17	1 ▲	
MG	24		24	1 ▲	23	-3 ▼	26	-1 ▼	
RN	25		27		23	-3 ▼	25	-1 ▼	
RS	26	1 ▲	26		23	-3 ▼	27	-1 ▼	
RJ	27	-1 ▼	23	-2 ▼	22	-5 ▼	24	-9 ▼	



EFICIÊNCIA DA MÁQUINA PÚBLICA

A discussão expressa no pilar da eficiência da máquina pública traduz uma das motivações centrais para a construção do *Ranking de Competitividade dos Estados*, a saber: a criação de mecanismos de incentivos para a construção do bom governo. A profissionalização e o desenvolvimento de canais institucionais para reforçar a meritocracia no interior da administração pública não apenas são centrais na competitividade dos Estados, mas partes fundamentais no debate sobre a qualidade da democracia.

A melhoria da eficiência da máquina do aparato governamental é condição central para o reforço da legitimidade das organizações democráticas, atributo fundamental para a construção de uma ordem virtuosa para o desenvolvimento.

Governos e partidos sem legitimidade não conseguem aprovar políticas públicas e são ingredientes nocivos para a construção da economia de mercado e de um bom ambiente para o desenvolvimento de negócios.

A forma federativa do Estado brasileiro compartilha o poder decisório em diferentes esferas de poder. Isso significa que o agente econômico sofre influência dos três níveis geográficos. Nesse sentido, a distribuição de eficiência e inovação no tocante à gestão pública ajuda a entender a disparidade de competitividade ao longo do território brasileiro. Essa competição pela inovação do setor público é uma das justificativas para a opção federativa. Sendo assim, o ranking de competitividade faz um esforço para criar métricas de comparação que levem em conta os diferentes estágios de desenvolvimento econômico e social entre os Estados da federação.

O pilar da eficiência da máquina pública guarda relação central com a atual conjuntura política brasileira. A sociedade brasileira assiste aos efeitos políticos do processo de mudanças econômicas e sociais ao longo das últimas décadas. O eleitorado demanda progressivamente a melhoria dos serviços públicos como mecanismo para reforçar seu bem-estar.

Sob a ótica da competitividade, a importância do pilar se refere ao tratamento dos custos de transação. A ineficiência da burocracia pública diminui a produtividade da economia ao minar a construção de um ambiente de negócios. A atividade econômica depende de um ambiente positivo ao investimento e a inovação. Quando as

instituições governamentais reduzem o custo da transação econômica, a energia dos agentes econômicos se volta para tarefas que reforçam o dinamismo da economia.

Neste pilar, com peso de 8,1% no ranking final, foram agregados indicadores de eficiência, custo e transparência do setor público.

Além dos indicadores previamente utilizados no Ranking 2020, o pilar de Eficiência da Máquina Pública ganhou 3 indicadores a partir da edição de 2021. São eles:

1. Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual: diferença percentual do salário médio entre homem e mulher na administração pública estadual. O prêmio salarial foi estimado pela Tendências com base nos dados do IBGE, controlado por fatores de idade, escolaridade e raça. O propósito deste indicador é fomentar a equidade dos gêneros e não o favorecimento de um gênero em detrimento de outro. Dessa forma, as UFs com o diferencial mais próximo de "zero" obtiveram melhores notas. Para fins da normalização dos dados, foram considerados os dados brutos em "módulo". Foi considerada metodologia adotada em MORICONI, G. M. et al. (2009). "Diferentes padrões de políticas salariais nos Estados brasileiros: uma análise a partir do diferencial de salários público e privado". Revista de Economia Política, vol. 29, nº 3 (115), pp. 114-134, julho-setembro/2009 e ajustada para obter o diferencial de salários homem e mulher. A importância da mensuração deste indicador decorre da crescente relevância e preocupação em averiguar e suprimir a inequidade de gênero presente no mercado de trabalho, a qual resulta em distintos salários entre homens e mulheres.
2. Equilíbrio de Gênero no Emprego Público Estadual: distância entre a participação da mulher em cargos da administração pública estadual (desconsiderando saúde e educação) em relação ao cenário de equilíbrio (participação da mulher na força de trabalho ampliada). Sua escala vai de -100 (pior cenário possível para as mulheres) a 100 (pior situação possível para os homens), de modo que notas mais próximas de 0 (zero) indicam equilíbrio de gênero. Análogo ao Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual, o propósito deste indicador é fomentar a equidade dos gêneros e não o favorecimento de um gênero em detrimento de outro.
3. Prêmio Salarial Público-Privado: diferença percentual do salário médio do servidor público estadual em relação ao salário do setor privado. Análogo ao Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual, o prêmio salarial foi estimado pela Tendências com base nos dados do IBGE, controlado por fatores de idade, escolaridade e raça. A mensuração deste indicador é importante por elucidar as discrepâncias do mercado de trabalho entre as duas esferas e desincentivar o comprometimento das despesas públicas com o pagamento de prêmios salariais relativamente mais elevados aos servidores.

Em comparação à edição de 2020, não houve atualização de 2 indicadores: Eficiência do Judiciário e Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário. O CNJ adiou

a divulgação do Relatório Justiça em Números, prevista para agosto, sem definir uma nova data de atualização.

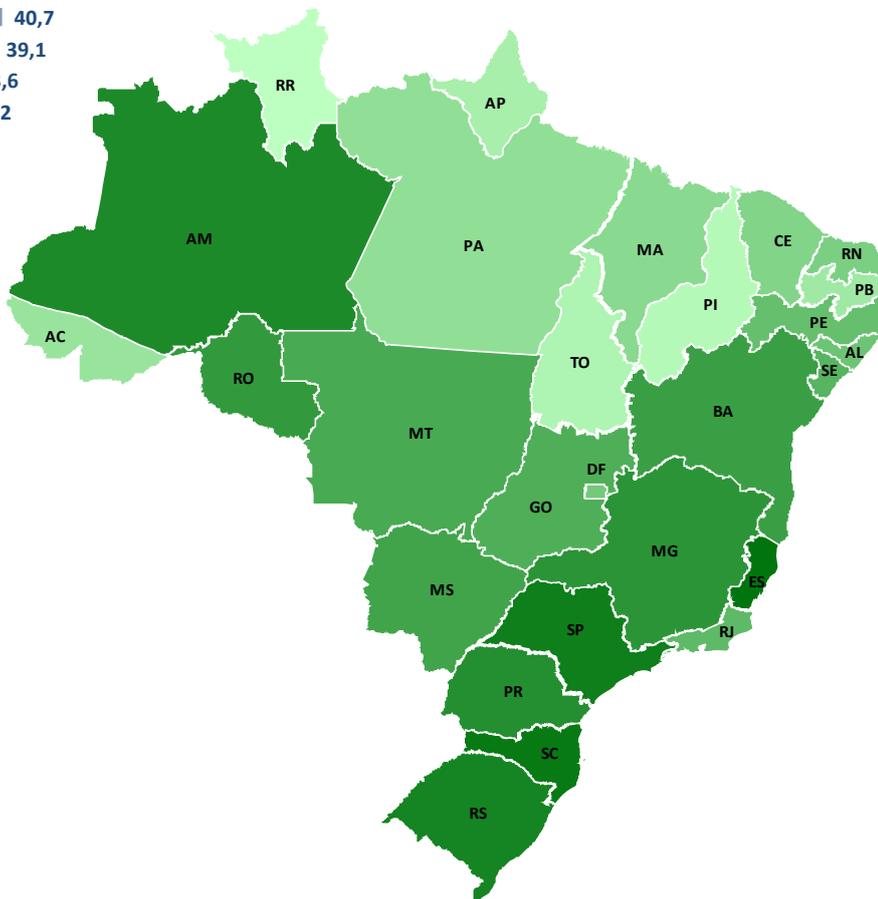
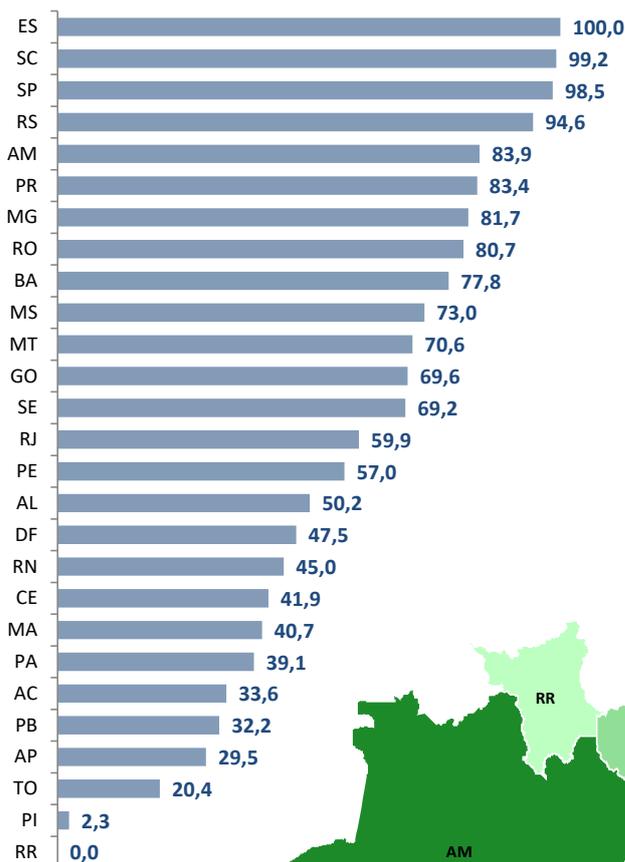
Os Estados mais bem colocados no pilar de Eficiência da Máquina Pública foram, nesta ordem, Espírito Santo (+2 posições), Santa Catarina (-1) e São Paulo (+2). O Estado capixaba exibiu melhora relativa nos indicadores de Custo do Judiciário/PIB (8ª posição) e Índice de Transparência (1º lugar).

O Estado com maior avanço de colocação, no pilar, foi o Mato Grosso do Sul (+6 posições), saltando da 17ª para 11ª colocação, impulsionado pelo crescimento relativo nos indicadores de Custo do Legislativo/PIB, Índice de Transparência, Qualidade da Informação Contábil e Fiscal, e Oferta de Serviços Públicos Digitais. Analogamente, os Estados de Amazonas, Goiás e Rio Grande do Norte apresentaram avanço de 3 posições no pilar cada.



EFICIÊNCIA DA MÁQUINA PÚBLICA

Ranking – Eficiência da Máquina Pública



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Eficiência do Judiciário	Taxa de Congestionamento Líquida (percentual de processos que ficaram represados sem solução, comparativamente ao total tramitado, retirando os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório).	CNJ	2019
Custo do Executivo/PIB	Recursos públicos alocados na administração direta / PIB.	Siconfi e Tendências	2020
Custo do Judiciário/PIB	Recursos públicos alocados no judiciário / PIB.	Siconfi e Tendências	2020
Custo do Legislativo/PIB	Recursos públicos alocados no legislativo / PIB.	Siconfi e Tendências	2020
Índice de Transparência	Escala Brasil Transparente 360º - Ranking de "Transparência Passiva" e "Transparência Ativa".	CGU	2020
Qualidade da Informação Contábil e Fiscal	Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal Estadual no Siconfi.	Tesouro Nacional	2020
Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário	Média entre as relações: IPM (índice de produtividade do magistrado) / IPM necessário para que TJ atinja 100% do IPC-Jus; e IPS (índice de produtividade dos servidores) / IPS necessário para que TJ atinja 100% do IPC-Jus	CNJ	2019
Oferta de Serviços Públicos Digitais	Índice ABEP de Oferta de Serviços Públicos Digitais para os Governos Estaduais e Distrital.	ABEP	2021
Prêmio Salarial Público-Privado	Diferença percentual do salário médio do servidor público estadual em relação ao salário do setor privado.	IBGE	2019
Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual	Diferença percentual do salário médio entre homem e mulher na administração pública estadual.	IBGE	2019
Equilíbrio de Gênero no Emprego Público Estadual	Distância entre a participação da mulher em cargos da administração pública estadual (desconsiderando saúde e educação) em relação ao cenário de equilíbrio (participação da mulher na força de trabalho ampliada).	IBGE	2019

Distribuição dos Indicadores no Pilar

Eficiência da Máquina Pública



Desempenhos das UFs em cada indicador - I

Eficiência da Máquina Pública - I							
UF	Pilar Nota: 0-100	Eficiência do Judiciário	Custo do Executivo/PIB	Custo do Judiciário/PIB	Custo do Legislativo/PIB	Índice de Transparência	Qualidade da Informação Contábil e Fiscal
ES	100,0	63,2%	0,7%	0,7%	0,2%	10,0	213,0
SC	99,2	66,2%	0,5%	0,6%	0,2%	9,2	225,5
SP	98,5	68,7%	0,2%	0,4%	0,1%	9,6	189,9
RS	94,6	65,1%	0,2%	0,4%	0,1%	9,7	211,6
AM	83,9	58,4%	0,4%	0,6%	0,5%	8,7	217,2
PR	83,4	68,8%	0,2%	0,4%	0,2%	10,0	203,0
MG	81,7	64,4%	0,4%	0,7%	0,2%	10,0	205,4
RO	80,7	51,8%	1,2%	1,3%	0,7%	9,6	220,9
BA	77,8	65,8%	0,4%	0,7%	0,3%	8,6	211,8
MS	73,0	64,9%	0,6%	0,8%	0,3%	9,9	217,8
MT	70,6	62,1%	0,7%	0,8%	0,5%	9,7	205,1
GO	69,6	66,0%	1,0%	0,9%	0,5%	8,9	212,1
SE	69,2	50,2%	1,7%	1,2%	0,7%	8,7	193,1
RJ	59,9	73,8%	0,3%	0,5%	0,2%	7,8	193,8
PE	57,0	71,3%	0,7%	0,9%	0,4%	9,6	226,8
AL	50,2	63,9%	0,7%	1,1%	0,6%	9,8	193,3
DF	47,5	54,2%	0,8%	#VALOR!	0,3%	9,7	204,5
RN	45,0	61,5%	1,1%	1,1%	0,5%	9,1	201,6
CE	41,9	68,6%	0,6%	0,7%	0,4%	10,0	201,1
MA	40,7	68,0%	0,8%	1,0%	0,5%	9,0	180,9
PA	39,1	70,3%	0,4%	0,6%	0,4%	5,9	215,7
AC	33,6	58,0%	1,5%	1,5%	1,4%	6,5	220,0
PB	32,2	72,5%	0,8%	1,1%	0,6%	9,8	221,0
AP	29,5	50,5%	2,7%	2,7%	1,3%	9,8	172,4
TO	20,4	64,3%	1,5%	1,9%	0,9%	7,0	196,5
PI	2,3	74,4%	2,1%	1,0%	0,9%	7,2	204,8
RR	0,0	42,5%	1,8%	1,7%	2,3%	4,9	41,5

Desempenhos das UFs em cada indicador - II

Eficiência da Máquina Pública - II						
UF	Pilar Nota: 0-100	Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário	Oferta de Serviços Públicos Digitais	Prêmio Salarial Público-Privado	Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual	Equilíbrio de Gênero no Emprego Público Estadual
ES	100,0	83,6%	74,8	40,7%	8,9%	-1,3
SC	99,2	98,3%	80,8	47,5%	15,1%	-6,4
SP	98,5	100,0%	65,3	24,2%	4,5%	-14,0
RS	94,6	89,6%	91,0	34,3%	32,2%	-15,4
AM	83,9	99,9%	46,8	65,6%	22,2%	-9,0
PR	83,4	82,9%	86,3	45,6%	47,0%	-6,4
MG	81,7	76,5%	83,0	40,7%	42,4%	-7,7
RO	80,7	94,6%	43,0	49,9%	46,9%	-3,1
BA	77,8	100,0%	87,3	59,6%	2,5%	-23,7
MS	73,0	79,7%	51,3	61,8%	43,0%	0,7
MT	70,6	80,4%	55,5	62,7%	32,9%	4,9
GO	69,6	73,6%	72,8	52,0%	8,0%	-4,8
SE	69,2	100,0%	53,0	74,1%	-8,4%	-11,7
RJ	59,9	100,0%	52,0	57,3%	15,1%	-17,5
PE	57,0	66,8%	63,8	69,5%	-13,2%	-9,4
AL	50,2	73,2%	49,8	60,5%	24,3%	-15,6
DF	47,5	98,5%	0,0	76,1%	28,9%	-7,7
RN	45,0	79,5%	49,8	71,4%	45,0%	-12,3
CE	41,9	67,9%	49,8	58,3%	51,7%	-17,4
MA	40,7	67,5%	39,5	72,4%	22,7%	-4,9
PA	39,1	58,7%	49,5	66,9%	13,0%	-8,1
AC	33,6	73,5%	36,0	63,4%	31,9%	-1,9
PB	32,2	49,9%	72,8	59,2%	47,1%	-14,1
AP	29,5	78,2%	71,3	92,1%	18,5%	-3,7
TO	20,4	68,8%	55,3	60,4%	26,3%	10,8
PI	2,3	48,8%	31,5	62,2%	32,3%	1,8
RR	0,0	100,0%	36,0	73,0%	27,5%	-9,3

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2020 – I

Eficiência da Máquina Pública										
UF	Ranking do Pilar		Eficiência do Judiciário		Custo do Executivo/PIB		Custo do Judiciário/PIB		Custo do Legislativo/PIB	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
ES	1	2 ▲	10		15	-12 ▼	8	2 ▲	7	
SC	2	-1 ▼	18		9		5		4	1 ▲
SP	3	2 ▲	21		1		2		1	
RS	4	-2 ▼	15		2	3 ▲	1		2	
AM	5	3 ▲	7		6	4 ▲	7	1 ▲	15	2 ▲
PR	6	-2 ▼	22		3	-1 ▼	3		5	-2 ▼
MG	7	-1 ▼	13		8	-4 ▼	11	-4 ▼	6	
RO	8	2 ▲	4		21	3 ▲	22		21	
BA	9	-2 ▼	16		5	3 ▲	10	2 ▲	9	1 ▲
MS	10	1 ▲	14		11	4 ▲	12	-1 ▼	10	-1 ▼
MT	11	6 ▲	9		13		13		14	1 ▲
GO	12	3 ▲	17		19		15	-1 ▼	16	-2 ▼
SE	13	-1 ▼	2		24	-1 ▼	21		22	
RJ	14	-5 ▼	26		4	3 ▲	4		3	1 ▲
PE	15	1 ▲	24		12		14	1 ▲	12	
AL	16	-3 ▼	11		14	2 ▲	19	-2 ▼	20	-4 ▼
DF	17	-3 ▼	5		17	-3 ▼	27		8	
RN	18	3 ▲	8		20		18	2 ▲	18	
CE	19	-1 ▼	20		10	1 ▲	9		11	
MA	20	2 ▲	19		18		16		17	2 ▲
PA	21	-2 ▼	23		7	-1 ▼	6		13	
AC	22	2 ▲	6		22	-1 ▼	23	1 ▲	26	-1 ▼
PB	23		25		16	1 ▲	20	-1 ▼	19	1 ▲
AP	24	1 ▲	3		27	-2 ▼	26		25	1 ▲
TO	25	-5 ▼	12		23	-1 ▼	25	-2 ▼	24	-1 ▼
PI	26		27		26	1 ▲	17	1 ▲	23	1 ▲
RR	27		1		25	1 ▲	24	1 ▲	27	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2020 – II

Eficiência da Máquina Pública										
UF	Ranking do Pilar		Índice de Transparência		Qualidade da Informação Contábil e Fiscal		Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário		Oferta de Serviços Públicos Digitais	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
ES	1	2 ▲	1	7 ▲	9	-8 ▼	11		6	-1 ▼
SC	2	-1 ▼	15	-11 ▼	2	8 ▲	8		5	-4 ▼
SP	3	2 ▲	12	1 ▲	24		1		10	1 ▲
RS	4	-2 ▼	11	-5 ▼	12	6 ▲	10		1	2 ▲
AM	5	3 ▲	20	1 ▲	7	-1 ▼	6		21	4 ▲
PR	6	-2 ▼	4	12 ▲	17	-14 ▼	12		3	3 ▲
MG	7	-1 ▼	1	19 ▲	13	-5 ▼	17		4	-3 ▼
RO	8	2 ▲	12	-1 ▼	4	-1 ▼	9		22	-9 ▼
BA	9	-2 ▼	21	1 ▲	11	6 ▲	1		2	2 ▲
MS	10	1 ▲	5	-4 ▼	6	6 ▲	14		16	5 ▲
MT	11	6 ▲	9	1 ▲	14	7 ▲	13		12	12 ▲
GO	12	3 ▲	18	-10 ▼	10	6 ▲	18		7	3 ▲
SE	13	-1 ▼	19	5 ▲	23	-20 ▼	1		14	-2 ▼
RJ	14	-5 ▼	22	1 ▲	21	-11 ▼	1		15	-1 ▼
PE	15	1 ▲	12	-8 ▼	1	8 ▲	24		11	-2 ▼
AL	16	-3 ▼	8	-1 ▼	22	-21 ▼	20		17	
DF	17	-3 ▼	9	-7 ▼	16	6 ▲	7		27	-13 ▼
RN	18	3 ▲	16	-5 ▼	18	9 ▲	15		17	1 ▲
CE	19	-1 ▼	1	2 ▲	19	-4 ▼	22		17	5 ▲
MA	20	2 ▲	17		25	-2 ▼	23		23	-3 ▼
PA	21	-2 ▼	26	-7 ▼	8	5 ▲	25		20	-2 ▼
AC	22	2 ▲	25		5	15 ▲	19		24	2 ▲
PB	23		6	12 ▲	3	16 ▲	26		7	1 ▲
AP	24	1 ▲	6	21 ▲	26	-1 ▼	16		9	-2 ▼
TO	25	-5 ▼	24	-9 ▼	20	-13 ▼	21		13	3 ▲
PI	26		23	-9 ▼	15	-1 ▼	27		26	-4 ▼
RR	27		27	-1 ▼	27	-1 ▼	1		24	3 ▲

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2020 – III

Eficiência da Máquina Pública								
UF	Ranking do Pilar		Prêmio Salarial Público-Privado		Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual		Equilíbrio de Gênero no Emprego Público Estadual	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
ES	1	2 ▲	4		5		2	
SC	2	-1 ▼	6		8		10	
SP	3	2 ▲	1		2		21	
RS	4	-2 ▼	2		18		23	
AM	5	3 ▲	19		11		15	
PR	6	-2 ▼	5		25		11	
MG	7	-1 ▼	3		21		12	
RO	8	2 ▲	7		24		5	
BA	9	-2 ▼	12		1		27	
MS	10	1 ▲	15		22		1	
MT	11	6 ▲	17		20		9	
GO	12	3 ▲	8		3		7	
SE	13	-1 ▼	25		4		19	
RJ	14	-5 ▼	9		9		26	
PE	15	1 ▲	21		7		17	
AL	16	-3 ▼	14		13		24	
DF	17	-3 ▼	26		16		13	
RN	18	3 ▲	22		23		20	
CE	19	-1 ▼	10		27		25	
MA	20	2 ▲	23		12		8	
PA	21	-2 ▼	20		6		14	
AC	22	2 ▲	18		17		4	
PB	23		11		26		22	
AP	24	1 ▲	27		10		6	
TO	25	-5 ▼	13		14		18	
PI	26		16		19		3	
RR	27		24		15		16	



CAPITAL HUMANO

Reconhecidamente, o baixo nível de qualificação da mão de obra é um dos principais gargalos ao desenvolvimento econômico e social do País. Enquanto o trabalhador brasileiro possui 8 anos de escolaridade em média, nos países da OCDE a escolaridade média é de 12 anos, segundo dados de 2018 da UNESCO e PNUD.

Embora este pilar não esteja entre os de maior peso (8,2%), isso se justifica em função da complementariedade com o pilar educação, cujo peso é de 11,2%. Enquanto o primeiro pilar avalia o nível educacional dos indivíduos que já estão no mercado de trabalho e seu impacto sobre a produtividade da economia, o segundo analisa as condições atuais da educação no País, que irão determinar a qualidade dos futuros profissionais dos Estados.

No pilar capital humano, foram considerados indicadores de qualificação dos trabalhadores (medido pelo número de anos de escolaridade e pela proporção de trabalhadores com ensino superior) e a relação com a produtividade (dada pela razão entre o PIB e a população ocupada).

Em contrapartida, foram considerados também os custos da mão de obra (fundamentalmente salários), que, embora estejam estreitamente relacionados ao nível de qualificação, produtividade e bem-estar social de cada Estado, é também um indicador relevante para a tomada de decisão de investimentos por parte das empresas.

Nesta edição, alterações metodológicas foram feitas em 2 indicadores:

1. PEA com Ensino Superior: alteração do numerador de pessoas de 14 anos ou mais de idade com "15 anos ou mais de estudo" por "ensino superior completo". Os dados foram obtidos dos microdados da PNAD Contínua Trimestral, uma vez que o IBGE não disponibilizou os resultados consolidados da pesquisa anual.
2. Produtividade do Trabalho: alteração do denominador de "Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência" por "Horas efetivamente trabalhadas por semana em todos os trabalhos das pessoas de 14 anos ou mais de idade", tendo em vista o elevado contingente de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas. Os dados foram obtidos dos microdados da PNAD Contínua Trimestral, uma vez que o IBGE não disponibilizou os resultados consolidados da pesquisa anual.

O Distrito Federal permanece como a UF mais bem colocada no pilar de Capital Humano, enquanto o Rio de Janeiro e o Amazonas seguem como o segundo e terceiro colocados, respectivamente. O Distrito Federal é o primeiro colocado nos indicadores

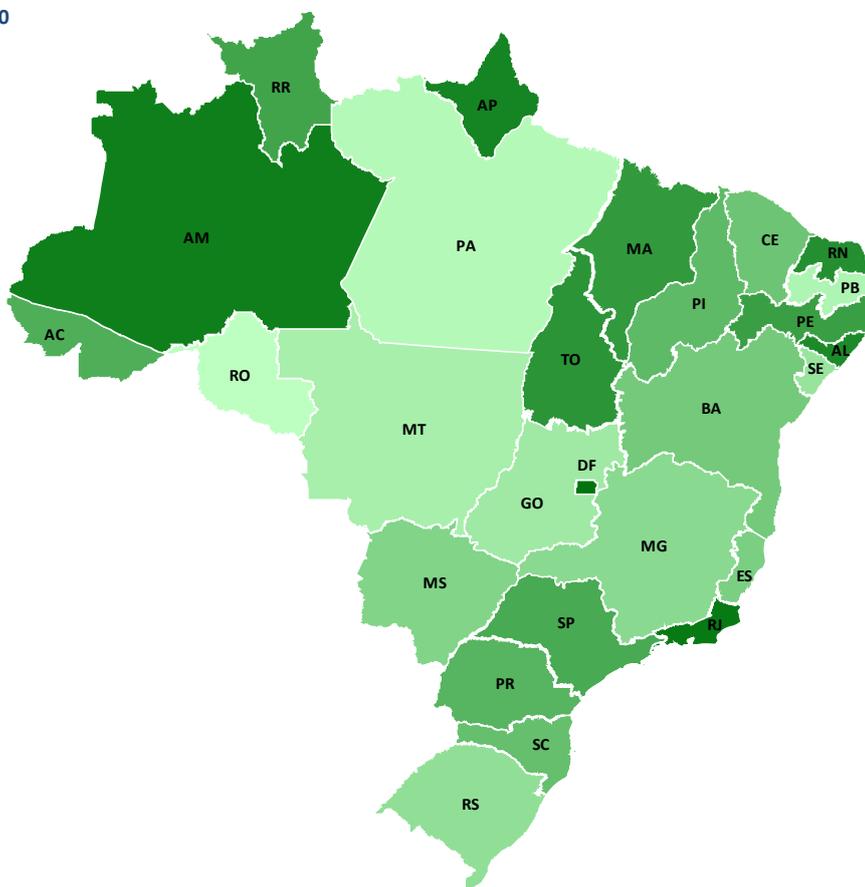
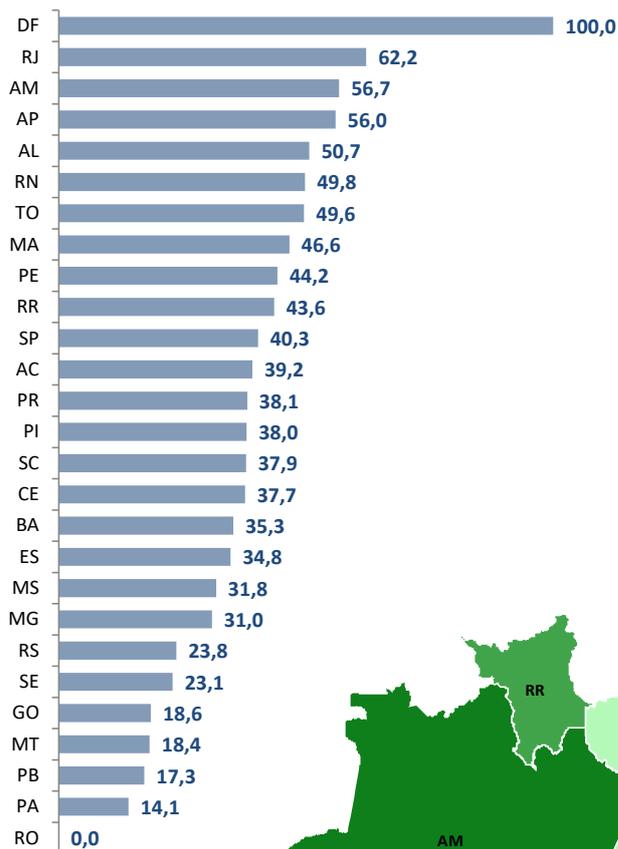
de PEA com Ensino Superior, Produtividade do Trabalho e Qualificação dos Trabalhadores, mas, o último em Custo de Mão de Obra.

Os Estados com os maiores avanços de posição, no pilar, foram Alagoas (+16), saltando da 21ª para 5ª colocação; Maranhão (+12), atingindo a 8ª posição; e Piauí (+10), na 14ª colocação. Em contrapartida, as UFs com maiores quedas de posição foram Santa Catarina (-10), Mato Grosso do Sul (-9) e Mato Grosso (-9).



CAPITAL HUMANO

Ranking – Capital Humano



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Custo de Mão de Obra	Rendimento médio nominal de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho.	IBGE	2020
PEA com Ensino Superior	Percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade, na força de trabalho, com ensino superior completo.	IBGE	2020
Produtividade do Trabalho	PIB total pela média de horas efetivamente trabalhadas em todos trabalhos das pessoas de 14 anos ou mais de idade.	IBGE e Tendências	2020
Qualificação dos Trabalhadores	Anos de estudo médio das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas.	IBGE	2020

Distribuição dos Indicadores no Pilar

Capital Humano

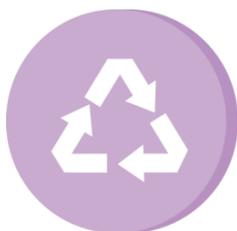


Desempenhos das UFs em cada indicador

Capital Humano					
UF	Pilar Nota: 0-100	Custo de Mão de Obra	PEA com Ensino Superior	Produtividade do Trabalho	Qualificação dos Trabalhadores
DF	100,0	R\$ 4.150	38,5%	R\$ 5.552,1	12,7
RJ	62,2	R\$ 3.137	27,7%	R\$ 3.403,5	12,1
AM	56,7	R\$ 1.927	18,2%	R\$ 2.227,0	10,7
AP	56,0	R\$ 2.092	21,8%	R\$ 1.863,5	11,3
AL	50,7	R\$ 1.585	16,8%	R\$ 1.776,5	10,2
RN	49,8	R\$ 1.955	21,6%	R\$ 1.755,4	10,8
TO	49,6	R\$ 1.949	21,4%	R\$ 1.799,7	10,8
MA	46,6	R\$ 1.411	13,8%	R\$ 1.540,9	10,2
PE	44,2	R\$ 1.783	16,8%	R\$ 1.834,4	10,5
RR	43,6	R\$ 2.443	22,3%	R\$ 2.087,5	11,6
SP	40,3	R\$ 3.200	27,2%	R\$ 3.162,8	12,0
AC	39,2	R\$ 1.969	21,5%	R\$ 1.668,4	10,6
PR	38,1	R\$ 2.644	24,2%	R\$ 2.512,4	11,3
PI	38,0	R\$ 1.496	16,9%	R\$ 1.606,4	9,8
SC	37,9	R\$ 2.659	24,3%	R\$ 2.448,5	11,4
CE	37,7	R\$ 1.692	17,1%	R\$ 1.532,8	10,4
BA	35,3	R\$ 1.699	15,1%	R\$ 1.795,1	10,2
ES	34,8	R\$ 2.243	20,3%	R\$ 2.083,7	11,0
MS	31,8	R\$ 2.456	20,7%	R\$ 2.676,7	10,8
MG	31,0	R\$ 2.136	18,7%	R\$ 2.024,7	10,8
RS	23,8	R\$ 2.686	21,8%	R\$ 2.505,7	11,3
SE	23,1	R\$ 1.787	16,1%	R\$ 1.648,6	10,2
GO	18,6	R\$ 2.253	18,6%	R\$ 1.887,0	10,9
MT	18,4	R\$ 2.430	19,8%	R\$ 2.388,4	10,7
PB	17,3	R\$ 1.869	18,6%	R\$ 1.529,3	10,1
PA	14,1	R\$ 1.724	14,4%	R\$ 1.604,3	10,0
RO	0,0	R\$ 2.039	15,9%	R\$ 1.717,0	10,2

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2020

Capital Humano										
UF	Ranking do Pilar		Custo de Mão de Obra		PEA com Ensino Superior		Produtividade do Trabalho		Qualificação dos Trabalhadores	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
DF	1		27		1		1		1	
RJ	2		25		2		2	1 ▲	2	
AM	3		10	-1 ▼	18	-1 ▼	9		15	-3 ▼
AP	4	8 ▲	15	-1 ▼	8	4 ▲	14	7 ▲	8	1 ▲
AL	5	16 ▲	3	2 ▲	22	1 ▲	18	-1 ▼	21	3 ▲
RN	6	5 ▲	12	-1 ▼	9	4 ▲	19		11	6 ▲
TO	7	-1 ▼	11	2 ▲	11		16	-1 ▼	14	1 ▲
MA	8	12 ▲	1		27	-1 ▼	25	1 ▲	24	-2 ▼
PE	9	-2 ▼	7	3 ▲	21	-3 ▼	15	1 ▲	18	-2 ▼
RR	10	-2 ▼	20	-1 ▼	6	4 ▲	10		4	
SP	11	-7 ▼	26		3		3	-1 ▼	3	
AC	12	1 ▲	13	-1 ▼	10	-2 ▼	21	-3 ▼	17	1 ▲
PR	13	-4 ▼	22	1 ▲	5		5	1 ▲	6	
PI	14	10 ▲	2		20		23	4 ▲	27	
SC	15	-10 ▼	23	-1 ▼	4		7	-3 ▼	5	
CE	16	6 ▲	4	3 ▲	19	3 ▲	26	-1 ▼	19	1 ▲
BA	17	2 ▲	5	-2 ▼	25		17	3 ▲	20	1 ▲
ES	18	-4 ▼	17	1 ▲	13	-6 ▼	11		9	-1 ▼
MS	19	-9 ▼	21		12	-6 ▼	4	4 ▲	12	-1 ▼
MG	20	-4 ▼	16	-1 ▼	15	4 ▲	12	2 ▲	13	1 ▲
RS	21	-4 ▼	24		7	2 ▲	6	1 ▲	7	
SE	22	3 ▲	8	-2 ▼	23	1 ▲	22	1 ▲	22	3 ▲
GO	23	-5 ▼	18	-1 ▼	17	-2 ▼	13	-1 ▼	10	
MT	24	-9 ▼	19	1 ▲	14		8	-3 ▼	16	-3 ▼
PB	25	-2 ▼	9	-1 ▼	16		27	-3 ▼	25	-2 ▼
PA	26		6	-2 ▼	26	1 ▲	24	-2 ▼	26	
RO	27		14	2 ▲	24	-3 ▼	20	-7 ▼	23	-4 ▼



SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Nosso padrão de desenvolvimento econômico de longo prazo pode estar duramente comprometido em função de restrições ambientais severas. Essas restrições vêm se tornando cada vez mais visíveis, transformando externalidades negativas até então pouco tangíveis em custos e prejuízos econômicos concretos no curto prazo. Nesse sentido, o Estado tem papel fundamental como indutor de um padrão ambientalmente sustentável de desenvolvimento econômico.

Além dos indicadores previamente utilizados no Ranking 2020 (Emissões de CO₂, Serviços Urbanos, Destinação do Lixo, Tratamento de Esgoto e Perda de Água), o pilar de Sustentabilidade Ambiental ganhou 6 indicadores a partir da edição de 2021. São eles:

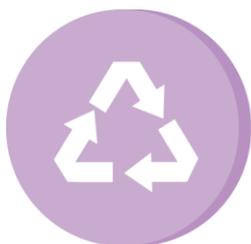
1. Coleta Seletiva de Lixo: taxa de cobertura da coleta seletiva porta-a-porta em relação à população urbana. Os dados estaduais foram obtidos através da ponderação dos dados municipais pelo tamanho da sua população total. O indicador é relevante por estar associado ao controle da disseminação de doenças e à destinação correta dos resíduos sólidos, cuja separação e reaproveitamento, via reciclagem, colaboram para a redução da poluição urbana.
2. Desmatamento: razão entre a área total desmatada, e a soma da área de unidades de conservação (federal e estadual) e de terras indígenas. A importância do indicador decorre de suas significativas externalidades negativas, tais como o comprometimento da biodiversidade e da qualidade do ar, do solo e dos recursos hídricos, e o agravamento das mudanças climáticas.
3. Reciclagem de Lixo: taxa de recuperação de recicláveis em relação à quantidade de resíduos domésticos e públicos. Os dados estaduais foram obtidos através da ponderação dos dados municipais pelo tamanho da sua população total. A importância deste indicador decorre das externalidades positivas ao meio ambiente e à comunidade, uma vez que a reciclagem possibilita o reaproveitamento adequado dos resíduos, a redução de emissões de gases estufa e a limpeza urbana.
4. Recuperação de Áreas Degradadas: área total modificada de uso de solo da forma antrópico (agropecuária ou áreas não vegetadas) para a forma natural (floresta ou formação natural não florestal), em relação à área geográfica total. É possível que o processo seja natural/espontâneo, sem a intervenção humana, ou envolva intervenções humanas para acelerar ou garantir o sucesso da regeneração.
5. Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento: transparência das ações do poder público estadual no combate ao desmatamento. Com base nas classificações feitas pelo MapBiomass sobre os dados de autuações e embargos

por Estado, foram atribuídas notas: 3 para classificação A, 2 para B, 1 para C e 0 para D. A nota final é a soma das notas nos 3 quesitos: disponibilidade on-line dos dados atualizados, formato/conteúdo dos dados e georreferenciamento dos dados. O indicador é importante por elucidar as especificidades das ações de proteção ambiental ocorridas na administração pública, o que, por sua vez, possibilita maior avaliação e controle por parte dos agentes.

6. Velocidade do Desmatamento: velocidade média do desmatamento, i.e., razão entre a área total desmatada e o número de dias decorridos entre o início e o final do desmatamento.

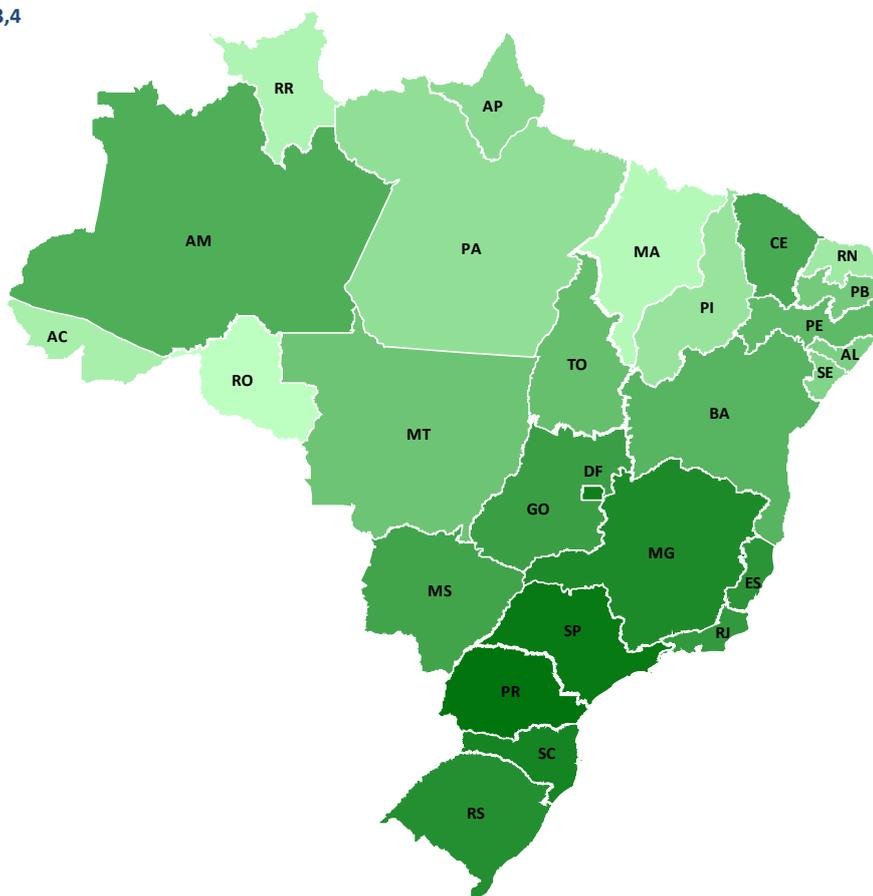
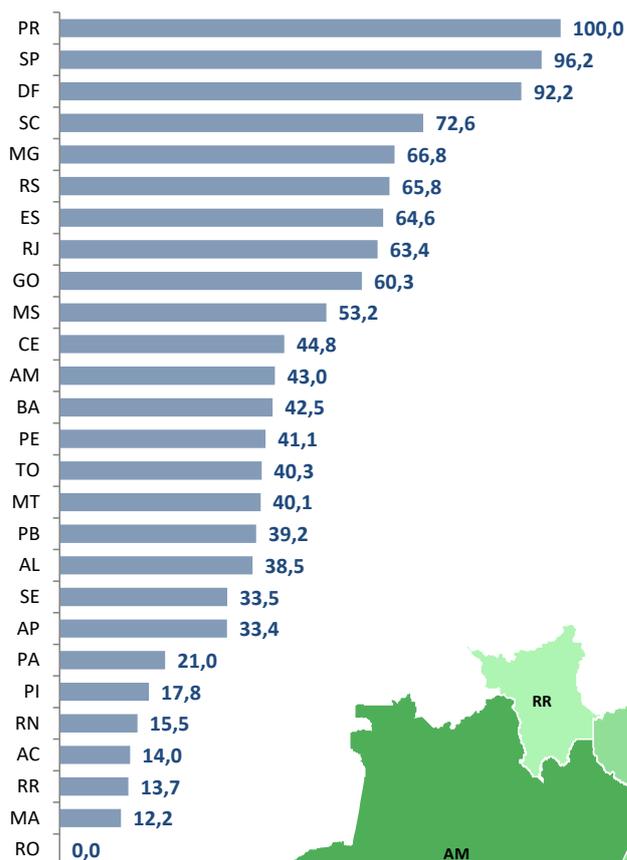
Nesta edição, o Paraná ocupou o primeiro lugar do pilar de Sustentabilidade Ambiental, à frente de São Paulo (2ª colocação) e do Distrito Federal (3ª). O Estado paranaense exibiu melhora relativa nos indicadores de Serviços Urbanos, Destinação do Lixo e Perda de Água, além de ocupar a 1ª posição nos novos indicadores de Reciclagem de Lixo e Coleta Seletiva de Lixo.

Os Estados com os maiores avanços de colocação, no pilar, foram Rio Grande do Sul (+7 posições), saltando da 13ª para 6ª colocação; Amazonas (+7), atingindo a 12ª posição; e Tocantins (+6), na 15ª colocação. Em contrapartida, a UF com maior queda de posição foi Roraima (-13).



SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Ranking – Sustentabilidade Ambiental



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Emissões de CO2	Emissões brutas subtraídas das remoções de CO2 divididas pelo PIB Total.	SEEG/OC e Tendências	2019
Serviços Urbanos	Oferta de serviços de manejo de resíduos sólidos executados pela Prefeitura, por empresas contratadas e por outros executores.	SNIS	2019
Destinação do Lixo	Destinação adequada dos resíduos sólidos pelos municípios, conforme o tipo de resíduo emitido e a qualidade da unidade de processamento destinatária.	SNIS	2019
Tratamento de Esgoto	Parcela de esgoto tratado do total de água consumida multiplicado pela proporção de domicílios com acesso à água encanada proveniente de rede geral de distribuição no estado.	SNIS e IBGE	2019
Perda de Água	Índice de perdas na distribuição de água.	SNIS	2019
Reciclagem de Lixo	Taxa de recuperação de recicláveis em relação à quantidade de resíduos domésticos e públicos.	SNIS e IBGE	2019
Coleta Seletiva de Lixo	Taxa de cobertura da coleta seletiva porta-a-porta em relação à população urbana.	SNIS e IBGE	2019
Desmatamento	Razão entre a área total desmatada e a soma da área de unidades de conservação (federal e estadual) e de terras indígenas.	MapBiomas, Instituto Socioambiental e Ministério do Meio Ambiente	2020
Velocidade do Desmatamento	Velocidade média do desmatamento: razão entre a área total desmatada e o número de dias decorridos entre o início e o final do desmatamento.	MapBiomas	2020
Recuperação de Áreas Degradadas	Área total modificada de uso de solo da forma antrópico (agropecuária ou áreas não vegetadas) para a forma natural (floresta ou formação natural não florestal), em relação à área geográfica total.	MapBiomas e IBGE	2019
Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento	Transparência das ações do poder público estadual no combate ao desmatamento.	MapBiomas	2020

Distribuição dos Indicadores no Pilar

Sustentabilidade Ambiental



Desempenhos das UFs em cada indicador

Sustentabilidade Ambiental - I							
UF	Pilar Nota: 0-100	Emissões de CO2	Serviços Urbanos	Destinação do Lixo	Tratamento de Esgoto	Perda de Água	Reciclagem de Lixo
PR	100,0	50,7	1,1	0,7	66,9%	34,7%	4,4%
SP	96,2	35,5	1,4	0,6	65,6%	34,9%	1,9%
DF	92,2	17,8	1,6	0,2	78,2%	32,1%	2,4%
SC	72,6	3,0	0,9	0,5	25,9%	34,5%	4,0%
MG	66,8	63,7	1,0	0,5	37,3%	36,7%	2,0%
RS	65,8	57,8	0,8	0,5	22,8%	41,9%	4,3%
ES	64,6	140,6	1,0	0,5	36,2%	37,3%	1,2%
RJ	63,4	62,5	1,0	0,5	34,9%	37,8%	0,6%
GO	60,3	62,8	0,7	0,4	46,8%	29,2%	1,1%
MS	53,2	109,5	1,2	0,6	39,3%	33,0%	1,6%
CE	44,8	70,4	0,8	0,4	28,3%	43,0%	0,3%
AM	43,0	-127,9	1,0	0,5	22,9%	68,0%	1,2%
BA	42,5	15,7	0,6	0,4	40,2%	40,2%	0,6%
PE	41,1	41,7	0,8	0,4	23,6%	50,1%	0,2%
TO	40,3	-40,3	0,9	0,4	25,8%	33,6%	0,5%
MT	40,1	680,8	0,5	0,5	35,6%	44,5%	1,1%
PB	39,2	72,1	0,8	0,4	32,0%	38,8%	1,0%
AL	38,5	42,4	0,7	0,3	12,3%	29,8%	0,3%
SE	33,5	90,7	0,9	0,1	23,5%	43,6%	0,7%
AP	33,4	-105,8	1,2	0,5	9,0%	73,6%	0,2%
PA	21,0	1095,5	0,3	0,4	4,1%	40,3%	0,5%
PI	17,8	78,5	0,6	0,3	14,1%	48,4%	0,1%
RN	15,5	57,0	0,9	0,3	29,1%	51,2%	0,4%
AC	14,0	1133,1	0,9	0,4	10,6%	60,7%	0,1%
RR	13,7	2471,5	1,1	0,3	59,2%	65,4%	0,0%
MA	12,2	344,8	0,5	0,1	9,9%	59,5%	1,0%
RO	0,0	1410,9	0,1	0,3	4,4%	60,8%	1,6%

Desempenhos das UFs em cada indicador

Sustentabilidade Ambiental - II						
UF	Pilar Nota: 0-100	Coleta Seletiva de Lixo	Desmatamento	Velocidade do Desmatamento	Recuperação de Áreas Degradadas	Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento
PR	100,0	77,0%	0,2	0,1	0,0%	1,0
SP	96,2	56,5%	0,0	0,1	0,0%	9,0
DF	92,2	56,0%	0,0	0,2	0,0%	5,0
SC	72,6	65,5%	0,3	0,0	0,0%	0,0
MG	66,8	22,7%	0,6	0,2	0,0%	8,0
RS	65,8	59,7%	0,3	0,1	0,0%	0,0
ES	64,6	30,0%	0,1	0,1	0,1%	1,0
RJ	63,4	23,2%	0,0	0,1	0,0%	5,0
GO	60,3	32,2%	1,1	0,4	0,0%	6,0
MS	53,2	45,7%	1,8	1,1	0,2%	0,0
CE	44,8	5,6%	0,8	0,1	0,0%	7,0
AM	43,0	9,1%	0,1	0,1	0,1%	7,0
BA	42,5	2,1%	1,3	0,3	0,1%	1,0
PE	41,1	14,6%	0,4	0,1	0,1%	1,0
TO	40,3	4,7%	1,0	0,7	0,1%	1,0
MT	40,1	11,9%	0,9	0,3	0,2%	9,0
PB	39,2	9,9%	4,1	0,1	0,3%	6,0
AL	38,5	8,6%	0,9	0,1	0,0%	0,0
SE	33,5	21,0%	1,0	0,1	0,0%	0,0
AP	33,4	0,0%	0,0	0,0	0,1%	4,0
PA	21,0	3,3%	0,5	0,1	0,5%	8,0
PI	17,8	0,6%	1,6	0,4	0,0%	0,0
RN	15,5	13,9%	5,4	0,1	0,2%	0,0
AC	14,0	11,3%	0,7	0,1	0,1%	1,0
RR	13,7	0,0%	0,2	0,1	0,1%	4,0
MA	12,2	19,4%	1,5	0,4	0,8%	1,0
RO	0,0	18,8%	0,9	0,2	0,1%	6,0

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2020 - I

Sustentabilidade Ambiental										
UF	Ranking do Pilar		Emissões de CO ₂		Serviços Urbanos		Destinação do Lixo		Tratamento de Esgoto	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
PR	1	2 ▲	10	-3 ▼	6	1 ▲	1	15 ▲	2	
SP	2		7	-2 ▼	2		3	1 ▲	3	
DF	3	-2 ▼	6	-2 ▼	1		25	-1 ▼	1	
SC	4	4 ▲	4	4 ▲	14	8 ▲	10	-8 ▼	15	4 ▲
MG	5	2 ▲	15	-2 ▼	7	8 ▲	4	2 ▲	8	2 ▲
RS	6	7 ▲	12	-1 ▼	19		6	-3 ▼	20	-2 ▼
ES	7	-3 ▼	21	-2 ▼	9	-4 ▼	8	-7 ▼	9	-2 ▼
RJ	8	-2 ▼	13	-3 ▼	10	1 ▲	5		11	2 ▲
GO	9	-4 ▼	14	4 ▲	21	-7 ▼	15	-2 ▼	5	1 ▲
MS	10	-1 ▼	20		4	-1 ▼	2	21 ▲	7	1 ▲
CE	11	3 ▲	16	-1 ▼	16	-4 ▼	18	-4 ▼	14	-3 ▼
AM	12	7 ▲	1	2 ▲	8		9	-2 ▼	19	1 ▲
BA	13	-2 ▼	5	11 ▲	22	1 ▲	17	2 ▲	6	-1 ▼
PE	14	4 ▲	8	1 ▲	18	2 ▲	14	-2 ▼	17	
TO	15	6 ▲	3	22 ▲	13	12 ▲	16	-5 ▼	16	
MT	16	4 ▲	23	1 ▲	24	-7 ▼	11	-3 ▼	10	2 ▲
PB	17	-7 ▼	17		17	-1 ▼	12	-2 ▼	12	-3 ▼
AL	18	-3 ▼	9	-3 ▼	20	-2 ▼	21	-1 ▼	22	-1 ▼
SE	19	3 ▲	19	-5 ▼	15	-6 ▼	27		18	-4 ▼
AP	20	-3 ▼	2	-1 ▼	3	1 ▲	7	2 ▲	25	
PA	21	3 ▲	24	-1 ▼	26	-5 ▼	19	6 ▲	27	
PI	22	1 ▲	18	3 ▲	23	3 ▲	22		21	1 ▲
RN	23	-7 ▼	11	1 ▲	12	-2 ▼	20	-3 ▼	13	2 ▲
AC	24	2 ▲	25	1 ▲	11	2 ▲	13	2 ▲	23	
RR	25	-13 ▼	27	-25 ▼	5	1 ▲	23	-2 ▼	4	
MA	26	-1 ▼	22		25	2 ▲	26		24	
RO	27		26	1 ▲	27	-3 ▼	24	-6 ▼	26	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2020 - II

Sustentabilidade Ambiental										
UF	Ranking do Pilar		Perda de Água		Reciclagem de Lixo		Coleta Seletiva de Lixo		Desmatamento	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
PR	1	2 ▲	7	2 ▲	1		1		8	
SP	2		8	-3 ▼	6		4		2	
DF	3	-2 ▼	3	3 ▲	4		5		1	
SC	4	4 ▲	6	1 ▲	3		2		10	
MG	5	2 ▲	9	1 ▲	5		10		13	
RS	6	7 ▲	15		2		3		9	
ES	7	-3 ▼	10	3 ▲	9		8		5	
RJ	8	-2 ▼	11	-9 ▼	17		9		4	
GO	9	-4 ▼	1		12		7		21	
MS	10	-1 ▼	4	-1 ▼	7		6		25	
CE	11	3 ▲	16		21		21		15	
AM	12	7 ▲	26		10		19		6	
BA	13	-2 ▼	13	-2 ▼	16		24		22	
PE	14	4 ▲	20		24		14		11	
TO	15	6 ▲	5	3 ▲	19		22		20	
MT	16	4 ▲	18	-1 ▼	11		16		16	
PB	17	-7 ▼	12		13		18		26	
AL	18	-3 ▼	2	2 ▲	22		20		17	
SE	19	3 ▲	17	1 ▲	15		11		19	
AP	20	-3 ▼	27	-2 ▼	23		26		3	
PA	21	3 ▲	14		18		23		12	
PI	22	1 ▲	19	2 ▲	25		25		24	
RN	23	-7 ▼	21	-2 ▼	20		15		27	
AC	24	2 ▲	23	1 ▲	26		17		14	
RR	25	-13 ▼	25	2 ▲	27		26		7	
MA	26	-1 ▼	22	1 ▲	14		12		23	
RO	27		24	-2 ▼	8		13		18	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2020 - III

Sustentabilidade Ambiental									
UF	Ranking do Pilar		Velocidade do Desmatamento		Recuperação de Áreas Degradadas		Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
PR	1	2 ▲	8		23		14		
SP	2		3		20		1		
DF	3	-2 ▼	20		21		10		
SC	4	4 ▲	2		22		21		
MG	5	2 ▲	18		18		3		
RS	6	7 ▲	6		17		21		
ES	7	-3 ▼	3		11		14		
RJ	8	-2 ▼	9		26		10		
GO	9	-4 ▼	24		24		7		
MS	10	-1 ▼	27		5		21		
CE	11	3 ▲	13		19		5		
AM	12	7 ▲	13		12		5		
BA	13	-2 ▼	22		9		14		
PE	14	4 ▲	11		14		14		
TO	15	6 ▲	26		15		14		
MT	16	4 ▲	21		4		1		
PB	17	-7 ▼	6		3		7		
AL	18	-3 ▼	15		27		21		
SE	19	3 ▲	12		16		21		
AP	20	-3 ▼	1		8		12		
PA	21	3 ▲	15		2		3		
PI	22	1 ▲	24		25		21		
RN	23	-7 ▼	17		6		21		
AC	24	2 ▲	3		13		14		
RR	25	-13 ▼	9		10		12		
MA	26	-1 ▼	23		1		14		
RO	27		19		7		7		



POTENCIAL DE MERCADO

Neste pilar, foi considerado o tamanho do PIB de cada Estado, a dinâmica de crescimento do PIB nos últimos 4 anos e o crescimento potencial da força de trabalho nos 10 próximos anos.

Naturalmente, o tamanho da economia do Estado é uma das variáveis levadas em consideração na decisão de localização de investimentos das empresas, favorecendo a competitividade das maiores Unidades da Federação.

Ao mesmo tempo, Estados com economias mais dinâmicas também abrem mais oportunidades de investimento, gerando um ciclo virtuoso de competitividade e desenvolvimento econômico. O ritmo de crescimento da população em idade de trabalho, por sua vez, constitui um dos principais determinantes do crescimento potencial de longo prazo.

Ressalta-se que o indicador tamanho de mercado sofre um redutor em seu peso dentro do pilar em razão do critério de ponderação denominado de 'dispersão' (ver anexo 2), evitando assim que os maiores Estados do País em termos de PIB — SP possui mais de três vezes o tamanho do segundo maior Estado (RJ) — adquiram uma vantagem excessiva no Ranking como um todo, por conta de um único indicador.

Além disso, o pilar possui peso relativamente pequeno (7,5%). Desse modo, o grande desequilíbrio entre as UFs em termos de tamanho de PIB acaba tendo um impacto limitado no pilar e, principalmente, no ranking geral. Evidência disso é que a menor economia estadual do País, Roraima, está na última colocação no indicador de Tamanho de Mercado, mas ocupa a 2ª posição no pilar, graças à 1ª colocação no indicador de Crescimento Potencial da Força de Trabalho.

Completam as primeiras posições do pilar os Estados de Amazonas (1ª posição) e Mato Grosso (3ª). Enquanto São Paulo beneficia-se do 1º lugar no indicador de Tamanho de Mercado, o Estado do Mato Grosso apresenta o melhor resultado do País no indicador de Taxa de Crescimento.

O Estado com maior avanço de colocação, no pilar, foi o Amapá (+10 posições), saltando da 15ª para 5ª colocação, impulsionado pelo crescimento no indicador de Taxa de Crescimento. Em contrapartida, a UF com maior queda de posição foi o Rio Grande do Sul (-9), atingindo a penúltima posição do pilar.

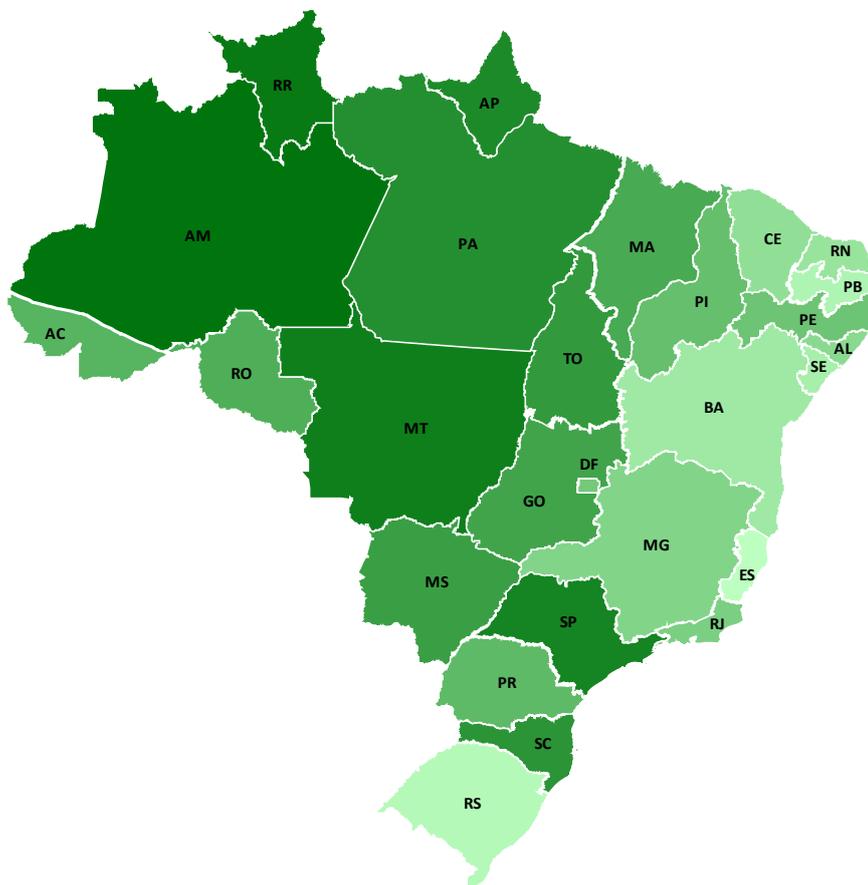
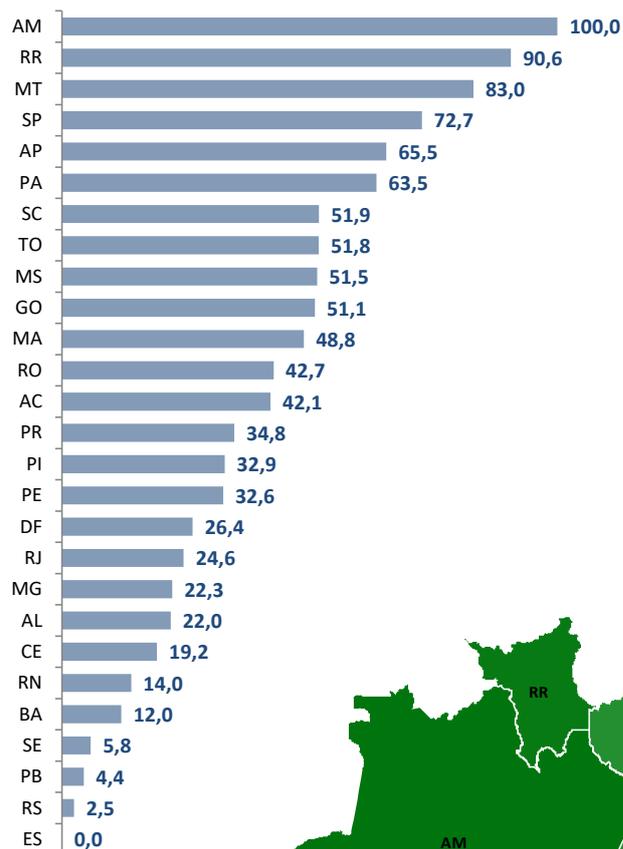
Vale destacar que o indicador Taxa de Crescimento considera a média das variações do PIB real dos últimos 4 anos (2017 a 2020), sendo as taxas de 2017 e 2018 as últimas divulgadas oficialmente pelo IBGE. Dada a grande defasagem na divulgação dos dados, a Tendências Consultoria Integrada estimou as taxas para 2019 e 2020,

considerando os principais indicadores estaduais de alta frequência e a especialização econômica de cada UF. As estimativas são consistentes com o desempenho do Brasil, tendo em vista que o IBGE divulga os dados nacionais com menor defasagem. Para maiores detalhes, ver o anexo 2 em “Utilização da estimativa da Tendências para o PIB estadual”.



POTENCIAL DE MERCADO

Ranking – Potencial de Mercado



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Tamanho de Mercado	Nível do Produto Interno Bruto (PIB).	Tendências	2020
Taxa de Crescimento	Média móvel de quatro períodos para a taxa de crescimento anual do PIB real.	IBGE e Tendências	2020
Crescimento Potencial da Força de Trabalho	Média da taxa de crescimento da PIA para os próximos 10 anos (população com idade entre 15 e 64 anos).	IBGE	2020

Distribuição dos Indicadores no Pilar

Potencial de Mercado



Desempenhos das UFs em cada indicador

Potencial de Mercado				
UF	Pilar Nota: 0-100	Tamanho de mercado	Taxa de crescimento	Crescimento Potencial da Força de Trabalho
AM	100,0	R\$ 114,6	3,8%	1,6%
RR	90,6	R\$ 14,8	2,1%	2,2%
MT	83,0	R\$ 149,7	4,0%	0,8%
SP	72,7	R\$ 2.315,4	-0,6%	0,3%
AP	65,5	R\$ 18,1	0,7%	2,0%
PA	63,5	R\$ 178,7	1,9%	1,1%
SC	51,9	R\$ 324,8	1,9%	0,5%
TO	51,8	R\$ 39,3	1,5%	1,0%
MS	51,5	R\$ 117,7	2,0%	0,7%
GO	51,1	R\$ 216,2	1,2%	0,9%
MA	48,8	R\$ 105,9	1,7%	0,7%
RO	42,7	R\$ 47,4	1,3%	0,8%
AC	42,1	R\$ 16,3	-0,5%	1,7%
PR	34,8	R\$ 483,4	0,9%	0,2%
PI	32,9	R\$ 53,6	1,8%	0,1%
PE	32,6	R\$ 201,7	0,8%	0,5%
DF	26,4	R\$ 265,2	-0,7%	0,9%
RJ	24,6	R\$ 826,0	-0,2%	0,0%
MG	22,3	R\$ 648,7	-0,1%	0,0%
AL	22,0	R\$ 57,8	0,4%	0,4%
CE	19,2	R\$ 165,4	0,0%	0,4%
RN	14,0	R\$ 70,0	-0,5%	0,6%
BA	12,0	R\$ 300,7	-0,4%	0,2%
SE	5,8	R\$ 44,8	-1,3%	0,7%
PB	4,4	R\$ 67,6	-0,7%	0,3%
RS	2,5	R\$ 469,7	-0,5%	-0,3%
ES	0,0	R\$ 134,7	-1,7%	0,6%

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2020

Potencial de Mercado									
UF	Ranking do Pilar		Tamanho de Mercado		Taxa de Crescimento		Crescimento Potencial da Força de Trabalho		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
AM	1	3 ▲	16	-1 ▼	2	4 ▲	4		
RR	2	-1 ▼	27		3	-1 ▼	1		
MT	3		13		1		9	1 ▲	
SP	4	-2 ▼	1		23	-6 ▼	21		
AP	5	10 ▲	25		14	10 ▲	2		
PA	6	3 ▲	11		5	6 ▲	5		
SC	7	-2 ▼	6		6	-3 ▼	16		
TO	8	-1 ▼	24		9	-2 ▼	6		
MS	9	-1 ▼	15	1 ▲	4	1 ▲	13		
GO	10	1 ▲	9		11	2 ▲	7	1 ▲	
MA	11	3 ▲	17		8	6 ▲	12	-1 ▼	
RO	12	-6 ▼	22		10	-6 ▼	10	-1 ▼	
AC	13	-3 ▼	26		20	-1 ▼	3		
PR	14	-2 ▼	4	1 ▲	12	-4 ▼	23	1 ▲	
PI	15	6 ▲	21		7	2 ▲	24	-1 ▼	
PE	16		10		13	2 ▲	17		
DF	17	-4 ▼	8		24	-6 ▼	8	-1 ▼	
RJ	18	4 ▲	2		18	5 ▲	26		
MG	19	-1 ▼	3		17	3 ▲	25		
AL	20		20		15	-3 ▼	18		
CE	21	-2 ▼	12		16		19		
RN	22	4 ▲	18		22	3 ▲	14		
BA	23	4 ▲	7		19	7 ▲	22		
SE	24	1 ▲	23		26	1 ▲	11	1 ▲	
PB	25	-1 ▼	19		25	-4 ▼	20		
RS	26	-9 ▼	5	-1 ▼	21	-11 ▼	27		
ES	27	-4 ▼	14		27	-5 ▼	15		



INOVAÇÃO

Num sentido amplo, a inovação envolve a introdução de novas técnicas e métodos que transformam positivamente os processos existentes no interior das empresas, organizações e da sociedade em geral. Envolve, portanto, uma melhora significativa, que, em geral, substitui práticas e processos anteriores. A teoria econômica moderna considera a inovação peça-chave para o crescimento e desenvolvimento econômico de longo prazo, pois ela promove ganhos de produtividade que permitem às pessoas e organizações produzirem mais, novos e melhores produtos e serviços a custos menores para um dado nível de insumos (fatores) produtivos.

O ambiente ideal para o surgimento de inovações combina a presença de competição com ações de fomento à pesquisa e desenvolvimento (P&D). Não é à toa que as maiores inovações surgem, atualmente, a partir do trabalho conjunto entre o setor privado, a academia e institutos de pesquisa, e o setor público. O setor privado, submetido à competição, é um grande demandante de inovações. A academia e os institutos de pesquisa constituem o núcleo central onde nascem as principais inovações. Já o setor público desempenha importante papel na coordenação, acompanhamento e, em muitos casos, financiamento das diversas pesquisas realizadas no País, sendo inclusive muitas delas desenvolvidas em universidades públicas estaduais.

O pilar Inovação contempla 5 indicadores que refletem de modo claro a importância dos setores privado e público e das universidades como promotores da inovação:

1. Investimentos em P&D: indicador medido pelo investimento público em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em proporção do PIB. É uma síntese do quanto a renda produzida em determinado Estado (seja ele rico ou pobre) é destinada à pesquisa científica. A divisão pelo PIB é importante para evitar comparações injustas, uma vez que é natural que Estados mais ricos invistam mais do que os mais pobres.
2. Patentes: indicador medido pelo número de registros de patentes de invenção, modelos de utilidade e certificados de adição como proporção do PIB (em bilhões de reais). Medir a inovação a partir do número de patentes baseia-se na premissa de que os retornos econômicos e sociais de uma inovação somente produzirão efeitos quando efetivamente aplicadas e introduzidas nos processos produtivos. O registro de patentes é etapa fundamental desse processo, pois garante retornos mínimos aos investimentos feitos em P&D pelos proprietários da ideia. Mais uma vez, dada a forte associação entre inovação e a presença do setor privado — o que, por sua vez, está associada à renda —, optamos por dividir o número de patentes pelo PIB de forma a

capturar o quanto se registra de patentes para cada unidade de renda (medida em R\$) gerada no Estado.

3. **Bolsa de Mestrado e Doutorado:** o indicador mede a proporção de estudantes de Mestrado e Doutorado beneficiados pela Bolsa CNPq, CAPES ou de FAPs dos Estados — evidenciando o incentivo à pesquisa acadêmica e produção científica de universidades, departamentos, laboratórios e institutos de todas as áreas do conhecimento.

4. **Empreendimentos Inovadores:** o indicador mede o número de Aceleradoras, Incubadoras, Parques Tecnológicos e Parques Científicos associados à Anprotec (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores) e revela o potencial do Estado em promover a Ciência, Tecnologia e Inovação, diante da atual transição à revolução digital.

5. **Pesquisa Científica:** o indicador refere-se à nota em *pesquisa* do Ranking Universitário Folha (RUF), do jornal Folha de S.Paulo, conforme dados da *Web of Science* (de 2012 a 2016 para publicações e 2017 para citações), Capes, CNPq e agências federais de fomento (2017), e SciELO (de 2012 a 2016). Considerar a qualidade das universidades brasileiras, públicas e privadas, a partir de indicadores de publicações, citações e teses, mostra-se um importante parâmetro à competitividade das Unidades da Federação.

Nesta edição, alterações metodológicas foram feitas em 3 indicadores:

1. **Bolsa de Mestrado e Doutorado:** alteração da referência temporal do denominador (Distribuição de Discentes de Pós-graduação), divulgado pela CAPES, uma vez que o dado considera o final de determinado ano, não a média anual. Nesse sentido, o indicador construído para 2020 utiliza os matriculados e titulados do final de 2019.
2. **Empreendimentos Inovadores:** alteração da fonte primária do denominador (População) a partir da substituição dos dados da PNAD Contínua Anual pelo produto “Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade: 2010-2060”, também do IBGE.
3. **Pesquisa Científica:** a despeito de não ter havido divulgação de novos dados, houve alteração na metodologia de cálculo das notas estaduais, tendo em vista a substituição da média simples pela média ponderada pelo número de matrículas de cada universidade, também divulgado pelo RUF.

Em comparação à edição de 2020, não houve atualização do indicador de Pesquisa Científica. O Grupo Folha informa que não há perspectiva de atualizarem o Ranking Universitário Folha (RUF).

Nesta edição, o Rio Grande do Sul ocupou a primeira colocação do pilar, no lugar de São Paulo (atualmente em 2º). O Estado gaúcho exibiu melhora relativa nos indicadores de Bolsa de Mestrado e Doutorado (5ª colocação) e Empreendimentos Inovadores (1ª colocação), além de manter-se em 1º colocado no indicador de

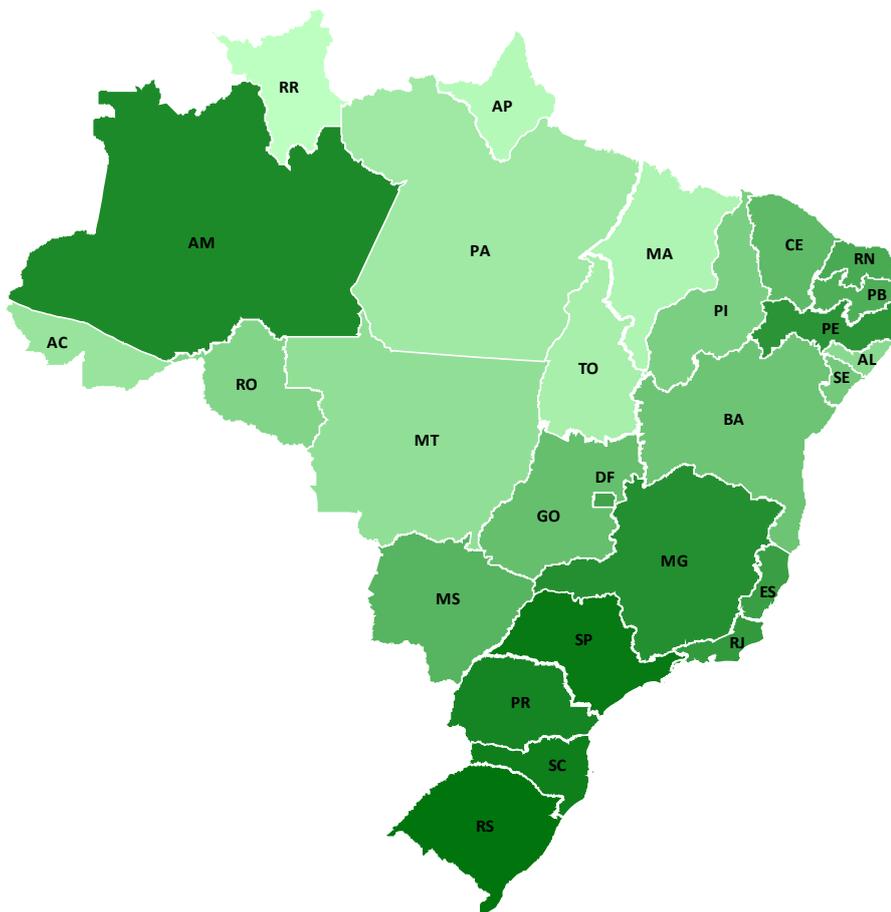
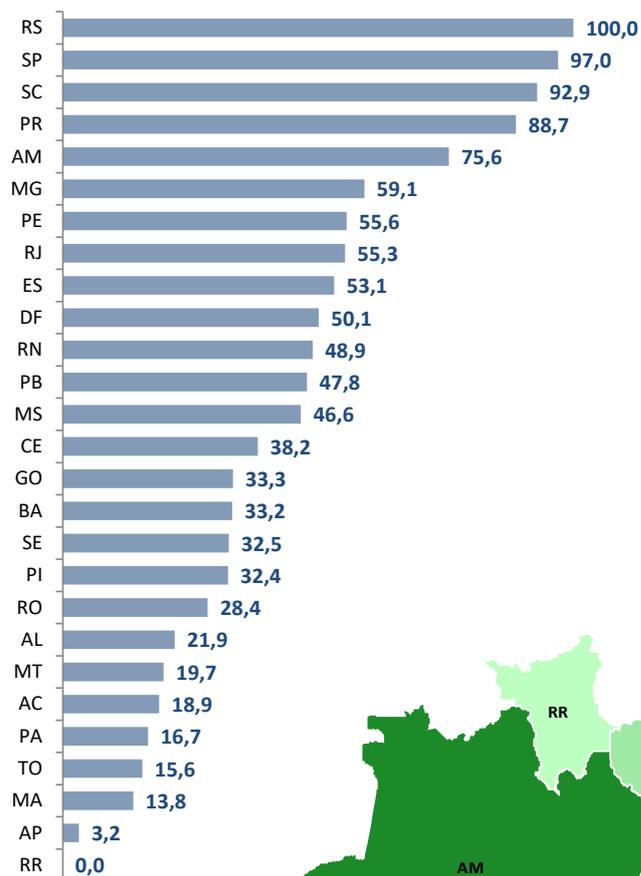
Patentes. Não obstante, São Paulo segue em 1º lugar no indicador de Investimentos Públicos em P&D.

O destaque do pilar nesta edição foi Goiás, com avanço de 5 posições, atingindo a 15ª colocação. O Estado goiano exibiu melhora relativa nos indicadores de Investimentos Públicos em P&D (+10 posições) e Patentes (+6). Analogamente, os Estados de Minas Gerais, Pernambuco, Espírito Santo e Ceará apresentaram avanço de 4 posições no pilar cada.



INOVAÇÃO

Ranking – Inovação



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Investimentos Públicos em P&D	Participação de Investimento público em P&D no PIB estadual.	MCTIC e IBGE	2018
Patentes	Total de concessões de patentes ("Patente de Invenção", "Modelo de Utilidade" e "Certificado de Adição") em relação ao PIB.	INPI e Tendências	2019
Bolsa de Mestrado e Doutorado	Proporção de discentes de pós-graduação beneficiados pela Bolsa CNPq, CAPES ou FAPs dos Estados.	CNPQ, CAPES e CONFAP	2020
Empreendimentos Inovadores	Número de Aceleradoras, Incubadoras, Parques Tecnológicos e Parques Científicos associados à Anprotec (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores) para cada 1 milhão de habitantes.	Anprotec e IBGE	2021
Pesquisa Científica	Média simples das notas em pesquisa científica do Ranking Universitário Folha (RUF).	Ranking Universitário Folha (RUF)	2019

Distribuição dos Indicadores no Pilar

Inovação



Desempenhos das UFs em cada indicador

Inovação						
UF	Pilar Nota: 0-100	Investimentos Públicos em P&D	Patentes	Bolsa de Mestrado e Doutorado	Empreendiment os Inovadores	Pesquisa Científica
RS	100,0	0,02%	0,48	34,9%	3,5	27,1
SP	97,0	0,56%	0,32	36,5%	1,3	20,4
SC	92,9	0,12%	0,45	32,7%	3,3	22,2
PR	88,7	0,23%	0,36	29,0%	2,7	25,0
AM	75,6	0,12%	0,10	57,6%	2,3	22,2
MG	59,1	0,05%	0,24	32,5%	1,6	25,5
PE	55,6	0,08%	0,05	38,0%	1,6	30,4
RJ	55,3	0,12%	0,20	33,6%	1,8	20,4
ES	53,1	0,04%	0,15	36,3%	1,0	29,4
DF	50,1	0,01%	0,06	24,9%	1,6	36,6
RN	48,9	0,11%	0,15	26,6%	2,0	23,5
PB	47,8	0,14%	0,05	34,2%	0,7	29,8
MS	46,6	0,07%	0,04	30,2%	3,2	20,4
CE	38,2	0,12%	0,05	31,6%	0,9	25,2
GO	33,3	0,16%	0,09	29,8%	0,7	20,2
BA	33,2	0,14%	0,06	34,9%	0,5	21,3
SE	32,5	0,04%	0,04	29,0%	0,9	27,5
PI	32,4	0,04%	0,00	30,7%	2,1	21,5
RO	28,4	0,01%	0,02	18,7%	3,3	19,1
AL	21,9	0,02%	0,00	28,5%	0,9	24,3
MT	19,7	0,06%	0,03	24,7%	1,1	20,4
AC	18,9	0,00%	0,06	33,8%	0,0	21,9
PA	16,7	0,03%	0,02	25,7%	0,7	22,5
TO	15,6	0,00%	0,03	13,1%	2,5	19,2
MA	13,8	0,08%	0,02	30,6%	0,0	19,4
AP	3,2	0,02%	0,00	20,4%	1,1	15,6
RR	0,0	0,12%	0,00	12,9%	1,5	11,2

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2020 – I

Inovação								
UF	Ranking do Pilar		Investimentos Públicos em P&D		Patentes		Bolsa de Mestrado e Doutorado	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
RS	1	1 ▲	23	-1 ▼	1		5	5 ▲
SP	2	-1 ▼	1		4	-1 ▼	3	6 ▲
SC	3		8	2 ▲	2		10	3 ▲
PR	4		2		3	1 ▲	17	1 ▲
AM	5	1 ▲	7	5 ▲	9	1 ▲	1	1 ▲
MG	6	4 ▲	16	-7 ▼	5	1 ▲	11	1 ▲
PE	7	4 ▲	13	-2 ▼	15		2	3 ▲
RJ	8		6		6	-1 ▼	9	5 ▲
ES	9	4 ▲	17	-3 ▼	7	1 ▲	4	15 ▲
DF	10	-1 ▼	24	-1 ▼	11	-4 ▼	22	1 ▲
RN	11	1 ▲	11	-7 ▼	8	6 ▲	20	2 ▲
PB	12	-5 ▼	4	-1 ▼	16	-3 ▼	7	-3 ▼
MS	13	-8 ▼	14	3 ▲	18	-1 ▼	15	-14 ▼
CE	14	4 ▲	9	-1 ▼	14	-5 ▼	12	4 ▲
GO	15	5 ▲	3	10 ▲	10	6 ▲	16	-10 ▼
BA	16		5		13	-2 ▼	6	2 ▲
SE	17	-3 ▼	18	1 ▲	17	1 ▲	18	-3 ▼
PI	18	-1 ▼	19	-1 ▼	24	1 ▲	13	4 ▲
RO	19		25	2 ▲	21	2 ▲	25	-4 ▼
AL	20	1 ▲	22	-1 ▼	24	-5 ▼	19	-16 ▼
MT	21	-6 ▼	15	1 ▲	19	1 ▲	23	-12 ▼
AC	22	2 ▲	26	-1 ▼	12		8	16 ▲
PA	23		20		23	-1 ▼	21	-1 ▼
TO	24	3 ▲	27	-1 ▼	20	1 ▲	26	1 ▲
MA	25	-3 ▼	12	3 ▲	22	2 ▲	14	-7 ▼
AP	26		21	3 ▲	24	2 ▲	24	1 ▲
RR	27	-2 ▼	10	-3 ▼	24	2 ▲	27	-1 ▼

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2020 – II

Inovação						
UF	Ranking do Pilar		Empreendimentos Inovadores		Pesquisa Científica	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
RS	1	1 ▲	1	1 ▲	6	
SP	2	-1 ▼	15	2 ▲	21	-7 ▼
SC	3		3	-2 ▼	14	7 ▲
PR	4		5	1 ▲	9	-1 ▼
AM	5	1 ▲	7	-3 ▼	13	
MG	6	4 ▲	11	4 ▲	7	2 ▲
PE	7	4 ▲	13	3 ▲	2	2 ▲
RJ	8		10	1 ▲	19	-1 ▼
ES	9	4 ▲	18	1 ▲	4	1 ▲
DF	10	-1 ▼	12	2 ▲	1	
RN	11	1 ▲	9	1 ▲	11	-4 ▼
PB	12	-5 ▼	22	1 ▲	3	-1 ▼
MS	13	-8 ▼	4	-1 ▼	18	-7 ▼
CE	14	4 ▲	20	2 ▲	8	8 ▲
GO	15	5 ▲	23	-2 ▼	22	
BA	16		25		17	2 ▲
SE	17	-3 ▼	21	-1 ▼	5	-2 ▼
PI	18	-1 ▼	8	1 ▲	16	-1 ▼
RO	19		2	3 ▲	25	-8 ▼
AL	20	1 ▲	19	-1 ▼	10	14 ▲
MT	21	-6 ▼	17	-4 ▼	20	-8 ▼
AC	22	2 ▲	26	1 ▲	15	-5 ▼
PA	23		24		12	8 ▲
TO	24	3 ▲	6	1 ▲	24	1 ▲
MA	25	-3 ▼	26		23	
AP	26		16	-8 ▼	26	
RR	27	-2 ▼	14	-2 ▼	27	



BENCHMARKING INTERNACIONAL

INTRODUÇÃO

Na edição de 2021 do *Ranking de Competitividade dos Estados*, a Tendências Consultoria Integrada passou a consolidar os dados internacionais para comparação com as métricas estaduais. Foi realizada uma ampla pesquisa nas bases de dados, o que permitiu a ampliação do número de indicadores internacionais cobertos (de 36 em 2020, para 47 em 2021).

Dez indicadores adicionais foram mapeados, mas não entraram nos cálculos do Ranking por razões técnicas, como inexistência de dados para o Brasil.

A comparação internacional é importante por incluir no Ranking a perspectiva de competitividade e de qualidade da gestão pública nacional, em relação aos demais países.

Países OCDE 2021	
Alemanha	Irlanda
Austrália	Islândia
Áustria	Israel
Bélgica	Itália
Canadá	Japão
Chile	Letônia
Colômbia	Lituânia
Coréia do Sul	Luxemburgo
Costa Rica	México
Dinamarca	Nova Zelândia
Eslováquia	Países Baixos
Eslovênia	Polônia
Estados Unidos	Portugal
Estônia	Reino Unido
Finlândia	República Tcheca
França	Suécia
Grécia	Suíça
Hungria	Turquia

Metodologicamente, tal ideia é incorporada ao *Ranking de Competitividade dos Estados* através da comparação entre a média dos dados do Brasil e a média dos países da OCDE. A diferença é utilizada para bonificar o peso dos indicadores. Nesse sentido, quanto maior a diferença entre a média nacional e a média dos países mais desenvolvidos, maior passa a ser o peso deste indicador.

Para este estudo, foram considerados os dados mais recentes e mais completos (em termos de número de países), acessados nas bases de dados de organizações como FMI, ONU, OCDE, Banco Mundial, entre outros.

Nos casos em que os dados não estavam disponíveis para a amostra da OCDE, o levantamento levou em consideração a média dos países da Europa.

Por fim, nas situações em que não foram encontrados indicadores iguais às estatísticas estaduais, foram exploradas *proxies* internacionais mais relevantes para cada pilar do Ranking.

INDICADORES DE DESTAQUE

Sustentabilidade Ambiental

Nesta edição do *Ranking de Competitividade dos Estados*, além do indicador de Emissão de CO₂, foram incluídos os seguintes indicadores de benchmarking internacional no pilar de Sustentabilidade Ambiental: Tratamento de Esgoto, Reciclagem de Lixo, Desmatamento e Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento.

Tratamento de Esgoto

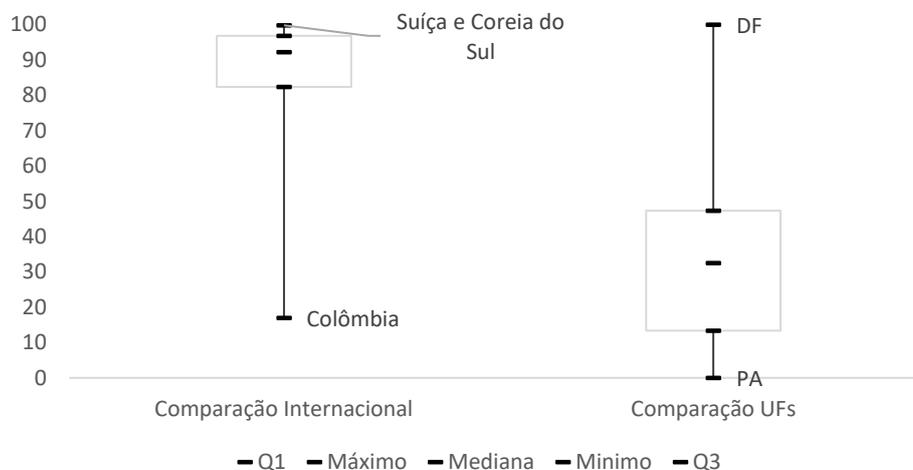
O tratamento adequado do esgoto é importante para minimizar os impactos do descarte de resíduos sobre o meio ambiente, além de ser uma ferramenta essencial no âmbito da saúde pública.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, o acesso às condições adequadas de saneamento é essencial para o desenvolvimento humano. Além disso, o indicador pode ser apresentado como um bom parâmetro para medir o progresso da luta contra a pobreza e o controle de doenças e óbitos precoces.

Como benchmarking internacional, foram coletados dados de acesso ao saneamento básico, expressos em porcentagem da população. De acordo com dados disponibilizados pela OMS, a Suíça e a Coreia do Sul têm 100% da população com acesso às condições adequadas da rede de esgoto, enquanto, na Colômbia, o percentual é bastante inferior ao observado na maioria dos países da OCDE.

Dentro do Brasil, de acordo com os dados brutos, o Distrito Federal tem a maior cobertura de Tratamento de esgoto (78%), seguido pelo Paraná (67%) e São Paulo (66%).

Box Plot: Tratamento de Esgoto (%) entre Benchmarking Internacional e Estados do Brasil

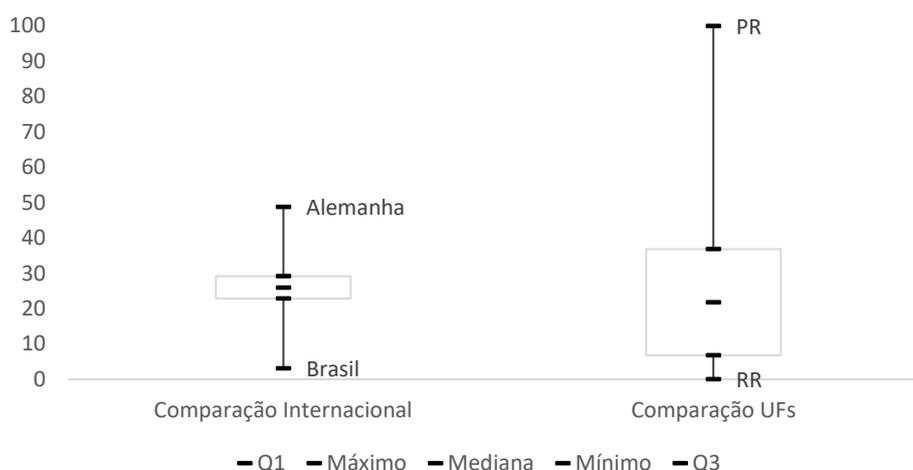


Fonte: OMS, SNIS e IBGE.

Reciclagem de Lixo

A diminuição do consumo de matérias-primas, aliada ao aumento da reutilização e da reciclagem de resíduos, são pilares importantes à agenda global de desenvolvimento sustentável. De acordo com dados da ONU, expressos em porcentagem do total, enquanto a Alemanha exibe taxa de reciclagem de 49%, o Brasil apresenta taxa bastante inferior (3%). Mesmo o Estado mais bem colocado no País, o Paraná, apresenta taxa de reciclagem (4,4%) bastante inferior à média dos países da OCDE (27%), de acordo com dados brutos.

Box Plot: Reciclagem de Lixo (%) entre Benchmarking Internacional e Estados do Brasil



Fonte: ONU, SNIS e IBGE.

Analisando especificamente a taxa de reciclagem de plástico, um levantamento realizado pela WWF Brasil apontou que apenas 1,3% dos resíduos são reciclados no

País, patamar inferior ao observado, inclusive, em outras nações em desenvolvimento, como Índia (5,7%) e Indonésia (3,7%)¹.

Sustentabilidade Social

Nesta edição do *Ranking de Competitividade dos Estados*, além dos indicadores de Desigualdade de Renda, Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto, Anos Potenciais de Vida Perdidos, Inserção Econômica, IDH, Mortalidade Materna, Mortalidade Precoce e Mortalidade na Infância, foram incluídos os seguintes indicadores de benchmarking internacional: Inadequação de Moradia, Famílias Abaixo da Linha da Pobreza, Formalidade no Mercado de Trabalho, Inserção Econômica de Jovens, Obesidade Infantil e Cobertura Vacinal.

Cobertura Vacinal

Desde 2015, os índices de vacinação no Brasil têm recuado, passando de 100% para 73,3% no caso da cobertura BCG. Em 2020, a queda foi acentuada pelo contexto de isolamento social, o que fez com que menos de 50% dos municípios atingissem as metas de cobertura vacinal definidas pelo PNI². Dentro do Brasil, os dados de 2020 apontam para taxa de imunização de 82% em Santa Catarina, enquanto, no Amapá, a imunização atinge apenas 43% do público-alvo.

Para a comparação internacional, foram coletados dados da OMS que agregam a cobertura vacinal (de acordo com o público-alvo) contra pneumococos, meningite, tétano, rotavírus, sarampo, poliomielite, hepatite, além das vacinas DTP e BCG.

¹ Disponível em: < <https://www.wwf.org.br/?70222/Brasil-e-o-4-pais-do-mundo-que-mais-gera-lixo-plastico>>. Acesso em: 21/09/2021.

² NUNES, S. *Cobertura Vacinal do Brasil*. IEPS, 2020. Disponível em: <https://ieps.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Panorama_IEPS_01.pdf>. Acesso em: 21/09/2021.

Box Plot: Cobertura Vacinal (%) entre Benchmarking Internacional e Estados do Brasil



Fonte: OMS e Datasus.

Dados de 2019 revelam que, enquanto as taxas de imunização infantil chegam a 99% na Hungria, no México, a cobertura vacinal é de 78%. Para os países da OCDE com dados disponíveis, a cobertura vacinal média foi de 92,4% em 2019. No mesmo período, de acordo com os dados da OMS, a média alcançada no Brasil foi de apenas 79%.

Capital Humano

Nesta edição do *Ranking de Competitividade dos Estados*, mantivemos os seguintes indicadores de benchmarking internacional: Custo de Mão de Obra, Produtividade do Trabalho e Qualificação dos Trabalhadores.

Qualificação dos Trabalhadores

Segundo dados da UNESCO de 2018, na Alemanha, os trabalhadores têm, em média, 14 anos de escolaridade, patamar acima do observado no Brasil (8 anos).

Box Plot: Qualificação dos Trabalhadores (anos) no Benchmarking Internacional



Fonte: OCDE.

Destaca-se que o aumento da qualificação profissional é um fator relevante para o desenvolvimento econômico e social dos países. A expansão do ensino superior, por exemplo, está relacionada com maiores índices de empregabilidade, níveis salariais mais elevados e maior resiliência econômica aos choques. De acordo com um estudo realizado pelo Banco Mundial, cada ano completo de formação superior está associado a um aumento médio de 17% na remuneração, enquanto cada ano completo no ensino primário aparece associado a um aumento médio salarial de 10%³.

Dados da OCDE sobre a educação superior da população adulta revelam um cenário díspar entre os países analisados. Em 2019, o Canadá alcançou a marca de 59% da população adulta com formação superior, enquanto, no México, a taxa observada foi de 18%.

No Brasil, o baixo nível de qualificação da mão de obra é um dos principais gargalos ao desenvolvimento econômico e social. Dados estaduais de 2020 indicam que 38% da população economicamente ativa do Distrito Federal tem formação superior. Já, no Maranhão, a taxa observada foi de apenas 14%.

Eficiência da Máquina Pública

Nesta edição do *Ranking de Competitividade dos Estados*, além do Índice de Transparência, foram incluídos os seguintes indicadores de benchmarking internacional: Eficiência do Judiciário e Oferta de Serviços Públicos Digitais.

Oferta de Serviços Públicos Digitais

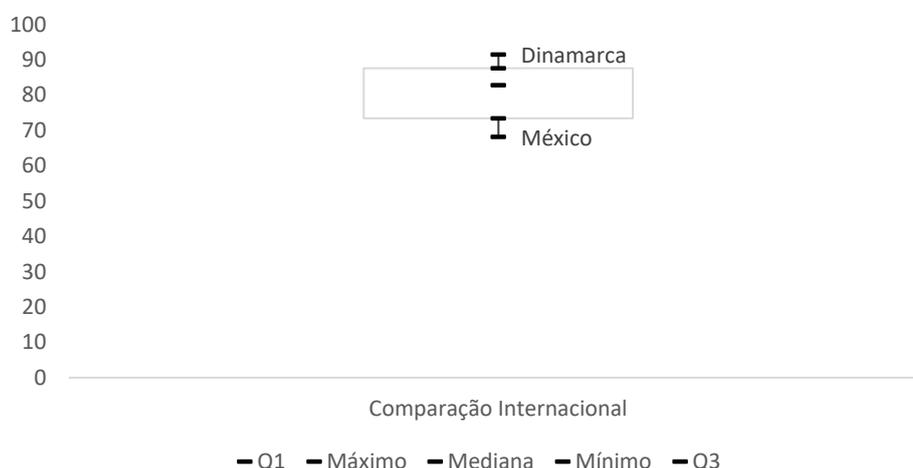
³ World Bank Education Overview: Higher Education (English). World Bank Education Overview Washington, D.C. : World Bank Group. Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/610121541079963484/pdf/131635-BRI-higher-PUBLIC-Series-World-Bank-Education-Overview.pdf>>. Acesso em: 21/09/2021.

O *E-Government Development Index*, desenvolvido pela ONU, tem como objetivo avaliar a capacidade de cada país utilizar a Tecnologia da Informação para fornecer serviços públicos digitais, bem como identificar áreas em que as ferramentas tecnológicas podem contribuir com a gestão pública.

De acordo com o levantamento realizado em 2020, a Dinamarca lidera a oferta de serviços públicos digitais (com pontuação de 0.92), valor superior ao registrado pelo México (0.68). De toda forma, ambos apresentam uma pontuação superior à média global (0.6), que avançou ante o último levantamento conduzido em 2018 (média de 0.55).

No Brasil, o Rio Grande do Sul alcançou a maior pontuação bruta no índice de oferta de serviços digitais (91), patamar superior à média nacional (59,5).

Box Plot: Oferta de Serviços Públicos Digitais (índice) no Benchmarking Internacional



Fonte: ONU.

Infraestrutura

Nesta edição do *Ranking de Competitividade dos Estados*, além dos indicadores de Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações, Custo de Combustíveis, Acesso à Energia Elétrica e Qualidade das Rodovias, foram incluídos os seguintes indicadores de benchmarking internacional: Qualidade do Serviço de Telecomunicações, Custo da Energia Elétrica e Qualidade da Energia Elétrica.

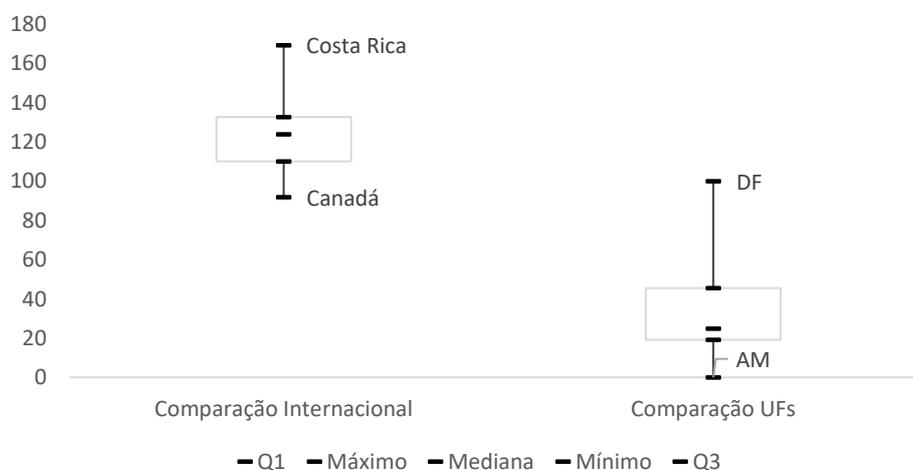
Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações

A qualidade e a acessibilidade dos serviços de telecomunicação são fatores cruciais para o desenvolvimento econômico. Nesse contexto, a expansão do acesso à telefonia móvel, aliada ao avanço da internet, tem permitido maior integração regional e global.

De acordo com o levantamento realizado pela *International Telecommunication Union (ITU)*, disponibilizados pelo Banco Mundial, em 2019, entre os países da OCDE com dados disponíveis, a Costa Rica lidera no número de dispositivos móveis por 100 habitantes (169,4), seguida de perto pela Lituânia (168,8), Estônia (147,2) e Japão (147).

Dentro do Brasil, o Estado de São Paulo registra o maior número de dispositivos móveis por 100 habitantes (177), valor superior ao observado na média dos países da OCDE (123,9). Já o Maranhão tem o indicador mais modesto neste quesito (81).

Box Plot: Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações entre Benchmarking Internacional e Estados do Brasil



Fonte: ONU e ANATEL.

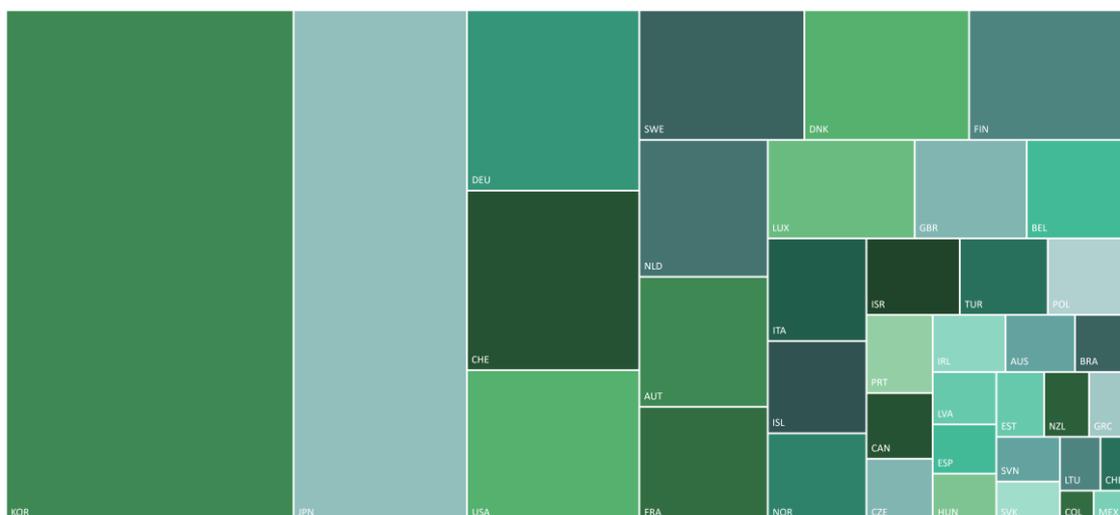
Inovação

Nesta edição do *Ranking de Competitividade dos Estados*, além do indicador de Patentes, foi incluído o benchmarking internacional de Pesquisa Científica.

Patentes

Do ponto de vista do indicador de Patentes, expresso pelo número de pedidos de registro em 100 bilhões do PIB em dólares (2017 PPP), a Coreia do Sul é o principal destaque entre os países da OCDE.

Treemap: Patentes no Benchmarking Internacional



Fonte: OCDE.

No Brasil, os dados brutos estaduais (medido pelo número de registros de patentes de invenção, modelos de utilidade e certificados de adição como proporção do PIB - em bilhões de reais) colocam o Rio Grande do Sul na liderança (0.48), seguido, de perto, por Santa Catarina (0.45).

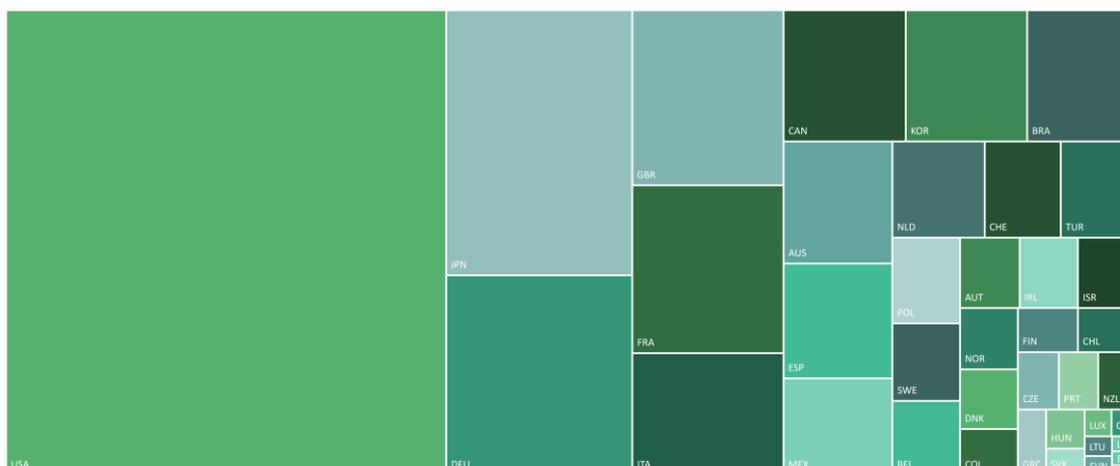
Potencial de Mercado

Tamanho de Mercado

O tamanho de uma economia é um elemento importante do ponto de vista da competitividade e do potencial de cada país. Além disso, economias mais dinâmicas também abrem mais oportunidades de investimento, gerando um ciclo virtuoso de competitividade e desenvolvimento econômico.

Entre os países da OCDE, os Estados Unidos têm o maior PIB (aproximadamente 21 trilhões em dólares correntes), o que representa um mercado mais de 14 vezes o tamanho do PIB brasileiro de 2020.

Treemap: Tamanho de Mercado no Benchmarking Internacional



Fonte: FMI.

Do ponto de vista do crescimento econômico, em 2020, o PIB brasileiro recuou 4,1%, queda mais modesta do que o observado na média dos países da OCDE (-4,5%). De modo geral, diante dos efeitos negativos do quadro pandêmico, recuo mais expressivo do PIB brasileiro foi limitado, entre outros fatores, pelas medidas públicas de suporte ao orçamento das famílias (como o Auxílio Emergencial).

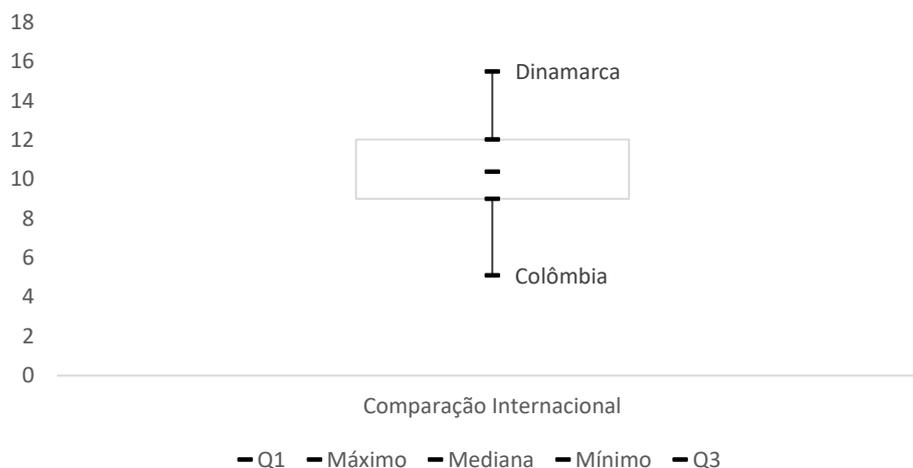
Solidez Fiscal

Nesta edição do *Ranking de Competitividade dos Estados*, além dos indicadores de Solvência Fiscal e Gasto com Pessoal, foi incluído o indicador de benchmarking internacional de Resultado Primário.

Gasto com Pessoal

Para a comparação internacional, foram utilizados dados divulgados pelo Banco Mundial que expressam o gasto com o salário de funcionários públicos como porcentagem do PIB.

Box Plot: Gasto com Pessoal (%) no Benchmarking Internacional



Fonte: Banco Mundial.

De acordo com os dados do Banco Mundial, referentes ao ano de 2017, o Brasil   um dos países com maior gasto com servidor público (13,5% do PIB). O valor observado no Brasil   próximo ao gasto da Dinamarca (15,5% do PIB) e mais distante de países como Colômbia (5,1% do PIB), Chile (6,8% do PIB) e Costa Rica (6,9% do PIB).

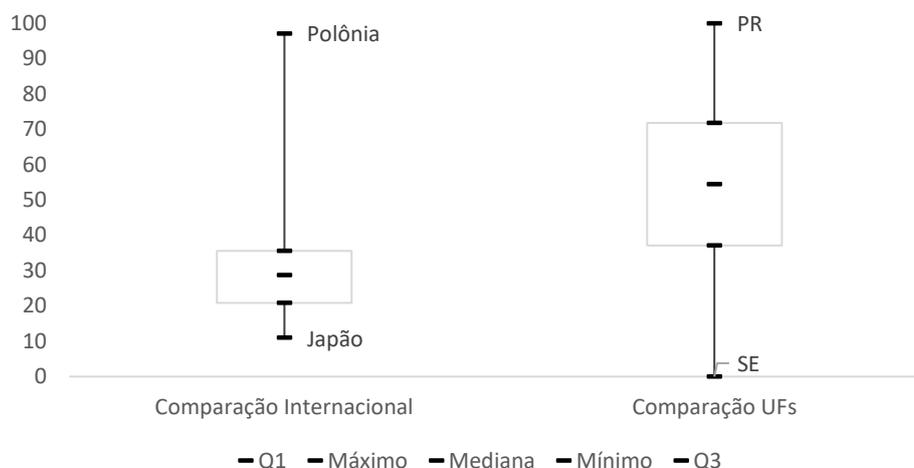
Segurança Pública

Nesta edi o do *Ranking de Competitividade dos Estados*, além dos indicadores de Mortalidade no Trânsito, Segurança Pessoal e Segurança Patrimonial, foi incluído o indicador de Presos Sem Condena o como benchmarking internacional.

Presos Sem Condena o

De acordo com dados da ONU, expressos em porcentagem dos presos totais, enquanto o Japão tem uma taxa de presos sem condena o de 11%, na Pol nia, essa rela o   substancialmente maior (97%). No Brasil, os presos sem condena o representam 34% do total, valor em linha com a média da OCDE (33,7%). De toda forma, vale destacar que essa média   inflada, além da Pol nia, pela República Tcheca (81,6%) e pela Lituânia (92,5%). Ao descontar esses três *outliers*, a média de presos sem condena o cai para 28,2% entre os países da OCDE.

Box Plot: Presos Sem Condenação (%) no Benchmarking Internacional



Fonte: ONU.

De acordo com o levantamento global realizado pela ONU, 93% dos presos sem condenação são homens e, em 47% dos países, o sistema prisional opera acima da capacidade de lotação.

Educação

No pilar de Educação, estão contemplados os seguintes indicadores de benchmarking internacional: Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental, Taxa de Atendimento do Ensino Infantil e o PISA (como *proxy* para exames brasileiros, como IDEB e ENEM, e para o Índice de Oportunidade da Educação).

Embora não tenham sido utilizadas diretamente no *Ranking de Competitividade dos Estados*, as notas do PISA foram exploradas para dimensionar a diferença do desempenho do Brasil, em relação aos países da OCDE, em determinados indicadores.

Desde 2009, o desempenho do Brasil no PISA permanece praticamente inalterado. No PISA 2018, os alunos brasileiros pontuaram 413 em leitura, 384 em matemática e 404 em ciência, resultados inferiores aos observados para a média dos países da OCDE (487, 489 e 489, respectivamente, nos três eixos avaliados). Além disso, apenas 2% dos alunos alcançaram o nível mais alto de proficiência em, pelo menos, uma disciplina, taxa inferior ao observado na média OCDE (16%). Por outro lado, 43% dos alunos brasileiros atingiram uma pontuação abaixo do nível mínimo de proficiência nas três disciplinas (ante 13% na média OCDE).

Além disso, o perfil socioeconômico dos estudantes mostrou-se relacionado ao desempenho no PISA, de acordo com o relatório de *insights* e interpretações do exame divulgado pela OCDE⁴. Alunos do quartil superior no índice de status

⁴ Disponível em: < https://www.oecd.org/pisa/publications/PISA2018_CN_BRA.pdf>. Acesso em: 21/09/2021.

econômico, social e cultural obtiveram, em média, uma pontuação 97 pontos superior em relação aos alunos do quartil inferior.

Por fim, entre os alunos com alto desempenho em matemática ou ciência, destaca-se o baixo índice de interesse em profissões relacionadas ao setor de tecnologia da informação (apenas 4% dos meninos e praticamente nenhuma das meninas manifesta interesse por carreiras na área de T.I., ante 8% para meninos e 1% para meninas na média da OCDE). Além das disparidades de gênero, este resultado evidencia o desafio nacional para a formação de mão de obra qualificada na área de tecnologia.

Lista de Indicadores: Benchmarking Internacional

Pilar	Indicador	Descrição	Fonte	Último Ano
Capital Humano	Custo de Mão de Obra	Salário médio	OIT	2019
Capital Humano	Produtividade do Trabalho	PIB por pessoa empregada (2017 PPP \$)	Banco Mundial/OIT	2019
Capital Humano	Qualificação dos Trabalhadores	Tempo médio de escolaridade	Unesco	2018
Eficiência da Máquina Pública	Eficiência do Judiciário	Eficiência da justiça criminal e civil	World Justice Project Rule of Law	2020
Eficiência da Máquina Pública	Índice de Contas Abertas	Índice de contas abertas	Open Budget	2019
Eficiência da Máquina Pública	Oferta de Serviços Públicos Digitais	Índice de oferta de serviços públicos digitais	ONU	2020
Infraestrutura	Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações	Número de contas de telefonia móvel	ITU/Banco Mundial	2019
Infraestrutura	Qualidade do Serviço de Telecomunicações	Speedtest Global Index (mede a qualidade apenas do ponto de vista da velocidade da conexão de banda larga fixa e móvel)	Speedtest	2021
Infraestrutura	Custo de Combustíveis	Preço da gasolina	Globalpetrolprices	2021
Infraestrutura	Acesso à Energia Elétrica	Acesso à eletricidade (% da população)	Banco Mundial	2019
Infraestrutura	Custo da Energia Elétrica	Preço da energia	Globalpetrolprices	2021
Infraestrutura	Qualidade da Energia Elétrica	Qualidade da rede de fornecimento de energia	Banco Mundial	2017
Infraestrutura	Qualidade das Rodovias	Qualidade das rodovias	Banco Mundial	2017
Inovação	Pesquisa Científica	Publicação em revistas científicas	SJR	2020
Inovação	Patentes	Pedidos de patentes (em 100 bilhões do PIB em dólares - 2017 PPP)	WIPO	2020
Potencial de Mercado	Taxa de Crescimento	PIB taxa de crescimento	FMI	2020
Solidez Fiscal	Solvência Fiscal	Dívida bruta do governo (% do PIB)	FMI	2019
Solidez Fiscal	Resultado Primário	Resultado Primário	FMI	2020

Solidez Fiscal	Gasto com pessoal	Gasto com salários de servidores públicos (% do PIB)	Banco Mundial	2017
Sustentabilidade Social	Inadequação de Moradia	População vivendo em moradias inadequadas (% da população urbana)	UN-HABITAT	2018
Sustentabilidade Social	Famílias abaixo da linha da pobreza	Abaixo de 1.90 USD por dia (2011 PPP) em % da população	OMS	2019
Sustentabilidade Social	Desigualdade de renda	Índice de GINI	Banco Mundial	2019
Sustentabilidade Social	Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto	% da população com acesso à estrutura sanitária (com mecanismos que favorecem a higiene)	OMS/UNICEF	2017
Sustentabilidade Social	Anos Potenciais de Vida Perdidos	Anos potenciais de vidas perdidas	OCDE	2017
Sustentabilidade Social	Formalidade do Mercado de Trabalho	Trabalhadores informais (% total)	OIT	2020
Sustentabilidade Social	Inserção Econômica	Força de trabalho por gênero	OCDE/OIT	2019
Sustentabilidade Social	IDH	IDH	UNDP	2019
Sustentabilidade Social	Inserção Econômica dos Jovens	Jovens no mercado trabalho	OIT	2019
Sustentabilidade Social	Mortalidade Materna	Mortalidade materna (por 100 000 nascimentos)	OMS	2017
Sustentabilidade Social	Mortalidade Precoce	Mortalidade (por 1 000 live nascimentos)	OMS	2019
Sustentabilidade Social	Mortalidade na infância	Mortalidade infantil (probability de morte por 1000 crianças entre 5-14 anos)	OMS	2019
Sustentabilidade Social	Obesidade	Obesidade entre crianças e adolescentes, Índice de massa corporal > +2 desvios padrões acima da média (em %)	OMS	2016
Sustentabilidade Social	Cobertura vacinal	Cobertura (% da população alvo)	OMS	2019
Sustentabilidade Ambiental	Emissões de CO2	Emissão de dióxido de carbono pelo consumo de energia por pessoa	EIA	2018
Sustentabilidade Ambiental	Tratamento de Esgoto	Rede adequada de esgoto (% da população)	OMS	2017
Sustentabilidade Ambiental	Reciclagem	% do lixo reciclado	ONU	2015
Sustentabilidade Ambiental	Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento	Florestas em plano de gestão de longo prazo (em %)	FAO	2020
Sustentabilidade Ambiental	Desmatamento	Conversão de áreas florestais para outros usos (em 1000 ha)	FAO	2015
Segurança Pública	Presos sem Condenação	Taxa de pessoas presas sem sentença	ONU Drugs and Crime	2018
Segurança Pública	Mortalidade no Trânsito	Taxa de mortalidade por acidente de trânsito (por 100 mil pessoas)	OMS	2018
Segurança Pública	Segurança Pessoal	Taxa estimada de homicídio	OMS	2019

Segurança Pública	Segurança Patrimonial	Roubos relatados à polícia (por 100 mil pessoas)	ONU Drugs and Crime	2018
Educação	IDEB	Indicador geral do PISA	PISA	2018
Educação	ENEM	Indicador geral do PISA	PISA	2018
Educação	Índice de Oportunidade da Educação	Indicador geral do PISA	PISA	2018
Educação	Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental	Taxa de frequência escolar	UNESCO	2018
Educação	Taxa de Atendimento do Ensino Infantil	Taxa de frequência escolar	UNESCO	2018



PERFIL DOS ESTADOS



Acre

Posição no Ranking Geral: 26



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**

Sustentabilidade Ambiental

- ▲ Veloc. do Desmatam. - Pos.: 3
- ▼ Reciclagem de Lixo - Pos.: 26

Sustentabilidade Social

- ▲ Equilíbrio Racial - Pos.: 6
- ▼ Fam. Abaixo Pobreza - Pos.: 25

Capital Humano

- ▲ PEA c/ Ens. Superior - Pos.: 10
- ▼ Produtiv. do Trab. - Pos.: 21

Segurança Pública

- ▲ Atuaç. Sist. Just. Crim. - Pos.: 1
- ▼ Quali. Info. Crimin. - Pos.: 25

Educação

- ▲ IDEB - Pos.: 10
- ▼ Tx Freq. LÍq. do EF - Pos.: 26

Solidez Fiscal

- ▲ Resultado Primário - Pos.: 5
- ▼ Dependência Fiscal - Pos.: 26

Eficiência da Máquina Pública

- ▲ Eq. Gên. Empreg. Estad. - Pos.: 4
- ▼ Custo do Legisl./PIB - Pos.: 26

Potencial de Mercado

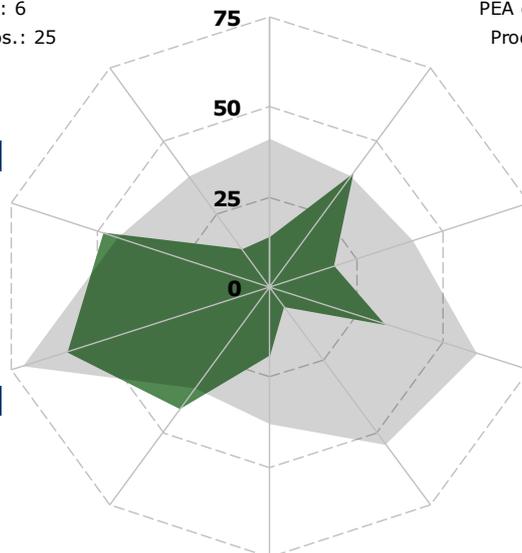
- ▲ Cresc. Força Trab. - Pos.: 3
- ▼ Tamanho de Mercado - Pos.: 26

Infraestrutura

- ▲ Custo Saneamento - Pos.: 1
- ▼ Custo Combustíveis - Pos.: 27

Inovação

- ▲ Bolsa Mestr. e Dout. - Pos.: 8
- ▼ Invest. Públ. P&D - Pos.: 26



■ AC ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

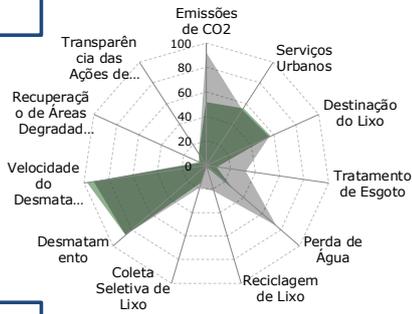


Acre

Posição no Ranking Geral: 26

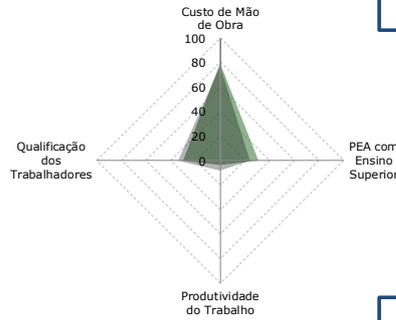
Sustentabilidade Ambiental

**Posição:
24**



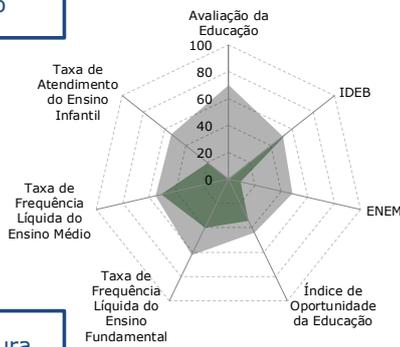
Capital Humano

**Posição
12**



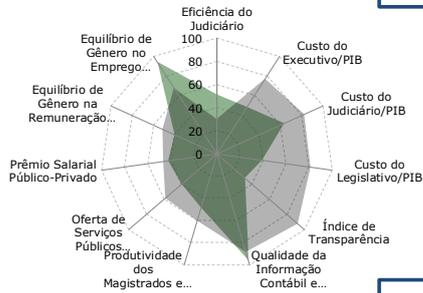
Educação

**Posição
22**



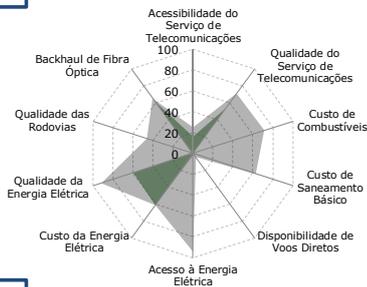
Eficiência da Máquina Pública

**Posição
22**



Infraestrutura

**Posição
26**



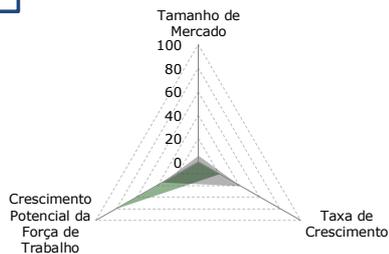
Inovação

**Posição
22**



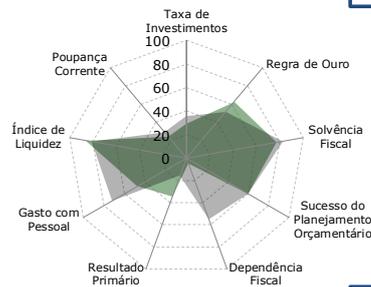
Potencial de Mercado

**Posição
13**



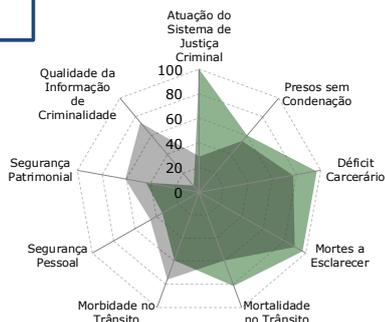
Solidez Fiscal

**Posição
20**



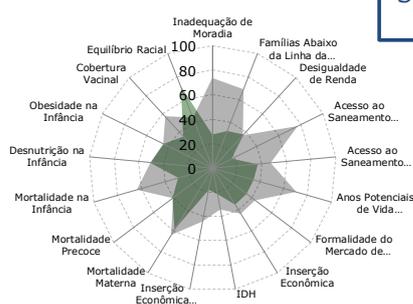
Segurança Pública

**Posição
10**



Sustentabilidade Social

**Posição
25**





Alagoas

Posição no Ranking Geral: 13



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**

Sustentabilidade Ambiental

▲ Perda de Água - Pos.: 2
▼ Recup. Áreas Degrad. - Pos.: 27

Sustentabilidade Social

▲ Desig. de Renda - Pos.: 5
▼ IDH - Pos.: 27

Capital Humano

▼ Custo Mão de Obra - Pos.: 3
▲ PEA c/ Ens. Superior - Pos.: 22

Segurança Pública

▲ Quali. Info. Crimin. - Pos.: 1
▼ Déficit Carcerário - Pos.: 24

Educação

▲ Tx Freq. LÍq. do EF - Pos.: 13
▼ Tx Freq. LÍq. do EM - Pos.: 23

Solidez Fiscal

▲ Taxa de Investim. - Pos.: 3
▼ Solvência Fiscal - Pos.: 20

Eficiência da Máquina Pública

▲ Índice de Transp. - Pos.: 8
▼ Eq. Gên. Empreg. Estad. - Pos.: 24

Potencial de Mercado

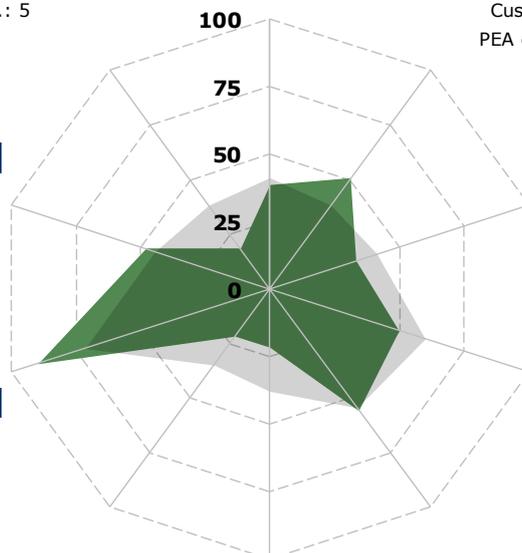
▲ Taxa de Crescimento - Pos.: 15
▼ Tamanho de Mercado - Pos.: 20

Infraestrutura

▲ Quali. Rodovias - Pos.: 1
▼ Acess. Serv. Telecom. - Pos.: 26

Inovação

▲ Pesquisa Científica - Pos.: 10
▼ Patentes - Pos.: 24



■ AL ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

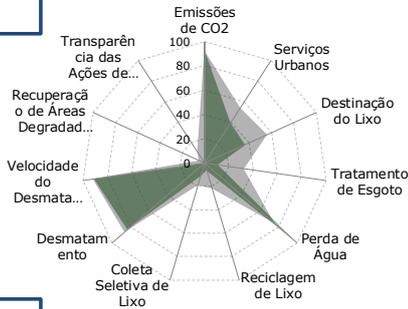


Alagoas

Posição no Ranking Geral: 13

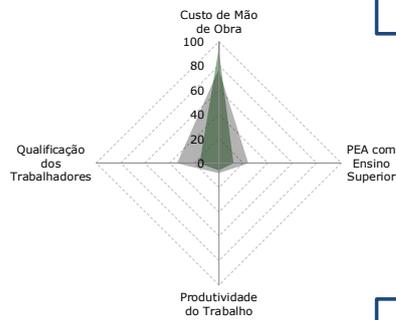
Sustentabilidade Ambiental

**Posição:
18**



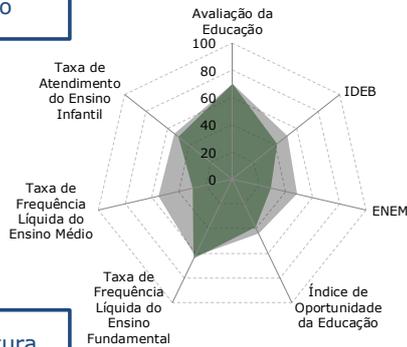
Capital Humano

**Posição
5**



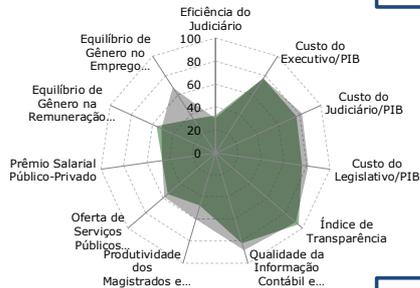
Educação

**Posição
17**



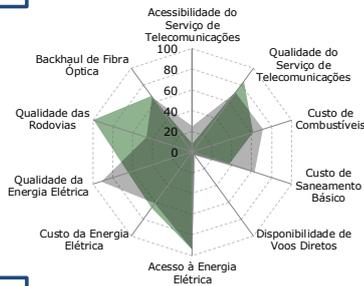
Eficiência da Máquina Pública

**Posição
16**



Infraestrutura

**Posição
10**



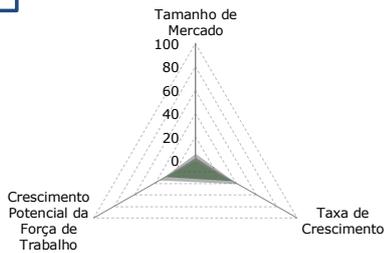
Inovação

**Posição
20**



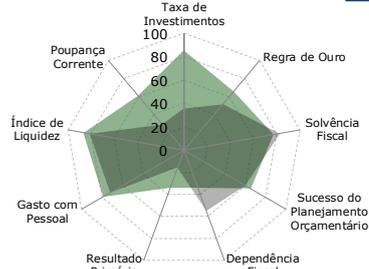
Potencial de Mercado

**Posição
20**



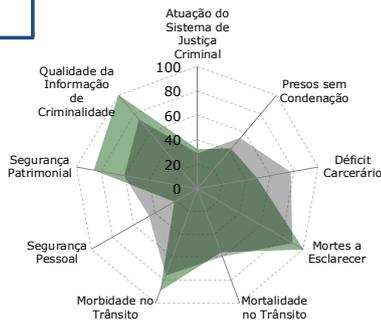
Solidez Fiscal

**Posição
5**



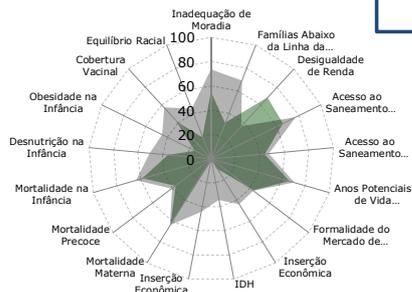
Segurança Pública

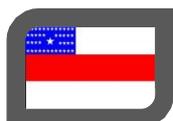
**Posição
11**



Sustentabilidade Social

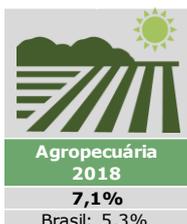
**Posição
22**





Amazonas

Posição no Ranking Geral: 11



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**

Sustentabilidade Ambiental

- ▲ Emissões de CO2 - Pos.: 1
- ▼ Perda de Água - Pos.: 26

Sustentabilidade Social

- ▲ Desnutrição Infância - Pos.: 12
- ▼ Equilíbrio Racial - Pos.: 27

Capital Humano

- ▲ Produtiv. do Trab. - Pos.: 9
- ▼ PEA c/ Ens. Superior - Pos.: 18

Segurança Pública

- ▲ Mortes a Esclarecer - Pos.: 1
- ▼ Segurança Patrim. - Pos.: 24

Educação

- ▲ Avaliação da Educ. - Pos.: 17
- ▼ ENEM - Pos.: 27

Solidez Fiscal

- ▲ Índice de Liquidez - Pos.: 3
- ▼ Regra de Ouro - Pos.: 19

Eficiência da Máquina Pública

- ▲ Custo do Exec./PIB - Pos.: 6
- ▼ Ofer. Serv. Públ. Digit. - Pos.: 21

Potencial de Mercado

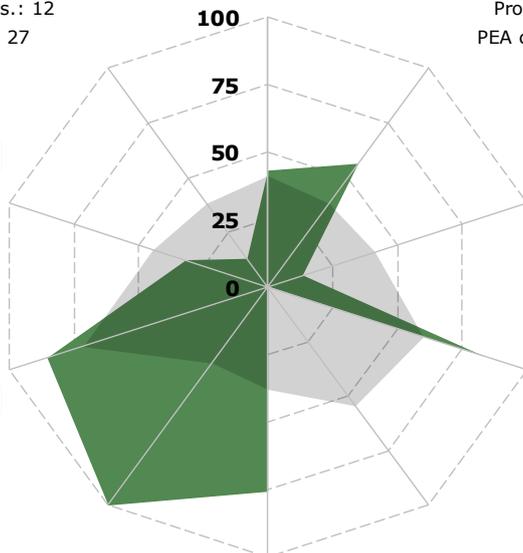
- ▲ Taxa de Crescimento - Pos.: 2
- ▼ Tamanho de Mercado - Pos.: 16

Infraestrutura

- ▲ Quali. Energia Elétr. - Pos.: 7
- ▼ Quali. Serv. Telecom. - Pos.: 27

Inovação

- ▲ Bolsa Mestr. e Dout. - Pos.: 1
- ▼ Pesquisa Científica - Pos.: 13



■ AM

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

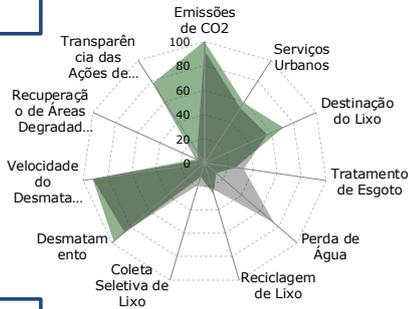


Amazonas

Posição no Ranking Geral: 11

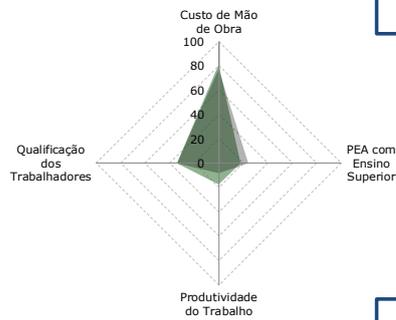
Sustentabilidade Ambiental

**Posição:
12**



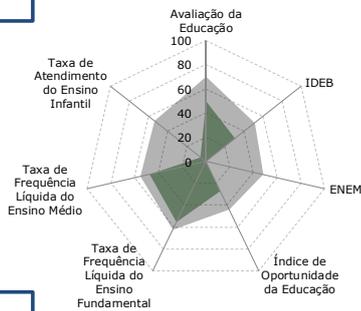
Capital Humano

**Posição
3**



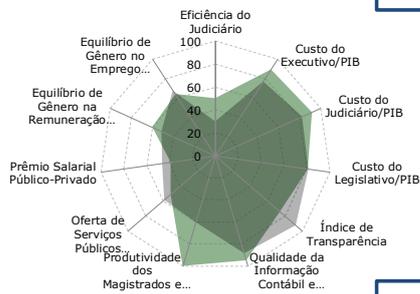
Educação

**Posição
24**



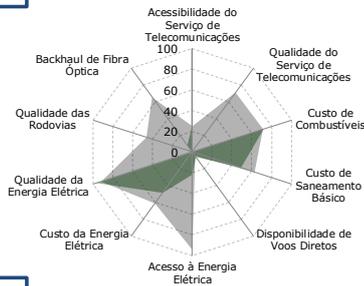
Eficiência da Máquina Pública

**Posição
5**



Infraestrutura

**Posição
27**



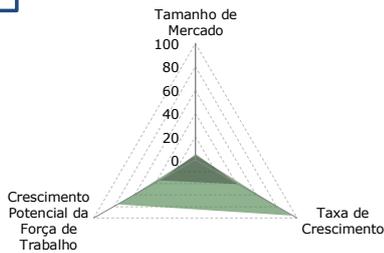
Inovação

**Posição
5**



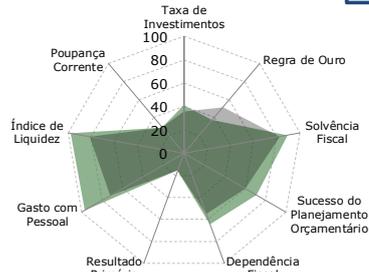
Potencial de Mercado

**Posição
1**



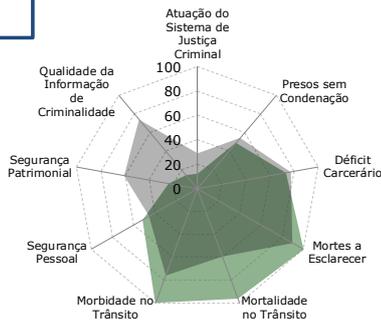
Solidez Fiscal

**Posição
7**



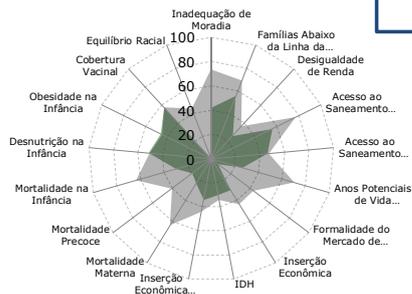
Segurança Pública

**Posição
20**



Sustentabilidade Social

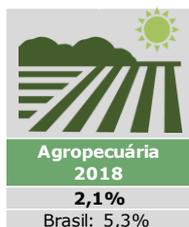
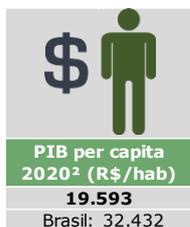
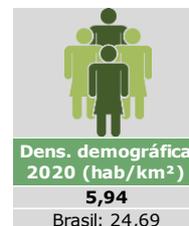
**Posição
24**





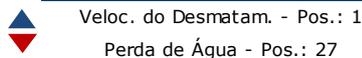
Amapá

Posição no Ranking Geral: 24

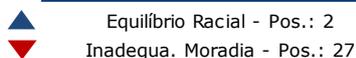


Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:

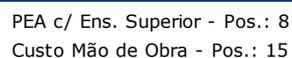
Sustentabilidade Ambiental



Sustentabilidade Social



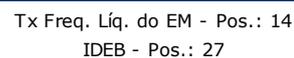
Capital Humano



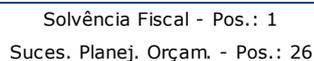
Segurança Pública



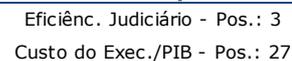
Educação



Solidez Fiscal



Eficiência da Máquina Pública



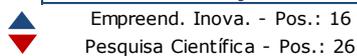
Potencial de Mercado



Infraestrutura

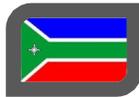


Inovação



■ AP ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

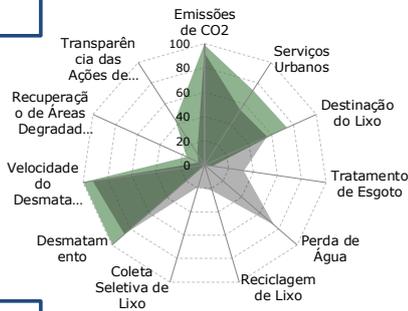


Amapá

Posição no Ranking Geral: 24

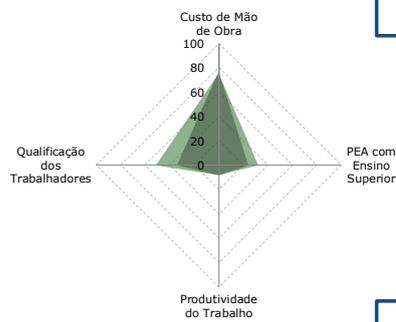
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
20



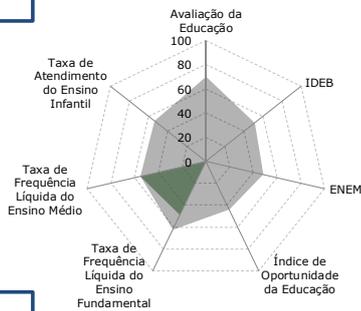
Capital Humano

Posição
4



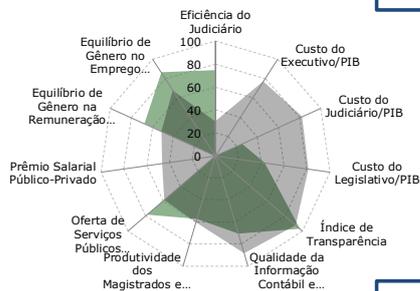
Educação

Posição
27



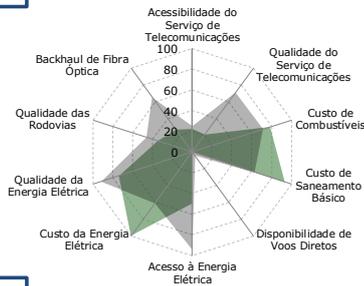
Eficiência da Máquina Pública

Posição
24



Infraestrutura

Posição
22



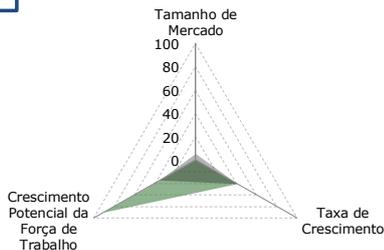
Inovação

Posição
26



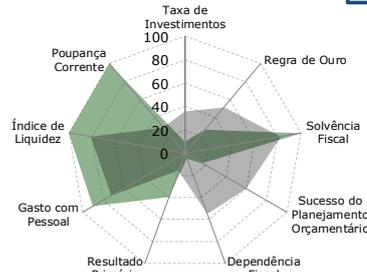
Potencial de Mercado

Posição
5



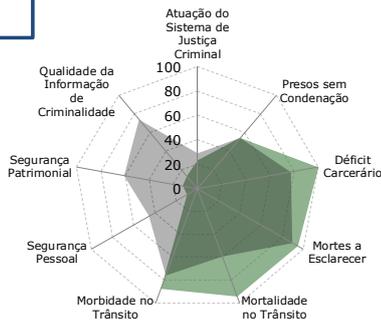
Solidez Fiscal

Posição
6



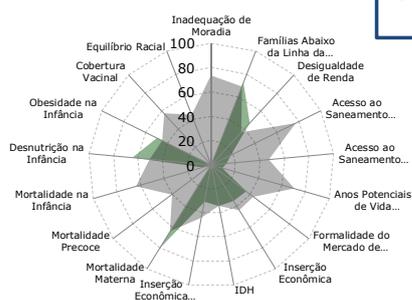
Segurança Pública

Posição
22



Sustentabilidade Social

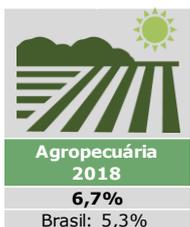
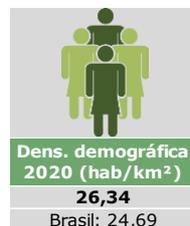
Posição
23





Bahia

Posição no Ranking Geral: 18



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**

Sustentabilidade Ambiental

- ▲ Emissões de CO2 - Pos.: 5
- ▼ Coleta Seletiva de Lixo - Pos.: 24

Sustentabilidade Social

- ▲ Mortalidade Materna - Pos.: 10
- ▼ Inserção Econômica - Pos.: 27

Capital Humano

- ▲ Custo Mão de Obra - Pos.: 5
- ▼ PEA c/ Ens. Superior - Pos.: 25

Segurança Pública

- ▲ Déficit Carcerário - Pos.: 3
- ▼ Atuaç. Sist. Just. Crim. - Pos.: 26

Educação

- ▲ Tx Atend. Ens. Infant. - Pos.: 11
- ▼ Tx Freq. Líq. do EM - Pos.: 25

Solidez Fiscal

- ▲ Índice de Liquidez - Pos.: 6
- ▼ Solvência Fiscal - Pos.: 19

Eficiência da Máquina Pública

- ▲ Prod. Mag. Serv. Judic. - Pos.: 1
- ▼ Eq. Gên. Empreg. Estad. - Pos.: 27

Potencial de Mercado

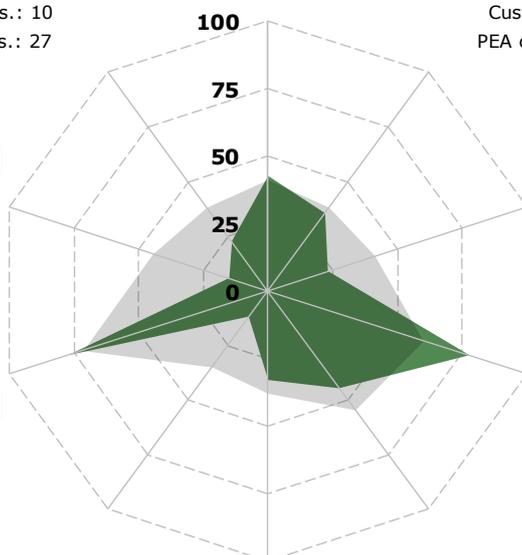
- ▲ Tamanho de Mercado - Pos.: 7
- ▼ Cresc. Força Trab. - Pos.: 22

Infraestrutura

- ▲ Disponib. Voos Diret. - Pos.: 6
- ▼ Acess. Serv. Telecom. - Pos.: 22

Inovação

- ▲ Invest. Públ. P&D - Pos.: 5
- ▼ Empreend. Inova. - Pos.: 25



■ BA ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

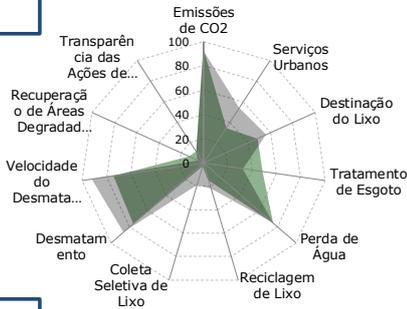


Bahia

Posição no Ranking Geral: 18

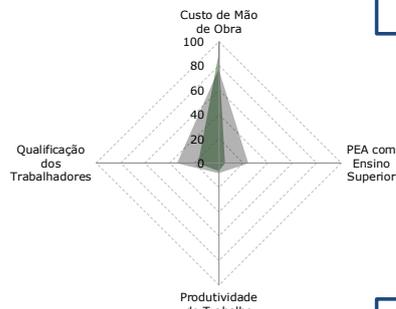
Sustentabilidade Ambiental

**Posição:
13**



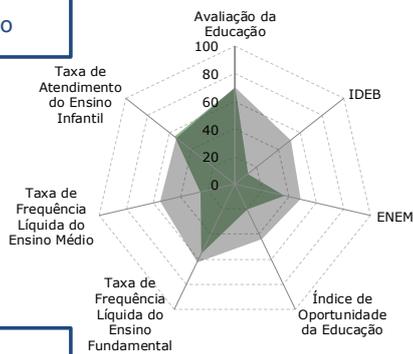
Capital Humano

**Posição
17**



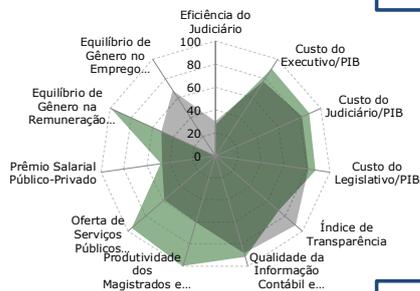
Educação

**Posição
20**



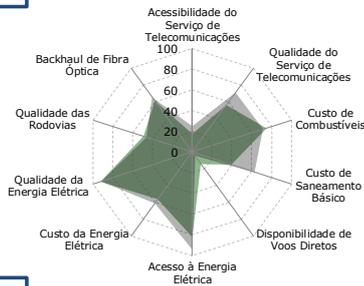
Eficiência da Máquina Pública

**Posição
9**



Infraestrutura

**Posição
19**



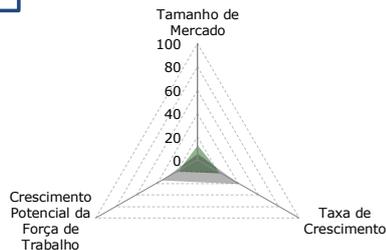
Inovação

**Posição
16**



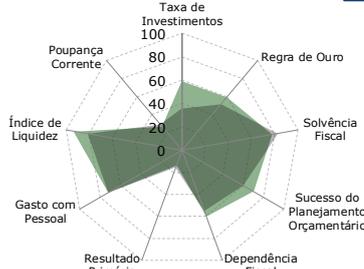
Potencial de Mercado

**Posição
23**



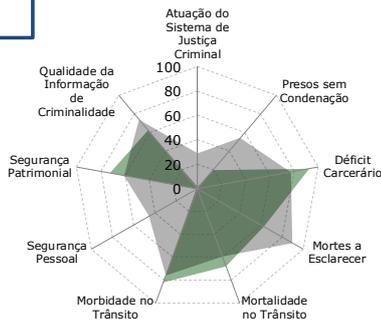
Solidez Fiscal

**Posição
12**



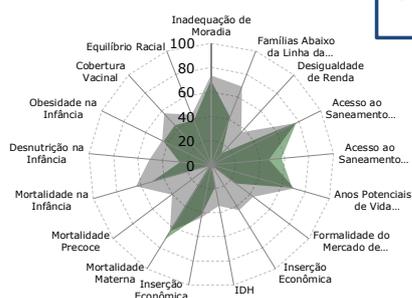
Segurança Pública

**Posição
24**



Sustentabilidade Social

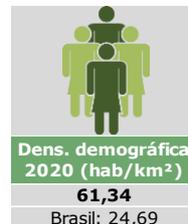
**Posição
19**





Ceará

Posição no Ranking Geral: 12



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**

Sustentabilidade Ambiental

- ▲ Transp. Comb. Desmat. - Pos.: 5
- ▼ Reciclagem de Lixo - Pos.: 21

Sustentabilidade Social

- ▲ Anos Pot. Vida Perd. - Pos.: 8
- ▼ Obesidade Infância - Pos.: 26

Capital Humano

- ▼ Custo Mão de Obra - Pos.: 4
- ▲ Produtiv. do Trab. - Pos.: 26

Segurança Pública

- ▲ Mort. no Trânsito - Pos.: 9
- ▼ Segurança Pessoal - Pos.: 27

Educação

- ▲ Avaliação da Educ. - Pos.: 1
- ▼ Tx Atend. Ens. Infant. - Pos.: 15

Solidez Fiscal

- ▲ Taxa de Investim. - Pos.: 2
- ▼ Solvência Fiscal - Pos.: 18

Eficiência da Máquina Pública

- ▲ Índice de Transp. - Pos.: 1
- ▼ Eq. Gên. Remun. Estad. - Pos.: 27

Potencial de Mercado

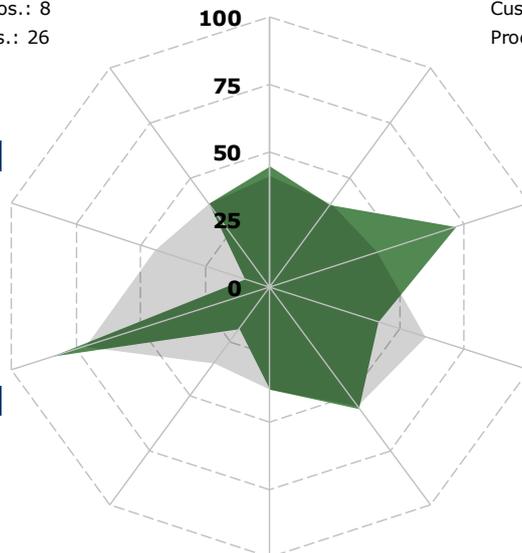
- ▲ Tamanho de Mercado - Pos.: 12
- ▼ Cresc. Força Trab. - Pos.: 19

Infraestrutura

- ▲ Backhaul Fibra Ópt. - Pos.: 5
- ▼ Custo Combustíveis - Pos.: 23

Inovação

- ▲ Pesquisa Científica - Pos.: 8
- ▼ Empreend. Inova. - Pos.: 20



■ CE ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

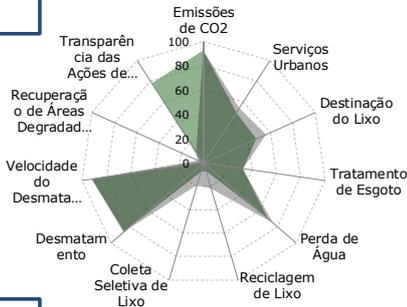


Ceará

Posição no Ranking Geral: 12

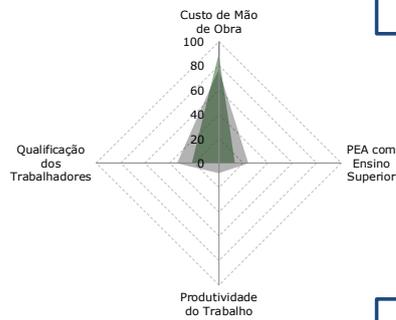
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
11



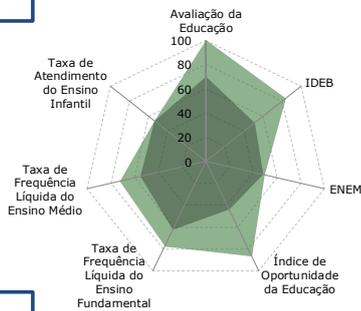
Capital Humano

Posição
16



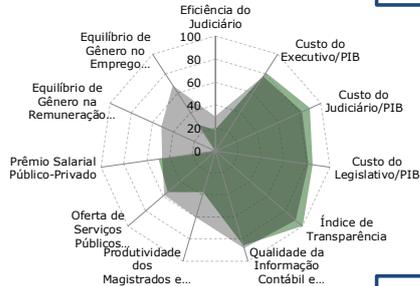
Educação

Posição
5



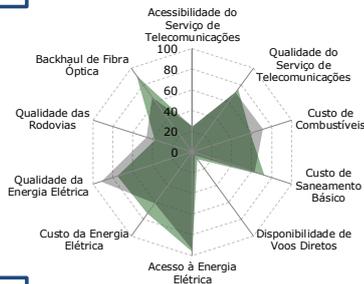
Eficiência da Máquina Pública

Posição
19



Infraestrutura

Posição
11



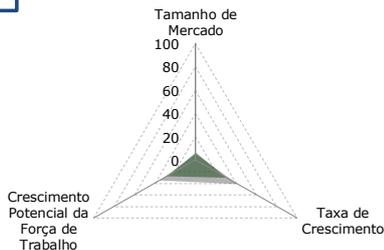
Inovação

Posição
14



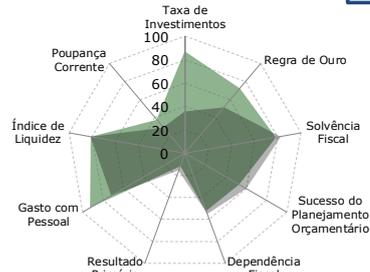
Potencial de Mercado

Posição
21



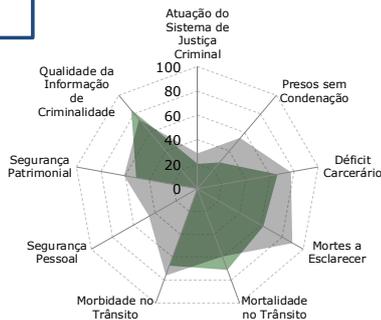
Solidez Fiscal

Posição
8



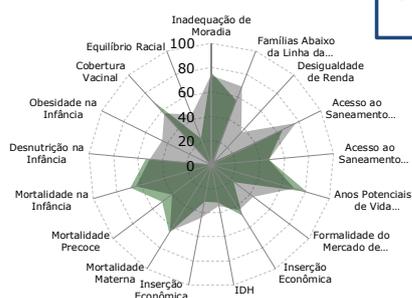
Segurança Pública

Posição
25



Sustentabilidade Social

Posição
14





Distrito Federal

Posição no Ranking Geral: 3



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**

Sustentabilidade Ambiental

- ▲ Serviços Urbanos - Pos.: 1
- ▼ Destinação do Lixo - Pos.: 25

Sustentabilidade Social

- ▲ Inadequa. Moradia - Pos.: 1
- ▼ Desig. de Renda - Pos.: 25

Capital Humano

- ▲ PEA c/ Ens. Superior - Pos.: 1
- ▼ Custo Mão de Obra - Pos.: 27

Segurança Pública

- ▲ Atuaç. Sist. Just. Crim. - Pos.: 2
- ▼ Segurança Patrim. - Pos.: 25

Educação

- ▲ Tx Freq. LÍq. do EM - Pos.: 4
- ▼ Tx Atend. Ens. Infant. - Pos.: 21

Solidez Fiscal

- ▲ Dependência Fiscal - Pos.: 3
- ▼ Regra de Ouro - Pos.: 26

Eficiência da Máquina Pública

- ▲ Eficiênc. Judiciário - Pos.: 5
- ▼ Custo do Judic./PIB - Pos.: 27

Potencial de Mercado

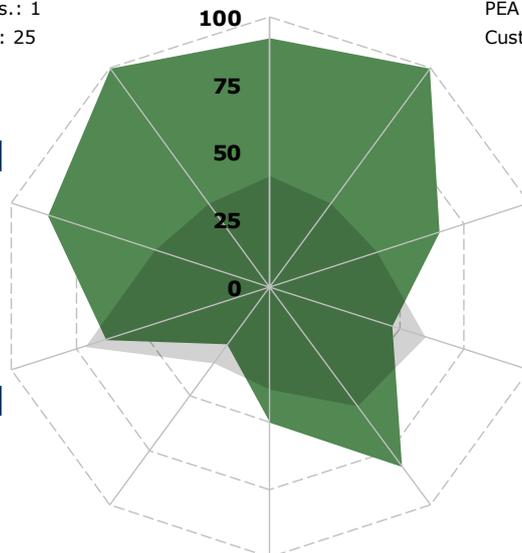
- ▲ Tamanho de Mercado - Pos.: 8
- ▼ Taxa de Crescimento - Pos.: 24

Infraestrutura

- ▲ Quali. Serv. Telecom. - Pos.: 1
- ▼ Custo Saneamento - Pos.: 20

Inovação

- ▲ Pesquisa Científica - Pos.: 1
- ▼ Invest. Públ. P&D - Pos.: 24



■ DF ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

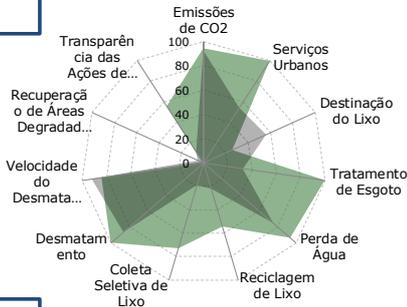


Distrito Federal

Posição no Ranking Geral: 3

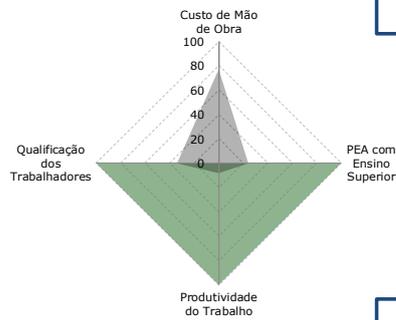
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
3



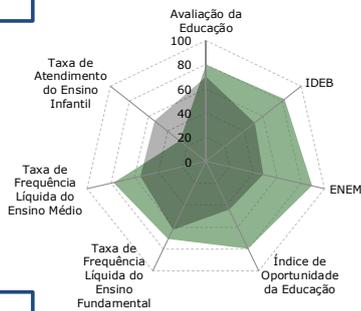
Capital Humano

Posição
1



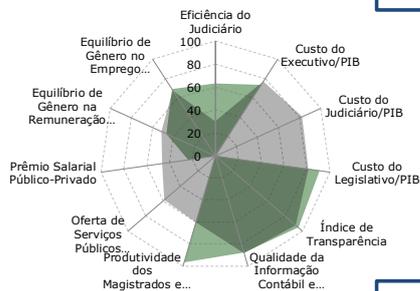
Educação

Posição
6



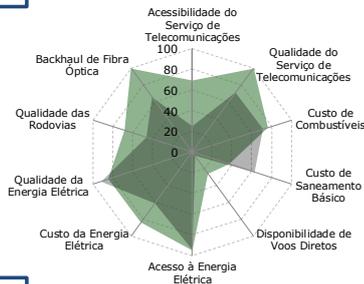
Eficiência da Máquina Pública

Posição
17



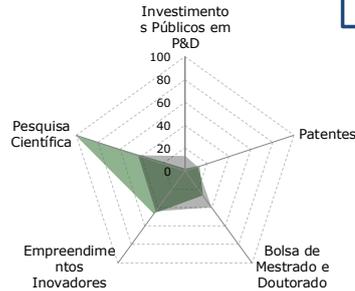
Infraestrutura

Posição
2



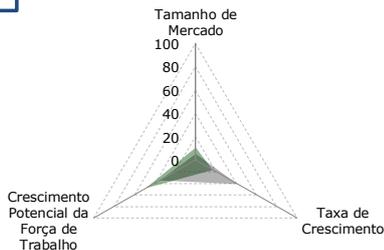
Inovação

Posição
10



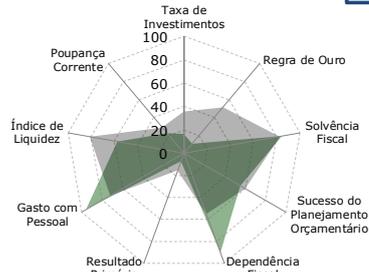
Potencial de Mercado

Posição
17



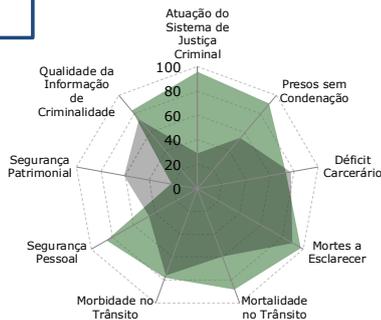
Solidez Fiscal

Posição
17



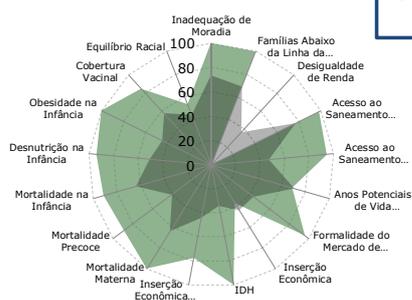
Segurança Pública

Posição
3



Sustentabilidade Social

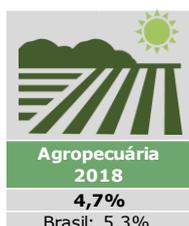
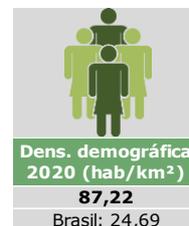
Posição
2





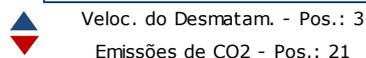
Espírito Santo

Posição no Ranking Geral: 5

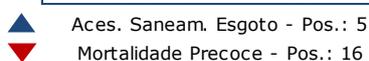


Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:

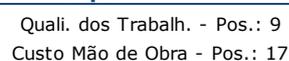
Sustentabilidade Ambiental



Sustentabilidade Social



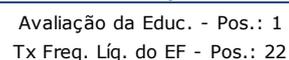
Capital Humano



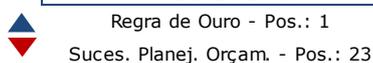
Segurança Pública



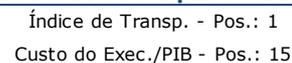
Educação



Solidez Fiscal



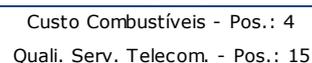
Eficiência da Máquina Pública



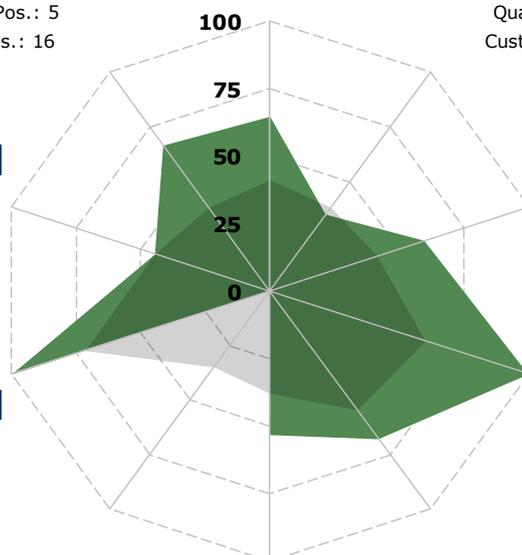
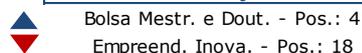
Potencial de Mercado



Infraestrutura



Inovação



■ ES ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

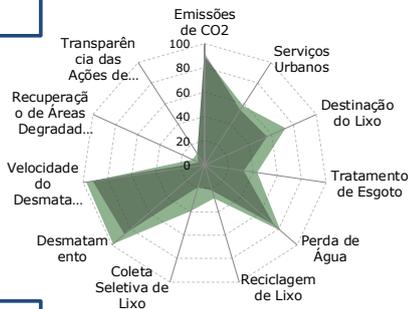


Espírito Santo

Posição no Ranking Geral: 5

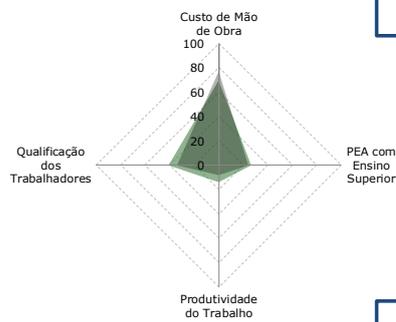
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
7



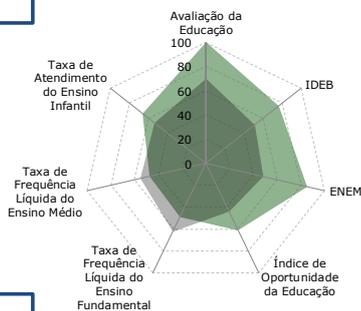
Capital Humano

Posição
18



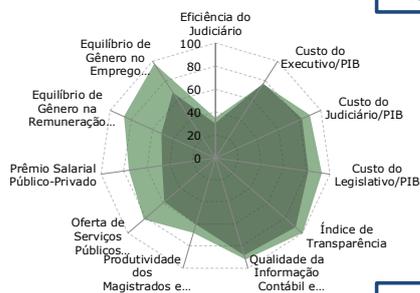
Educação

Posição
8



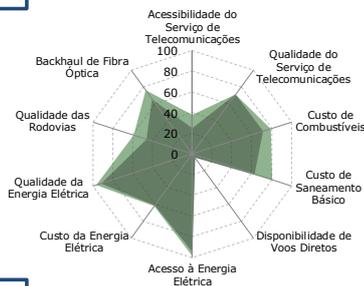
Eficiência da Máquina Pública

Posição
1



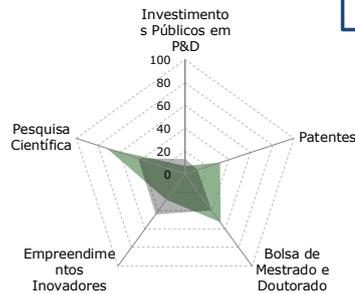
Infraestrutura

Posição
4



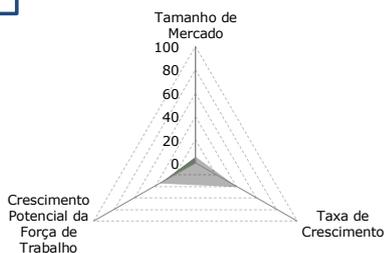
Inovação

Posição
9



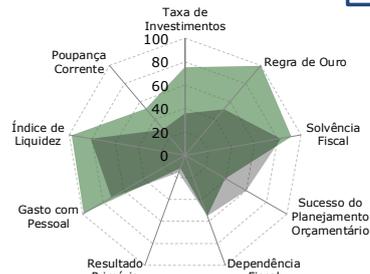
Potencial de Mercado

Posição
27



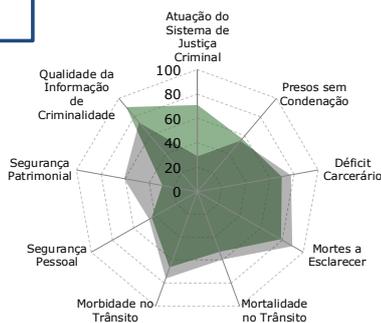
Solidez Fiscal

Posição
1



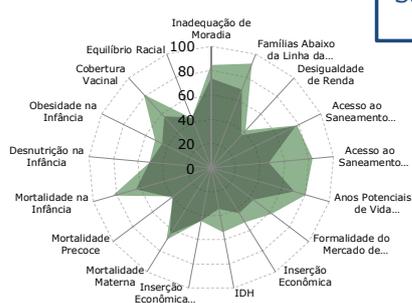
Segurança Pública

Posição
14



Sustentabilidade Social

Posição
8





Goiás

Posição no Ranking Geral: 10



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**

Sustentabilidade Ambiental

- ▲ Perda de Água - Pos.: 1
- ▼ Veloc. do Desmatam. - Pos.: 24

Sustentabilidade Social

- ▲ Desig. de Renda - Pos.: 3
- ▼ Desnutrição Infância - Pos.: 26

Capital Humano

- ▲ Quali. dos Trabalh. - Pos.: 10
- ▼ Custo Mão de Obra - Pos.: 18

Segurança Pública

- ▲ Segurança Patrim. - Pos.: 9
- ▼ Mort. no Trânsito - Pos.: 21

Educação

- ▲ Avaliação da Educ. - Pos.: 1
- ▼ Tx Atend. Ens. Infant. - Pos.: 20

Solidez Fiscal

- ▲ Dependência Fiscal - Pos.: 6
- ▼ Solvência Fiscal - Pos.: 23

Eficiência da Máquina Pública

- ▲ Eq. Gên. Remun. Estad. - Pos.: 3
- ▼ Custo do Exec./PIB - Pos.: 19

Potencial de Mercado

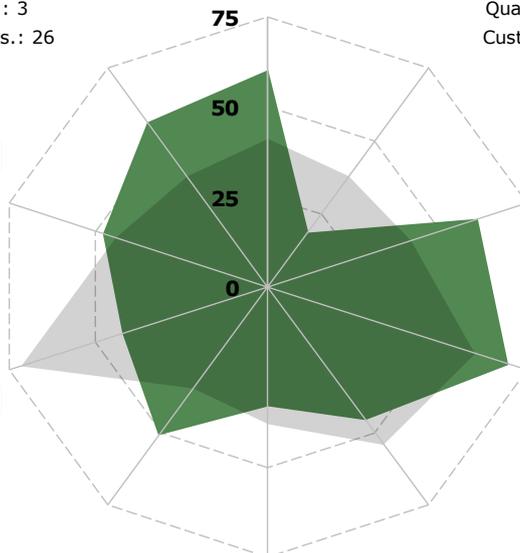
- ▲ Cresc. Força Trab. - Pos.: 7
- ▼ Taxa de Crescimento - Pos.: 11

Infraestrutura

- ▲ Acess. Serv. Telecom. - Pos.: 7
- ▼ Custo Saneamento - Pos.: 25

Inovação

- ▲ Invest. Públ. P&D - Pos.: 3
- ▼ Empreend. Inova. - Pos.: 23



■ GO ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

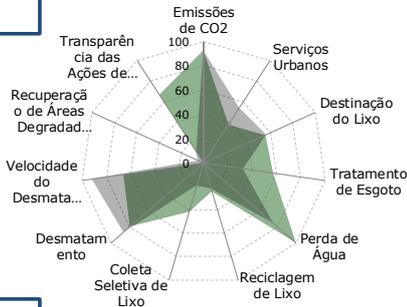


Goias

Posição no Ranking Geral: 10

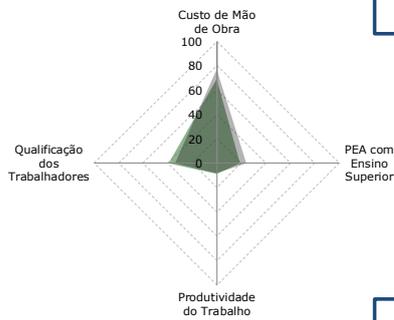
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
9



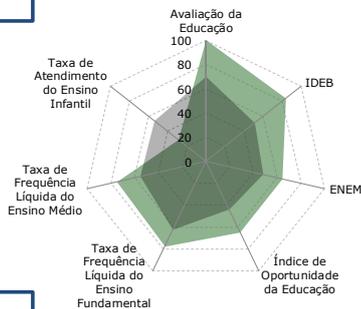
Capital Humano

Posição
23



Educação

Posição
7



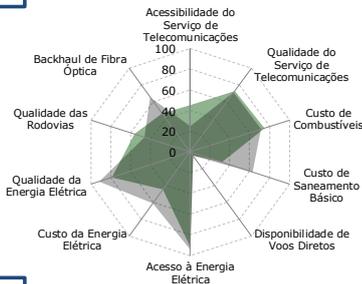
Eficiência da Máquina Pública

Posição
12



Infraestrutura

Posição
18



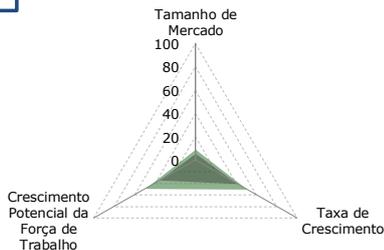
Inovação

Posição
15



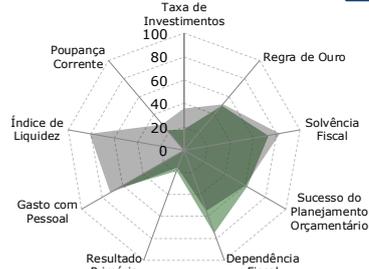
Potencial de Mercado

Posição
10



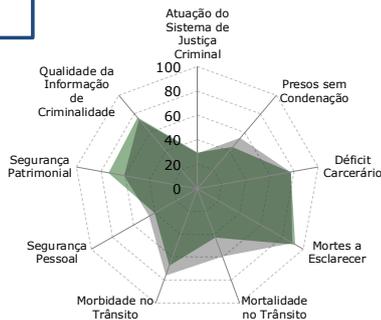
Solidez Fiscal

Posição
22



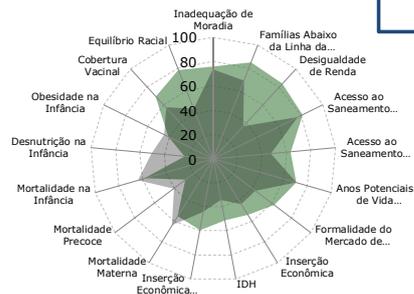
Segurança Pública

Posição
12



Sustentabilidade Social

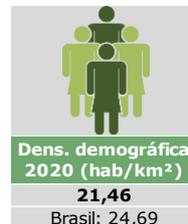
Posição
10





Maranhão

Posição no Ranking Geral: 23



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**

Sustentabilidade Ambiental

- ▲ Recup. Áreas Degrad. - Pos.: 1
- ▼ Destinação do Lixo - Pos.: 26

Sustentabilidade Social

- ▲ Mortalidade Precoce - Pos.: 6
- ▼ Fam. Abaixo Pobreza - Pos.: 27

Capital Humano

- ▲ Custo Mão de Obra - Pos.: 1
- ▼ PEA c/ Ens. Superior - Pos.: 27

Segurança Pública

- ▲ Mortes a Esclarecer - Pos.: 3
- ▼ Presos s/ Condenação - Pos.: 21

Educação

- ▲ Avaliação da Educ. - Pos.: 14
- ▼ IOEB - Pos.: 26

Solidez Fiscal

- ▲ Regra de Ouro - Pos.: 5
- ▼ Suces. Planej. Orçam. - Pos.: 22

Eficiência da Máquina Pública

- ▲ Eq. Gên. Empreg. Estad. - Pos.: 8
- ▼ Quali. Info. Cont. Fisc. - Pos.: 25

Potencial de Mercado

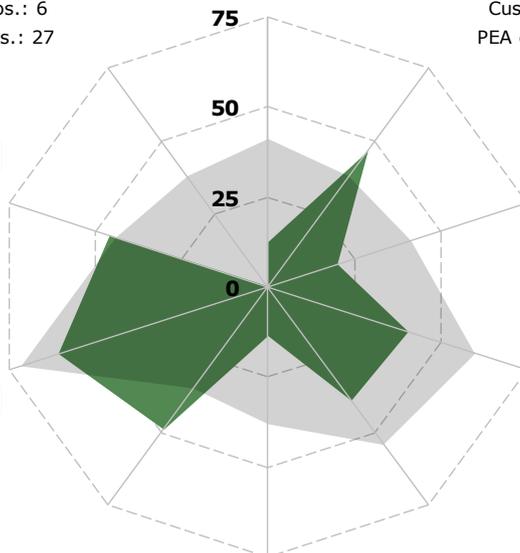
- ▲ Taxa de Crescimento - Pos.: 8
- ▼ Tamanho de Mercado - Pos.: 17

Infraestrutura

- ▲ Quali. Energia Elétr. - Pos.: 7
- ▼ Acess. Serv. Telecom. - Pos.: 27

Inovação

- ▲ Invest. Públ. P&D - Pos.: 12
- ▼ Empreend. Inova. - Pos.: 26



■ MA

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

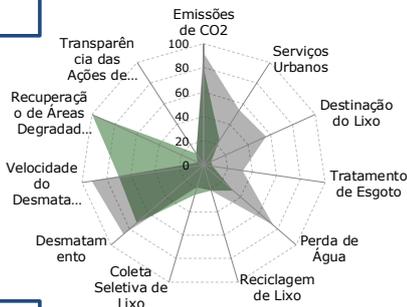


Maranhão

Posição no Ranking Geral: 23

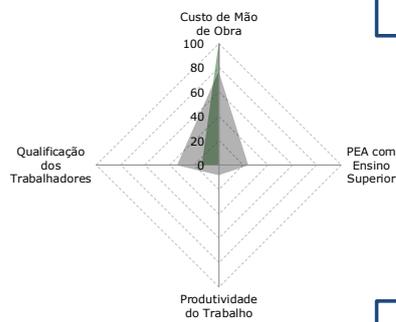
Sustentabilidade Ambiental

**Posição:
26**



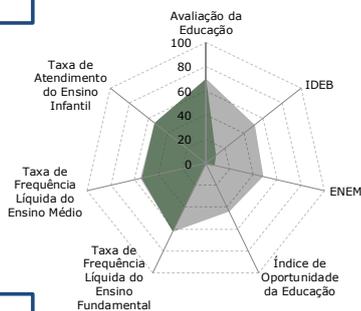
Capital Humano

**Posição
8**



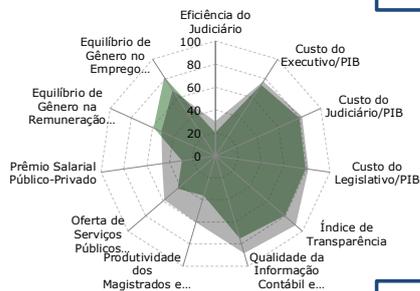
Educação

**Posição
21**



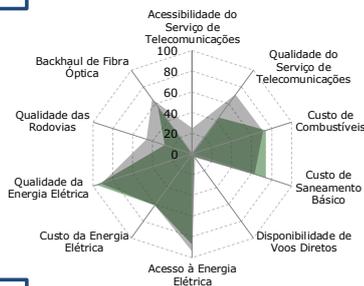
Eficiência da Máquina Pública

**Posição
20**



Infraestrutura

**Posição
20**



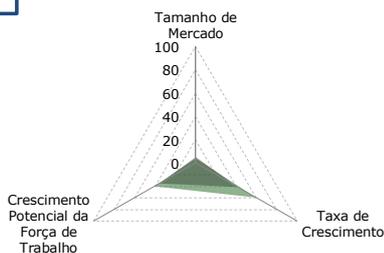
Inovação

**Posição
25**



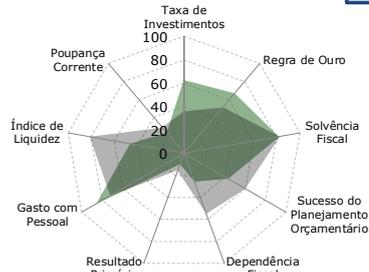
Potencial de Mercado

**Posição
11**



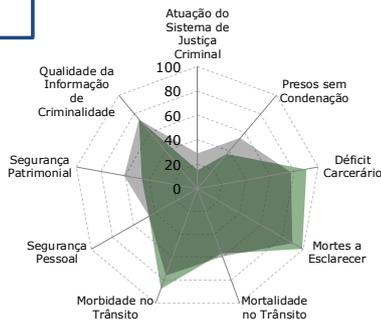
Solidez Fiscal

**Posição
19**



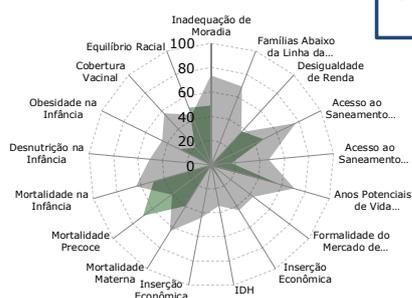
Segurança Pública

**Posição
13**



Sustentabilidade Social

**Posição
27**





Minas Gerais

Posição no Ranking Geral: 8



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**

Sustentabilidade Ambiental

- ▲ Transp. Comb. Desmat. - Pos.: 3
- ▼ Veloc. do Desmatam. - Pos.: 18

Sustentabilidade Social

- ▲ Inadequa. Moradia - Pos.: 3
- ▼ Desnutrição Infância - Pos.: 16

Capital Humano

- ▲ Produtiv. do Trab. - Pos.: 12
- ▼ Custo Mão de Obra - Pos.: 16

Segurança Pública

- ▲ Segurança Patrim. - Pos.: 2
- ▼ Atuaç. Sist. Just. Crim. - Pos.: 27

Educação

- ▲ Avaliação da Educ. - Pos.: 1
- ▼ IDEB - Pos.: 8

Solidez Fiscal

- ▲ Dependência Fiscal - Pos.: 4
- ▼ Poupança Corrente - Pos.: 26

Eficiência da Máquina Pública

- ▲ Índice de Transp. - Pos.: 1
- ▼ Eq. Gên. Remun. Estad. - Pos.: 21

Potencial de Mercado

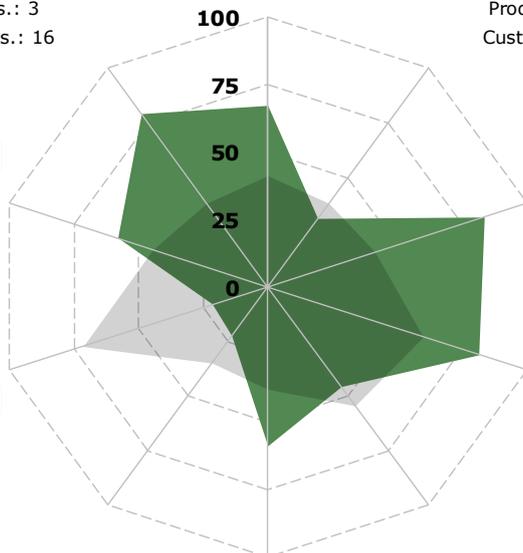
- ▲ Tamanho de Mercado - Pos.: 3
- ▼ Cresc. Força Trab. - Pos.: 25

Infraestrutura

- ▲ Disponib. Voos Diret. - Pos.: 4
- ▼ Custo Energia Elétr. - Pos.: 26

Inovação

- ▲ Patentes - Pos.: 5
- ▼ Invest. Públ. P&D - Pos.: 16



■ MG

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

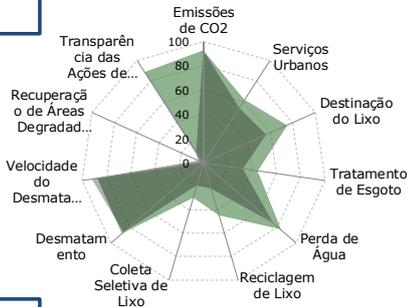


Minas Gerais

Posição no Ranking Geral: 8

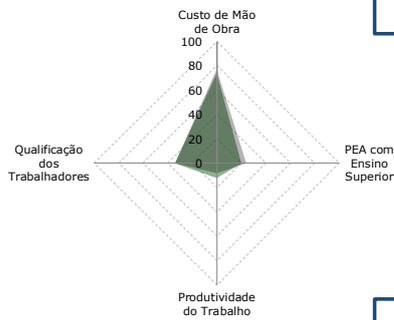
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
5



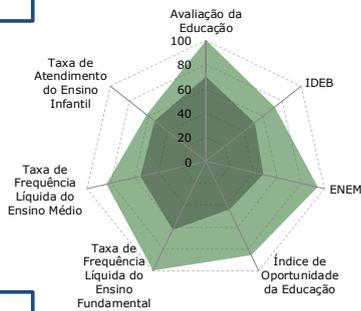
Capital Humano

Posição
20



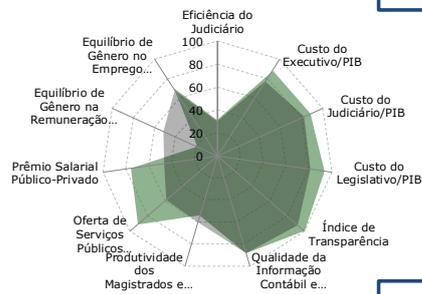
Educação

Posição
3



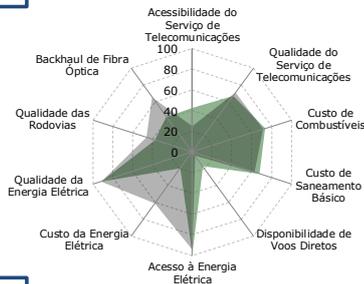
Eficiência da Máquina Pública

Posição
7



Infraestrutura

Posição
17



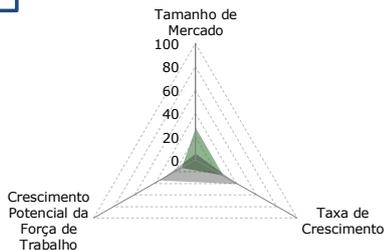
Inovação

Posição
6



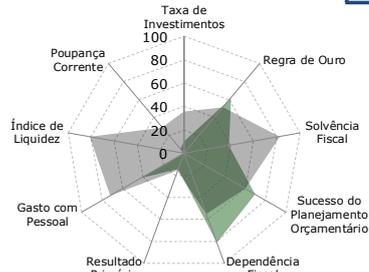
Potencial de Mercado

Posição
19



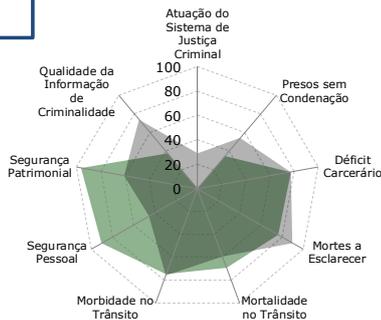
Solidez Fiscal

Posição
24



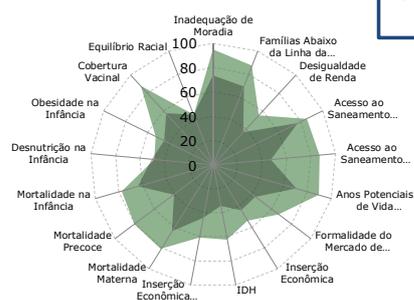
Segurança Pública

Posição
8



Sustentabilidade Social

Posição
6





Mato Grosso do Sul

Posição no Ranking Geral: 6



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**

Sustentabilidade Ambiental

- Destinação do Lixo - Pos.: 2
- Veloc. do Desmatam. - Pos.: 27

Sustentabilidade Social

- Inserç. Econ. Jovens - Pos.: 4
- Obesidade Infância - Pos.: 19

Capital Humano

- Produtiv. do Trab. - Pos.: 4
- Custo Mão de Obra - Pos.: 21

Segurança Pública

- Atuaç. Sist. Just. Crim. - Pos.: 3
- Morbid. no Trânsito - Pos.: 25

Educação

- Tx Freq. Líq. do EF - Pos.: 7
- Avaliação da Educ. - Pos.: 22

Solidez Fiscal

- Taxa de Investim. - Pos.: 5
- Gasto com Pessoal - Pos.: 17

Eficiência da Máquina Pública

- Eq. Gên. Empreg. Estad. - Pos.: 1
- Eq. Gên. Remun. Estad. - Pos.: 22

Potencial de Mercado

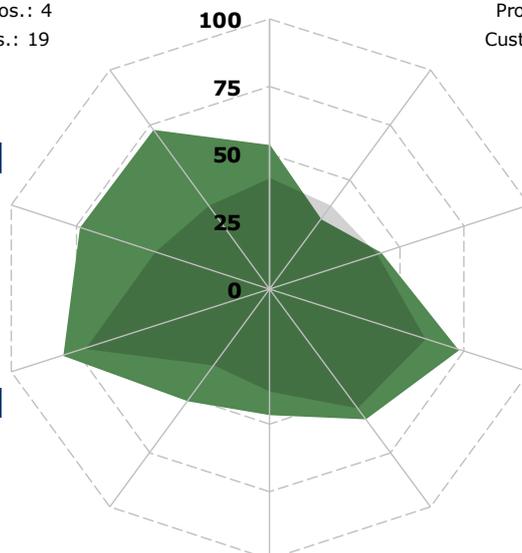
- Taxa de Crescimento - Pos.: 4
- Tamanho de Mercado - Pos.: 15

Infraestrutura

- Quali. Serv. Telecom. - Pos.: 6
- Custo Saneamento - Pos.: 24

Inovação

- Empreend. Inova. - Pos.: 4
- Patentes - Pos.: 18



■ MS ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

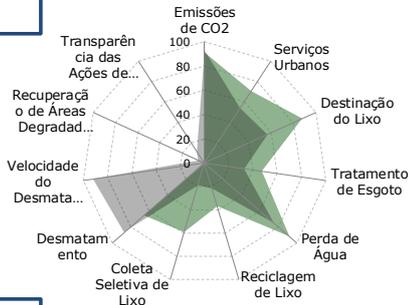


Mato Grosso do Sul

Posição no Ranking Geral: 6

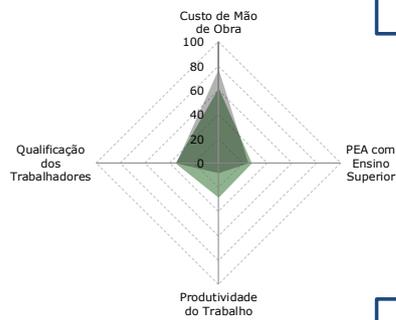
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
10



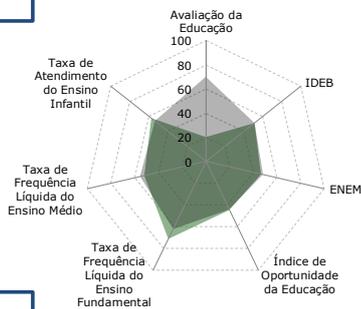
Capital Humano

Posição
19



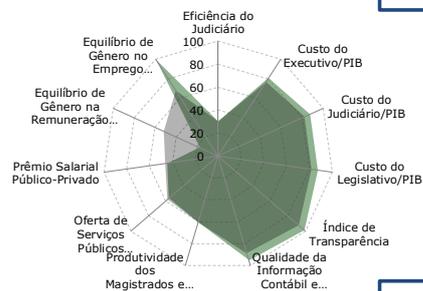
Educação

Posição
13



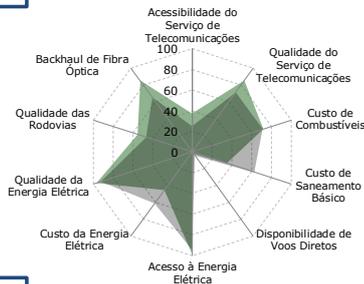
Eficiência da Máquina Pública

Posição
10



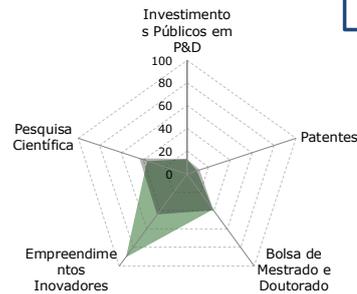
Infraestrutura

Posição
7



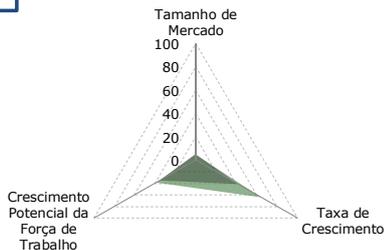
Inovação

Posição
13



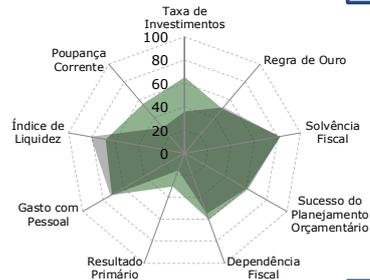
Potencial de Mercado

Posição
9



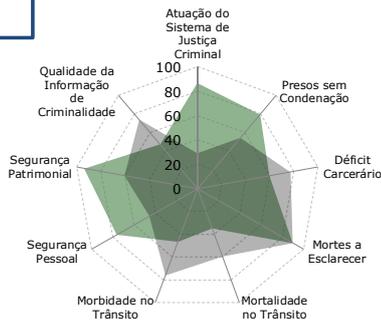
Solidez Fiscal

Posição
10



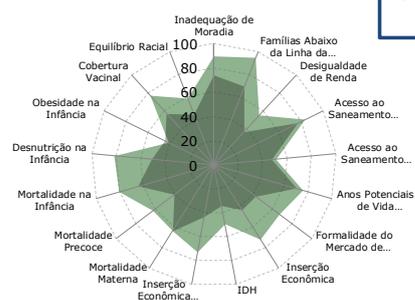
Segurança Pública

Posição
4



Sustentabilidade Social

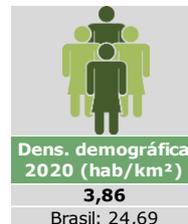
Posição
7





Mato Grosso

Posição no Ranking Geral: 7



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**

Sustentabilidade Ambiental

- Transp. Comb. Desmat. - Pos.: 1
- Serviços Urbanos - Pos.: 24

Sustentabilidade Social

- Desig. de Renda - Pos.: 2
- Anos Pot. Vida Perd. - Pos.: 22

Capital Humano

- Produtiv. do Trab. - Pos.: 8
- Custo Mão de Obra - Pos.: 19

Segurança Pública

- Déficit Carcerário - Pos.: 6
- Mort. no Trânsito - Pos.: 26

Educação

- Tx Freq. Líq. do EM - Pos.: 3
- Tx Freq. Líq. do EF - Pos.: 25

Solidez Fiscal

- Poupança Corrente - Pos.: 2
- Suces. Planej. Orçam. - Pos.: 15

Eficiência da Máquina Pública

- Eficiênc. Judiciário - Pos.: 9
- Eq. Gên. Remun. Estad. - Pos.: 20

Potencial de Mercado

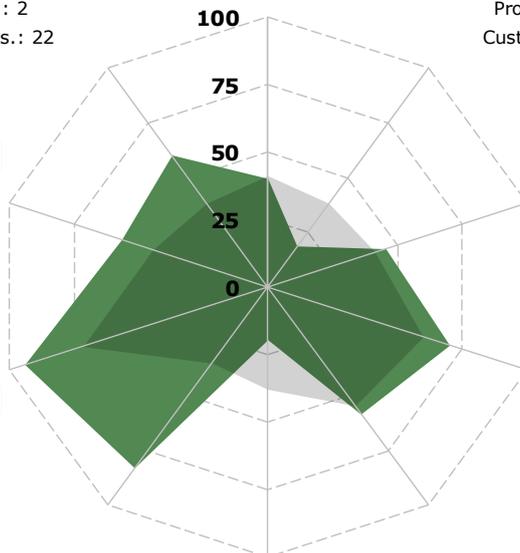
- Taxa de Crescimento - Pos.: 1
- Tamanho de Mercado - Pos.: 13

Infraestrutura

- Quali. Energia Elétr. - Pos.: 3
- Custo Energia Elétr. - Pos.: 24

Inovação

- Invest. Públ. P&D - Pos.: 15
- Bolsa Mestr. e Dout. - Pos.: 23



■ MT ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências .

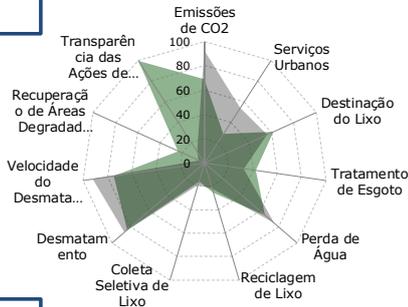


Mato Grosso

Posição no Ranking Geral: 7

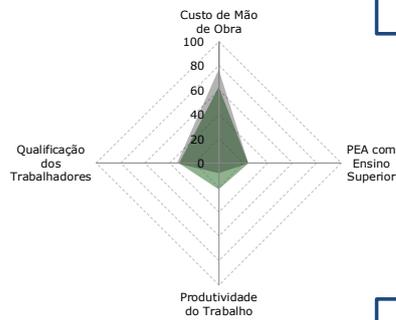
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
16



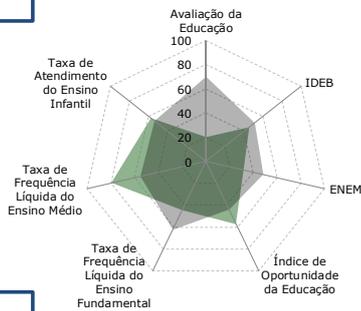
Capital Humano

Posição
24



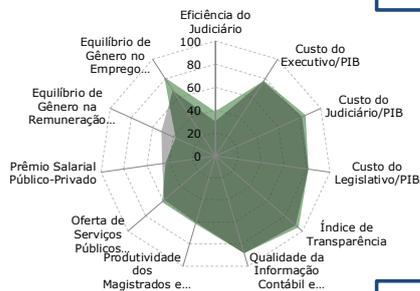
Educação

Posição
12



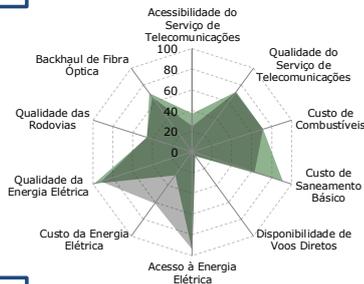
Eficiência da Máquina Pública

Posição
11



Infraestrutura

Posição
8



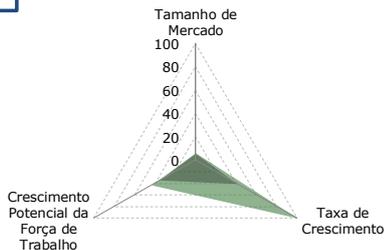
Inovação

Posição
21



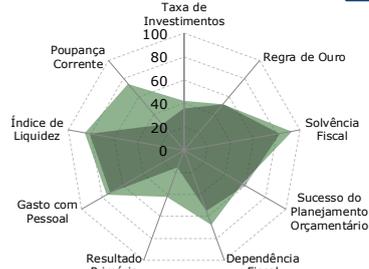
Potencial de Mercado

Posição
3



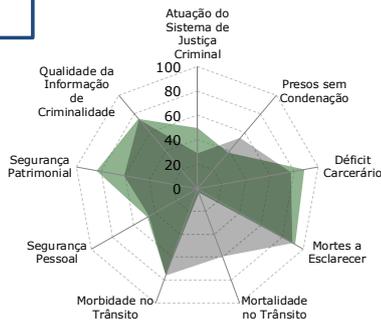
Solidez Fiscal

Posição
2



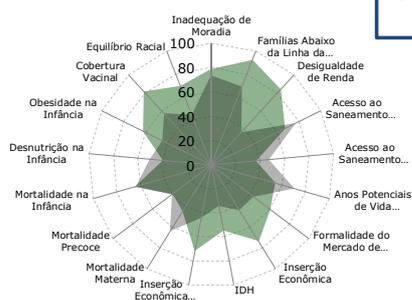
Segurança Pública

Posição
9



Sustentabilidade Social

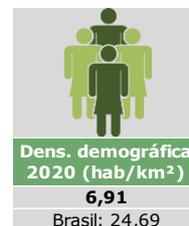
Posição
9





Pará

Posição no Ranking Geral: 25



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**

Sustentabilidade Ambiental

- ▲ Recup. Áreas Degrad. - Pos.: 2
- ▼ Tratam. de Esgoto - Pos.: 27

Sustentabilidade Social

- ▲ Inserção Econômica - Pos.: 6
- ▼ Formal. Merc. Trab. - Pos.: 27

Capital Humano

- ▲ Custo Mão de Obra - Pos.: 6
- ▼ PEA c/ Ens. Superior - Pos.: 26

Segurança Pública

- ▲ Quali. Info. Crimin. - Pos.: 5
- ▼ Atuaç. Sist. Just. Crim. - Pos.: 24

Educação

- ▲ Avaliação da Educ. - Pos.: 1
- ▼ IDEB - Pos.: 26

Solidez Fiscal

- ▲ Taxa de Investim. - Pos.: 1
- ▼ Resultado Primário - Pos.: 24

Eficiência da Máquina Pública

- ▲ Custo do Judic./PIB - Pos.: 6
- ▼ Índice de Transp. - Pos.: 26

Potencial de Mercado

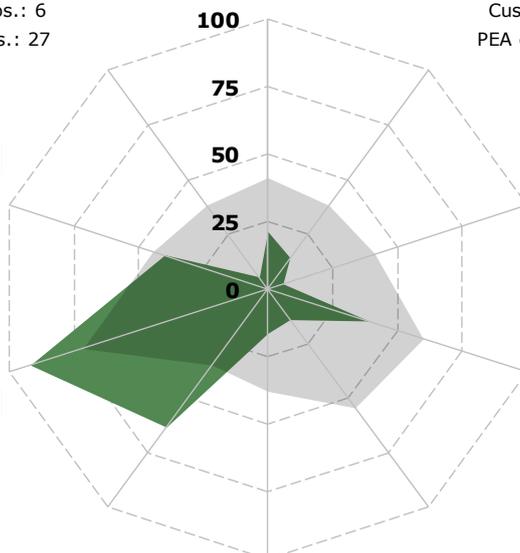
- ▲ Taxa de Crescimento - Pos.: 5
- ▼ Tamanho de Mercado - Pos.: 11

Infraestrutura

- ▲ Quali. Energia Elétr. - Pos.: 1
- ▼ Acesso Energia Elétr. - Pos.: 27

Inovação

- ▲ Pesquisa Científica - Pos.: 12
- ▼ Empreend. Inova. - Pos.: 24



■ PA ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

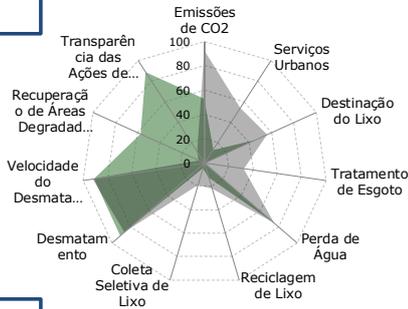


Pará

Posição no Ranking Geral: 25

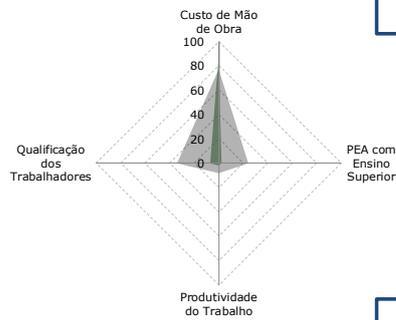
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
21



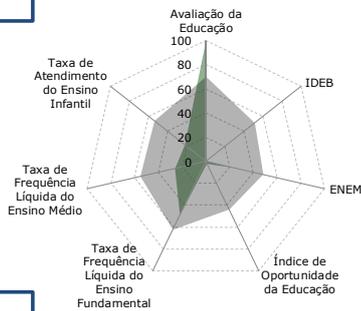
Capital Humano

Posição
26



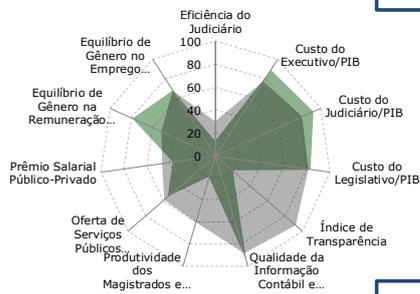
Educação

Posição
25



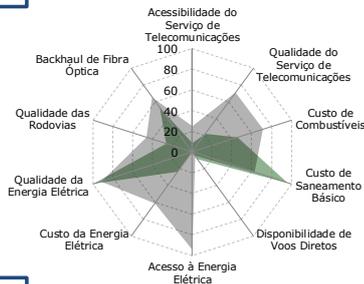
Eficiência da Máquina Pública

Posição
21



Infraestrutura

Posição
25



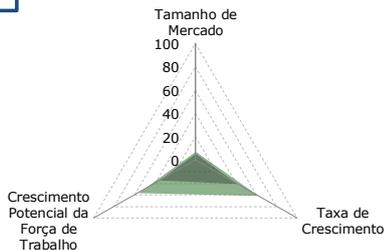
Inovação

Posição
23



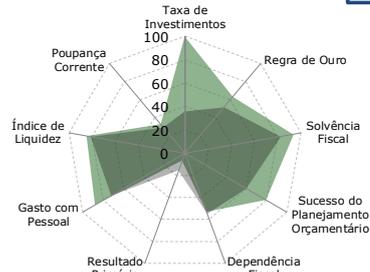
Potencial de Mercado

Posição
6



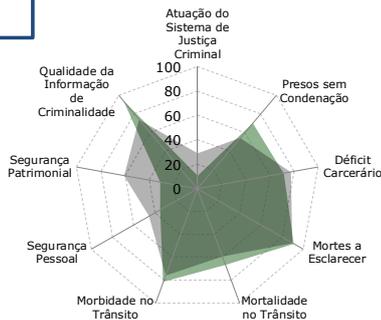
Solidez Fiscal

Posição
3



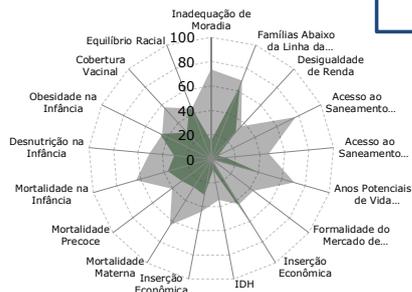
Segurança Pública

Posição
15



Sustentabilidade Social

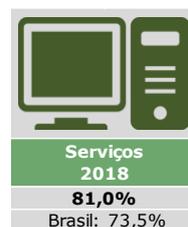
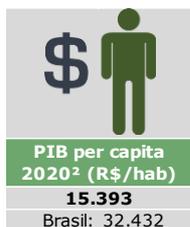
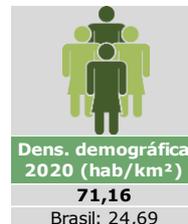
Posição
26





Paraíba

Posição no Ranking Geral: 14



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**

Sustentabilidade Ambiental



Recup. Áreas Degrad. - Pos.: 3
Desmatamento - Pos.: 26

Sustentabilidade Social



Equilíbrio Racial - Pos.: 3
Desig. de Renda - Pos.: 23

Capital Humano



Custo Mão de Obra - Pos.: 9
Produtiv. do Trab. - Pos.: 27

Segurança Pública



Mortes a Esclarecer - Pos.: 4
Mort. no Trânsito - Pos.: 18

Educação



Tx Freq. Líq. do EF - Pos.: 7
Tx Freq. Líq. do EM - Pos.: 26

Solidez Fiscal



Solvência Fiscal - Pos.: 6
Regra de Ouro - Pos.: 25

Eficiência da Máquina Pública



Quali. Info. Cont. Fisc. - Pos.: 3
Prod. Mag. Serv. Judic. - Pos.: 26

Potencial de Mercado



Tamanho de Mercado - Pos.: 19
Taxa de Crescimento - Pos.: 25

Infraestrutura

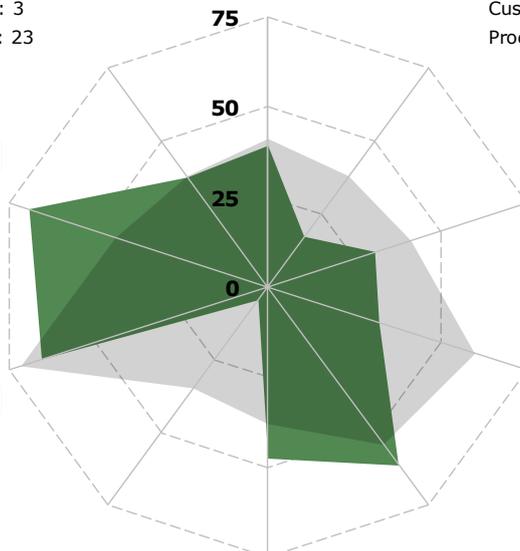


Custo Combustíveis - Pos.: 3
Disponib. Voos Diret. - Pos.: 20

Inovação



Pesquisa Científica - Pos.: 3
Empreend. Inova. - Pos.: 22



■ PB ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

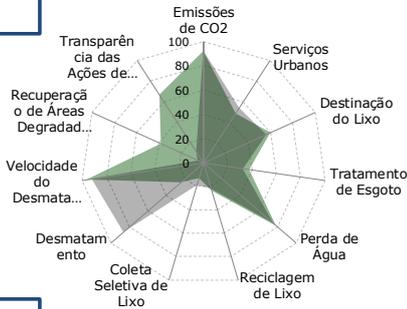


Paraíba

Posição no Ranking Geral: 14

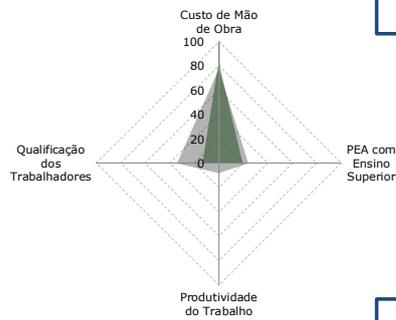
Sustentabilidade Ambiental

**Posição:
17**



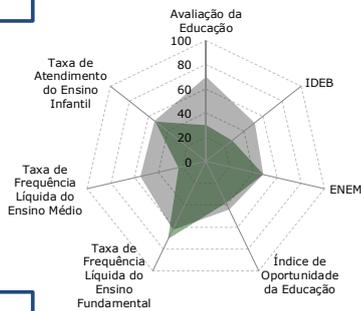
Capital Humano

**Posição
25**



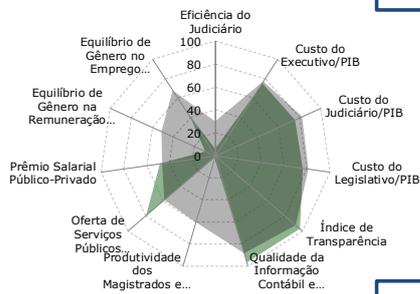
Educação

**Posição
18**



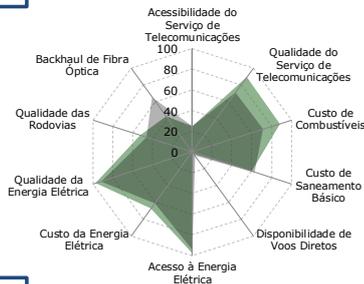
Eficiência da Máquina Pública

**Posição
23**



Infraestrutura

**Posição
6**



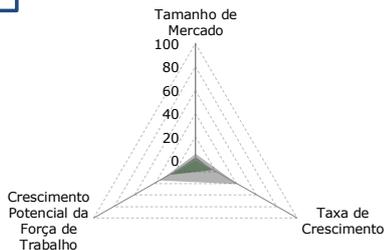
Inovação

**Posição
12**



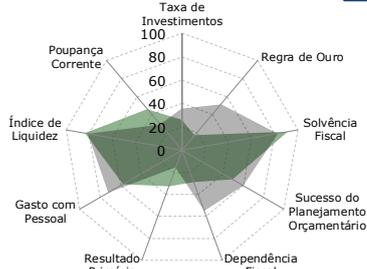
Potencial de Mercado

**Posição
25**



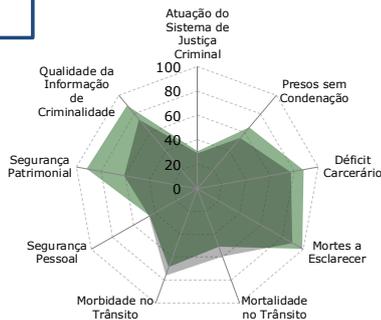
Solidez Fiscal

**Posição
16**



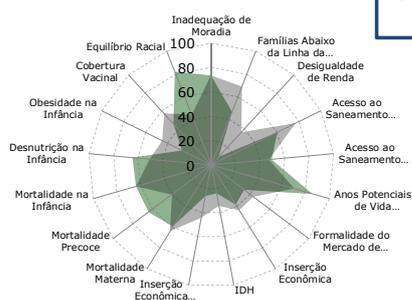
Segurança Pública

**Posição
6**



Sustentabilidade Social

**Posição
15**





Pernambuco

Posição no Ranking Geral: 15



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**

Sustentabilidade Ambiental

- ▲ Emissões de CO2 - Pos.: 8
- ▼ Reciclagem de Lixo - Pos.: 24

Sustentabilidade Social

- ▲ Aces. Saneam. Esgoto - Pos.: 8
- ▼ Inserç. Econ. Jovens - Pos.: 24

Capital Humano

- ▼ Custo Mão de Obra - Pos.: 7
- ▼ PEA c/ Ens. Superior - Pos.: 21

Segurança Pública

- ▲ Quali. Info. Crimin. - Pos.: 3
- ▼ Déficit Carcerário - Pos.: 26

Educação

- ▲ Avaliação da Educ. - Pos.: 10
- ▼ IDEB - Pos.: 15

Solidez Fiscal

- ▲ Suces. Planej. Orçam. - Pos.: 3
- ▼ Regra de Ouro - Pos.: 23

Eficiência da Máquina Pública

- ▲ Quali. Info. Cont. Fisc. - Pos.: 1
- ▼ Eficiênc. Judiciário - Pos.: 24

Potencial de Mercado

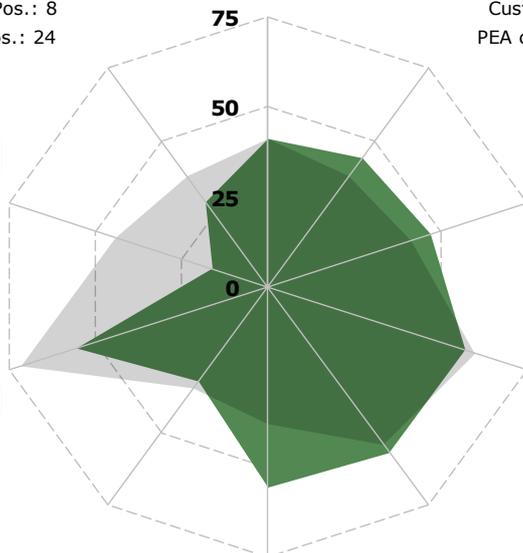
- ▲ Tamanho de Mercado - Pos.: 10
- ▼ Cresc. Força Trab. - Pos.: 17

Infraestrutura

- ▲ Disponib. Voos Diret. - Pos.: 7
- ▼ Acess. Serv. Telecom. - Pos.: 20

Inovação

- ▲ Bolsa Mestr. e Dout. - Pos.: 2
- ▼ Patentes - Pos.: 15



■ PE ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

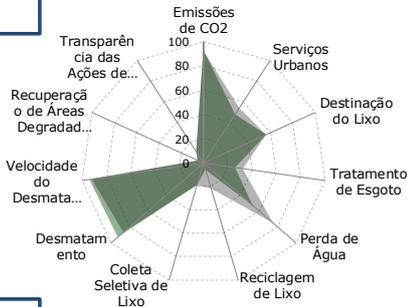


Pernambuco

Posição no Ranking Geral: 15

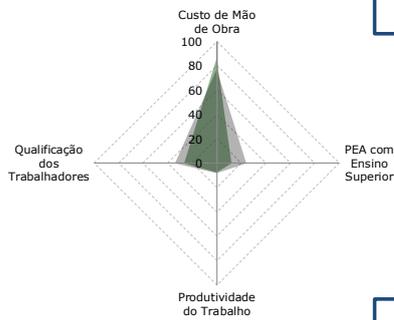
Sustentabilidade Ambiental

**Posição:
14**



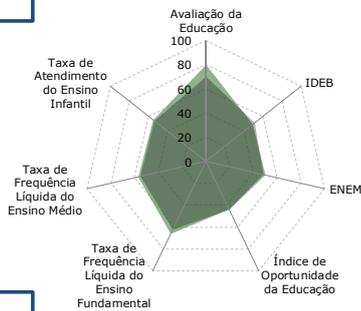
Capital Humano

**Posição
9**



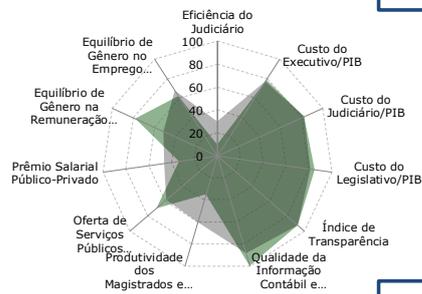
Educação

**Posição
11**



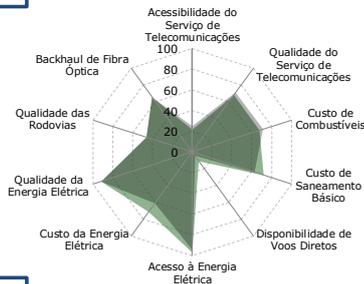
Eficiência da Máquina Pública

**Posição
15**



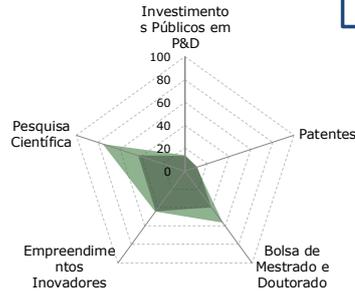
Infraestrutura

**Posição
9**



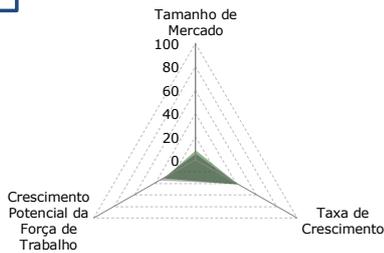
Inovação

**Posição
7**



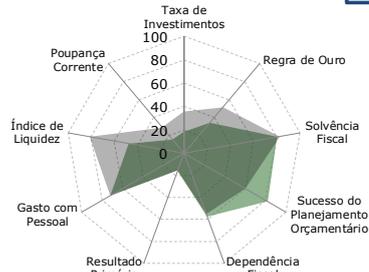
Potencial de Mercado

**Posição
16**



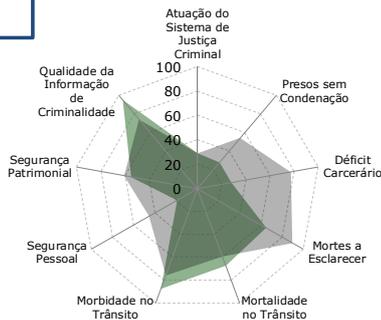
Solidez Fiscal

**Posição
21**



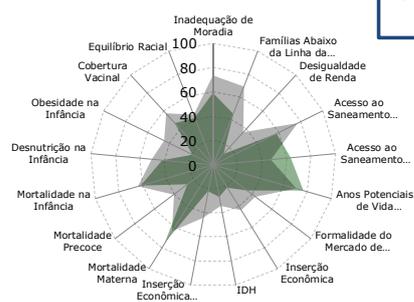
Segurança Pública

**Posição
23**



Sustentabilidade Social

**Posição
17**





Piauí

Posição no Ranking Geral: 20



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**

Sustentabilidade Ambiental

- ▲ Emissões de CO2 - Pos.: 18
- ▼ Reciclagem de Lixo - Pos.: 25

Sustentabilidade Social

- ▲ Inadequa. Moradia - Pos.: 7
- ▼ Aces. Saneam. Esgoto - Pos.: 27

Capital Humano

- ▲ Custo Mão de Obra - Pos.: 2
- ▼ Quali. dos Trabalh. - Pos.: 27

Segurança Pública

- ▲ Quali. Info. Crimin. - Pos.: 2
- ▼ Presos s/ Condenação - Pos.: 26

Educação

- ▲ Tx Atend. Ens. Infant. - Pos.: 8
- ▼ Tx Freq. Líq. do EM - Pos.: 21

Solidez Fiscal

- ▲ Gasto com Pessoal - Pos.: 1
- ▼ Dependência Fiscal - Pos.: 24

Eficiência da Máquina Pública

- ▲ Eq. Gên. Empreg. Estad. - Pos.: 3
- ▼ Eficiênc. Judiciário - Pos.: 27

Potencial de Mercado

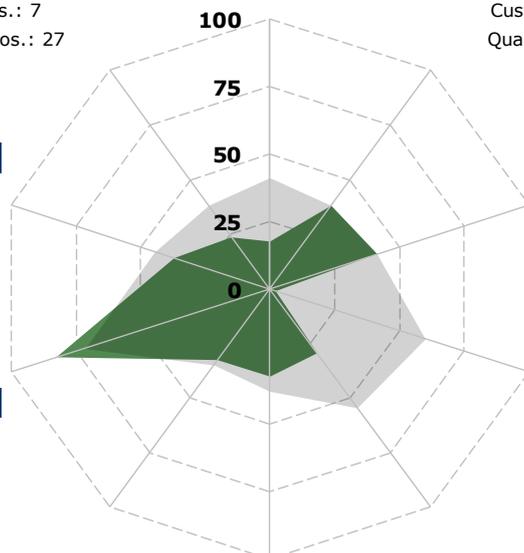
- ▲ Taxa de Crescimento - Pos.: 7
- ▼ Cresc. Força Trab. - Pos.: 24

Infraestrutura

- ▲ Custo Saneamento - Pos.: 12
- ▼ Backhaul Fibra Ópt. - Pos.: 27

Inovação

- ▲ Empreend. Inova. - Pos.: 8
- ▼ Patentes - Pos.: 24



■ PI ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

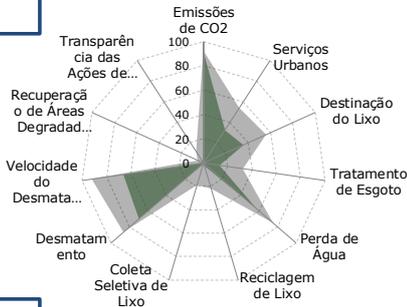


Piauí

Posição no Ranking Geral: 20

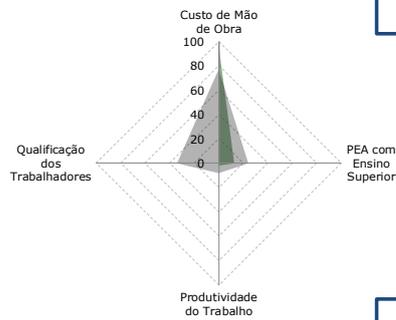
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
22



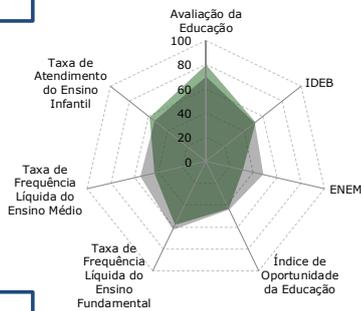
Capital Humano

Posição
14



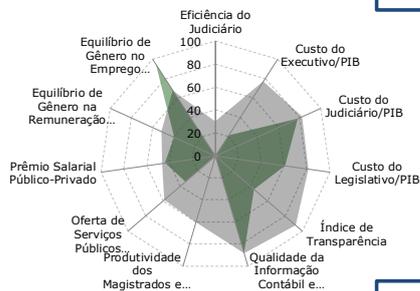
Educação

Posição
14



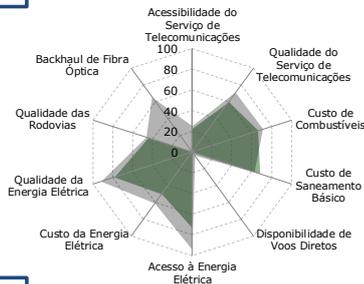
Eficiência da Máquina Pública

Posição
26



Infraestrutura

Posição
24



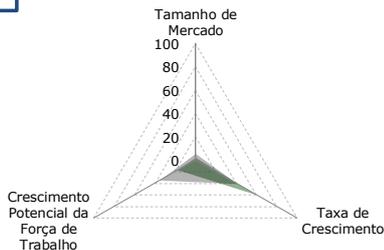
Inovação

Posição
18



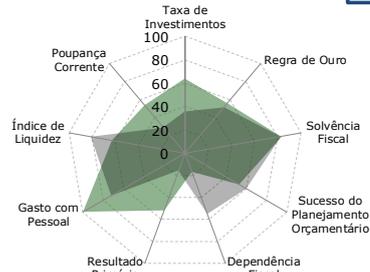
Potencial de Mercado

Posição
15



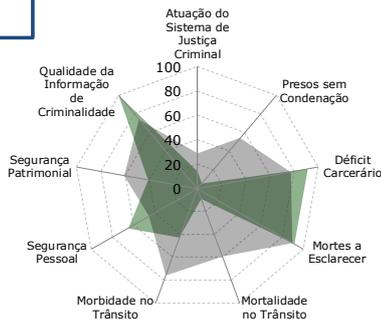
Solidez Fiscal

Posição
9



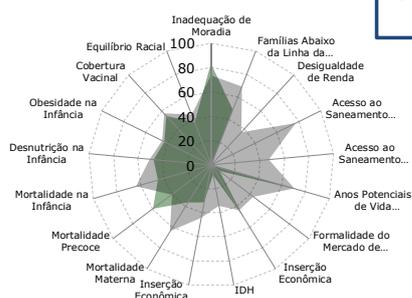
Segurança Pública

Posição
17



Sustentabilidade Social

Posição
18





Paraná

Posição no Ranking Geral: 4



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:

Sustentabilidade Ambiental

- Destinação do Lixo - Pos.: 1
- Recup. Áreas Degrad. - Pos.: 23

Sustentabilidade Social

- Aces. Saneam. Água - Pos.: 3
- Equilíbrio Racial - Pos.: 22

Capital Humano

- PEA c/ Ens. Superior - Pos.: 5
- Custo Mão de Obra - Pos.: 22

Segurança Pública

- Presos s/ Condenação - Pos.: 1
- Déficit Carcerário - Pos.: 25

Educação

- Avaliação da Educ. - Pos.: 1
- ENEM - Pos.: 8

Solidez Fiscal

- Regra de Ouro - Pos.: 2
- Resultado Primário - Pos.: 27

Eficiência da Máquina Pública

- Custo do Exec./PIB - Pos.: 3
- Eq. Gên. Remun. Estad. - Pos.: 25

Potencial de Mercado

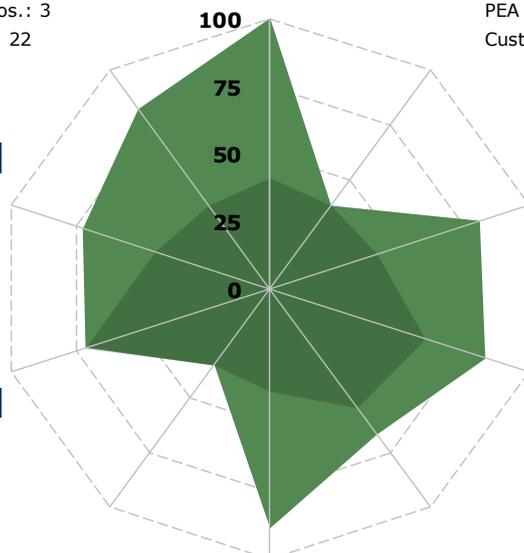
- Tamanho de Mercado - Pos.: 4
- Cresc. Força Trab. - Pos.: 23

Infraestrutura

- Custo Combustíveis - Pos.: 1
- Custo Saneamento - Pos.: 23

Inovação

- Invest. Públ. P&D - Pos.: 2
- Bolsa Mestr. e Dout. - Pos.: 17



■ PR ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

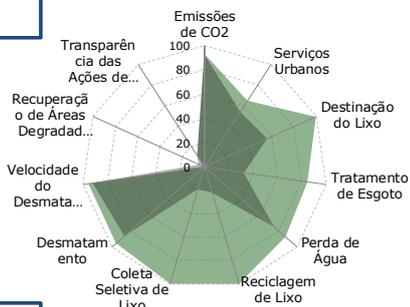


Paraná

Posição no Ranking Geral: 4

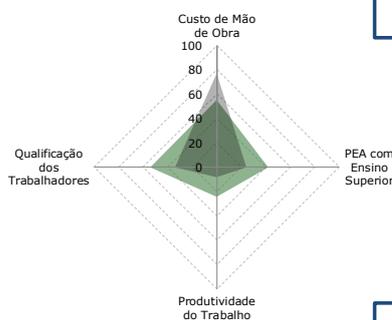
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
1



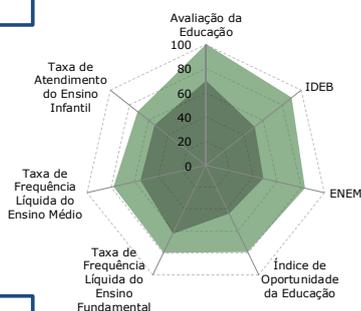
Capital Humano

Posição
13



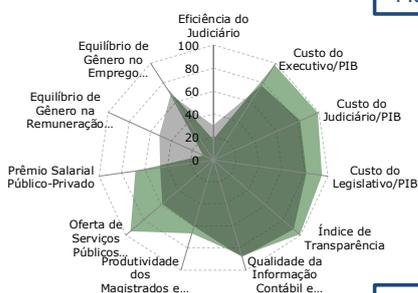
Educação

Posição
4



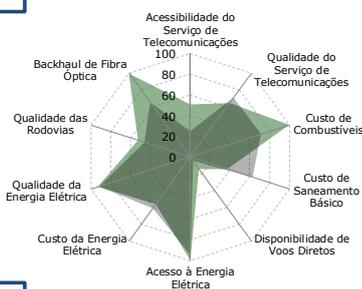
Eficiência da Máquina Pública

Posição
6



Infraestrutura

Posição
5



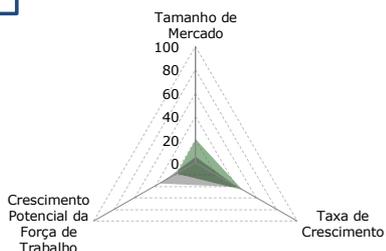
Inovação

Posição
4



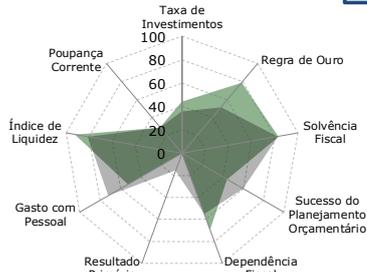
Potencial de Mercado

Posição
14



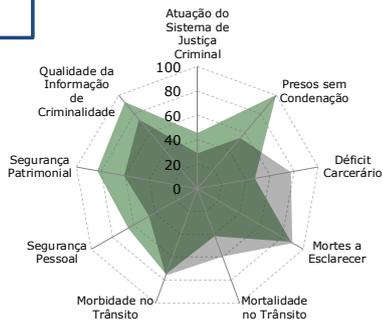
Solidez Fiscal

Posição
15



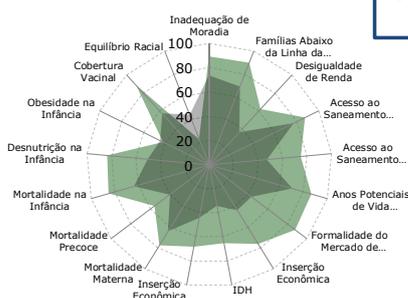
Segurança Pública

Posição
5



Sustentabilidade Social

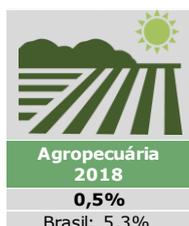
Posição
5





Rio de Janeiro

Posição no Ranking Geral: 17



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**

Sustentabilidade Ambiental

Desmatamento - Pos.: 4
Recup. Áreas Degrad. - Pos.: 26

Sustentabilidade Social

Aces. Saneam. Esgoto - Pos.: 2
Cobertura Vacinal - Pos.: 26

Capital Humano

PEA c/ Ens. Superior - Pos.: 2
Custo Mão de Obra - Pos.: 25

Segurança Pública

Mort. no Trânsito - Pos.: 1
Mortes a Esclarecer - Pos.: 27

Educação

ENEM - Pos.: 2
Tx Freq. Líq. do EF - Pos.: 21

Solidez Fiscal

Dependência Fiscal - Pos.: 2
Regra de Ouro - Pos.: 27

Eficiência da Máquina Pública

Prod. Mag. Serv. Judic. - Pos.: 1
Eficiênc. Judiciário - Pos.: 26

Potencial de Mercado

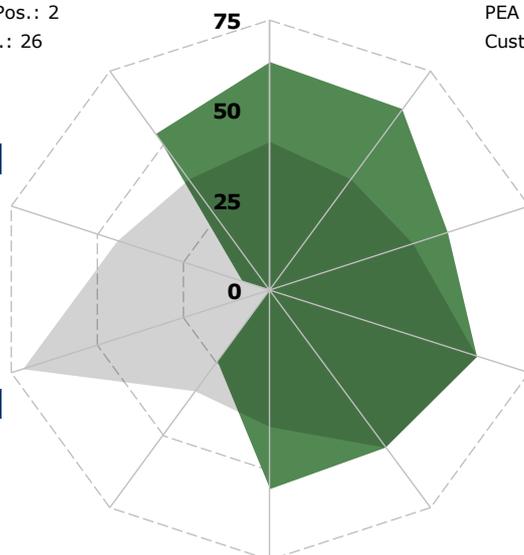
Tamanho de Mercado - Pos.: 2
Cresc. Força Trab. - Pos.: 26

Infraestrutura

Acesso Energia Elétr. - Pos.: 1
Custo Energia Elétr. - Pos.: 27

Inovação

Invest. Públ. P&D - Pos.: 6
Pesquisa Científica - Pos.: 19



■ RJ ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

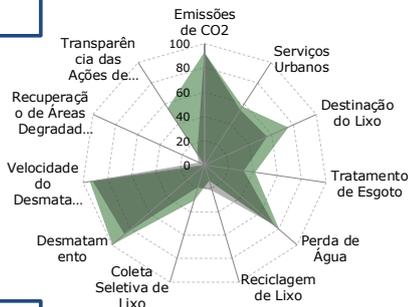


Rio de Janeiro

Posição no Ranking Geral: 17

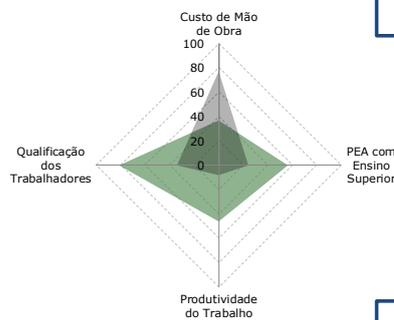
Sustentabilidade Ambiental

Posição: 8



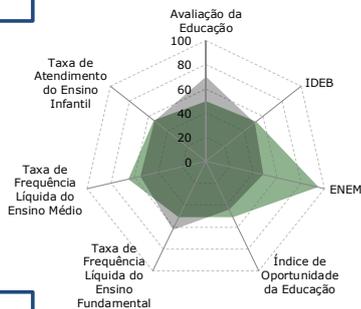
Capital Humano

Posição 2



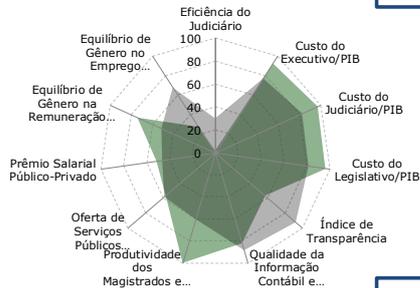
Educação

Posição 10



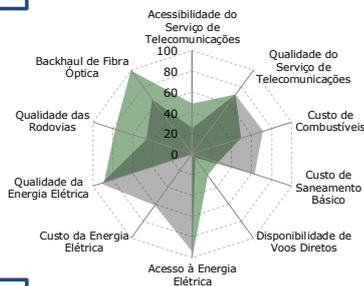
Eficiência da Máquina Pública

Posição 14



Infraestrutura

Posição 14



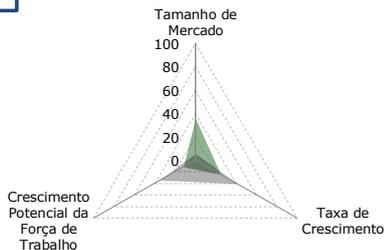
Inovação

Posição 8



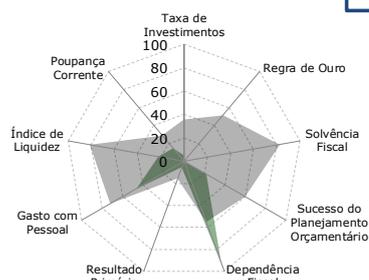
Potencial de Mercado

Posição 18



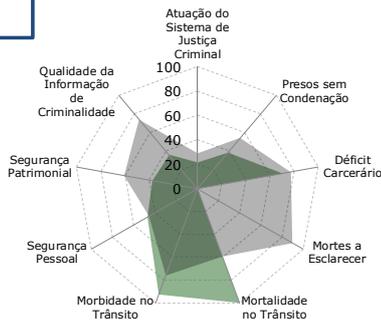
Solidez Fiscal

Posição 27



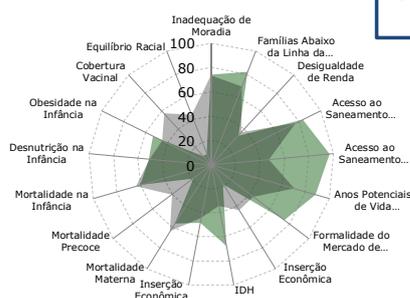
Segurança Pública

Posição 26



Sustentabilidade Social

Posição 11





Rio Grande do Norte

Posição no Ranking Geral: 22



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**

Sustentabilidade Ambiental

- Recup. Áreas Degrad. - Pos.: 6
- Desmatamento - Pos.: 27

Sustentabilidade Social

- Equilíbrio Racial - Pos.: 5
- Obesidade Infância - Pos.: 24

Capital Humano

- PEA c/ Ens. Superior - Pos.: 9
- Produtiv. do Trab. - Pos.: 19

Segurança Pública

- Mort. no Trânsito - Pos.: 7
- Segurança Pessoal - Pos.: 22

Educação

- Tx Atend. Ens. Infant. - Pos.: 3
- IDEB - Pos.: 25

Solidez Fiscal

- Suces. Planej. Orçam. - Pos.: 11
- Gasto com Pessoal - Pos.: 27

Eficiência da Máquina Pública

- Eficiência. Judiciário - Pos.: 8
- Eq. Gên. Remun. Estad. - Pos.: 23

Potencial de Mercado

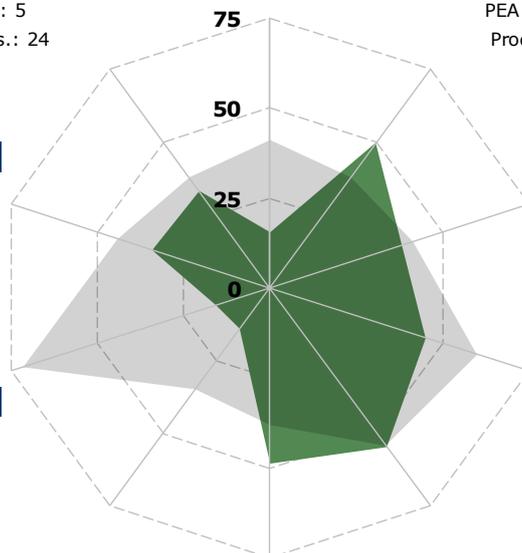
- Cresc. Força Trab. - Pos.: 14
- Taxa de Crescimento - Pos.: 22

Infraestrutura

- Quali. Energia Elétr. - Pos.: 2
- Custo Combustíveis - Pos.: 22

Inovação

- Patentes - Pos.: 8
- Bolsa Mestr. e Dout. - Pos.: 20



■ RN ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

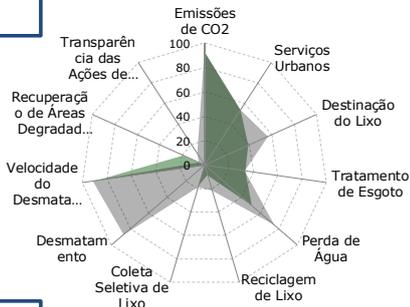


Rio Grande do Norte

Posição no Ranking Geral: 22

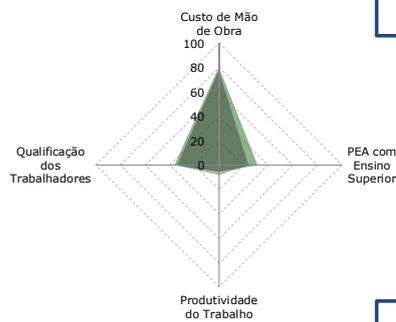
Sustentabilidade Ambiental

**Posição:
23**



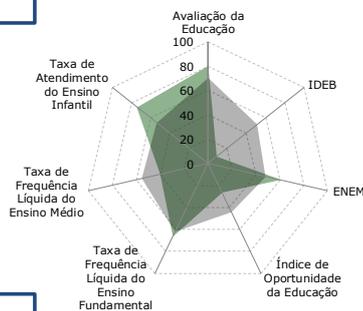
Capital Humano

**Posição
6**



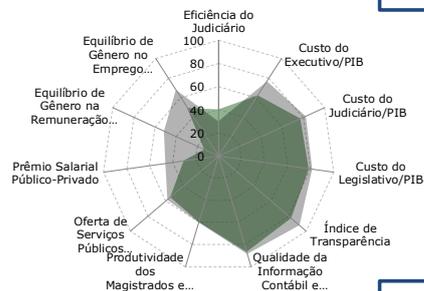
Educação

**Posição
16**



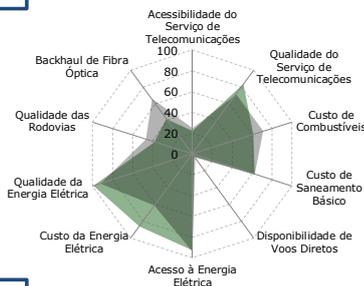
Eficiência da Máquina Pública

**Posição
18**



Infraestrutura

**Posição
13**



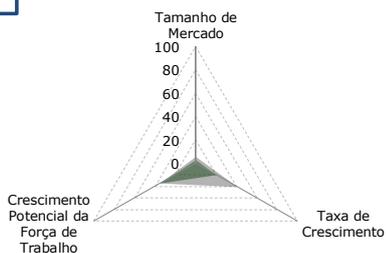
Inovação

**Posição
11**



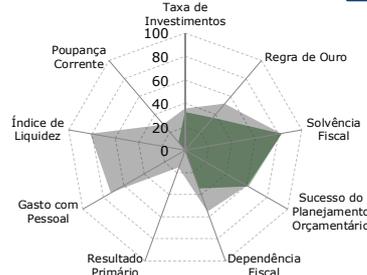
Potencial de Mercado

**Posição
22**



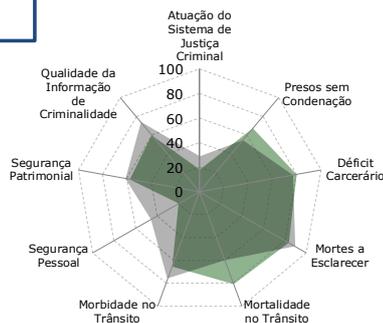
Solidez Fiscal

**Posição
25**



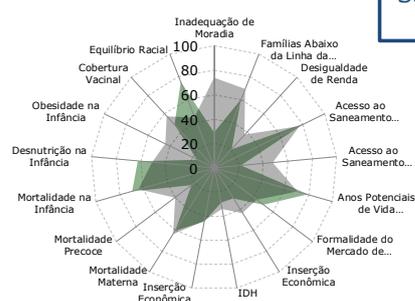
Segurança Pública

**Posição
18**



Sustentabilidade Social

**Posição
16**





Rondônia

Posição no Ranking Geral: 16



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**

Sustentabilidade Ambiental

- Recup. Áreas Degrad. - Pos.: 7
- Serviços Urbanos - Pos.: 27

Sustentabilidade Social

- Equilíbrio Racial - Pos.: 1
- Aces. Saneam. Água - Pos.: 27

Capital Humano

- Custo Mão de Obra - Pos.: 14
- PEA c/ Ens. Superior - Pos.: 24

Segurança Pública

- Presos s/ Condenação - Pos.: 2
- Segurança Patrim. - Pos.: 27

Educação

- Tx Freq. Líq. do EF - Pos.: 2
- Avaliação da Educ. - Pos.: 25

Solidez Fiscal

- Regra de Ouro - Pos.: 3
- Suces. Planej. Orçam. - Pos.: 25

Eficiência da Máquina Pública

- Eficiência Judiciário - Pos.: 4
- Eq. Gên. Remun. Estad. - Pos.: 24

Potencial de Mercado

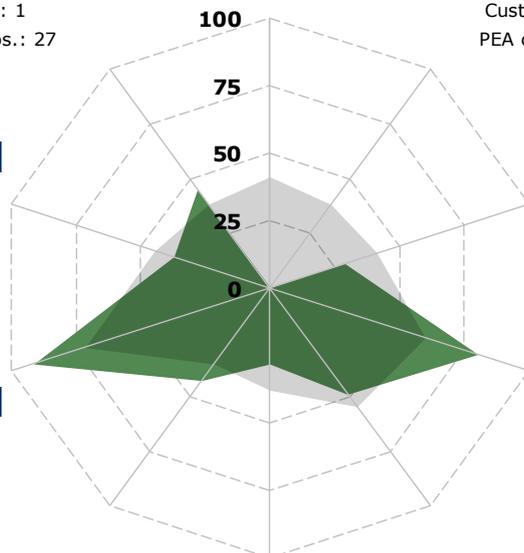
- Taxa de Crescimento - Pos.: 10
- Tamanho de Mercado - Pos.: 22

Infraestrutura

- Custo Saneamento - Pos.: 7
- Custo Combustíveis - Pos.: 24

Inovação

- Empreend. Inova. - Pos.: 2
- Invest. Públ. P&D - Pos.: 25



■ RO ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências .

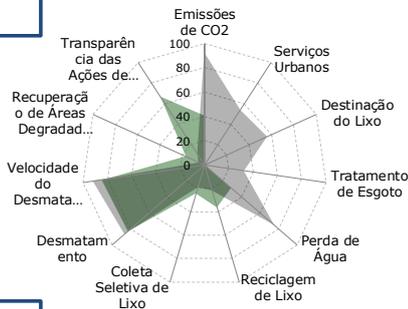


Rondônia

Posição no Ranking Geral: 16

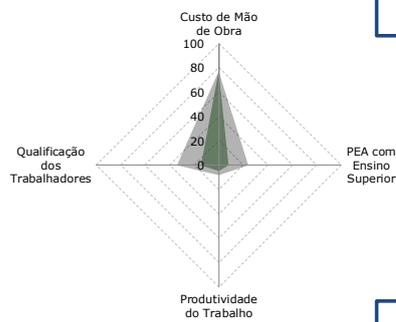
Sustentabilidade Ambiental

**Posição:
27**



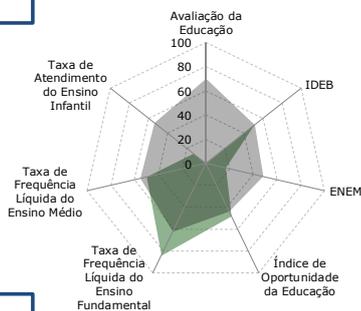
Capital Humano

**Posição
27**



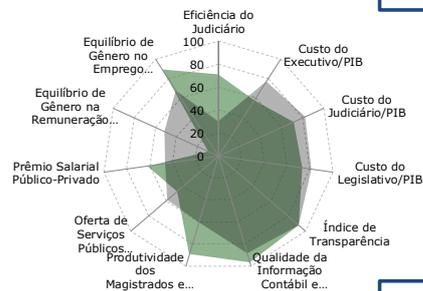
Educação

**Posição
19**



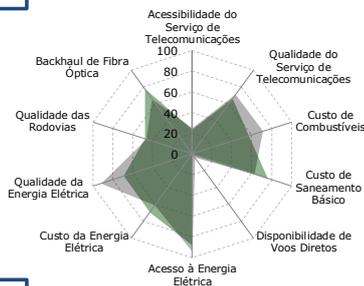
Eficiência da Máquina Pública

**Posição
8**



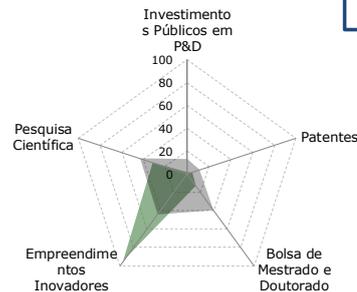
Infraestrutura

**Posição
15**



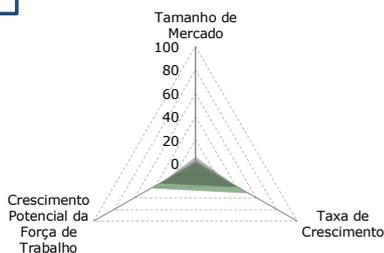
Inovação

**Posição
19**



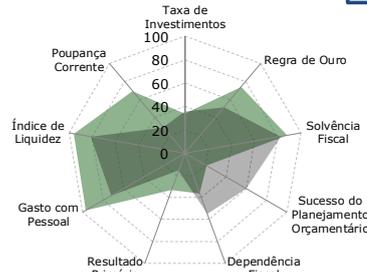
Potencial de Mercado

**Posição
12**



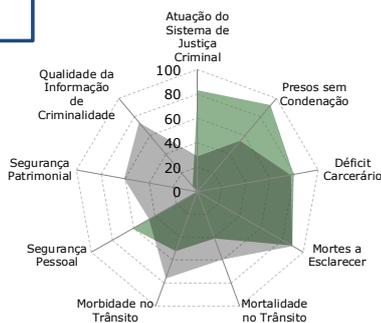
Solidez Fiscal

**Posição
4**



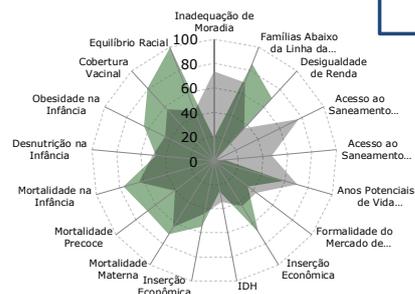
Segurança Pública

**Posição
16**



Sustentabilidade Social

**Posição
13**





Roraima

Posição no Ranking Geral: 27



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**

Sustentabilidade Ambiental

- ▲ Tratam. de Esgoto - Pos.: 4
- ▼ Emissões de CO2 - Pos.: 27

Sustentabilidade Social

- ▲ Obesidade Infância - Pos.: 2
- ▼ Anos Pot. Vida Perd. - Pos.: 27

Capital Humano

- ▲ Quali. dos Trabalh. - Pos.: 4
- ▼ Custo Mão de Obra - Pos.: 20

Segurança Pública

- ▲ Presos s/ Condenação - Pos.: 7
- ▼ Déficit Carcerário - Pos.: 27

Educação

- ▲ Tx Freq. Líq. do EM - Pos.: 10
- ▼ Tx Freq. Líq. do EF - Pos.: 27

Solidez Fiscal

- ▲ Resultado Primário - Pos.: 1
- ▼ Suces. Planej. Orçam. - Pos.: 27

Eficiência da Máquina Pública

- ▲ Eficiênc. Judiciário - Pos.: 1
- ▼ Custo do Legisl./PIB - Pos.: 27

Potencial de Mercado

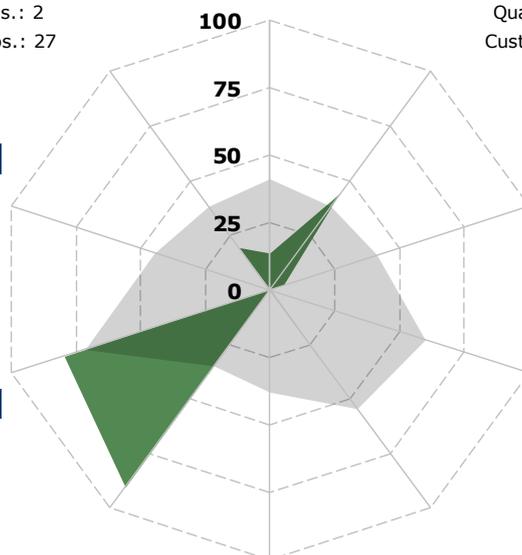
- ▲ Cresc. Força Trab. - Pos.: 1
- ▼ Tamanho de Mercado - Pos.: 27

Infraestrutura

- ▲ Custo Saneamento - Pos.: 5
- ▼ Disponib. Voos Diret. - Pos.: 27

Inovação

- ▲ Invest. Públ. P&D - Pos.: 10
- ▼ Bolsa Mestr. e Dout. - Pos.: 27



■ RR ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

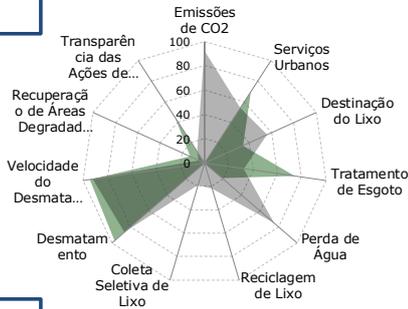


Roraima

Posição no Ranking Geral: 27

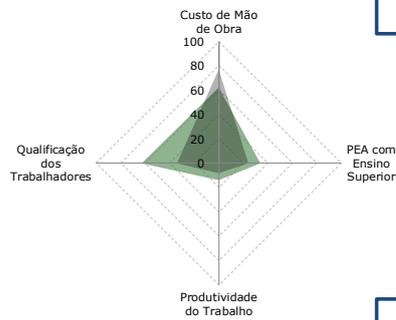
Sustentabilidade Ambiental

**Posição:
25**



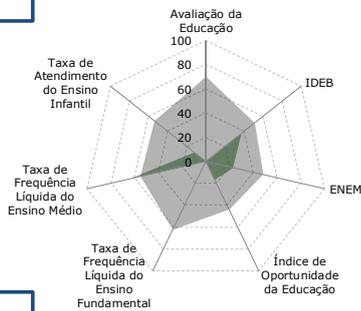
Capital Humano

**Posição
10**



Educação

**Posição
26**



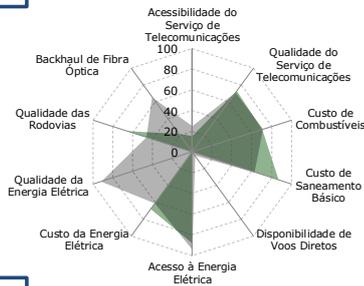
Eficiência da Máquina Pública

**Posição
27**



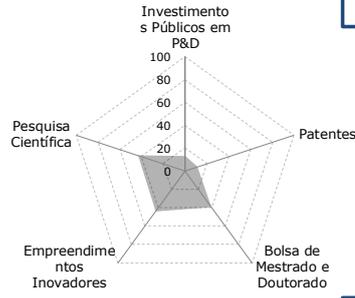
Infraestrutura

**Posição
23**



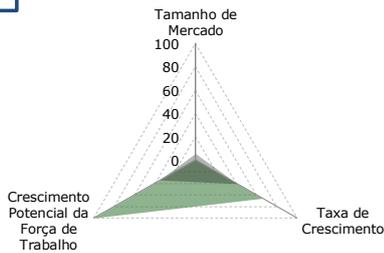
Inovação

**Posição
27**



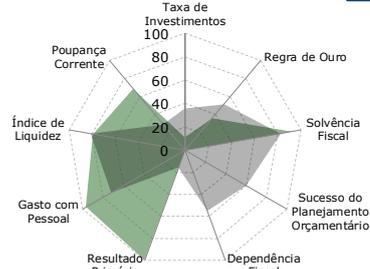
Potencial de Mercado

**Posição
2**



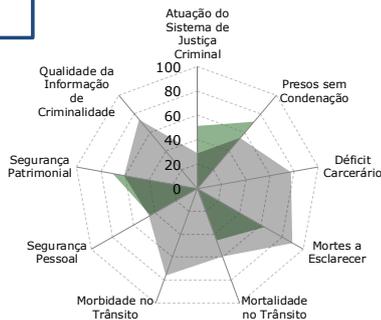
Solidez Fiscal

**Posição
11**



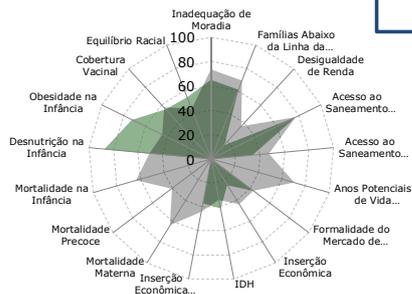
Segurança Pública

**Posição
27**



Sustentabilidade Social

**Posição
21**





Rio Grande do Sul

Posição no Ranking Geral: 9



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**

Sustentabilidade Ambiental

- Reciclagem de Lixo - Pos.: 2
- Transp. Comb. Desmat. - Pos.: 21

Sustentabilidade Social

- Anos Pot. Vida Perd. - Pos.: 1
- Equilíbrio Racial - Pos.: 25

Capital Humano

- Produtiv. do Trab. - Pos.: 6
- Custo Mão de Obra - Pos.: 24

Segurança Pública

- Morbid. no Trânsito - Pos.: 2
- Atuaç. Sist. Just. Crim. - Pos.: 25

Educação

- Tx Atend. Ens. Infant. - Pos.: 6
- Avaliação da Educ. - Pos.: 20

Solidez Fiscal

- Suces. Planej. Orçam. - Pos.: 2
- Taxa de Investim. - Pos.: 27

Eficiência da Máquina Pública

- Custo do Judic./PIB - Pos.: 1
- Eq. Gên. Empreg. Estad. - Pos.: 23

Potencial de Mercado

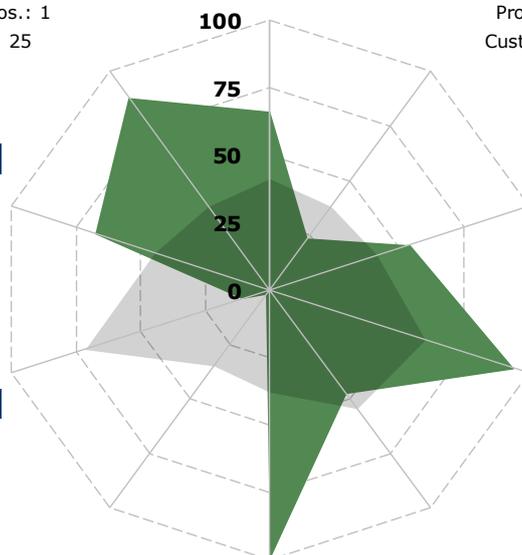
- Tamanho de Mercado - Pos.: 5
- Cresc. Força Trab. - Pos.: 27

Infraestrutura

- Acess. Serv. Telecom. - Pos.: 3
- Custo Saneamento - Pos.: 27

Inovação

- Patentes - Pos.: 1
- Invest. Públ. P&D - Pos.: 23



■ RS ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

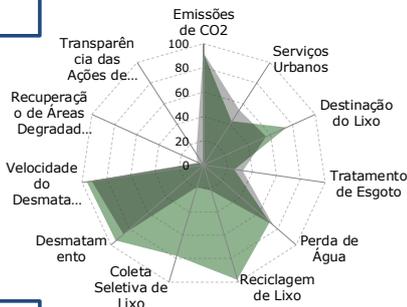


Rio Grande do Sul

Posição no Ranking Geral: 9

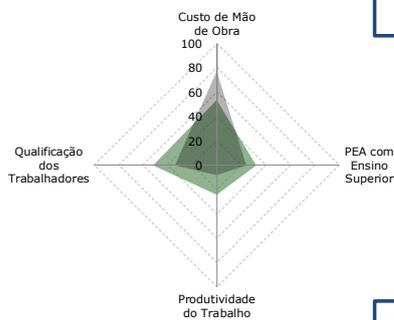
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
6



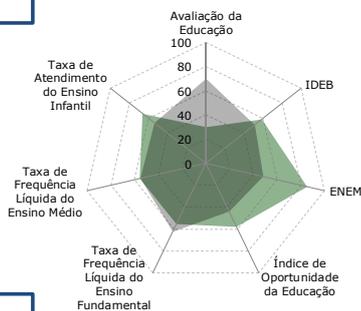
Capital Humano

Posição
21



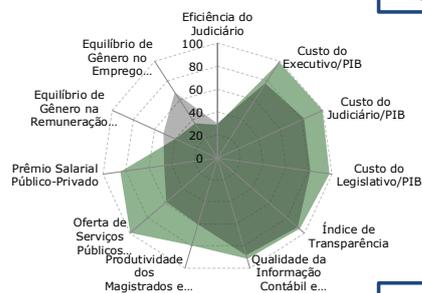
Educação

Posição
9



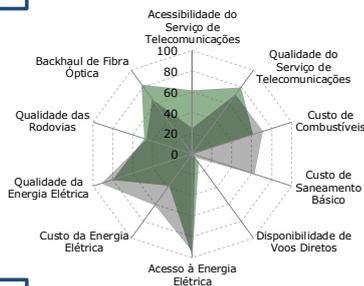
Eficiência da Máquina Pública

Posição
4



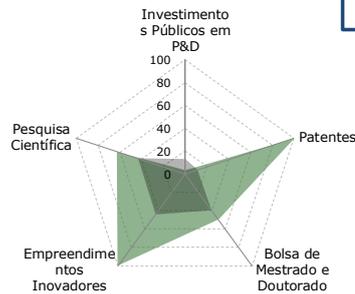
Infraestrutura

Posição
16



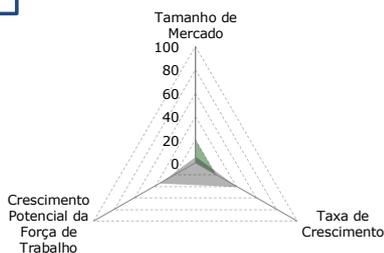
Inovação

Posição
1



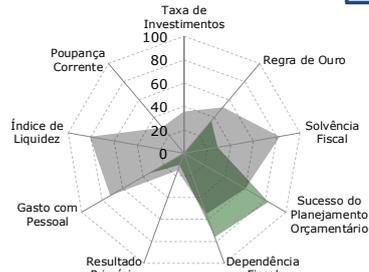
Potencial de Mercado

Posição
26



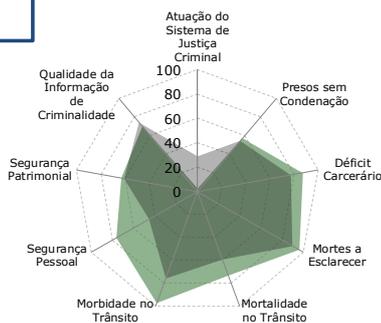
Solidez Fiscal

Posição
26



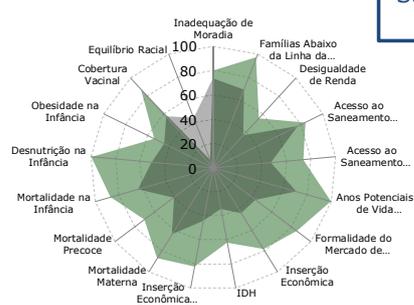
Segurança Pública

Posição
7



Sustentabilidade Social

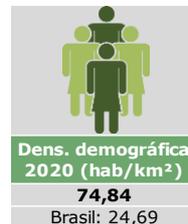
Posição
4





Santa Catarina

Posição no Ranking Geral: 2



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:

Sustentabilidade Ambiental

- ▲ Coleta Seletiva de Lixo - Pos.: 2
- ▼ Recup. Áreas Degrad. - Pos.: 22

Sustentabilidade Social

- ▲ Desig. de Renda - Pos.: 1
- ▼ Equilíbrio Racial - Pos.: 20

Capital Humano

- ▲ PEA c/ Ens. Superior - Pos.: 4
- ▼ Custo Mão de Obra - Pos.: 23

Segurança Pública

- ▲ Segurança Patrim. - Pos.: 1
- ▼ Mort. no Trânsito - Pos.: 19

Educação

- ▲ Avaliação da Educ. - Pos.: 1
- ▼ Tx Freq. LÍq. do EF - Pos.: 10

Solidez Fiscal

- ▲ Índice de Liquidez - Pos.: 5
- ▼ Solvência Fiscal - Pos.: 22

Eficiência da Máquina Pública

- ▲ Quali. Info. Cont. Fisc. - Pos.: 2
- ▼ Eficiênc. Judiciário - Pos.: 18

Potencial de Mercado

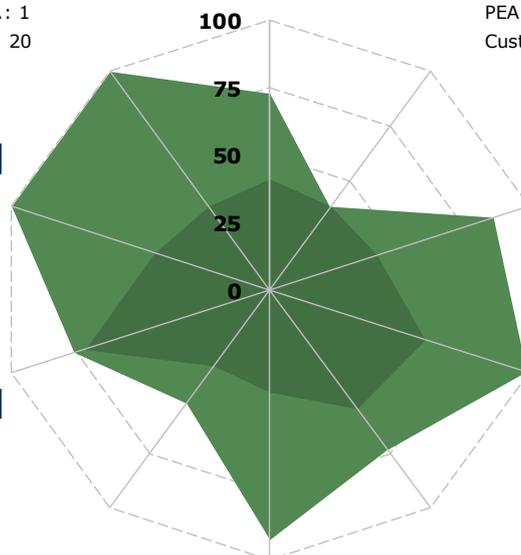
- ▲ Tamanho de Mercado - Pos.: 6
- ▼ Cresc. Força Trab. - Pos.: 16

Infraestrutura

- ▲ Backhaul Fibra Ópt. - Pos.: 1
- ▼ Custo Saneamento - Pos.: 18

Inovação

- ▲ Patentes - Pos.: 2
- ▼ Pesquisa Científica - Pos.: 14



■ SC ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

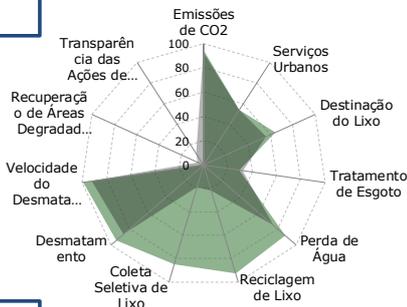


Santa Catarina

Posição no Ranking Geral: 2

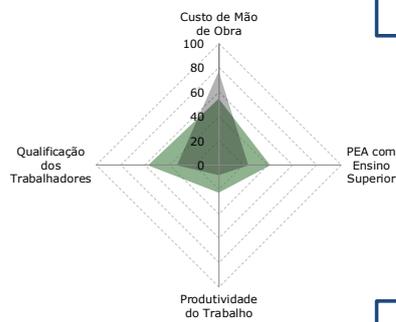
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
4



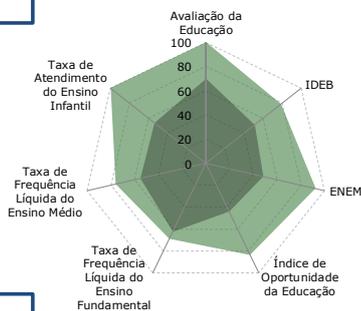
Capital Humano

Posição
15



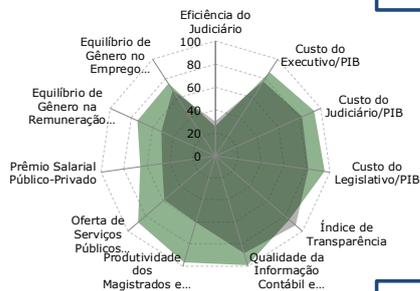
Educação

Posição
2



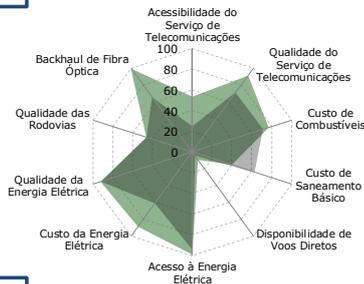
Eficiência da Máquina Pública

Posição
2



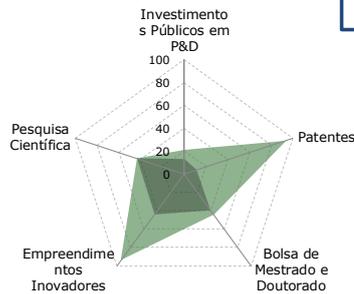
Infraestrutura

Posição
3



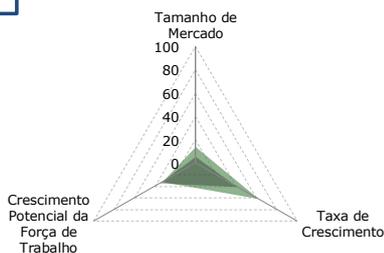
Inovação

Posição
3



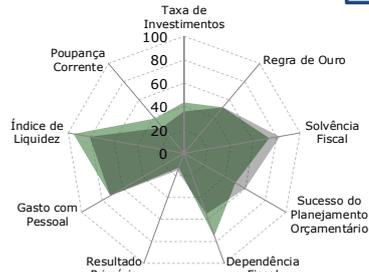
Potencial de Mercado

Posição
7



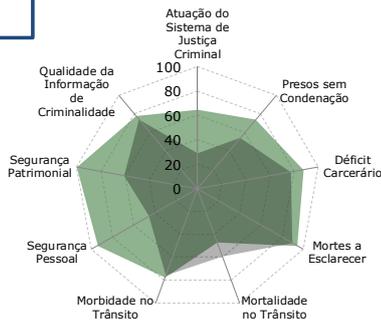
Solidez Fiscal

Posição
13



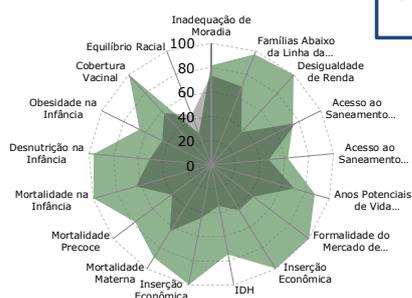
Segurança Pública

Posição
1



Sustentabilidade Social

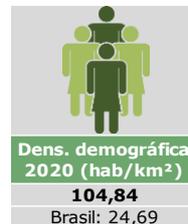
Posição
1





Sergipe

Posição no Ranking Geral: 21



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**

Sustentabilidade Ambiental

- ▲ Coleta Seletiva de Lixo - Pos.: 11
- ▼ Destinação do Lixo - Pos.: 27

Sustentabilidade Social

- ▲ Mortalidade Materna - Pos.: 4
- ▼ Desig. de Renda - Pos.: 27

Capital Humano

- ▲ Custo Mão de Obra - Pos.: 8
- ▼ PEA c/ Ens. Superior - Pos.: 23

Segurança Pública

- ▲ Quali. Info. Crimin. - Pos.: 4
- ▼ Presos s/ Condenação - Pos.: 27

Educação

- ▲ ENEM - Pos.: 11
- ▼ Tx Freq. Líq. do EM - Pos.: 27

Solidez Fiscal

- ▲ Suces. Planej. Orçam. - Pos.: 1
- ▼ Dependência Fiscal - Pos.: 22

Eficiência da Máquina Pública

- ▲ Prod. Mag. Serv. Judic. - Pos.: 1
- ▼ Prêmio Salar. Púb.-Priv. - Pos.: 25

Potencial de Mercado

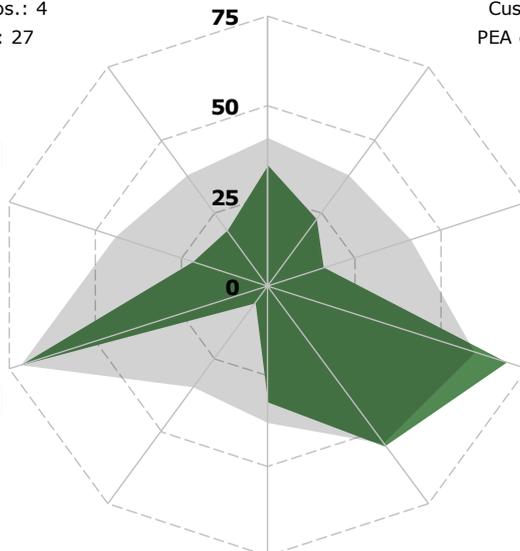
- ▲ Cresc. Força Trab. - Pos.: 11
- ▼ Taxa de Crescimento - Pos.: 26

Infraestrutura

- ▲ Quali. Serv. Telecom. - Pos.: 2
- ▼ Disponib. Voos Diret. - Pos.: 22

Inovação

- ▲ Pesquisa Científica - Pos.: 5
- ▼ Empreend. Inova. - Pos.: 21



■ SE ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

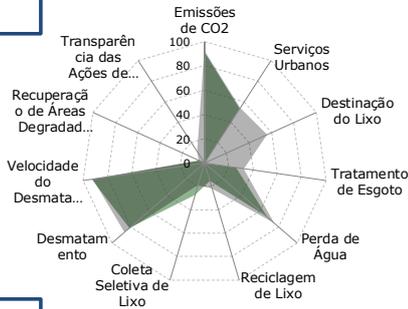


Sergipe

Posição no Ranking Geral: 21

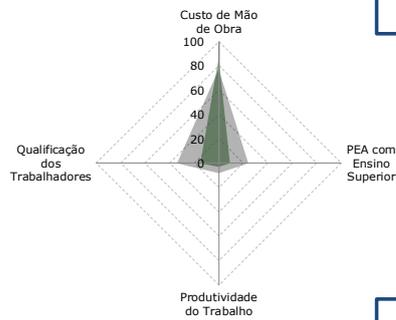
Sustentabilidade Ambiental

**Posição:
19**



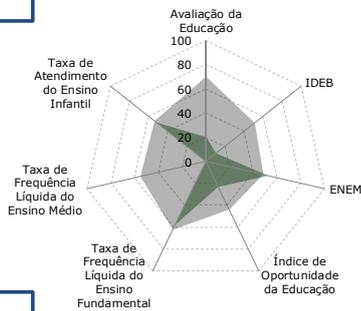
Capital Humano

**Posição
22**



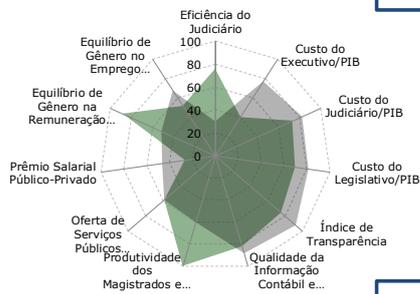
Educação

**Posição
23**



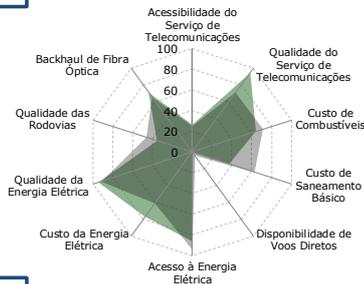
Eficiência da Máquina Pública

**Posição
13**



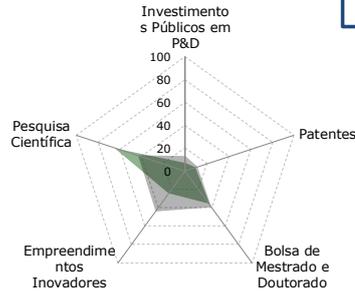
Infraestrutura

**Posição
12**



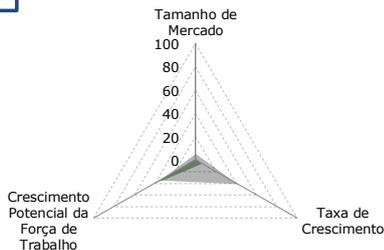
Inovação

**Posição
17**



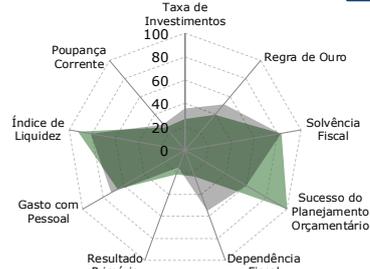
Potencial de Mercado

**Posição
24**



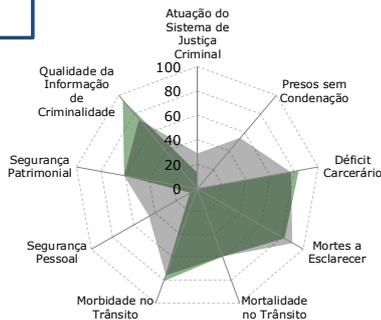
Solidez Fiscal

**Posição
14**



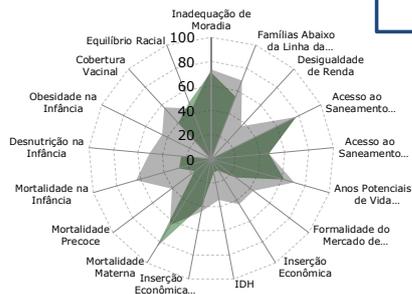
Segurança Pública

**Posição
21**



Sustentabilidade Social

**Posição
20**





São Paulo

Posição no Ranking Geral: 1



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**

Sustentabilidade Ambiental

- ▲ Transp. Comb. Desmat. - Pos.: 1
- ▼ Recup. Áreas Degrad. - Pos.: 20

Sustentabilidade Social

- ▲ Aces. Saneam. Água - Pos.: 1
- ▼ Equilíbrio Racial - Pos.: 26

Capital Humano

- ▲ PEA c/ Ens. Superior - Pos.: 3
- ▼ Custo Mão de Obra - Pos.: 26

Segurança Pública

- ▲ Segurança Pessoal - Pos.: 1
- ▼ Mortes a Esclarecer - Pos.: 22

Educação

- ▲ Avaliação da Educ. - Pos.: 1
- ▼ Tx Freq. Líq. do EF - Pos.: 6

Solidez Fiscal

- ▲ Dependência Fiscal - Pos.: 1
- ▼ Solvência Fiscal - Pos.: 24

Eficiência da Máquina Pública

- ▲ Custo do Exec./PIB - Pos.: 1
- ▼ Quali. Info. Cont. Fisc. - Pos.: 24

Potencial de Mercado

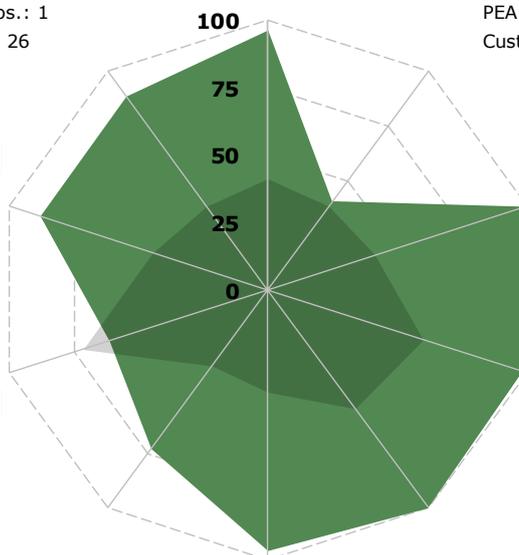
- ▲ Tamanho de Mercado - Pos.: 1
- ▼ Taxa de Crescimento - Pos.: 23

Infraestrutura

- ▲ Acess. Serv. Telecom. - Pos.: 1
- ▼ Quali. Serv. Telecom. - Pos.: 24

Inovação

- ▲ Invest. Públ. P&D - Pos.: 1
- ▼ Pesquisa Científica - Pos.: 21



■ SP ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

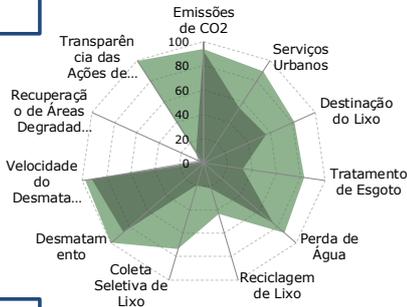


São Paulo

Posição no Ranking Geral: 1

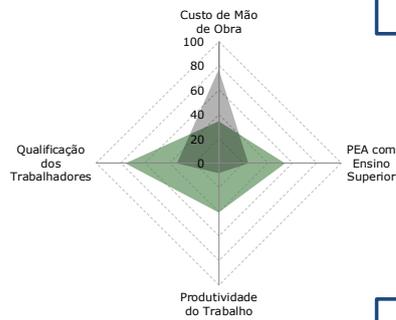
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
2



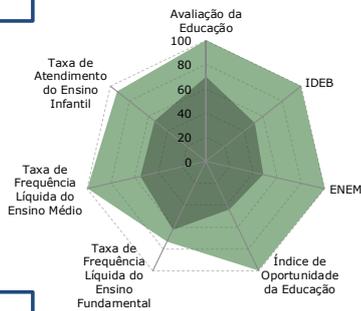
Capital Humano

Posição
11



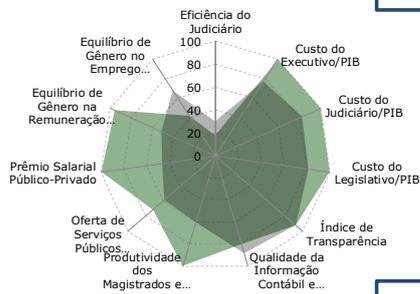
Educação

Posição
1



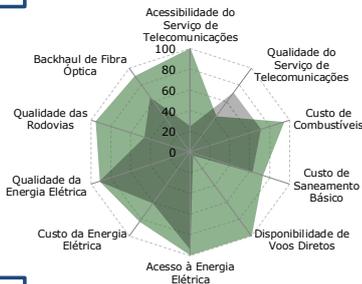
Eficiência da Máquina Pública

Posição
3



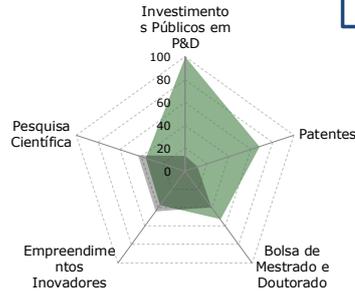
Infraestrutura

Posição
1



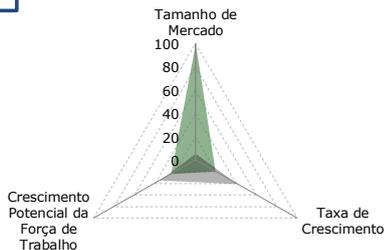
Inovação

Posição
2



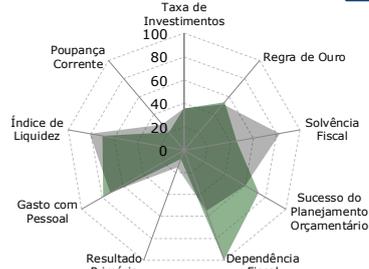
Potencial de Mercado

Posição
4



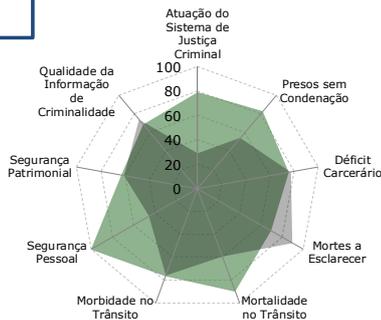
Solidez Fiscal

Posição
18



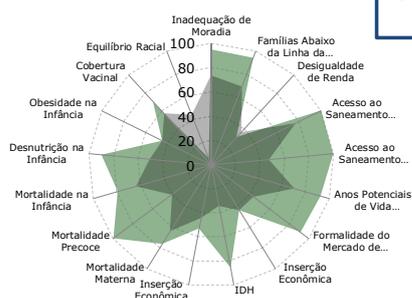
Segurança Pública

Posição
2



Sustentabilidade Social

Posição
3





Tocantins

Posição no Ranking Geral: 19



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**

Sustentabilidade Ambiental

- ▲ Emissões de CO2 - Pos.: 3
- ▼ Veloc. do Desmatam. - Pos.: 26

Sustentabilidade Social

- ▲ Cobertura Vacinal - Pos.: 2
- ▼ Aces. Saneam. Esgoto - Pos.: 21

Capital Humano

- ▲ Custo Mão de Obra - Pos.: 11
- ▼ Produtiv. do Trab. - Pos.: 16

Segurança Pública

- ▲ Segurança Patrim. - Pos.: 5
- ▼ Mort. no Trânsito - Pos.: 27

Educação

- ▲ Avaliação da Educ. - Pos.: 1
- ▼ ENEM - Pos.: 21

Solidez Fiscal

- ▲ Regra de Ouro - Pos.: 7
- ▼ Gasto com Pessoal - Pos.: 25

Eficiência da Máquina Pública

- ▲ Eficiênc. Judiciário - Pos.: 12
- ▼ Custo do Judic./PIB - Pos.: 25

Potencial de Mercado

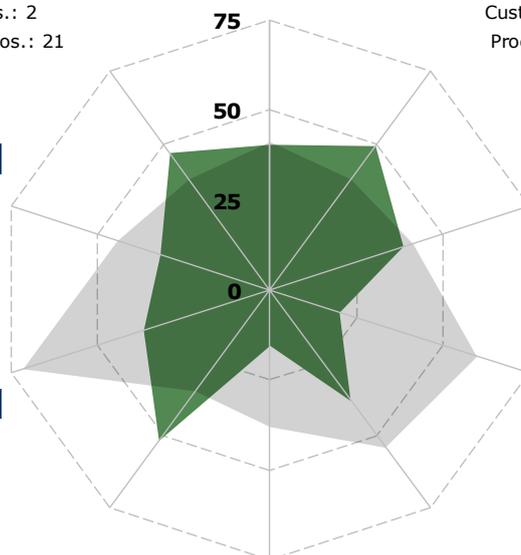
- ▲ Cresc. Força Trab. - Pos.: 6
- ▼ Tamanho de Mercado - Pos.: 24

Infraestrutura

- ▲ Quali. Energia Elétr. - Pos.: 3
- ▼ Disponib. Voos Diret. - Pos.: 23

Inovação

- ▲ Empreend. Inova. - Pos.: 6
- ▼ Invest. Públ. P&D - Pos.: 27



■ TO ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

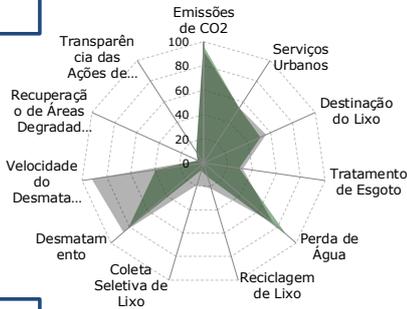


Tocantins

Posição no Ranking Geral: 19

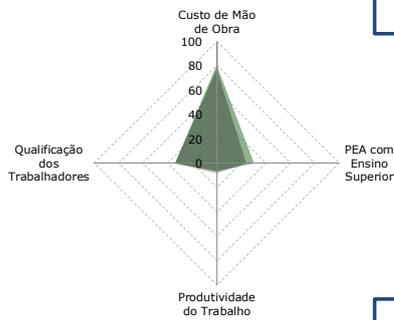
Sustentabilidade Ambiental

**Posição:
15**



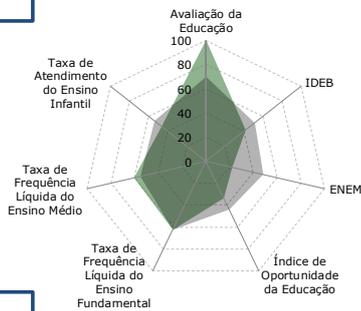
Capital Humano

**Posição
7**



Educação

**Posição
15**



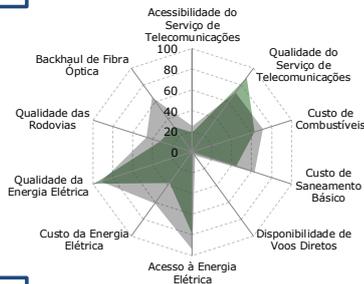
Eficiência da Máquina Pública

**Posição
25**



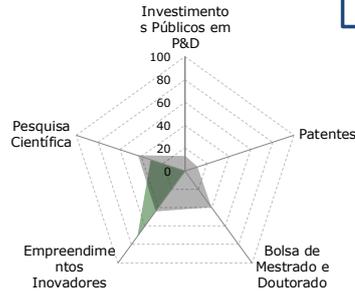
Infraestrutura

**Posição
21**



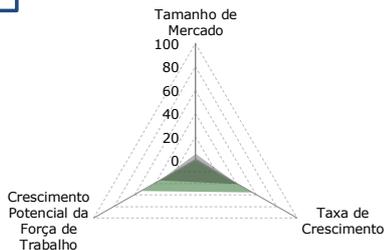
Inovação

**Posição
24**



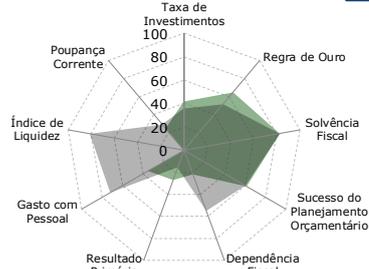
Potencial de Mercado

**Posição
8**



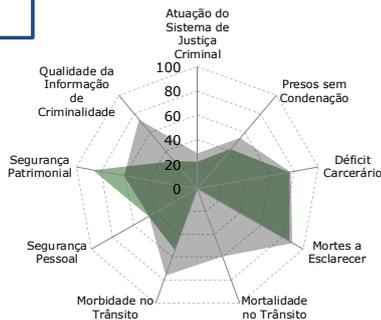
Solidez Fiscal

**Posição
23**



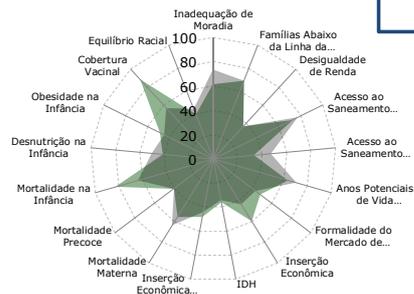
Segurança Pública

**Posição
19**



Sustentabilidade Social

**Posição
12**





ANEXOS

Anexo 1: Análise teórica sobre sistemas de rankings

1.1 A relação desempenho socioeconômico x resultado das urnas

Um dos temas principais da ciência política contemporânea é o estudo do comportamento eleitoral e a capacidade de os cidadãos avaliarem seus governantes em regimes democráticos, utilizando-se do voto como instrumento.

A teoria do voto contempla algumas linhas de investigação sobre o assunto, dentre as quais a teoria da escolha racional, que tem por base o modelo downsiano, em alusão ao seu criador, Anthony Downs. Esta teoria coloca sua mensagem de forma muito simples: *“se tivermos um incentivo econômico ou social compensatório participamos do processo político, caso contrário, é melhor nos ocuparmos com outras coisas”* (DOWNS, 1957⁵).

Segundo Downs, partidos políticos e eleitores atuam racionalmente, à semelhança de empresários e consumidores. Partidos definem os objetivos e os meios de sua ação visando maximizar seus votos, enquanto os eleitores decidem como votar e como influir diretamente na formulação de políticas governamentais visando maximizar suas utilidades.

Essa interação entre políticos e eleitores pode ser interpretada, do ponto de vista da teoria econômica, como uma relação agente-principal. O governante pode perseguir seus próprios objetivos (que não são necessariamente os mesmos que os dos eleitores) e não fazer o que foi prometido. Porém, na eleição seguinte, o eleitor poderá decidir se votará ou não no governo atual. Se esse tipo de punição ou premiação funciona, a eleição é uma forma de *accountability* do governo.

Uma maneira pela qual os eleitores conseguem verificar os resultados das políticas públicas do governo passa por observar o desempenho de variáveis socioeconômicas. A teoria econômica do voto defende que um desempenho favorável de variáveis socioeconômicas tende a aumentar as chances de reeleição dos atuais governantes ou de seu sucessor político, uma vez que são vistos como responsáveis pelo

⁵ DOWNS, A. *Uma teoria econômica da democracia*. 1957

resultado. Além disso, um bom resultado socioeconômico tende a demonstrar uma boa capacidade administrativa do atual governo.

No entanto, a relação entre o resultado das políticas do governo e o seu desempenho eleitoral, muitas vezes, não é direta. Embora alguns estudos mostrem evidências de conexão entre performance socioeconômica e voto, vários outros não mostram evidências desta teoria ou apresentam resultados frágeis, com grande variação de resultados entre países e ao longo do tempo (BARONE, 2009⁶).

Uma possível justificativa para a fragilidade nos resultados dos testes de racionalidade econômica no voto seria a existência de elevada assimetria de informação entre os agentes deste mercado — eleitores e governantes. Este problema ocorre quando um dos lados do mercado detém informações qualitativa ou quantitativamente superiores aos da outra parte, gerando distorções no mercado.

Para o eleitor, é relativamente difícil avaliar o desempenho do governante nas diversas áreas de atuação. O eleitor pode não ter fácil acesso ao volume de informações tal que viabilize uma avaliação rápida e ao mesmo tempo abrangente do seu governante. Dessa forma, não consegue exercer com clareza e lucidez seu direito de punir ou premiar o formulador de políticas públicas através do voto.

Rogoff e Sibert (1988⁷) e Rogoff (1990⁸) defendem que os ciclos políticos eleitorais surgem dessa assimetria de informações, quando o governo que está no poder consegue observar o seu próprio indicador de performance de uma determinada variável (impostos ou gastos do governo) antes que os eleitores o façam e, dessa forma, consegue usar essa assimetria a seu favor. Em períodos eleitorais, a manipulação desse indicador faz com que a imagem do governo e a sua reputação de competência sejam mais favoráveis do que no restante do mandato, levando, portanto, a resultados eleitorais mais favoráveis.

Um segundo fator que também impede o bom funcionamento do 'mercado de votos' é o que a literatura chama de *bounded memory* (memória limitada) (Wilson, 2003⁹ e Monte, 2007¹⁰). Nos modelos econômicos é frequente a premissa de que os indivíduos possuem memória perfeita. Porém, na realidade, a maioria dos indivíduos não retêm boa parte das informações e fatos ocorridos, frequentemente ignoram ou têm dificuldade para processar um grande volume de informações (que, muitas vezes, mostram direções opostas), ou não se atualizam frequentemente.

Uma das formas levantadas pela literatura para melhorar o funcionamento de mercados com problema de assimetria de informação é através da *sinalização* ao

⁶ BARONE, L. *Responsabilização Política nos Estados Brasileiros: o voto econômico nas eleições para governador*. FGV, 2009.

⁷ ROGOFF, K.; SIBERT, A. *Elections and Macroeconomic Policy Cycles*. The Review of Economic Studies, Vol. 55, No. 1, pp. 1-16. 1988.

⁸ ROGOFF, K. *Equilibrium Political Budget Cycles*. The American Economic Review, Vol. 80, No. 1, pp. 21-36. 1990.

⁹ WILSON, A. *Bounded Memory and Biases in Information Processing*. Princeton University, 2003.

¹⁰ MONTE, D. *Reputation and Bounded Memory in Repeated Games with Incomplete Information*. Yale University, YALE, Estados Unidos. 2007.

mercado, na qual os ofertantes desenvolvem um modo de conseguir comprovar junto aos consumidores a respeito da qualidade de um determinado produto.

1.2 Justificativa para o uso de sistemas de rankings

O potencial de sistemas de rankings melhorarem o funcionamento de mercados afetados por problemas de assimetria de informação e também por *bounded memory* encontra forte amparo na teoria econômica.

No início dos anos 1980, começou a surgir intensa discussão sobre o papel da competição como um mecanismo de incentivo. Tais discussões começaram a delinear as circunstâncias nas quais a remuneração baseada no desempenho relativo era superior aos pagamentos atrelados ao resultado puramente individual.

O problema essencial que motivou tais discussões decorre do fato de que o desempenho e o esforço dos trabalhadores não são diretamente observáveis.

Um dos primeiros estudos na área, de Lazear e Rosen (1981¹¹), trata da relação entre compensação e incentivos em contratos de trabalho, quando há custos elevados para monitorar o esforço e o produto dos empregados. Os autores analisam o pagamento por meio de rankings, em que os empregados são premiados apenas por seu desempenho relativo, sem considerar a diferença em termos de produto entre um agente e outro.

Os autores defendem que quando há baixo custo de monitoramento da produtividade, o ideal é que o pagamento esteja relacionado diretamente ao esforço do agente. Porém, quando o monitoramento é custoso, o pagamento por meio de ranking pode ser uma estrutura de incentivos mais eficiente.

Analogamente, Nalebuff e Stiglitz (1983¹²) analisaram o papel de regimes de compensação no mercado de trabalho, nos quais a remuneração depende da performance relativa dos agentes em economias com assimetria de informação. Em ambientes de elevada incerteza, tais regimes se mostram preferíveis às estruturas de recompensa individualistas.

A maior parte dos estudos, como os citados acima, tratam dos benefícios da performance relativa em relação às estruturas de recompensa individualistas, principalmente no campo de mercado de trabalho. No entanto, poucos estudos tratam da eficiência deste comparativo para a avaliação de governantes e outros campos de pesquisa.

A OCDE divulgou em 2008¹³ um manual em que debate e contribui para um melhor entendimento da complexidade dos indicadores compostos. O estudo mostra que indicadores compostos, como os rankings, propiciam comparações simples de países

¹¹ LAZEAR, E. e ROSEN, S. *Rank-order tournaments as optimum labor contracts*. Journal of Political Economics, Vol. 89. 1981.

¹² NALEBUFF, B. e STIGLITZ, J. *Prizes and incentives: towards a general theory of compensation and competition*. The Bell Journal of Economics, Vol. 14, No. 1, 1983.

¹³ OCDE. *Handbook on Constructing Composite Indicators: Methodology and User Guide*. 2008.

e/ou regiões para ilustrar assuntos com maior grau de complexidade, em vários campos de interesse, como desenvolvimento ambiental, econômico, tecnológico, entre outros.

O estudo argumenta que, para o público em geral, indicadores compostos são mais fáceis de interpretar do que identificar tendências comuns entre vários indicadores individuais. Porém, devem ser vistos como uma discussão inicial, como um farol para um assunto muito complexo e, assim, estimular o interesse público.

A OCDE ainda ressalta que indicadores compostos podem mostrar resultados enganosos se forem mal construídos, induzindo os usuários a análises e conclusões muito simplistas. O manual da OCDE lista os principais argumentos prós e contras dos indicadores compostos:

Argumentos prós e contras dos indicadores compostos

Prós	Contras
Permite resumir assuntos complexos e multidimensionais e dar suporte a tomada de decisões	Podem passar mensagens erradas ou ser mal interpretado, se construído de forma errada.
De mais fácil interpretação do que uma bateria de indicadores individuais	Podem dar margem a conclusões simplistas.
Podem avaliar progressos ao longo do tempo	Podem conduzir a políticas inadequadas se desempenho de dimensões de difícil mensuração são ignoradas.
Facilitam a comunicação com o público leigo em geral	
Promove <i>accountability</i>	
Possibilita aos usuários comparar efetivamente dimensões complexas	

Fonte: OCDE (2008). *Handbook on Constructing Composite Indicators: Methodology and User Guide*.

Em que pese o risco de distorções no caso de mal aplicações, a divulgação de sistemas de rankings pode operar como um sistema de sinalização eficiente entre os gestores públicos e eleitores, contribuindo para diminuir a assimetria de informação.

Ranking serviriam, portanto, como um guia para eleitores avaliarem o desempenho dos formuladores de políticas públicas ao longo do mandato. Com mais informação, a qualidade do voto poderia ser melhorada.

Para os próprios agentes públicos, o uso de sistemas de ranking pode ser útil não apenas para a obtenção de um amplo mapeamento dos fatores de competitividade e

de fragilidade das políticas públicas do seu Estado, mas também como um sistema de incentivo para melhorarem suas posições relativas.

Anexo 2: Estrutura e Metodologia

A estrutura e metodologia adotadas no *Ranking de Competitividade dos Estados* foram geradas após um amplo estudo da literatura acadêmica, bem como da experiência nacional e internacional na elaboração de rankings de competitividade.

A escolha dos pilares e indicadores contou também com intensa contribuição de notórios especialistas nas diferentes áreas de abrangência do ranking.

1.1 Estrutura

A classificação dos Estados foi feita pela compilação dos indicadores em 10 pilares temáticos:

Segurança Pública	Eficiência da Máquina Pública
Sustentabilidade Social	Capital Humano
Infraestrutura	Inovação
Educação	Potencial de Mercado
Solidez Fiscal	Sustentabilidade Ambiental

Além do ranking geral, os Estados foram classificados em cada pilar e cada indicador.

Para a seleção dos indicadores, foram priorizados aqueles que atendessem aos seguintes critérios:

- i) Mensuração de atividades-fim
- ii) Mensuração objetiva e quantitativa
- iii) Abrangência e representatividade
- iv) Incorporação de situações de *trade-off* (acesso x qualidade x custo)
- v) Apurados por fonte externa e de referência
- vi) Atualização periódica

Dessa forma, foram evitados indicadores de atividades-meio, índices *ad-hoc*, (*presentes, por exemplo, apenas em estudos pontuais e temporários*), pesquisas de opinião, indicadores com interpretação dúbia ou que pudessem carregar algum viés ideológico.

As informações utilizadas para a elaboração do *Ranking de Competitividade dos Estados* são provenientes de bases de dados públicas, ou então calculadas com base em informações primárias públicas.

A Tendências Consultoria empregou os melhores esforços para a coleta dos dados contidos no presente trabalho, visando que fossem os mais atualizados, corretos e

precisos. A elaboração deste Ranking, no entanto, não incluiu a verificação independente ou qualquer tipo de auditoria dos dados e das informações utilizadas.

1.2 Metodologia

A construção do ranking contou com duas etapas:

- i) Tratamento dos dados
- ii) Ponderação dos indicadores e pilares

Tratamento dos dados

O tratamento dos dados é importante para possibilitar a agregação de indicadores de natureza heterogênea, haja a vista as diversas unidades de medida encontradas nos indicadores.

Para tanto, foi adotado o critério min-máx de normalização dos indicadores, no qual se utilizam os valores máximo e mínimo de cada indicador para normalizar linearmente os dados entre 0 e 100, mantendo a dispersão original dos dados.

Este critério é amplamente adotado em diversos índices e rankings, como o IDH, e amplamente abordado na literatura acadêmica (CHOWDHURY e SQUIRE, 2006¹⁴; OCDE, 2008; BARROS, 2003¹⁵).

A partir dos indicadores selecionados, $\{B_i; i = 1, \dots, m\}$, normalizamos os dados através da seguinte fórmula:

$I_i = ((B_i - \min_i) / (\max_i - \min_i)) * 100$, onde \max_i e \min_i são, respectivamente, o limite superior e inferior para o indicador i .

Os dados foram normalizados entre 0 e 100, sempre obedecendo ao critério de quanto mais perto de 100, melhor. Assim, para indicadores que mensuram malefícios – ou seja, que quanto maior o índice, pior –, a normalização foi invertida. Como exemplo, no indicador de segurança pessoal, a UF com menor taxa de homicídio recebeu a nota 100 e o Estado com a maior taxa de mortalidade recebeu 0.

Além disso, foi implementado um ajuste nos indicadores nos quais houve omissão de informação por parte de alguns Estados. Com a intenção de incentivar a transparência na divulgação dos dados de interesse, foram penalizadas com o último lugar no ranking as UFs que não disponibilizaram informações para o referido indicador.

Ponderação dos indicadores e pilares

Foram adotados quatro critérios de ponderação dos indicadores do ranking:

- i) Penalização de redundância: foram penalizados com redução do respectivo peso os indicadores que mostraram alta correlação com os demais indicadores

¹⁴ CHOWDHURY, S. e SQUIRE, L. *Setting weights for aggregate indices: an application to the commitment to development index and human development index. Journal of Development Studies* 42(5):761-771, 2006.

¹⁵ BARROS, R., CARVALHO, M., e FRANCO, S. *O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)*. IPEA. Texto para discussão nº 986. 2003.

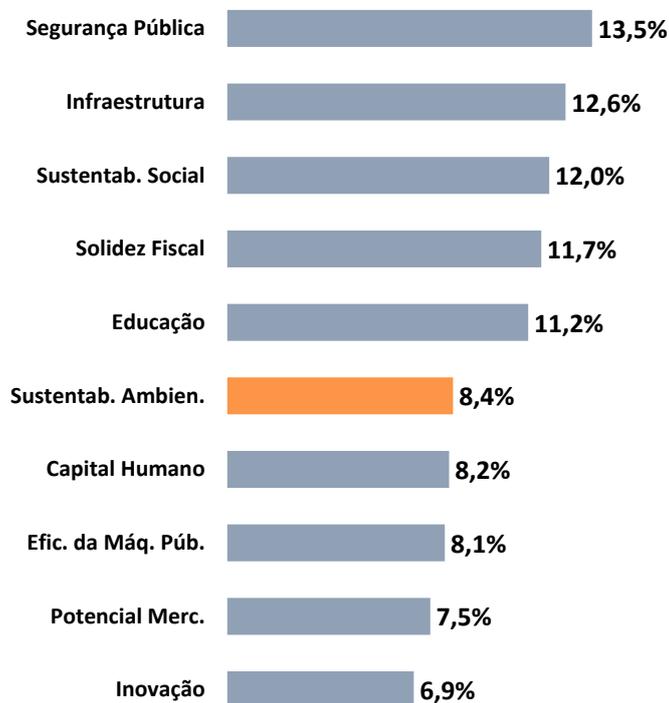
do mesmo pilar, a partir de testes de correlação. Tal tratamento possibilitou que fosse incluído no ranking um maior número de indicadores, evitando, ao mesmo tempo, uma maior arbitrariedade na seleção dos indicadores.

- ii) Penalização de indicadores com grande dispersão: foram penalizados com redução do respectivo peso os indicadores com elevada variância, apurada com base no coeficiente de variação de Person (obtido pela razão entre o desvio-padrão e a média). Tal tratamento teve por objetivo evitar uma influência excessivamente elevada dos indicadores de maior dispersão no resultado do respectivo pilar.
- iii) Bonificação de indicadores com maior carência: foram bonificados com aumento do respectivo peso os indicadores para os quais o desempenho médio das UFs mostrou-se mais desfavorável em relação ao *benchmark* internacional. Tal tratamento teve por objetivo incentivar os gestores públicos a priorizarem políticas públicas voltadas ao avanço dos indicadores nos quais os Estados brasileiros mostram maior carência.
- iv) Avaliação de especialistas: por fim, a metodologia previa ainda o uso, em caráter parcimonioso, do chamado critério normativo, bastante utilizado em outros rankings e na literatura (CHOWDHURY e SQUIRE, 2006; DECANQ e LUGO, 2008¹⁶). Foram consultados especialistas das diversas áreas para avaliarem se os pesos atribuídos se mostravam consistentes, tendo em vista a vasta experiência deles no estudo destas áreas.

¹⁶ DECANQ, K. e LUGO, M. *Setting weights in multidimensional indices of well-being and deprivation*. OPHI-workshop on Weighting Dimensions. Oxford, 2008.

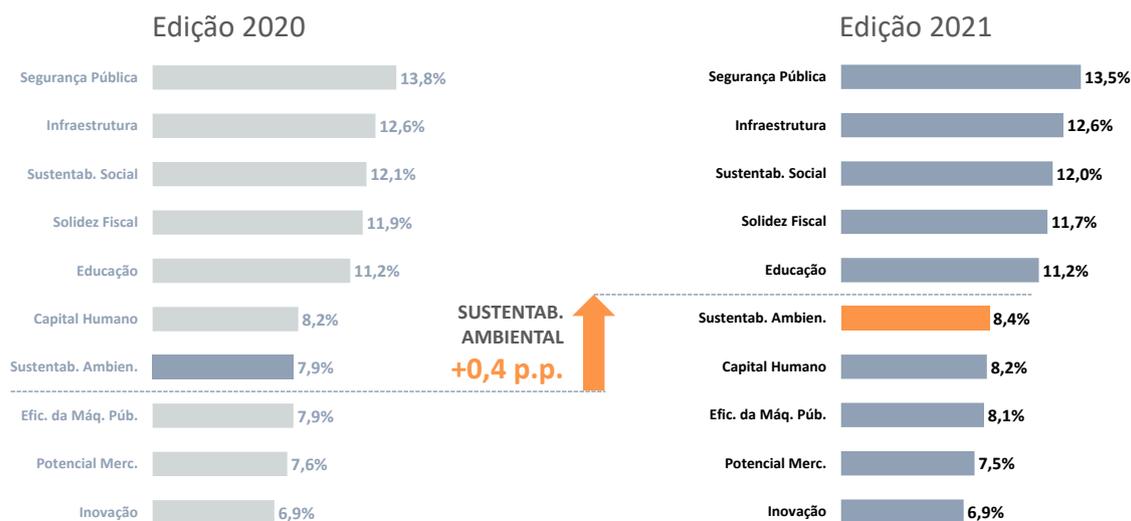
Depois de analisar todos os critérios, os pesos finais dos pilares ficaram os seguintes:

Peso dos pilares no Ranking de Competitividade dos Estados (Edição 2021)



Comparação de peso dos pilares no Ranking de Competitividade dos Estados

	Pesos 2015	Pesos 2016	Pesos 2017	Pesos 2018	Pesos 2019	Pesos 2020	Pesos 2021
Segurança Pública	12,4%	13,4%	13,3%	13,3%	13,4%	13,8%	13,5%
Infraestrutura	14,0%	13,2%	13,0%	12,9%	12,7%	12,6%	12,6%
Sustentabilidade Social	13,0%	12,5%	12,4%	12,3%	12,2%	12,1%	12,0%
Solidez Fiscal	11,9%	11,7%	11,8%	12,1%	12,0%	11,9%	11,7%
Educação	12,1%	11,5%	11,4%	11,4%	11,3%	11,2%	11,2%
Sustentabilidade Ambiental	7,4%	7,6%	7,6%	7,7%	7,8%	7,9%	8,4%
Capital Humano	7,7%	8,2%	8,2%	8,2%	8,2%	8,2%	8,2%
Eficiência da Máquina Pública	7,3%	7,6%	7,6%	7,8%	7,9%	7,9%	8,1%
Potencial de Mercado	7,2%	7,6%	7,7%	7,7%	7,7%	7,6%	7,5%
Inovação	6,8%	6,8%	6,8%	6,8%	6,8%	6,9%	6,9%



Critérios de desempate

Para alguns indicadores específicos, houve empate na nota final entre UFs.

Quando os Estados apresentam dados originais iguais, não houve diferenciação ordinal entre eles, aparecendo em ordem alfabética pela sigla das unidades federativas. Em *IDH*, por exemplo, Acre e Pernambuco possuíam a mesma pontuação no índice calculado em 2015 (ano-base do indicador), a 17ª maior pontuação do Brasil. Deste modo, os Estados assumiram esta posição com a aparição do Acre seguida da aparição do Pernambuco e nenhum Estado ocupa, portanto, a 18ª posição.

Quando os Estados são penalizados por omissão de dados, também não houve diferenciação ordinal entre eles, de modo que compartilham a última posição e aparecem em ordem alfabética pela sigla das unidades federativas. A imposição da última colocação visa incentivar a transparência nas próximas edições.

Mudanças metodológicas (Edição 2021):

Além de permitir a comparação entre as Unidades Federativas, os indicadores também oferecem insumos para o acompanhamento da evolução de dado Estado no tempo. A acurácia da avaliação de competitividade depende da identificação das melhores experiências, com as quais se podem repercutir as boas práticas, esperando que outros Estados não tão bem posicionados possam elencar suas prioridades e reaproveitar casos de sucesso. Portanto, o holofote não apenas deve ser colocado sobre aqueles cujo status se sobressai, pois também convém destacar aqueles que demonstraram avanços relevantes independentemente do seu posto na distribuição.

Deste modo, ainda que sejam desejáveis aprimoramentos contínuos na metodologia do Ranking, existe — e frequentemente prepondera — a preocupação de que os resultados sejam comparáveis entre diferentes edições. O compromisso técnico de coletar os dados mais recentes, bem como tratá-los de maneira a retratar a realidade

local com o máximo possível de fidelidade e representatividade, deve ser compatível com a comparabilidade entre edições.

Sendo assim, as regras de ponderação e os critérios de agregação seguem a mesma lógica aplicada nas últimas edições. Porém, alguns ajustes necessários e inevitáveis foram pontualmente realizados. Abaixo estão listadas tais mudanças:

Nesta edição, após intensos debates com especialistas da área, incluímos treze novos indicadores:

- i) Cobertura Vacinal (Sustentabilidade Social): taxa de cobertura vacinal, i.e., o número de doses aplicadas do imunizante indicado (1ª, 2ª, 3ª dose ou dose única, conforme a vacina) dividida pela população-alvo, multiplicado por 100. A importância do indicador decorre da reconhecida eficácia da imunização para a eliminação e controle de enfermidades imunopreveníveis, além dos relevantes custos-benefícios associados à prevenção de doenças.
- ii) Coleta Seletiva de Lixo (Sustentabilidade Ambiental): taxa de cobertura da coleta seletiva porta-a-porta em relação à população urbana. Os dados estaduais foram obtidos através da ponderação dos dados municipais pelo tamanho da sua população total. O indicador é relevante por estar associado ao controle da disseminação de doenças e à destinação correta dos resíduos sólidos, cuja separação e reaproveitamento, via reciclagem, colaboram para a redução da poluição urbana.
- iii) Desmatamento (Sustentabilidade Ambiental): razão entre a área total desmatada, e a soma da área de unidades de conservação (federal e estadual) e de terras indígenas. A importância do indicador decorre de suas significativas externalidades negativas, tais como o comprometimento da biodiversidade e da qualidade do ar, do solo e dos recursos hídricos, e o agravamento das mudanças climáticas.
- iv) Desnutrição na Infância (Sustentabilidade Social): percentual de crianças (de 0 a 5 anos) com magreza acentuada. O indicador é importante pelas consequências irreversíveis resultantes da absorção inadequada de nutrientes nesta etapa da vida, como a redução do crescimento físico e o menor desempenho intelectual no futuro.
- v) Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual (Eficiência da Máquina Pública): diferença percentual do salário médio entre homem e mulher na administração pública estadual. O prêmio salarial foi estimado pela *Tendências* com base nos dados do IBGE, controlado por fatores de idade, escolaridade e raça. O propósito deste indicador é fomentar a equidade dos gêneros e não o favorecimento de um gênero em detrimento de outro. Dessa forma, as UFs com o diferencial mais próximo de "zero" obtiveram melhores notas. Para fins da normalização dos dados, foram considerados os dados brutos em "módulo". Foi considerada metodologia adotada em MORICONI, G. M. et al. (2009). "Diferentes padrões de políticas salariais nos Estados brasileiros: uma análise a partir do diferencial de salários público e privado". Revista de

- Economia Política, vol. 29, nº 3 (115), pp. 114-134, julho-setembro/2009 e ajustada para obter o diferencial de salários homem e mulher. A importância da mensuração deste indicador decorre da crescente relevância e preocupação em averiguar e suprimir a inequidade de gênero presente no mercado de trabalho, a qual resulta em distintos salários entre homens e mulheres.
- vi) Equilíbrio de Gênero no Emprego Público Estadual (Eficiência da Máquina Pública): distância entre a participação da mulher em cargos da administração pública estadual (desconsiderando saúde e educação) em relação ao cenário de equilíbrio (participação da mulher na força de trabalho ampliada). Sua escala vai de -100 (pior cenário possível para as mulheres) a 100 (pior situação possível para os homens), de modo que notas mais próximas de 0 (zero) indicam equilíbrio de gênero. Análogo ao *Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual*, o propósito deste indicador é fomentar a equidade dos gêneros e não o favorecimento de um gênero em detrimento de outro.
- vii) Equilíbrio Racial (Sustentabilidade Social): o Índice Folha de Equilíbrio Racial (Ifer) mede a distância entre a realidade e o cenário de equilíbrio, em que a presença dos negros entre os 20% mais ricos, considerando renda (salários mais outros rendimentos), refletisse seu peso na população de 30 anos ou mais. Os dados referem-se à média dos últimos 3 anos disponíveis e incluem apenas os habitantes que se declaram brancos e negros. Sua escala vai de -1 (pior cenário possível para os negros) a 1 (pior situação possível para os brancos). Números entre -0,2 e 0,2 indicam equilíbrio racial. A mensuração do equilíbrio racial é relevante para incentivar e colaborar com a responsabilidade social e a promoção da diversidade, como também, para dar luz às desigualdades históricas presentes na sociedade brasileira.
- viii) Obesidade na Infância (Sustentabilidade Social): percentual de crianças (de 0 a 5 anos) com obesidade. A importância do indicador decorre das relevantes consequências à saúde pública e individual, uma vez que a obesidade é um fator de risco e de propensão ao desenvolvimento de diversas comorbidades, tal como a diabetes e hipertensão.
- ix) Prêmio Salarial Público-Privado (Eficiência da Máquina Pública): diferença percentual do salário médio do servidor público estadual em relação ao salário do setor privado. Análogo ao *Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual*, o prêmio salarial foi estimado pela *Tendências* com base nos dados do IBGE, controlado por fatores de idade, escolaridade e raça. A mensuração deste indicador é importante por elucidar as discrepâncias do mercado de trabalho entre as duas esferas e desincentivar o comprometimento das despesas públicas com o pagamento de prêmios salariais relativamente mais elevados aos servidores.
- x) Reciclagem de Lixo (Sustentabilidade Ambiental): taxa de recuperação de recicláveis em relação à quantidade de resíduos domésticos e públicos. Os dados estaduais foram obtidos através da ponderação dos dados municipais pelo tamanho da sua população total. A importância deste indicador decorre

das externalidades positivas ao meio ambiente e à comunidade, uma vez que a reciclagem possibilita o reaproveitamento adequado dos resíduos, a redução de emissões de gases estufa e a limpeza urbana.

- xi) Recuperação de Áreas Degradadas (Sustentabilidade Ambiental): área total modificada de uso de solo da forma antrópico (agropecuária ou áreas não vegetadas) para a forma natural (floresta ou formação natural não florestal), em relação à área geográfica total. É possível que o processo seja natural/espontâneo, sem a intervenção humana, ou envolva intervenções humanas para acelerar ou garantir o sucesso da regeneração.
- xii) Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento (Sustentabilidade Ambiental): transparência das ações do poder público estadual no combate ao desmatamento. Com base nas classificações feitas pelo MapBiomas sobre os dados de autuações e embargos por Estado, foram atribuídas notas: 3 para classificação A, 2 para B, 1 para C e 0 para D. A nota final é a soma das notas nos 3 quesitos: disponibilidade on-line dos dados atualizados, formato/conteúdo dos dados e georreferenciamento dos dados. O indicador é importante por elucidar as especificidades das ações de proteção ambiental ocorridas na administração pública, o que, por sua vez, possibilita maior avaliação e controle por parte da população.
- xiii) Velocidade do Desmatamento (Sustentabilidade Ambiental): velocidade média do desmatamento, i.e., razão entre a área total desmatada e o número de dias decorridos entre o início e o final do desmatamento.

Vale frisar que, em meio ao contexto de pandemia da covid-19 no País, há possibilidade de dados autorreportados pelos governos estaduais, como os novos indicadores de Cobertura Vacinal, Desnutrição na Infância, Obesidade na Infância, estarem subnotificados.

Além disso, alterações metodológicas foram feitas em dezesseis indicadores:

- xiv) Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações, Empreendimentos Inovadores, Mortes a Esclarecer, Mortalidade no Trânsito e Morbidade no Trânsito: alteração da fonte primária do denominador (População) a partir da substituição dos dados da PNAD Contínua Anual pelo produto "Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade: 2010-2060", também do IBGE.
- xv) Acesso à Energia Elétrica: a despeito de não ter havido divulgação de novos dados, a fonte de energia elétrica foi alterada de apenas "Rede geral" para "Rede geral ou fonte alternativa".
- xvi) Bolsa de Mestrado e Doutorado: alteração da referência temporal do denominador (Distribuição de Discentes de Pós-graduação), divulgado pela CAPES, uma vez que o dado considera o final de determinado ano, não a

média anual. Nesse sentido, o indicador construído para 2020 utiliza os matriculados e titulados do final de 2019.

- xvii) Custo da Energia Elétrica: inclusão do segmento Rural no cálculo ponderado da média das tarifas, de modo que Consumo Total = Industrial + Comercial + Residencial + Rural.
- xviii) Formalidade do Mercado de Trabalho: alteração na fonte primária dos dados do IBGE, tendo em vista a substituição dos microdados da PNAD Contínua pelas tabelas da PNAD Contínua Trimestral disponíveis para cada Unidade da Federação no site do IBGE.
- xix) Inserção Econômica dos Jovens: a despeito de não ter havido divulgação de novos dados, houve alteração da faixa etária de 15-22 anos para 15-29 anos, de modo a compatibilizar com o conceito “jovem” do indicador de *Mortalidade Precoce*.
- xx) Inserção Econômica: alteração da referência temporal do indicador do 4º trimestre para a média dos quatro trimestres do ano, removendo qualquer efeito sazonal.
- xxi) PEA com Ensino Superior: alteração do numerador de pessoas de 14 anos ou mais de idade com “15 anos ou mais de estudo” por “ensino superior completo”. Os dados foram obtidos dos microdados da PNAD Contínua Trimestral, uma vez que o IBGE não disponibilizou os resultados consolidados da pesquisa anual.
- xxii) Pesquisa Científica: a despeito de não ter havido divulgação de novos dados, houve alteração na metodologia de cálculo das notas estaduais, tendo em vista a substituição da média simples pela média ponderada pelo número de matrículas de cada universidade, também divulgado pelo RUF.
- xxiii) Produtividade do Trabalho: alteração do denominador de “Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência” por “Horas efetivamente trabalhadas por semana em todos os trabalhos das pessoas de 14 anos ou mais de idade”, tendo em vista o elevado contingente de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas. Os dados foram obtidos dos microdados da PNAD Contínua Trimestral, uma vez que o IBGE não disponibilizou os resultados consolidados da pesquisa anual.
- xxiv) Segurança Pessoal e Segurança Patrimonial: após utilizarmos as informações da Secretaria Nacional de Segurança Pública (disponibilizadas no Sinesp) em 2020, retomamos a atualização com os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Por fim, não houve exclusão de indicadores nesta edição do Ranking.

Períodos de Referência

Para a apuração do ranking, foram utilizadas as informações mais atualizadas de cada indicador. Em função da grande diversidade de indicadores, no entanto, uma mesma edição do ranking compila várias fontes cujos anos de referência da pesquisa

não são necessariamente os mesmos. Em outras palavras, os indicadores são fotografias que não coincidem necessariamente no tempo, podendo ter como referência anos diferentes entre si. Isso acontece, por exemplo, com o pilar de Educação, pois são combinados IDEB, ENEM e IOEB, que apresentam frequência e defasagem variadas.

Em comparação à edição de 2020, não houve atualização de dezesseis indicadores:

- xxv) Eficiência do Judiciário e Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário: o CNJ adiou a divulgação do Relatório Justiça em Números, prevista para agosto, sem definir uma nova data de atualização.
- xxvi) ENEM: o INEP informa que os microdados do ENEM 2020 estariam disponíveis para download no portal até o final de julho de 2021, mas não foram publicados até o dia 25/08 (data final de atualização dos dados do Ranking 2021).
- xxvii) IDH: o IPEA informa que, em função de ajustes orçamentários, não há previsão de lançamento do novo Radar IDHM.
- xxviii) Pesquisa Científica: o Grupo Folha informa que não há perspectiva de atualizarem o Ranking Universitário Folha (RUF).
- xxix) Qualidade das Rodovias: a CNT informa que a próxima atualização do Pesquisa CNT de Rodovias deve ser divulgada entre outubro e novembro deste ano.
- xxx) Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental, Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio, Taxa de Atendimento do Ensino Infantil, Acesso à Energia Elétrica, Inadequação de Moradia, Famílias Abaixo da Linha da Pobreza, Desigualdade de Renda, Acesso ao Saneamento Básico - Água, Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto e Inserção Econômica dos Jovens: o IBGE informa que a divulgação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2020 foi adiada para 2022. Devido à pandemia e o decorrente baixo aproveitamento da amostra de domicílios em entrevistas de primeira visita ao longo de 2020, foram necessários estudos metodológicos e mudanças em procedimentos operacionais.

Anos de referência e disponibilidade de dados novos para a Edição de 2021 – Parte I:

	Indicadores	Ed. 2021	Dados novos nesta edição
Sustentabilidade Ambiental	Emissões de CO ₂	2019	Sim
	Serviços Urbanos	2019	Sim
	Destinação do Lixo	2019	Sim
	Tratamento de Esgoto	2019	Sim
	Perda de Água	2019	Sim
	Reciclagem de Lixo	2019	Sim
	Coleta Seletiva de Lixo	2019	Sim
	Desmatamento	2020	Sim
	Velocidade do Desmatamento	2020	Sim
	Recuperação de Áreas Degradadas	2019	Sim
	Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento	2020	Sim
Capital Humano	Custo de Mão de Obra	2020	Sim
	PEA com Ensino Superior	2020	Sim
	Produtividade do Trabalho	2020	Sim
	Qualificação dos Trabalhadores	2020	Sim
Educação	Avaliação da Educação	2021	Sim
	IDEB	2019	Sim
	ENEM	2019	Sem novos dados
	Índice de Oportunidade da Educação	2021	Sim
	Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental	2019	Sem novos dados
	Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio	2019	Sem novos dados
	Taxa de Atendimento do Ensino Infantil	2019	Sem novos dados
Eficiência da Máquina Pública	Eficiência do Judiciário	2019	Sem novos dados
	Custo do Executivo/PIB	2020	Sim
	Custo do Judiciário/PIB	2020	Sim
	Custo do Legislativo/PIB	2020	Sim
	Índice de Transparência	2020	Sim
	Qualidade da Informação Contábil e Fiscal	2020	Sim
	Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário	2019	Sem novos dados
	Oferta de Serviços Públicos Digitais	2021	Sim
	Prêmio Salarial Público-Privado	2019	Sim
	Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual	2019	Sim
	Equilíbrio de Gênero no Emprego Público Estadual	2019	Sim

Anos de referência e disponibilidade de dados novos para a Edição de 2021 – Parte II:

	Indicadores	Ed. 2021	Dados novos nesta edição
Infraestrutura	Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações	2020	Sim
	Qualidade do Serviço de Telecomunicações	2020	Sim
	Custo de Combustíveis	2020	Sim
	Custo de Saneamento Básico	2019	Sim
	Disponibilidade de Voos Diretos	2020	Sim
	Acesso à Energia Elétrica	2019	Sem novos dados
	Custo da Energia Elétrica	2020	Sim
	Qualidade da Energia Elétrica	2020	Sim
	Qualidade das Rodovias	2019	Sem novos dados
	Backhaul de Fibra Óptica	2020	Sim
Inovação	Investimentos Públicos em P&D	2018	Sim
	Patentes	2019	Sim
	Bolsa de Mestrado e Doutorado	2020	Sim
	Empreendimentos Inovadores	2021	Sim
	Pesquisa Científica	2019	Sem novos dados
Potenc. de Merc.	Tamanho de Mercado	2020	Sim
	Taxa de Crescimento	2020	Sim
	Crescimento Potencial da Força de Trabalho	2020	Sim
Solidez Fiscal	Taxa de Investimentos	2020	Sim
	Regra de Ouro	2020	Sim
	Solvência Fiscal	2020	Sim
	Sucesso do Planejamento Orçamentário	2020	Sim
	Dependência Fiscal	2020	Sim
	Resultado Primário	2020	Sim
	Gasto com Pessoal	2020	Sim
	Índice de Liquidez	2020	Sim
	Poupança Corrente	2020	Sim
Segurança Pública	Atuação do Sistema de Justiça Criminal	2020	Sim
	Presos sem Condenação	2020	Sim
	Déficit Carcerário	2020	Sim
	Mortes a Esclarecer	2019	Sim
	Mortalidade no Trânsito	2019	Sim
	Morbidade no Trânsito	2020	Sim
	Segurança Pessoal	2020	Sim
	Segurança Patrimonial	2020	Sim
	Qualidade da Informação de Criminalidade	2020	Sim

Anos de referência e disponibilidade de dados novos para a Edição de 2021 – Parte III:

	Indicadores	Ed. 2021	Dados novos nesta edição
Sustentabilidade Social	Inadequação de Moradia	2019	Sem novos dados
	Famílias Abaixo da Linha da Pobreza	2019	Sem novos dados
	Desigualdade de Renda	2019	Sem novos dados
	Acesso ao Saneamento Básico - Água	2019	Sem novos dados
	Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto	2019	Sem novos dados
	Anos Potenciais de Vida Perdidos	2019	Sim
	Formalidade do Mercado de Trabalho	2020	Sim
	Inserção Econômica	2020	Sim
	IDH	2017	Sem novos dados
	Inserção Econômica dos Jovens	2019	Sem novos dados
	Mortalidade Materna	2019	Sim
	Mortalidade Precoce	2019	Sim
	Mortalidade na Infância	2019	Sim
	Desnutrição na Infância	2020	Sim
	Obesidade na Infância	2020	Sim
	Cobertura Vacinal	2020	Sim
	Equilíbrio Racial	2019	Sim

Utilização da estimativa da *Tendências* para o PIB estadual:

Considerando a significativa disparidade entre as 27 Unidades da Federação, em termos territoriais, populacionais ou econômicos, um importante desafio à construção dos indicadores do *Ranking de Competitividade dos Estados* foi torná-los “comparáveis”. Alguns indicadores são calculados dividindo-se os dados brutos pela população, como os indicadores de *Segurança Pessoal* e o de *Mortalidade Materna*. Já outros, especialmente ligados a questões econômicas, consideram o tamanho do PIB estadual como denominador, como os indicadores de *Custo do Executivo* e de *Investimento Público em P&D*.

No entanto, a divulgação dos dados dos PIBs estaduais pelo IBGE, através das Contas Regionais, é feita com defasagem. Na divulgação do Ranking de 2021, o último dado disponível para os PIBs estaduais era de 2018, enquanto parte dos indicadores já exibiam dados de 2020.

A nosso ver, havia, portanto, duas possibilidades:

1. Considerarmos o último dado oficial do IBGE, sem nenhum tratamento, assumindo anos diferentes para o numerador e denominador; ou
2. Considerarmos uma estimativa feita pela *Tendências* para o mesmo ano do indicador avaliado.

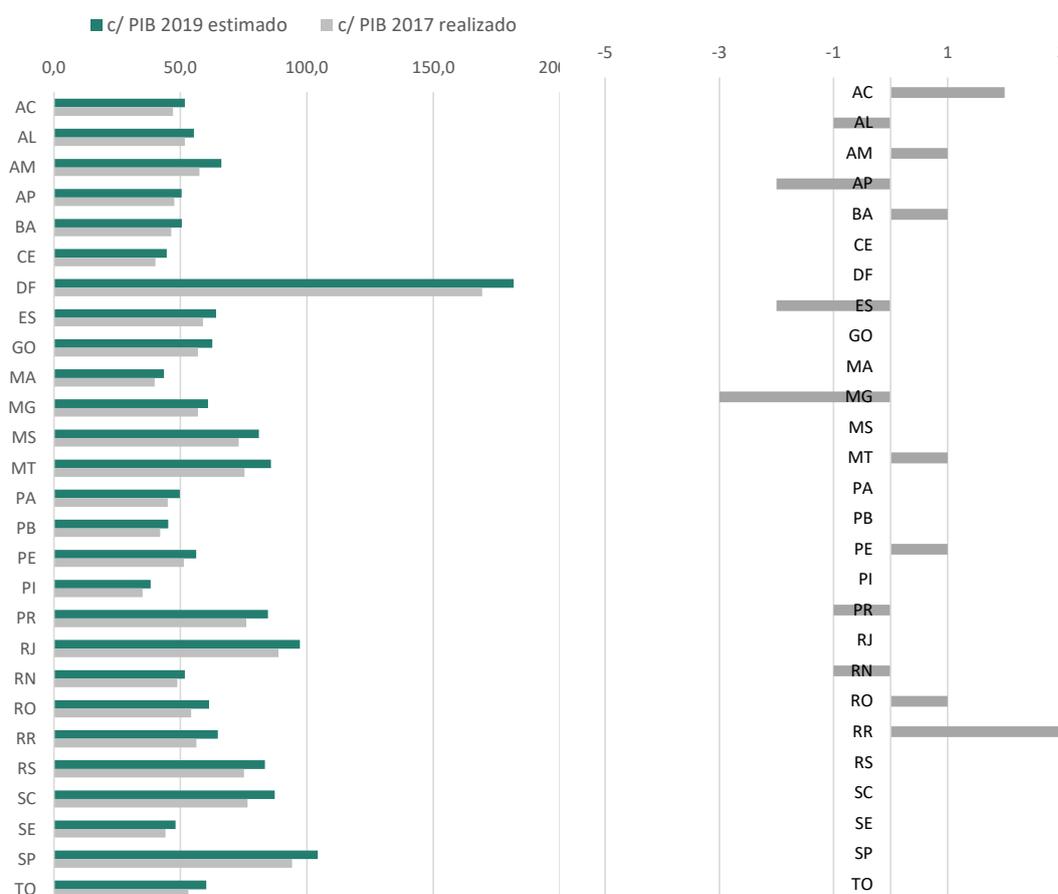
As duas alternativas possuem fragilidades e são passíveis de críticas, seja por diferença temporal ou por utilizar uma estimativa feita pela *Tendências*, a qual pode não se concretizar.

Após diversas discussões junto ao CLP, optou-se pela segunda opção. A *Tendências* possui extensa experiência na elaboração de cenários econômicos para áreas geográficas específicas (regiões e UFs) e trouxe essa *expertise* para dentro do *Ranking de Competitividade dos Estados*. A escolha deu-se, basicamente, pela importância em incorporar a evolução recente das economias estaduais, já conhecidas, em alguma medida — indicadores econômicos referentes a indústria, agropecuária, comércio e renda, por exemplo, são divulgados por pesquisas de alta frequência.

Adicionalmente, a comparação de indicadores pelas duas formas de tratamento (PIB oficial do IBGE defasado *versus* estimativa da *Tendências* para o PIB contemporâneo) exibe diferenças marginais. A título de ilustração, a análise das duas métricas para o indicador de *Produtividade do Trabalho*, conforme a edição de 2020 do Ranking, mostrou diferenças modestas dos resultados, vide gráfico abaixo.

Produtividade do Trabalho (2019)

Ganhos/perdas de posição: com PIB 2017 oficial vs. PIB 2019 estimado



Não por acaso, as maiores diferenças de posições foram observadas em **Minas Gerais** e **Roraima**. A queda de 3 posições de MG, entre o indicador 2017 para o de

2019, é explicada pelo desempenho ruim da economia mineira em 2019, em decorrência do rompimento de barragem em Brumadinho, em janeiro daquele ano — responsável por afetar significativamente a economia do Estado (com reflexos também na economia do Espírito Santo).

Do lado oposto, Roraima ganhou 3 posições entre as duas métricas. De 2017 a 2019, a economia da UF mostrou desempenho acima da média nacional, impulsionada pela forte migração de venezuelanos ao Estado. Ainda que tenha gerado sobrecarga no sistema público de saúde e de segurança, o maior contingente de pessoas em idade ativa gerou importante aumento do consumo local.

Por fim, vale frisar que, no indicador de *Taxa de Crescimento*, optou-se por utilizar a média móvel dos últimos quatro anos, para minimizar o peso dos PIBs estimados pela *Tendências*, compondo o indicador por dois dados oficiais do IBGE e dois dados projetados.